**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

CLAUDIA FIGARO-GARCIA

**Uma proposta de prática psicológica para casos de
desaparecimento de crianças e adolescentes**

São Paulo
2010

CLAUDIA FIGARO-GARCIA

**Uma proposta de prática psicológica para casos de
desaparecimento de crianças e adolescentes**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos
para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Prof^a. Dra. Eliana Herzberg

São Paulo
2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Fígaro-Garcia, Claudia.

Uma proposta de prática psicológica para casos de desaparecimento de crianças e adolescentes / Claudia Fígaro-Garcia; orientadora Eliana Herzberg. -- São Paulo, 2010.

239 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Multidisciplinaridade 2. Psicanálise aplicada 3. Pessoas desaparecidas 4. Crianças 5. Adolescentes 6. Polícia I. Título.

BF61

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Claudia Figaro-Garcia

Título: Uma proposta de prática psicológica para casos de desaparecimento de crianças e adolescentes

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a

José Carlos, pelo profundo amor que nos une,

ao nosso filho Fernando, por me permitir
exercitar o que antes eu desconhecia,

e à Gilka, minha irmã, pois nossa parceria vai
além do DNA.

AGRADECIMENTOS

À Dra. Eliana Herzberg, professora associada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, pela dedicação e seriedade com que orientou esse trabalho.

À Dra. Gilka Jorge Figaro Gattás, professora associada do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e coordenadora geral do Caminho de Volta, cuja liderança, profissionalismo, empenho pessoal e principalmente amor, alicerçaram a criação de um projeto que é científico, mas, antes de tudo é cidadão. Obrigada irmã querida, pela confiança em meu trabalho e no meu potencial.

Ao Prof. Dr. Eduardo Massad, Titular e Chefe do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e à Profa. Dra. Linamara Rizzo Battistella, Livre-Docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Docente do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP, membros da equipe de coordenadores do Caminho de Volta. Muito obrigada pelo respeito e consideração por ouvirem e acatarem com carinho minhas idéias e sugestões.

Ao Professor Livre Docente e amigo querido Flávio Roberto Carvalho Ferraz pela leitura generosa desse trabalho e por suas considerações que sempre foram relevantes em meu percurso profissional.

Aos demais coordenadores do Caminho de Volta em especial à Profa. Dra. Cintia Fridman Rave e Marcelo Moreira Neumann por compartilhar da amizade do dia a dia, auxílio mútuo e dedicação profissional na continuidade do Caminho de Volta.

A Cristina Harumi Sumita e demais psicólogos que fazem ou que já fizeram parte da equipe do Caminho de Volta por sempre terem enfrentado corajosamente os desafios surgidos. Vocês foram um incentivo constante para manter um serviço de excelência destinado a nossa população.

À Eliane Costa Dias, psicanalista, professora da Clínica Lacaniana de Atendimento e Pesquisas em Psicanálise – CLIPP e supervisora clínica de meus casos do consultório, cuja transferência possibilitou minha formação como analista. Obrigada por compartilhar as idéias dessa tese e pelas sugestões feitas.

À Stella Chebly, minha analista, pela escuta cuidadosa de meu sofrimento psíquico e por testemunhar minha autorização como analista.

À Aparecida Angélica Z. P. Sabadini e Maria Marta Nascimento, bibliotecárias do Instituto de Psicologia da USP, pela prontidão e gentileza em responder minhas dúvidas quanto às citações e referências desse trabalho.

À Suely Campos Cardoso, bibliotecária da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, amiga querida que sempre participou de meu desenvolvimento acadêmico, agradeço pelas correções das referências bibliográficas e formatação desse trabalho.

À Fernanda Rizzo, pelas correções ortográficas desse trabalho.

Aos colegas e funcionários do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em especial a Carla Júlia Segre Faiman, pelo apoio e pelo compartilhar de experiências que permearam estes anos de convívio.

Ao Laboratório de Investigação Médica - LIM-40 da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo por possibilitar essa pesquisa.

À minha querida enteada Larissa pela assessoria cuidadosa com relação aos termos e definições jurídicas utilizadas nesse trabalho.

A meu pai Nélio (*in memoriam*) e à minha mãe Glacy pelo constante amor que alicerçaram nossa família e pelo incentivo à minha carreira. Esse trabalho também é para vocês.

Ao meu marido José Carlos Garcia cujo amor demonstrado durante nossos anos de convivência, se reflete no desenvolvimento de minha vida e no meu anseio em tornar-me uma pessoa melhor. Obrigada por acolher minhas angústias e incertezas durante o decorrer desse trabalho.

Ao nosso filho, Fernando, pela sensibilidade em demonstrar seu amor nos momentos menos esperados, por me fazer rir das pequenas coisas do cotidiano e confirmar que esses são os bens mais preciosos que acumulamos em vida.

“Pois desapareceram. Para onde foram? Isso é o que se deseja saber. Não quiseram mais nada com pai nem mãe, avós, nem irmãos, casa, comida, sono, afeto – nada. Desejaram sumir, sumiram. Ou foram arrastados violentamente e não tiveram forças para resistir. Talvez se sintam mais felizes. Talvez estejam arrependidos e envergonhados. Talvez não existam mais. Pode ser que um dia voltem... Pode ser que, por enquanto, estejam dando a volta ao mundo num veleiro imaginário... Pode ser que já estejam cansados. Pode ser que não se cansem jamais... Enquanto não regressam, boa viagem, senhores desaparecidos! Se não regressarem, boa viagem também!”

Mas os afetos vigilantes continuam, inconformados, a recordar os ausentes – todos os dias novos, todos os dias mais numerosos – e, por humildes lugares, famílias tristes cultivam longos canteiros de saudade.”

(Gente desaparecida - Cecília Meireles)

RESUMO

Figaro-Garcia, C. (2010). Uma proposta de prática psicológica para casos de desaparecimento de crianças e adolescentes. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A gravidade do tema do desaparecimento de crianças e de adolescentes exige que o mesmo seja trabalhado de forma multidisciplinar uma vez que o índice anual de ocorrências no Brasil é de 40.000 casos/ano e 9000 casos no Estado de São Paulo. É imprescindível a atenção governamental para políticas públicas, a atenção acadêmica para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologia, e, atenção clínica para o desenvolvimento de modelos de atendimento psicológico às famílias e aos desaparecidos quando encontrados. O objetivo geral desse trabalho foi descrever a criação de uma metodologia de prática psicológica oferecida aos familiares de crianças e de adolescentes desaparecidos e aos desaparecidos posteriormente encontrados que é executada em uma delegacia de polícia especializada na investigação de pessoas desaparecidas. Tal prática foi desenvolvida dentro de um projeto multidisciplinar que agrega diferentes metodologias para busca e identificação de desaparecidos menores de 18 anos. Na pesquisa foram descritas as etapas de planejamento desse projeto enfatizando a inserção e os efeitos da psicologia e da psicanálise em seu escopo multidisciplinar. O modelo clínico incluiu pelo menos 04 (quatro) entrevistas (uma semi-aberta e três abertas) e se utilizou o dispositivo analítico para levantar hipóteses sobre as prováveis razões para a ocorrência dos desaparecimentos configurando, portanto, um exemplo de psicanálise aplicada. Nas entrevistas semi-abertas foram utilizados questionários cujas respostas foram armazenadas em Banco de Dados. Os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Pós-esclarecido. Os casos foram supervisionados e encaminhados para a rede psicossocial da cidade de São Paulo. A partir do referencial psicanalítico de orientação lacaniana foi realizada uma análise clínico-qualitativa de 16 casos-piloto atendidos pela pesquisadora e alguns casos por ela supervisionados. O mesmo referencial foi utilizado na discussão das questões multidisciplinares e dos efeitos da prática clínica no ambiente da delegacia. Os desaparecimentos analisados foram fugas de casa ocorridas principalmente a partir da entrada da puberdade e de forma repetida. Nas famílias foi observado principalmente, histórico de violência doméstica, de uso de drogas ilícitas, de alcoolismo, de prática de atos infracionais e de infrações penais. Os significantes mais utilizados pelos familiares para representar o desaparecido foram “filho incômodo ou filho problema”. A fuga de casa foi considerada um sintoma do desaparecido, sinalizando modos de gozo nas repetições. Foi possível observar aspectos da singularidade dos desaparecidos encontrados e entrevistados, pois alguns se identificaram com o lugar simbólico destinado pelo grupo familiar e utilizaram as fugas para manter essa posição. Outros lançaram mão da fuga justamente para ir contra o desejo dos pais e tentar encontrar um caminho pessoal. E, em alguns casos, a fuga de casa configurou uma saída para a sobrevivência psíquica da criança ou do adolescente. A clínica executada em uma delegacia marcou a diferença entre a escuta policial, de cunho investigatório, e a escuta analítica voltada ao particular de cada caso e às suas implicações (ou não) com o desaparecimento, possibilitando a abertura de um novo campo de trabalho ao psicólogo.

Palavras chaves: Multidisciplinaridade. Psicanálise aplicada. Pessoas desaparecidas. Crianças. Adolescentes. Polícia.

ABSTRACT

Figaro-Garcia, C. (2010). A psychological practice proposal for cases of disappearance of children and teenagers. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The seriousness of the issue of missing children and adolescents requires an interdisciplinary approach to intervention. The need for such broad-based action is necessitated by the large number of children that go missing each year, i.e., approximately 40,000 cases per year in Brazil and an annual average of at least 9,000 cases in the state of São Paulo. The sheer number of cases makes obvious the need for increased public policy attention as well as careful research by the academic community into the causes and prevention of this phenomenon. More particularly, in depth psychological attention must be given to understanding the complex psychological factors that contribute to the problem. The aim of this study was to describe the creation of a methodology of psychological practice offered to families of missing and found children. The psychological practice described herein operated out of a police station specializing in the investigation of missing persons of all ages. This practice was developed within a multidisciplinary project that combines different methods to search for and identify missing children under the age of 18 years. This practice was developed within a multidisciplinary project that combines different methods to search for and identify missing children and youth. In the research phase of this effort, we described the project's planning stages with emphasis on the integration and the effects of psychology and psychoanalysis in its multidisciplinary scope. The clinical model of intervention included at least four interviews (a half-open and three open) and the analytical device used to raise hypotheses about the probable reasons into the occurrence and reoccurrence of missing and disappeared children. The approach used was that of applied psychoanalysis. Using semi-open questionnaires we sought answers related to questions that made up part of our comprehensive database relating to disappearances. All respondents in the project signed a written Consent Form. The cases were supervised and directed to the psychosocial network in São Paulo. From the psychoanalysis of the Lacanian orientation, a clinical-qualitative analysis of 16 cases treated by the researcher was undertaken. The same reference was used in the discussion of disciplinary issues as well as with respect to the effects of clinical practice in the environment of the police station. Repeated running away from home was the most common factor contributing to the disappearance of pre- and post-pubescent youth. The disappearances, though, also were associated with family histories of domestic violence, use of illicit drugs, alcoholism, the practice of illegal acts, and criminal offenses. The signifier most used by adult caregivers in describing their runaway child or teenager, however, was "troublesome" or "problematic." Leaving home was considered a symptom of child disappearance and, often, was associated with considerable pleasure for the child. The analysis also made it possible to observe aspects of the uniqueness of the disappeared and many of these children identified themselves with the symbolic place determined by their family group. Others leaving home wanted simply to go against the wishes of parents and to try to find a personal path. And in some cases, leaving home set up a way out of psychic survival of the child or adolescent, especially in cases of domestic violence. The use of a police station as setting for clinical intervention with children and youth marked the difference between what the policeman can listen to about the cases and what the psychologist can listen to. The latter's ability to use analytical listening focused on the particular features of each case and the implications (or not) with the disappearances, allowing the opening of a new field of work psychologist.

Key words: Multidisciplinary. Applied psychoanalysis. Missing persons. Children. Teenagers. Police.

RÉSUMÉ

Figaro-Garcia, C. (2010). Une proposition de protocole de soutien psychologique appliqué aux cas de disparitions d'enfants et adolescents. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Le nombre annuel des disparitions d'enfants et d'adolescents est de 40.000 cas au Brésil, dont 9000 dans l'État de São Paulo. Ces disparitions sont d'une telle gravité qu'elles exigent une prise en charge pluridisciplinaire. Il est essentiel que ces disparitions retiennent l'attention gouvernementale en vue de l'élaboration de politiques publiques, l'attention des universitaires aux fins de développements technologiques et de recherche, et l'attention des cliniciens pour l'élaboration de modèles de soins psychologiques aux familles ainsi qu'aux enfants et adolescents disparus lorsqu'ils sont retrouvés. L'objectif de cette étude était de décrire la méthodologie d'un protocole de soutien psychologique pour les familles d'enfants et d'adolescents disparus et pour les enfants et adolescents retrouvés. Ce protocole est destiné à être utilisé au sein d'un poste de police spécialisé dans les enquêtes sur les personnes disparues. Ce protocole a été élaboré dans le cadre d'un projet pluridisciplinaire combinant différentes méthodes de recherche et d'identification des mineurs de moins de 18 ans disparus. Nous avons décrit les étapes de la planification de ce projet, en soulignant l'intégration et les effets de la psychologie et de la psychanalyse dans son champ d'application multidisciplinaire. Le modèle clinique comprenait au moins quatre entretiens (un semi-ouverts et trois ouverts) et le dispositif d'analyse était utilisé pour émettre des hypothèses sur les causes probables des disparitions. Ainsi, nous disposons d'un exemple de psychanalyse appliquée. Des questionnaires semi-ouverts ont été utilisés et leurs réponses ont été stockées dans la base de données. Les sujets participant à l'étude ont signé le formulaire de consentement. Les cas ont été supervisés et dirigés vers le réseau psychosocial de São Paulo. Les entretiens étaient menés selon un mode psychanalytique d'orientation lacanienne pour une analyse clinique qualitative. Nous avons mené personnellement l'entretien pour 16 cas pilotes et avons supervisé les entretiens réalisés par notre équipe de psychologues dans les autres cas. La même référence psychanalytique a été utilisée pour l'examen des questions pluridisciplinaires et l'efficacité du protocole clinique utilisé au poste de police. Les caractéristiques des disparitions ont été analysées. Les fugues se produisent principalement lors de la puberté et peuvent survenir à plusieurs reprises. Concernant les familles, nous avons principalement étudié l'histoire de la violence domestique, l'utilisation de drogues illicites, l'alcoolisme, la pratique d'actes illégaux et les infractions pénales. Les signifiants les plus utilisés par les membres de la famille pour représenter les disparus ont été «enfant difficiles». Les fugues répétitives deviennent un mode de jouissance dans lequel s'installe l'enfant. Nous avons trouvé des points communs lors des entretiens avec les enfants retrouvés. L'enfant occupe dans la famille une position symbolique de «mauvais fils» (ou «mauvaise fille») dans laquelle il se maintient puisqu'elle lui permet d'être reconnu et identifié au sein du groupe familial. Certains enfants quittent le foyer familial uniquement pour contrarier leurs parents et pour affirmer leur personnalité. Dans certains cas, quitter la maison est un moyen de survie psychique pour l'enfant ou l'adolescent. Le bilan des entretiens menés au poste de police montre des divergences marquées entre les centres d'intérêts des policiers et ceux des psychologues qui vont se concentrer sur des aspects bien différents. Notamment, l'approche analytique va se focaliser sur les particularités de chaque cas, et les conséquences potentielles liées à la disparition, ouvrant un nouveau champ de travail au psychologue.

Mots clés: Pluridisciplinaire. Psychanalyse appliquée. Les personnes disparues. Enfants. Adolescents. Police.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	223
APÊNDICE B - Questionário Família.....	224
APÊNDICE C- Questionário Criança/ Adolescente abrigado.....	229
APÊNDICE D - Questionário Criança/ Adolescente.....	233
APÊNDICE E - Acompanhamento do caso.....	236
APÊNDICE F - Encaminhamento.....	237

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Modelo de Boletim de Ocorrência de desaparecimento.....	238
ANEXO B - Folder institucional do Projeto Caminho de Volta.....	239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de boletins de ocorrência de desaparecimento lavrados no Estado de São Paulo.....	45
Tabela 2 – Distribuição dos casos atendidos pela pesquisadora entre setembro de 2004 e janeiro de 2005.....	66
Tabela 3 – Dados dos desaparecidos segundo o relato dos familiares.....	119
Tabela 4 – Queixas familiares anteriores segundo familiares, desaparecidos encontrados e observados pela pesquisadora.....	121
Tabela 5 – Aspectos emocionais dos desaparecidos segundo o relato dos familiares.....	122
Tabela 6 – Dados sobre o desaparecimento segundo os familiares e segundo as crianças e adolescentes entrevistados.....	123
Tabela 7 – Dados sobre o desaparecimento relatado nas entrevistas com as crianças e adolescentes.....	125
Tabela 8 – Características das famílias dos desaparecidos.....	127
Tabela 9 – Acompanhamento dos casos.....	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 CONCEITO DE DESAPARECIDO.....	17
1.2 CONTEXTOS EM QUE OCORREM DESAPARECIMENTOS E TECNOLOGIA DISPONÍVEL PARA LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS.....	22
1.2.1 Contexto criminal.....	22
1.2.2 Contexto familiar.....	33
1.3 O DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	38
1.4 MODELOS DE PRÁTICAS CLÍNICAS PSICOLÓGICAS EM CONTEXTOS MULTIDISCIPLINARES.....	48
2 JUSTIFICATIVA.....	61
3 OBJETIVOS.....	62
3.1 GERAL.....	62
3.2 ESPECÍFICOS.....	62
4 MÉTODO.....	63
4.1 PARTICIPANTES.....	65
4.2 INSTRUMENTOS.....	66
4.2.1 Termo de consentimento livre e esclarecido.....	66
4.2.2 Entrevistas.....	67
4.2.3 Questionário família.....	69
4.2.4 Questionário criança/adolescente.....	73
4.2.5 Supervisões clínicas.....	75
4.2.6 Caderno de registro das supervisões.....	76
4.2.7 Acompanhamento do caso.....	76
4.3 PROCEDIMENTOS.....	77

5 RESULTADOS.....	87
5.1 HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO MULTIDISCIPLINAR DO CAMINHO DE VOLTA E DE SUA PRÁTICA CLÍNICA.....	87
5.2 ASPECTOS MULTIDISCIPLINARES A PARTIR DA PRÁTICA CLÍNICA EXECUTADA NA DELEGACIA.....	107
5.3 ASPECTOS CLÍNICOS OBSERVADOS A PARTIR DOS CASOS ATENDIDOS NA DELEGACIA.....	115
6 DISCUSSÃO.....	129
6.1 PROJETO CAMINHO DE VOLTA: MULTIDISCIPLINARIDADE E PRÁTICA CLÍNICA.....	129
6.2 SINTOMA DESAPARECIMENTOS/FUGA DE CASA – POSSÍVEIS SENTIDOS.....	141
6.3 EFEITOS TERAPÊUTICOS.....	166
6.4 ASPECTOS E EFEITOS MULTIDISCIPLINARES DA PRÁTICA CLÍNICA EXECUTADA NA DELEGACIA.....	172
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS.....	192

1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A dor da morte de um filho pode ser insuperável. Mas não saber se ele está vivo ou morto em decorrência de um desaparecimento e, portanto, não saber se algum dia ele será encontrado pode ser infinitamente mais angustiante. Muitas famílias de crianças e adolescentes desaparecidos parecem experimentar um luto sem um corpo mantendo a esperança de que um dia vão encontrar seus filhos. Como Gattás e Figaro-Garcia (2007) apontaram

o que diferencia a morte de um desaparecimento é que nela há um corpo que transmite a materialidade de uma vida que se foi, seja qual foi o motivo. No desaparecimento de alguém, a materialidade da pessoa se apresenta nas suas fotos, nas roupas deixadas no armário, nos seus objetos de uso pessoal, no seu quarto, nos brinquedos, enfim, nas lembranças que a família insiste em tornar vivas até que se prove o contrário. (p.15).

A fim de fornecer um panorama geral da magnitude que envolve o desaparecimento de crianças e de adolescentes, a introdução da presente pesquisa abordou, inicialmente, o conceito de desaparecido e suas diferentes definições. Na sequência, apresentou a ocorrência de desaparecimentos em contextos criminais e familiares informando o que outros países, inclusive o Brasil, têm feito para auxiliar na identificação e localização dos desaparecidos por meio de legislações, recursos tecnológicos e atendimentos psicológicos, uma vez que nessa temática o trabalho multidisciplinar é fundamental.

As famílias têm o direito de colocar um ponto final na história do desaparecimento de um filho (a) uma vez que, a incógnita de seu paradeiro, e conseqüentemente não saber em que condições físicas ele (a) se encontra, quando e como vai voltar para casa, podem desencadear efeitos psíquicos tanto para os familiares quanto para o próprio desaparecido depois de encontrado. Tais conseqüências merecem ser analisadas, sendo fundamental que as famílias recebam algum tipo de atendimento clínico voltado às questões do psiquismo.

Nesse sentido, serão citados exemplos de como a psicologia e a psicanálise podem contribuir em projetos multidisciplinares e como elas podem ser úteis para o tema do desaparecimento de crianças e adolescentes. Esse item foi introduzido, uma vez que a proposta da presente pesquisa é apresentar e discutir um modelo de prática clínica que se utiliza do dispositivo analítico para atender às famílias de desaparecidos menores de 18 anos e atender os posteriormente encontrados, sendo a mesma desenvolvida em um projeto multidisciplinar criado por uma equipe de docentes e técnicos do Departamento de Medicina

Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

1.1 CONCEITO DE DESAPARECIDO

Ao se tentar definir o termo “desaparecido” imediatamente duas perguntas podem surgir, ou seja, de qual desaparecido se trata e o que determinou seu desaparecimento. Oliveira (2007) apontou que os dicionários variam nos termos empregados o que indica a dificuldade de encontrar a palavra que defina precisamente o desaparecido, uma vez que esses se referem aos objetos, situações, pessoas, práticas desaparecidas, onde a ideia de desaparecer entra no registro do ato ou efeito de desaparecer ou de deixar de ser visto. Isso se dá pelo fato de que os significantes que essa palavra remete possuem significados diferentes para a população em geral, para a polícia, para a justiça, para a família do desaparecido e até para o desaparecido depois de encontrado. Por isso uma definição única é impossível. Portanto, em meio a essa dificuldade de conceituação, Oliveira (2007) propõe uma diferenciação entre “desaparecido civil” e “pessoas desaparecidas”. O desaparecido civil é caracterizado como sendo

a pessoa que saiu de um determinado ambiente de convivência familiar ou de algum grupo de referência emocional-afetiva como roda de amigos para realizar qualquer atividade cotidiana, porém não anunciou sua intenção de partir (daquele lugar) e jamais retornou. Sem motivo aparente, sumiu sem deixar vestígios. Nesse caso há (ou colocam-se) pelo menos três problemas imediatos: “saber o que aconteceu”, “saber o que fazer”, “saber a quem procurar”, enfim, saber que providências tomar. (p.18).

Pessoa desaparecida refere-se à condição de desaparecido, englobando aquele que está em locais desconhecidos e não se sabe se vivo ou morto. Aqui estariam situações onde, *a priori*, o motivo do desaparecimento é conhecido, como por exemplo, nas catástrofes naturais. Desaparecido civil seria o termo utilizado para “circunscrever o universo do que se convencionou chamar de desaparecido” diferenciando-se do desaparecido político, do foragido, do sequestrado ou da noção jurídica de presunção de morte (Oliveira, 2007, p.65). O autor salienta que o termo “desaparecido” para o Código Civil (Lei 10.406, 2002) e para o Código de Processo Civil (Lei 5.869, 1973) está inserido no conceito de “ausente” (Oliveira, 2007), ou seja,

para circunscrever o sujeito que está afastado de suas obrigações cotidianas e em local desconhecido. Sendo assim, esta condição surge por meio de duas prerrogativas importantes: primeiro, é assim

designada a partir de uma sentença judicial, e segundo, que tal sentença é dada por uma motivação econômica (o ausente deixou bens). (p.59)

Enfatiza que a ideia jurídica do “ausente” não é utilizada para designar o que socialmente é entendido por “desaparecido”. Além disso, coloca que a ideia de desaparecido presente nos referidos códigos, sugere uma pessoa cujo paradeiro é desconhecido ou que sua morte seja presumida, mesmo sem a presença de um corpo. Portanto, na opinião de Oliveira (2007), o desaparecido para a definição jurídica “é todo e qualquer indivíduo cuja morte é certa, ou seja, prevalece a presunção de morte”. (p.59).

Muitas crianças e adolescentes desaparecem “sem deixar vestígios”, utilizando a expressão que Oliveira (2007) dá ao desaparecido civil. Mas como será observado nesta pesquisa, alguns “anunciam” seu desaparecimento, justamente por se tratar, em sua maioria, de fugas de casa. Dão sinais de que vão fugir verbalizando sua intenção ou deixando cartas de despedida. Começam a apresentar comportamentos evasivos, isto é, começam a “desaparecer” de outras atividades cotidianas como a escolar, por exemplo. Outros, ainda, já fugiram de casa inúmeras vezes, são encontrados ou se deixam encontrar, voltam para casa e depois de algum tempo, voltam a desaparecer. Os vestígios do desaparecimento podem ser os mais variados e podem nem existir.

Para a instância policial, uma fuga é considerada desaparecimento apenas no momento em que a família abrir um Boletim de Ocorrência (B.O.) sobre o fato, ou seja, quando recorrer à polícia para encontrar seu filho. O B.O. é o primeiro registro circunstanciado de um acontecimento relatado por uma pessoa, quer na qualidade de vítima ou de testemunha, de algo que ocasionou a quebra de seus direitos como cidadão ou quebra dos direitos de outrem. Segundo o Manual de Polícia Judiciária (Polícia Civil, 2000), o B.O.

é o documento utilizado pelos Órgãos da Polícia Civil para o registro da notícia do crime, ou seja, aqueles fatos que devem ser apurados através do exercício da atividade da Polícia Judiciária... é utilizado largamente para registro de fatos atípicos, isto é, fatos que, muito embora, não apresentem tipicidade penal, não configurando, portanto, infração penal, merecem competente registro para preservar direitos ou prevenir a prática de possível infração, sendo conhecidos, consuetudinariamente, pela denominação de boletim de ocorrência de preservação de direitos. (p.73).

Assim, o B.O. de desaparecimento de pessoas (ANEXO A) é a primeira documentação pela qual a instância policial vai instruir os autos do inquérito policial para proceder a investigação. Em São Paulo, ele pode ser feito no Distrito Policial (DP) ou por meio da internet¹, isto é, por meio do chamado B.O. eletrônico, instituído pela Portaria da Delegacia Geral de Polícia (DGP) no Edital de 04/02/2000. A “Delegacia Eletrônica”, como é conhecida, recebe, verifica e formaliza o registro sobre furtos de carros, furto ou extravio de

¹ www.ssp.sp.gov.br/bo/

documentos pessoais, desaparecimento ou encontro de pessoas e denúncias. Como será apresentado posteriormente, para a polícia o desaparecimento não possui uma causa aparente e por isso é fundamental investigá-lo. Mas se a família busca seu filho por conta própria e não faz uma queixa formal, ele não é considerado um desaparecido para a polícia.

Crianças e adolescentes também desaparecem devido a atos criminosos praticados por terceiros, que podem resultar em violência física e/ou sexual e até morte. No senso comum, as pessoas confundem a palavra “rapto” com “sequestro” e vice-versa. No entanto, o crime de rapto (atualmente revogado)², fazia parte do Capítulo III do Título VI do Código Penal (Pinto, Wintt, & Céspedes, 2005), referente aos crimes contra os costumes, e estava descrito da seguinte forma:

Art. 219 - Raptar mulher honesta, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Rapto consensual

Art. 220 – Se a raptada é maior de 14 (catorze) anos e menor de 21 (vinte e um), e o rapto se dá com seu consentimento:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Diminuição de pena

Art. 221 – É diminuída de um terço a pena, se o rapto é para fim de casamento, e de metade, se o agente, sem ter praticado com a vítima qualquer ato libidinoso, a restitui à liberdade ou a coloca em lugar seguro, à disposição da família.

Concurso de rapto e outro crime. (p.223).

Segundo o Vocabulário Jurídico (Silva, 1998) o rapto:

Do latim *raptum*, do verbo *rapere*, (arrebatar ou levar pela força) originariamente entende-se a apropriação, o apossamento de coisas ou arrebatamento de pessoas, pela força ou pela violência. Assim, rapto assemelha-se, vulgarmente, ao roubo. Rapto, no entanto, na linguagem jurídica, é o vocábulo especialmente empregado para designar o arrebatamento ou a retirada de pessoas, de local que se encontram, para outro, seja pela violência, pela fraude ou pelo engano. Nesta razão, o rapto pode ser violento ou não. E se permite mesmo, quando se trata do rapto de mulher, que dê esta o consentimento para sua execução. Há nesta hipótese, o rapto consensual. Consoante os fins, isto é, em relação ao objeto ou à intenção do agente promotor do rapto (raptor), pode este revelar-se um crime contra a liberdade individual ou contra os costumes. O rapto de que se derive atentado à liberdade de pessoa raptada é sempre violento. A pessoa será, em regra, subtraída ou arrebatada contra sua vontade, para que se cumpra a intenção criminosa do agente. Neste caso, estarão os raptos de homens ou de crianças, arrebatados de seu domicílio, seja para extorsão ou para outros fins. (p.672).

Portanto, segundo o Código Penal, o crime de rapto seria restrito a pessoas adultas do sexo feminino ou maiores de 14 (catorze) e menores de 21 (vinte e um anos). Mas o Vocabulário Jurídico amplia o conceito de rapto, e nesta abrangência caberiam também os casos de crianças que são levadas por outrem. Todavia, a ideia de “criança raptada” que temos no senso comum está definida no Código Penal (Pinto et al., 2005), por meio do conceito de

² Com a revogação dos artigos que versavam sobre o crime de rapto, houve a inclusão dos incisos IV e V no Art. 148, referente a sequestro e cárcere privado definido no Art. 148: “Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro e cárcere privado.

§ 1º – A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. IV – se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos; V – se o crime é praticado com fins libidinosos”. (Lei nº 11.106, 2005).

Subtração de Incapazes que se encontra no Capítulo IV: Dos crimes contra o Pátrio Poder, Tutela Curatela:

Art. 249 – Subtrair menor de 18 (dezoito) anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial:

Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, se o fato não constitui elemento de outro crime.

§ 1º – O fato de ser o agente pai ou tutor do menor ou curador do interdito não o exime de pena, se destituído ou temporariamente privado do pátrio poder, tutela, curatela ou guarda.

§ 2º – No caso de restituição do menor ou do interdito, se este não sofreu maus-tratos ou privações, o juiz pode deixar de aplicar pena. (p.227).

O sentido técnico que o Direito Penal dá para subtração é a “tirada às escondidas”, ou o “desvio sub-reptício” de coisas, ou de pessoas, do poder ou do lugar em que se encontram. De modo que subtração não se confunde com o furto, configurando um crime de elementos próprios. O Código Penal assinala entre as várias espécies de subtração: a de cadáver (Art. 211), a de incapaz (Art. 249), a de livro público (Art. 337) e a de material de salvamento (Art. 257). A subtração de incapaz também aparece no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069, 2005, p.54), por meio da Seção II, referente aos Crimes contra a espécie: “Art. 237 – Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com fim de colocação em lar substituto. Pena – reclusão de dois a seis anos, e multa”.

Assim, para sua configuração basta que o agente retire às escondidas, ou desvie furtivamente coisa ou pessoa que se encontre em poder de outrem, ou em certo lugar, com a intenção de privar de seu destino, ou de sua finalidade. Portanto, tecnicamente o termo mais usual para uma criança que desapareceu por ter sido pega por um estranho ou conhecido sem o consentimento da família é o de “subtração de incapaz”. Se esta subtração se dá com finalidade de extorsão financeira da família, então temos a “extorsão mediante seqüestro” presente no Código Penal (Pinto et al., 2005).

Art. 159 – Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço de resgate.

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º – Se o sequestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o sequestrado for menor de 18 (dezoito) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos. (p.214).

Como para a polícia o desaparecimento não configura um crime, ele é distinto da extorsão mediante sequestro e da subtração de incapazes. Para a polícia a fuga de casa é o desaparecimento por excelência e ocorre devido a problemas presentes no contexto familiar, aspecto esse que será abordado posteriormente.

Além de definições acadêmicas ou jurídicas, as próprias famílias podem conceber o desaparecimento de forma diferente. Por exemplo, se uma criança fugiu de casa várias vezes,

talvez isso não configure para a família um desaparecimento. O mesmo pode ocorrer com aquele que fugiu, ou seja, ele pode dar diferentes explicações e nenhuma delas possuir um significado de desaparecimento para o sujeito. Por isso se torna difícil encontrar uma definição que consiga condensar todas essas possibilidades. Nesse sentido, a pesquisadora vai considerar como desaparecimento os casos nos quais uma criança ou um adolescente, de uma hora para outra, deixou de conviver com sua família, seja por vontade própria (fugas de casa), por ação criminosa ou política (subtrações), e também devido a acidentes (catástrofes naturais, acidentes com meios de transporte ou por perdas). E, principalmente, que a família tenha feito um B.O. sobre o fato, ou seja, recorreu à polícia para pedir ajuda.

Na tentativa de classificar os diferentes tipos de desaparecimentos, Finkelhor, Hotaling e Sedlak (1990) realizaram um estudo referente ao desaparecimento de crianças e adolescentes norte-americanos, denominado *National Incidence Studies of Missing, Abducted, Runaway, and Thrownaway Children* (NISMART 1) cujo objetivo foi estimar a incidência de categorias de desaparecimento, tais como a subtração praticada por familiares, a subtração praticada por desconhecidos, as fugas de casa ou de instituições, as expulsões pela família, as situações onde a criança se perde em locais públicos e quando sofre um acidente ou ainda por algum outro motivo desconhecido. As conclusões deste estudo são que cada uma destas categorias necessitam ser estudadas, pesquisadas e tratadas separadamente. Os autores também afirmam que o conceito de desaparecimento é inexato e pode ser empregado de forma errônea. A polícia é acionada em todos estes casos, mas estas categorias representam problemas psicológicos e sociais diferentes, possuem causas distintas e necessitam ser encaminhados e tratados de forma diferenciada, por instituições e profissionais qualificados.

O NISMART 2 foi elaborado por Hammer, Finkelhor e Sedlak (2002) que concluíram ser mais adequado deixar, na mesma categoria, os adolescentes que fogem e que são expulsos de casa. A ênfase nesta segunda pesquisa foi observar os episódios que podem acarretar mais riscos ao adolescente. Outra questão é que muitos que fogem ou que foram expulsos, não estão necessariamente desaparecidos, ou seja, muitos de seus responsáveis sabem onde eles estão e não alertaram a polícia sobre o desaparecimento. Ou ainda, não sabem onde eles se encontram, não dão queixa e não procuram pelo adolescente. Por isso, o NISMART 2 separa o grupo dos fugitivos/expulsos que estão realmente desaparecidos dos que não estão.

A seguir serão apresentados exemplos de como alguns países trabalham com as questões vinculadas ao desaparecimento de crianças e adolescentes em diferentes contextos, e que recursos tecnológicos e legislações foram desenvolvidos para auxiliar na localização e identificação dos desaparecidos.

1.2 CONTEXTOS EM QUE OCORREM DESAPARECIMENTOS E TECNOLOGIA DISPONÍVEL PARA LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS

1.2.1 Contexto criminal

Crianças e adolescentes desaparecem devido ao contexto político de seu país quando envolve crimes de guerras ou crimes de Estado. No século XX, um exemplo marcante foi o advento do Holocausto na II Guerra Mundial, quando milhares de famílias judias separaram-se de seus filhos pequenos e adolescentes nos campos de concentração ou em situações de fuga da perseguição nazista. Muitos destes filhos perderam-se, foram institucionalizados ou morreram. As famílias sobreviventes, por sua vez, dispunham de pouquíssimos recursos para encontrar familiares desaparecidos e os caminhos possíveis restringiam-se à ajuda internacional como a Cruz Vermelha ou a própria busca pessoal. Mas as dificuldades eram imensas, uma vez que cidades foram destruídas e com elas os meios de comunicação. Além disso, famílias inteiras morreram e os pequenos desaparecidos ficaram sem a possibilidade de saber se ainda restava alguém que pudesse resgatá-los.

Além dos desaparecimentos ocorridos em situação de guerras, crianças e adolescentes podem desaparecer devido ao contexto político interno de um país, como por exemplo, a ditadura. Os exemplos mais próximos ocorreram durante os anos 70 e 80 quando alguns países da América Latina estiveram sob este tipo de regime político marcado por perseguições violentas, tortura e assassinato de milhares de pessoas contrárias a essa ideologia. A Argentina se destacou pelo volume de desaparecidos e pelas consequências geradas no país a partir deste fato histórico e político.

Os desaparecimentos políticos na Argentina começaram entre 1974 e 1975 e nesse período já havia em torno de 600 casos de desaparecimento de pessoas. Quando a ditadura se instalou em 1976 estes números cresceram, e por volta de 465 campos de concentração e de extermínio foram institucionalizados neste país (Lo Giudice, 2005). Ao todo, pelo menos 30.000 pessoas foram consideradas desaparecidas, sendo 90% assassinadas (Garrido, 2005). Nesta época, Hebe de Bonafini, mãe de um desaparecido político, juntou-se a outras mães na mesma situação e, juntas, começaram a mobilizar o governo e a sociedade para buscar o

paradeiro de seus filhos. Como não conseguiram obter as respostas por parte da polícia, da Justiça e do governo, reuniram-se pela primeira vez na *Plaza de Mayo*, localizada em frente à Casa Rosada³, para pedir uma audiência. Como não foram atendidas, resolveram voltar na semana seguinte, em uma quinta-feira. A *Plaza de Mayo* então se transformou no local público que reunia, todas as quintas-feiras, as mães que tinham um problema em comum: tiveram seus filhos levados de forma violenta e arbitrária pelas autoridades, sem que pudessem ter acesso a seu paradeiro ou à sua condição de vida. Estas reuniões começaram a agregar um número maior de mães de desaparecidos políticos e provocaram atitudes violentas do governo que por meio de agressões e prisões de algumas delas⁴, tentou dissolver essas reuniões. A polícia também impediu que as mães ficassem sentadas nos bancos da *Plaza de Mayo* e assim começaram as famosas marchas ao redor da praça, caracterizadas pelo braço dado umas às outras.

O movimento começou a crescer e pelo menos 300 mães se encontravam todas as quintas na praça para a marcha. Como seria difícil organizar um encontro de todas as mães de desaparecidos da cidade, foi organizada uma passeata com uma estratégia para que elas pudessem se identificar entre si e se reconhecessem na multidão: as mães deveriam usar um lenço ou pano branco na cabeça como sinal identificatório, e muitas escolheram a fralda guardada da infância do filho desaparecido. Assim, o lenço branco ou *pañuelo* tornou-se a marca símbolo das *Madres de Mayo*⁵, que por anos se reuniram para a marcha das quintas-feiras à tarde⁶.

A perseguição política argentina não se restringiu apenas ao indivíduo, que na maioria dos casos era retirado de sua casa pelos militares, mas abrangiu toda a sua família. Desta forma, muitos bebês e crianças pequenas ficaram órfãos, sendo adotados por famílias sem filhos ou pelos próprios torturadores e executores de seus pais, passando a ter outra identidade. Assim, a exemplo das *Madres de Mayo*, surgiram novos grupamentos como, por exemplo, a organização não-governamental *Asociación Civil Abuelas de Plaza de Mayo*, (www.abuelas.org.ar) que foi criada em 1977 e cuja finalidade é localizar e restituir as crianças desaparecidas durante os anos da ditadura às suas legítimas famílias (Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo, 2008). Este tipo de

³ Sede do Governo Argentino.

⁴ Quando uma mãe era presa, todas iam para a delegacia para serem presas também. A união entre elas era tamanha que prendê-las acabava se tornando mais um problema do que uma solução.

⁵ *Las Madres de Mayo* construíram uma universidade destinada à discussão de regimes governamentais que desrespeitam os direitos humanos, e a seminários sobre sociologia, psicanálise, grupos de atendimento e busca de familiares desaparecidos (www.madres.org).

⁶ As marchas foram suspensas, pois o cenário político argentino mudou radicalmente a partir do governo do Presidente Néstor Kirchner, ex-perseguido político, que além de ser simpatizante do movimento, também auxiliou na localização e identificação de desaparecidos políticos.

desaparecimento é chamado de “*desaparición forzada de niños*”, porque as crianças foram subtraídas com seus pais, ou nascidas durante o cativeiro de suas mães grávidas, ou apropriadas por pessoas vinculadas aos militares (Berta, 2007; Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo, 2008; Lo Giudice, 1999, Quadrato, 2003). Esta associação trabalha em quatro níveis: faz denúncias e reclamações para as entidades governamentais, faz apresentações dos casos para a Justiça, faz solicitações de ajuda dirigida à sociedade civil em geral e realiza pesquisas ou investigações particulares. Em 1984, no Governo do Presidente Raúl Alfonsín, foi criada a *Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas* (CONADEP), o primeiro passo que possibilitou, três anos mais tarde, em 1987, a criação do Banco Nacional de Dados Genéticos (Banco de DNA), localizado no Serviço de Imunologia do Hospital Carlos G. Durand, em Buenos Aires. Seu funcionamento depende do governo e do Ministério da Saúde argentino (Munõz & Pérez, 2005) para determinar a filiação das crianças apropriadas na época da ditadura, a partir dos dados genéticos das “*abuelas*” (Zanotti, 2005), sendo a primeira realizada em 1984, da “*nieta*” Paula Eva Logares.

Como funciona um Banco de DNA? Qualquer material biológico de nosso corpo contém células que armazenam nossa codificação genética, que por sua vez é estruturada a partir de cromossomos compostos por informações gênicas herdadas metade do pai e metade da mãe. Os Bancos servem para armazenar os perfis de DNA humano, que são identificados a partir da repetição de sequências de bases (guanina, citosina, timina, adenina) em locais específicos dos cromossomos. Uma criança, portanto, terá um perfil genético composto metade por sequências presentes na mãe e a outra metade no pai biológico. Se o perfil genético de pais ou familiares, armazenado em um Banco específico, for comparado com o material genético de crianças e adolescentes, a existência ou não dos vínculos de filiação e de parentesco poderão ser correlacionadas. Portanto, os Bancos de DNA são fundamentais não só em casos de desaparecimento de pessoas em acidentes, catástrofes naturais ou guerras que resultem em óbito, mas também para casos de desaparecimento de crianças pequenas que, em decorrência do tempo, poderão ter suas características físicas modificadas, dificultando um posterior reconhecimento visual por parte das famílias. (Gattás, 2007).

Até 2005 já havia 260 casos documentados pelas “*abuelas*”, sendo 47 restituídos às suas famílias, nove óbitos, oito casos em trâmite judicial e catorze em convivência com a família da criança. Em outubro de 2009 foi restituído o 98º “*nieta*”. Acredita-se que 500 crianças, hoje jovens e jovens adultos, ainda estejam com seu paradeiro desconhecido. (Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo, 2008).

Todavia, além da análise do DNA e da comprovação do vínculo genético entre o desaparecido e seus familiares, é fundamental que ambos recebam tratamento psicológico. Em 2003 foi inaugurado o *Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo* (2005) coordenado por psicólogos com formação psicanalítica de orientação lacaniana. O centro fornece atendimento psicanalítico a famílias e filhos de desaparecidos políticos, com a finalidade de restituição da identidade, apropriação e filiação (Lo Giudice, 2005), ou seja, o trabalho recai sobre o resgate emocional, histórico e da identidade destes adultos jovens que desconhecaram seus pais biológicos e tiveram o rumo de sua história familiar desviado para outro caminho. Na Argentina, há ainda outros grupos como o chamado *Agrupación HIJOS – Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Ovidio y el Silencio*, formado em 1995 por filhos dos desaparecidos políticos ou assassinados durante a ditadura argentina e a *Fundación Pibe* (www.pibe.org.ar) que trabalha com prevenção, investigação e estudo contra o desaparecimento e tráfico de crianças.

Outros países, como por exemplo, o Brasil (Coimbra, 2001a, 2001b; Vasconcelos, 1998;) e o Chile (Diaz, 2005; Ministério de Salud, 2001) também viveram situações dramáticas de perseguição política agregada à violência física, sexual e psicológica, que resultaram em desaparecimentos de pessoas até hoje não localizadas e em crimes que continuam na impunidade. Todavia, nenhum deles teve a particularidade e as características das subtrações de filhos de desaparecidos argentinos. No entanto, o fenômeno e as consequências psíquicas do desaparecimento de pessoas em decorrência destes regimes políticos motivaram vários estudos na área da psicanálise (Berta, 2007; Dolto, 1998; Laub, 1998; Lo Giudice, 2005; Taback de Bianchedi et al., 1997; Vasconcelos, 1998; Vinär, 1990), da psicologia (Caniato, 1995; Castilho Vergara, Del Rio Albornoz, Castañeda Dubois & Lefevre Badilla, 1996; Coimbra, 2001a, 2001b), da psiquiatria (Pérez & Juan, 1990), das ciências sociais (Catela, 1999), da antropologia (Gandsman, 2001) e da história (Quadrat, 2003).

Além dos contextos políticos há outras situações que envolvem o desaparecimento de crianças e adolescentes, por exemplo, quando estes são levados por adultos sem o consentimento de pais ou responsáveis, configurando o crime de subtração. No exemplo citado da Argentina, também ocorreram subtrações de crianças e, portanto, de ordem criminosa. Mas o que diferencia a subtração dos filhos dos desaparecidos políticos argentinos refere-se à sua finalidade, ou seja, a eliminação da possibilidade de continuidade geracional da família de origem daquelas crianças. No contexto criminal será abordada a subtração para fins principalmente de violência física, psicológica, sexual e assassinato do desaparecido.

No NISMART 1 (Finkelhor et al., 1990), a subtração praticada por familiares é definida como as situações nas quais um membro da família leva a criança violando um acordo judicial de guarda ou quando não devolve a criança no dia estipulado pelo acordo. O membro da família é definido como aquele que manteve algum tipo de relacionamento amoroso e/ou sexual com o outro genitor da criança. Para a visão policial, a subtração deve ser um episódio que registre maior gravidade, como o fato do membro da família tentar esconder a criança, evitar que ela entre em contato com a família, transportá-la para outra cidade ou Estado e mostrar evidência de que deseja mantê-la por tempo indeterminado. Geralmente as crianças possuem entre 2 e 11 anos de idade e são levadas por homens, pais ou os que são considerados figuras paternas. Estas subtrações ocorrem, em geral, após o divórcio sendo que 41% ocorreram antes dos pais se separarem.

A definição legal para a subtração praticada por não familiares refere-se à retirada coercitiva e não autorizada de uma criança, sua detenção por um período de mais de uma hora ou a indução para a mesma cometer algum ato ilícito. Mas este tipo de subtração também é conhecido popularmente como “sequestro de criança”, e caracteriza-se pelo fato da criança pernoitar na companhia de quem a levou, ou ser transportada para outra cidade, ou ser exigido um resgate, ou haver indícios de que quem a levou deseja mantê-la por tempo indefinido ou ainda, matá-la. Geralmente são subtraídas dessa forma as adolescentes acima dos 12 anos. Dois terços ou mais das subtrações envolvem abuso sexual e a maioria dos adolescentes é subtraída nas ruas. (Finkelhor et al., 1990).

As subtrações provocam um forte impacto social e mobilizam a opinião pública a ponto de alterar legislações, desenvolver recursos tecnológicos para busca e identificação dos desaparecidos e pesquisas científicas nessa área. O primeiro caso registrado de subtração de uma criança ocorreu nos Estados Unidos em 1894, quando Charley Ross, com quatro anos, desapareceu do jardim de sua casa e foi assassinado sem, todavia, ter o local do corpo localizado (Linnington, 2005). Outro exemplo norte-americano ocorreu em 1924, quando Robert Franks de 14 anos, foi subtraído por dois homens, sexualmente violentado e assassinado. Mas, o crime que mobilizou a nação americana ocorreu em 1933 e ficou conhecido como “*Caso Lindberg*”. O filho do famoso aviador que cruzou, pela primeira vez, o oceano Atlântico, foi subtraído de seu berço, sem ninguém perceber e encontrado dois meses e meio depois em estado de decomposição. Tal fato fez com que o governo americano sancionasse o *Federal Kidnapping Act*, que autorizava o Departamento de Justiça a intervir em qualquer viagem interestadual onde houvesse suspeita deste tipo de crime (National Centre of Missing and Exploited Children, 2000).

Como as instâncias policiais americanas necessitavam de maior intercomunicação com as outras instâncias governamentais para divulgação e procura de informação sobre desaparecidos, foi criado, em 1975, o *Missing Person File*, uma espécie de rede nacional para verificar e consultar informações sobre crianças desaparecidas.

Além das subtrações praticadas por estranhos, há subtrações que podem ser praticadas por familiares; geralmente pais divorciados em disputa de guarda. Nos casos de filhos que são levados pelos pais sem autorização do genitor que possui a guarda, foi decretado, em 1980, o *Parental Kidnapping Prevention Act*, que possibilitou ações federais em situações locais.

As subtrações que mais chamam a atenção são, todavia, as praticadas por estranhos com situações de pedofilia, crime sexual e assassinato. No início dos anos 80, o assassinato de 29 garotos de 1979 e 1981, a subtração de Etan Patz, um garoto de sete anos em 1979 e a subtração e assassinato de Adam Walsh em 1981, mobilizaram a opinião pública e o governo americano. Tais fatos resultaram no decreto do *Missing Children Act* (MCA) em 1982, que obriga as instâncias policiais a investigarem arduamente todo caso de desaparecimento de criança e possibilitam o acesso ao *Missing Person File*, tornando, portanto, estes casos prioridade para o governo federal. Em 1983, foi criado o *Unidentified Person File*, para possibilitar a comparação de crianças desaparecidas com corpos não identificados em todo o país. Com as preocupações cada vez mais centradas no desaparecimento infantojuvenil, foi decretada o *Missing Children's Assistance Act* (MCAA), em 1984, pois o governo reconheceu a importância e a necessidade de ajudar a coordenar e dar assistência nestes casos. Direcionou ao *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention* (OJJDP)⁷ a criação de organizações privadas para atuar como agência de informações sobre crianças desaparecidas e exploradas, com uma linha telefônica 24 horas de âmbito nacional, para receber informações e denúncias, promover treinamento técnico assistencial para as instâncias policiais e legais, para ONGs que trabalham com o tema e desenvolver programas de treinamento e capacitação.

Uma dessas organizações é o *National Centre of Missing and Exploited Children* (NCMEC), criado também em 1984 e reconhecido internacionalmente por possuir vários recursos tecnológicos, como o programa LOCATER – *Lost Child Alert Technology Resource*, que possibilita, gratuitamente, o fornecimento de alta tecnologia para as delegacias e entidades legais a fim de que possam ser feitas fotos e pôsteres de crianças desaparecidas para serem rapidamente divulgados nos Estados americanos e no exterior. Outro recurso é o site do NCMEC que já foi introduzido na Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Costa

⁷ Órgão governamental que autoriza a distribuição de verbas para apoiar Estados americanos no desenvolvimento de métodos alternativos voltados a problemas do adolescente envolvido na delinquência.

Rica, Irlanda, Itália, Malásia, México, Holanda, África do Sul, Espanha e Reino Unido para divulgação de fotos de crianças e adolescentes destes países (www.missingkids.com).

Na área da computação gráfica, o NCMEC ministra cursos sobre o desenvolvimento de softwares capazes de realizar o envelhecimento digital de imagem a partir da foto da criança desaparecida tendo como base fotos da infância, adolescência e fase adulta dos familiares. A partir de várias composições faciais dos familiares, a foto do desaparecido é construída graficamente gerando uma fisionomia “atualizada” de uma criança que desapareceu há 10 ou 20 anos quando tinha, por exemplo, um ano de idade.

Além dos recursos tecnológicos, o NCMEC possui grupos de ajuda como o *Team Hope* (National Centre of Missing and Exploited Children, 2004) que desde 1998 é composto por voluntários que tiveram filhos desaparecidos e que se dedica a fornecer suporte emocional às famílias que estão passando por uma situação destas. Outro grupo é o *Team Adam*, formado por 20 especialistas e profissionais, alguns aposentados, mas que têm grande experiência em investigações policiais. Sua função é auxiliar na divulgação dos desaparecimentos, nas investigações, e requisitar o que for preciso das agências legais. Durante os seis primeiros anos de funcionamento do NCMEC, o índice de crianças encontradas ou resgatadas foi de 62%. Desde 1990 este índice subiu para 94% (National Centre of Missing and Exploited Children, 2004).

O resgate e a reunificação de crianças e adolescentes desaparecidos foi tema de estudo realizado pelo NCMEC (Turman, 1995) e pelo OJJDP, no qual foram destacadas pesquisas sobre tipos de desaparecimento, tais como as subtrações praticadas por pessoas estranhas, por familiares, fugas de casa, expulsões de casa, perdas, entre outras. Em cada um destes tipos foram citadas as causas, quem foram os agentes responsáveis pelo desaparecimento e a faixa etária. Em um estudo realizado por estas mesmas organizações em parceria com a *School of Nursing University of Pennsylvania e Federal Bureau of Investigation – FBI* (Burguess & Lanning, 2003) foi feita uma análise de subtrações de bebês ocorridas em maternidades e em residências americanas de 1983 a 2002. Este estudo mostra características deste tipo de subtração de incapaz desde as motivações que o agente possui, na maioria do sexo feminino, o planejamento, a subtração e as consequências provocadas na organização familiar. Em geral, são mulheres com problemas nos relacionamentos afetivos, que não conseguem engravidar e acreditam que o bebê seja a resolução desses problemas. Mentem aos parceiros e às famílias que estão grávidas, engordam simulando a gravidez e muitas vezes mudam para outro local, alegando que tiverem o bebê nessa determinada cidade. Antes da subtração, estudam meticulosamente por meses a maternidade, as entradas e saídas, os monitoramentos

eletrônicos, as equipes de enfermagem, fazem amizades com funcionários e chegam a roubar aventais ou equipamentos que simulem que trabalham naquele local.

Quando uma criança desaparece nos Estados Unidos há uma grande mobilização da sociedade civil e do governo que juntos buscam meios para sua rápida localização. Em 1994, a rede de lojas Wall*Mart desenvolveu o chamado *Code Adam* (National Centre of Missing and Exploited Children, 2004), em homenagem ao garoto Adam Walsh, que é um sistema de segurança para crianças difundido no país todo. Quando um cliente informa a um funcionário da loja sobre o desaparecimento de seu filho, imediatamente o alerta *Code Adam* é acionado e a partir de uma breve descrição da criança, os funcionários começam as buscas no interior da loja. Além disso, todas as saídas são monitoradas para evitar que a criança saia ou seja levada por alguém. Se a criança não for encontrada em dez minutos ou for vista acompanhada por alguém que não os pais ou responsáveis, a polícia é imediatamente avisada.

O *America's Missing: Broadcast Emergency Response – Amber Alert* (National Centre of Missing and Exploited Children, 2004), criado em 1997, é outro tipo de alerta resultado de um trabalho conjunto entre sociedade civil, meios de comunicação e agências governamentais para os casos de desaparecimento infantojuvenil. O Alerta Amber teve origem após o desaparecimento da menina Amber Hagerman de nove anos, na cidade de Arlington, Texas, quando foi subtraída e brutalmente assassinada. A comunidade chocada procurou tornar mais ágil a comunicação por meio da divulgação de fotos de crianças desaparecidas em todos os meios de comunicação. Alguns critérios são levados em conta para que o Alerta Amber seja acionado, ou seja, a subtração deve ter sido confirmada, a criança deve estar correndo risco de ferimento ou de morte e a existência de evidências ou pistas para auxiliar na busca. Todos os meios de comunicação e de transporte divulgam o desaparecimento e assim a sociedade pode contribuir ativamente com a polícia na busca e no fornecimento de informações importantes.

Em 2001, foi criado nos Estados Unidos o *National Missing Person DNA Database* (NMPDD), voltado para pessoas desaparecidas, pessoas não identificadas e restos humanos (www.fbi.gov/hq/lab/html/mdnau1.htm), além do *Combined DNA Index System* (CODIS) e do *National DNA Index System* (NDIS), Bancos de DNA voltados à área criminal, que armazenam o perfil genético obtido de materiais biológicos de criminosos para que os mesmos sejam comparados com os perfis de materiais biológicos deixados nas cenas do crime⁸.

Em julho de 2006, o presidente George E. Bush assinou o *Adam Walsh Child Protection and Safety Act* que criou um banco de dados nacional sobre pessoas que praticaram crimes

⁸ Esse tipo de Banco de DNA criminal existe em outros países. O Canadá com o *National DNA Data Bank – NDDB* (www.nddb-bndg.org/main_e.htm) e o Reino Unido que possui o *National DNA Database* (www.homeoffice.gov.uk/science-resource/using-science/dna-database/), são alguns exemplos.

sexuais contra crianças e adolescentes, uma vez que há por volta de 600.000 casos nos Estados Unidos. A partir de então, todas as queixas devem entrar no sistema do *National Center Information* do FBI em duas horas, ficando proibida a remoção de arquivos de crianças desaparecidas que tenham completado 18 anos (National Centre of Missing and Exploited Children, 2006).

Uma característica do NCMEC e de outras organizações não-governamentais norte-americanas como *A Child is Missing* (www.achildmissing.org), *Child Abduction Resource Center* (www.home.dmv.com), *Child Watch of North América* (www.childwatch.org), *Heidi Search Center* (www.geocities.com/~heidisc), *Jimmy Ryce Center for Victims of Predatory Abduction* (www.jimmyryce.org), *Klaas Foundation for Children* (www.klaaskids.org), *Laura Recovery Center Foundation* (www.lrcf.org), *Polly Klaas Foundation* (www.pollyklaas.org), *The Jacob Wetterling Foundation* (www.jwf.org) é o fato de que elas tiveram sua origem a partir de histórias dramáticas que envolveram os filhos dos fundadores destes centros, que foram subtraídos, sexualmente abusados e assassinados.

Em 2004, o *Florida Department of Law Enforcement* (www.fdle.state.fl.us) criou o *Child Abduction Response Team* – C.A.R.T (Livingston, 2005), isto é, uma equipe multiprofissional cujo principal objetivo é atender rapidamente a casos de subtrações de crianças para auxiliar na sua localização. No Estado da Flórida foram criados sete C.A.R.Ts localizados em sete regiões diferentes que são formados por policiais, investigadores locais, estaduais e federais, por profissionais da área jurídica e de organizações privadas que trabalham na busca de crianças desaparecidas ou subtraídas. Os C.A.R.Ts possuem escritórios móveis, com tecnologia moderna, que vai desde equipamentos hardware (como laptop; câmeras digitais; vídeos; celulares; *aircard*, que possibilita conexão na internet e intranet em áreas remotas; e equipamentos que combinam *fax*, *xerox*, *scanner* e impressora), softwares e banco de dados (levantamento de fichas criminais de suspeitos, dados sobre carros e motoristas, sobre vizinhos e parentes do suspeito, mapas e localizações, sobre os empregadores e locais de trabalho do suspeito nos últimos quatro anos), além de equipamento forense para análise da cena do crime. Em 2008, o NCMEC recuperou 13.831 desaparecidos, ou seja, 97% dos casos, sendo uma marca histórica em seus 25 anos de existência (National Center of Missing and Exploited Children, 2008).

O Canadá é outro país que desenvolve pesquisas e recursos tecnológicos na área do desaparecimento infantojuvenil. O governo canadense possui um serviço destinado ao problema do desaparecimento de crianças denominado *National Missing Children Services* – NMCS (www.rcmp-grc.gc.ca/crimrec/misskids_e.htm), que é um programa do *National*

Police Services que trabalha com informações e serviços de identificação. No relatório anual, organizado com os dados oriundos do *Canadian Police Information Centre* (CPIC), Dalley (2004a) descreveu sete tipos de desaparecimento infantojuvenil: subtração de incapaz por estranho; por familiar; fugas de casa; acidentes; perda devido a estado confusional; causa desconhecida; quando a criança ou adolescente não volta para a casa de detenção ou para algum outro tipo de instituição voltada para jovens delinquentes (Dalley, 2004a, 2004b; Kiedrowski & Dalley, 1994). Segundo os dados da *Mounted Police Foundation* (www.mountedpolicefnd.org), organização sem fins lucrativos da *Royal Canadian Mounted Police* (RCMP), no ano de 2004 cerca de 67.200 crianças desapareceram, 80% dos desaparecidos com idade entre 14 e 17 anos, 58% adolescentes do sexo feminino, e 34% desapareceram de suas casas. O Canadá enfatiza o trabalho de prevenção como a parceria entre as Lojas Wal*Mart e a *Mounted Police Foundation* que resultou no *Child ID Kits* (www.mountedpolicefnd.org), isto é, uma carteira para que os pais coloquem os dados de seu filho, cor da pele, sexo, idade, endereço, uma foto, cinco fios de cabelo do filho com o bulbo (para análise do perfil de DNA) em um local apropriado, e as digitais dos dez dedos, tirados com uma tinta para este fim, que vem colada nesta carteira. Os pais guardam estes dados e se um dia seu filho desaparecer, eles levam estas informações na delegacia de polícia para começar a investigação. Assim, os dados, a foto e o material biológico para análise de DNA ficam, preventivamente, mantidos sob tutela dos pais. Além disso, há outras entidades da sociedade civil que trabalham em conjunto com o governo canadense como o *Missing Children Society of Canadá* (www.mcsc.ca), *Our Missing Children* (www.ourmissingchildren.ca), *Victims of Violence* (www.victimsofviolence.on.ca) e *Operation Go Home* (www.operationgohome.ca), entre outras.

No Reino Unido a *Police National Missing Persons Bureau* (PNMPB), é uma polícia especializada na busca de pessoas desaparecidas, tanto nacionais quanto estrangeiras. Sua base é na Scotland Yard e executa a comparação de informações sobre pessoas ou corpos sem identificação. Possui vínculos com agências governamentais e não-governamentais e opera a *Missing Kids Website* no Reino Unido. O *Parents and Abducted Children Together* (PACT) é uma organização não-governamental registrada tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos, cuja missão é, por meio de parceria com a polícia, localizar e recuperar crianças desaparecidas (www.pact-online.org). Em 1986, foi organizada no Reino Unido a *REUNITE* (www.reunite.org) e seu foco de trabalho são famílias de crianças subtraídas por seus pais e levadas para fora do país, principalmente no auxílio jurídico, bem como na recuperação da criança que foi levada.

Na Suíça, a *Fondation pour la Recherche d'Enfants Disparus* (FREDI) é uma fundação sem bens lucrativos que funciona desde 1995 e possui uma página na internet (www.fredi.org) para divulgação de fotos de crianças desaparecidas, além de campanhas de prevenção nas escolas e para famílias. Possui *links* com outras páginas na internet de países europeus destinados à divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos em seus países ou levados para fora, acompanhamento jurídico e psicológico das famílias como na França – *S.O.S Enlèvements internationaux d'enfants* (www.seie.org), *KIMAIID SOS enfants élevés* (www.kimaid.org) e na Alemanha – *Gesuchte-kinder* (www.gesuchte-kinder.de).

Na Bélgica há o *Child Focus – Centre Européen pour Enfants Disparus et Sexuellement Exploités* (www.childfocus.be) que há sete anos trabalha na busca de crianças desaparecidas e no combate à exploração sexual infantil. Este centro belga uniu-se a outras ONGs da União Europeia que já trabalhavam com a temática do desaparecimento infantil, da exploração sexual infantil e da violência doméstica e formaram, em 2007, o *Missing Children Europe*, que compreende a *European Federation for Missing and Exploited Children* (www.missingchildreneurope.com). O *Missing Children Europe* agrega 21 entidades como a *Rat auf Draht* (www.rataufdraht.org.at) criada na Áustria em 1987; *Our Children Foundation* (www.nasedite.cz) criada na República Tcheca em 1993; *Thora Center* (www.thoracenter.dk) criada na Dinamarca em 1994; *Fondation pour L'Enfance* (www.fondation-enfance.org) criada na França em 1987; *La Mouette* criada na França em 1987; *APEV – Aide aux Parents D'Enfants Victimes* (www.apév.org) criada na França em 1991; *ISPCC* (www.ispcc.ie) criada na Irlanda em 1989; *Itaka Foundation*, criada na Polônia em 1999; *Nobody's Children Foundation* (www.fdn.pl) criada na Polônia em 1991; *Instituto de Apoio à Criança* (www.iacrianca.pt) criado em Portugal em 1983; *Salvati Copiii* (www.slavaticopiii.ro) criada na Romênia em 1990; *Focus Romania* (www.copiidisparu.ro) criada na Romênia em 2005; *Linka Detskej Istosy* (www.unicef.sk) criada na Eslováquia em 1996 e o *Missing People* (www.missingpeople.org.uk) criado no Reino Unido em 1992.

Em 1999, a Espanha foi o primeiro país da União Europeia a estruturar um programa nacional que desenvolveu um Banco de DNA para pessoas desaparecidas, principalmente dos desaparecidos da Guerra Civil Espanhola (www.guardiacivil.org), por meio da criação do Programa Fénix (Lorente et al., 2002), que auxilia na identificação forense de cadáveres e ossadas de pessoas desaparecidas, por meio de análise de DNA, incluindo crianças, adolescentes e adultos. Este projeto foi estabelecido por meio de convênio entre a *Universidad de Granada* e a *Dirección General de la Guardia Civil*, financiada por várias entidades governamentais e não-governamentais. O requisito indispensável para que o

desaparecido seja identificado no programa é que tenha sido feita uma denúncia para a polícia ou justiça sobre o desaparecimento. Em 2009, foi criado no *Laboratorio de Identificación Genética de la Universidad de Granada*, o projeto DNA-PROKIDS (www.dna-prokids.org) que em convênio com outros países da Europa, Ásia e das Américas, entre eles o Brasil, visa combater o tráfico ilegal de seres humanos por meio da identificação genética entre as vítimas e as famílias, principalmente de crianças e adolescentes. O DNA-PROKIDS pretende diminuir os casos de adoção ilegal de crianças no mundo, uma vez que essas adoções podem ser casos de subtração. Neste programa, a mãe que desejar dar seu filho para ser adotado deverá comprovar geneticamente que é a mãe do mesmo. Os países conveniados no projeto vão ter uma base de dados integrada para compartilhar as informações.

1.2.2 Contexto familiar

Outra categoria estudada pelo NISMART 1 (Finkelhor et al, 1990) refere-se às crianças e adolescentes que fogem de casa ou de abrigos. As fugas podem ser de um dia com pernoite ou fugas recorrentes. As fugas de casa são categorias diferentes das anteriores e muitas vezes consideradas um problema familiar. Apesar de as fugas constituírem uma ação voluntária da criança ou do adolescente, elas são indicadoras de algum tipo de problema familiar ou institucional, seja pela presença de um ambiente familiar disfuncional ou conflituoso, ou de um ambiente institucional que coloque em risco o bem-estar da criança ou do adolescente. Segundo o NISMART 1, os adolescentes são os que mais fogem e possuem maiores chances de entrar em contato com drogas, praticar atos infracionais, sofrer violência física ou exploração sexual infantil.

No NISMART 2, Hammer et al. (2002) observaram que em 1999 ocorreram 1.682.900 fugas de crianças e adolescentes nos Estados Unidos, sendo que apenas 21% foram reportadas à polícia, 96% dos que fugiram tinham acima de 12 anos, 21% tinham histórico de violência física e sexual, 19% eram dependentes de drogas e 11% haviam cometido atos infracionais. Dalley (2007) relatou que 76% dos casos de desaparecimento no Canadá foram fugas de casa, sendo 58% de meninas e 42% de meninos. Mais da metade das meninas tinha entre 14 e 15 anos e 47% dos meninos também estavam nessa mesma faixa etária. Em 82% das fugas reportadas não se tratavam de um primeiro episódio.

No início dos anos 70, a polícia dos Estados Unidos começou a “deter” temporariamente em abrigos, a criança ou adolescente fugitivo, principalmente aqueles que poderiam se colocar em risco ou a outras pessoas. Na inexistência de abrigos locais, os fugitivos foram colocados em prisões e as organizações de direitos humanos e de serviços sociais se manifestaram contrariamente a este tipo de ação gerando a decretação, em 1974, do *Juvenile Justice and Delinquency Prevention Act* (JJDPa). Uma das ações do JJDPa foi o *Runaway and Homeless Youth Act* (RHYA) que provê abrigo, aconselhamento e educação a estas crianças e adolescentes até que os mesmos sejam reunidos com a família de origem novamente. A legislação americana foi citada com o intuito de mostrar como a questão das fugas de casa é um problema que mobilizou o governo devido à sua gravidade.

Há muitos anos a literatura tem mostrado que a violência doméstica (maus-tratos, abuso sexual intrafamiliar, violência conjugal, violência psicológica, negligência e abandono) pode facilitar a ocorrência de fugas de casa. No artigo de Janus, Archambault, Brown e Welsh (1995), os autores apontam que o abuso físico praticado em crianças e adolescentes que fogem e ficam nas ruas já foi tema literário de autores como Charles Dickens e Mark Twain. Mas a revisão bibliográfica realizada pelos autores mostrou que este tema tem sido mais estudado, principalmente a partir da década de 80, com pesquisas que enfatizam as incidências de abuso físico ocorrido nas ruas ou em casas, facilitando a fuga. A pesquisa destes autores foi realizada em um abrigo na cidade de Toronto, Canadá, por meio de entrevista com 195 adolescentes que fugiram de casa. A maioria destes jovens já tinha fugido mais de uma vez, suas famílias apresentavam conflitos, principalmente com histórico de maus-tratos físicos que precipitaram a fuga. A idade média do início dos abusos foi de 12 anos, sendo as garotas as que mais sofreram esta violência repetidas vezes, entre os 5 e 10 anos de idade. As agressoras em geral foram mães biológicas, tanto para meninos quanto para meninas, principalmente as mães solteiras. A vulnerabilidade anterior unida à fuga aumenta o risco de o adolescente continuar sendo abusado fisicamente, mas agora pelos “amigos” ou “parceiros” da rua, além de uma possível entrada na marginalidade. Todavia, os resultados deste estudo apontaram que, ainda, a violência física praticada na família foi maior do que a praticada na rua.

Matchinda (1999), em um estudo com 210 crianças que viviam nas ruas de Yaounde, na República dos Camarões, verificou que elas fugiram de casa antes dos 11 anos, sendo que 71,4% tinham famílias instáveis, com pais que estavam separados temporariamente ou permanentemente. As famílias eram de baixa renda, mas a pobreza não foi o fator predominante que levou essas crianças a viverem nas ruas, e sim o autoritarismo familiar e os

maus-tratos físicos praticados pelos pais. Tyler e Tyler (1996), em seu estudo com 101 crianças que viviam nas ruas de Bogotá, na Colômbia, também já tinham observado que a pobreza (7,1%) não foi o fator principal que ocasionou a saída de casa, e sim abusos praticados por familiares (29,3%) e disciplina excessiva (8,5%). Problemas familiares foram citados por 56 crianças (57%) como o principal motivo das fugas.

Crianças e adolescentes que fogem de seus lares ou de instituições, acabam encontrando nas ruas um refúgio e a possibilidade de conviverem com outras crianças e adultos, formando novos vínculos afetivos e laços sociais. Por viverem nas ruas acabam recebendo o rótulo de “criança ou menino (a) de rua”, mas segundo Cosgrove (1990), além desse termo dizer muito pouco sobre essa população, há ainda uma tendência a enquadrá-los em um único grupo de negligenciados, abusados e explorados. O autor propõe uma definição baseada em duas dimensões: o envolvimento da família (um bom indicador da qualidade do ambiente social da criança) e o relacionamento da criança com as normas sociais. Para ele, a criança de rua é qualquer indivíduo menor de idade, cujo comportamento é discrepante com as normas da comunidade e que o apoio maior às suas necessidades não vem da família ou de uma família substituta. Apetkar (1996), ao se reportar à definição de Cosgrove (1990), afirma que ela possui consistência cultural, mas que a noção de comportamento desviante e família substituta estão dentro das peculiaridades de cada cultura, portanto não são uma regra universal. Além disso, Apetkar (1996) pergunta-se qual seria o comportamento desviante se a escolha de viver nas ruas para fugir de lares conflitivos e disfuncionais pode, em muitos casos, representar um aspecto saudável, tanto físico quanto emocional para aquele que foge.

Essa é uma questão importante, ou seja, a fuga de casa, dependendo da situação e do histórico familiar, pode ser um sinal de saúde psíquica e não simplesmente de uma atitude impulsiva ou desviante daquele que foge. Daí a importância de que seja analisado o contexto familiar e a história da criança ou do adolescente nesse contexto.

Nesse mesmo artigo, Apetkar (1996), descreveu diversos estudos realizados com crianças e adolescentes que viviam nas ruas de países em desenvolvimento (como países da América Latina, alguns países da África e da Ásia) e verificou que as crianças raramente começavam a ir para as ruas antes dos cinco anos e que a grande maioria era do sexo masculino. Uma das explicações possíveis para isso, segundo esse autor, é o fato de as meninas estarem mais direcionadas aos afazeres domésticos e os meninos serem ensinados a saírem mais cedo de casa para buscar sustento, uma vez que nessas famílias, as mães geralmente cuidam sozinhas da casa e dos filhos. Outra possibilidade seria que as meninas

sejam cooptadas mais cedo para a exploração sexual infantil e por isso habitam o espaço das ruas com menos frequência.

Os números elevados de meninas adolescentes desaparecidas, principalmente porque fugiram de casa em decorrência de violência doméstica, também refletem o fato de que essas desaparecidas possam estar envolvidas nas redes de exploração sexual comercial. Em 2001, no II Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual de Crianças ocorrido na cidade de Yokohama, Japão, foram ratificadas modalidades de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, que se encontram no *End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose* (ECPAT). São elas: prostituição, turismo sexual, pornografia infantil, tráfico e venda de crianças para propósitos sexuais, casamentos com crianças e casamentos forçados. O que diferencia a exploração comercial sexual infantil de outras modalidades abusivas como a violência doméstica, é a questão do benefício ganho (dinheiro, comida, roupa) por meio de uma troca comercial: o corpo da criança ou do adolescente menor de 18 anos (www.ecpat.net/EI/CSEC_terminology.asp).

A fuga de casa como um dos fatores de risco para a entrada na exploração sexual também foi estudada por Estes e Weiner (2005) em uma pesquisa realizada conjuntamente nos Estados Unidos, Canadá e México. Foram feitas entrevistas com crianças e adolescentes em situação de rua, devido a fugas de casa ou expulsões, que eram sexualmente explorados; crianças sexualmente exploradas, mas que estavam abrigadas; pedófilos, agenciadores ou exploradores sexuais (cafetões e cafetinas); polícia federal, estadual e municipal; representantes de serviços sociais governamentais e privados e representantes de ONGs internacionais. Os dados também foram coletados por meio de questionários. Na avaliação desses dados os autores observaram a existência de quatro categorias de risco para o envolvimento de crianças e adolescentes na exploração sexual, ou seja, a) aqueles que não vivem com a família de origem porque fugiram de casa ou de instituições, expulsos ou sem teto, b) aqueles que estão na exploração e que vivem com a família, c) meninas que pertencem a gangues e grupos de transexuais e d) grupos de crianças domésticas e estrangeiras envolvidas na exploração sexual que ocorre nas fronteiras entre os países estudados. Estes e Weiner (2005) constataram que aqueles pertencentes à categoria (A) tinham o maior risco de envolvimento na exploração sexual quando comparados aos das outras categorias.

Biehal e Wade (2000; 2002), da *University of York*, no Reino Unido, há alguns anos estudam o problema dos jovens que fogem. Em um de seus artigos, fizeram um estudo entre os jovens que fugiram de casa e os que fugiram de abrigos ou de outras instituições. Realizaram ainda, uma revisão das pesquisas mais recentes sobre o tema da fuga de casa e

definiram como “*running away*” tanto crianças e/ou adolescentes que vivem nas ruas sem o consentimento de seus pais ou responsáveis, quanto aquelas que foram forçadas, pelos pais ou responsáveis, a deixar suas casas. Os autores se apoiaram em dois estudos ingleses, o *Still Running*, que envolveu todo o Reino Unido e estudou jovens que deixaram seus lares ou foram forçados a fazer isso, e o estudo chamado *Going Missing* que estudou jovens sob responsabilidade do governo e que fugiram do local em que moravam ou que se ausentaram sem consentimento, pernoitando fora. Foram considerados fugitivos os que tinham menos de 16 anos e viviam com suas famílias e menores de 18 para os abrigados. A partir destas pesquisas, os autores levantaram que 1 em 9 jovens fugiu, pelo menos uma vez antes dos 16 anos; que os tutelados pelo Estado apresentam mais probabilidade de fugir do que os que moram com suas famílias; que a média de idade para a primeira fuga é aos 13 anos, mas muitos começaram antes dos 11; que poucos se distanciam da área local de sua residência ou abrigo; e muitos ficam com amigos ou conhecidos, sendo que de um quarto a um terço dormem ao relento; que há uma forte associação entre as fugas e a permanência na escola e que a maioria dos conflitos familiares envolve abuso físico ou sexual, negligência ou rejeição familiar. Quanto aos riscos, o primeiro episódio de fuga pode ser mais arriscado do que as fugas múltiplas, mas os que reincidem também estão sujeitos a riscos, apesar de serem considerados “problemas”, a reincidência pode provocar risco de depressões, uso de drogas e desligamento da escola; o fugitivo reincidente pode vir a se tornar um adulto sem-teto no futuro; os que fogem estão mais sujeitos aos abusos físicos e sexuais, principalmente quando dormem nas ruas; estão mais sujeitos a praticar infrações, principalmente os tutelados. Os que fogem de casa estão sujeitos a abuso ou depressão quando reincidem, principalmente antes dos 11 anos; podem permanecer longe da família por longos períodos e um quinto destes jovens foi forçado a deixar sua casa.

As expulsões de casa configuram outra categoria estudada pelo NISMART 1 (Finkelhor et al, 1990) e referem-se às situações onde a família pede ou obriga a criança ou adolescente a deixar o lar, ou quando é levada para longe e o responsável não permite que ela retorne para casa. Se ela fugir, a família não faz nenhum movimento no sentido de procurá-la. Também nessa categoria configuram as situações de abandono ou deserções. A maioria dos expulsos são os adolescentes mais velhos e as crianças com menos de quatro anos. Muitas vezes esta categoria é confundida com a categoria referente às fugas, no entanto, a pesquisa mostrou que os expulsos vivenciaram situações de maior violência e conflito na família do que os que fugiram de casa e apresentam menor probabilidade de voltar para casa. E, por fim, há outra categoria de situações que não se enquadram nas anteriores, onde as crianças e adolescentes

podem ter desaparecido por se perderem e não conseguirem voltar para casa, ou estar desaparecidos por terem se machucado ou se acidentado e ainda não terem sido localizadas. Geralmente, o tempo do desaparecimento é curto, mas podem ocorrer situações de maior ou menor gravidade.

1.3 O DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

A revisão da literatura brasileira sobre o tema do desaparecimento de crianças e adolescentes apontou um quadro diferente, justamente por não existirem pesquisas na área de forma tão específica como o NISMART 1 (Finkelhor et al., 1990) e o NISMART 2 (Hammer et al., 2002). É principalmente no fim do século XX e começo do século XXI que a importância do tema referente ao desaparecimento de crianças e adolescentes começou a mobilizar ações mais efetivas do governo federal e da Universidade. Um dos primeiros estudos sobre o tema foi desenvolvido por Oliveira e Geraldles (1999) a partir de uma pesquisa organizada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos cujo objetivo foi o de analisar, em todos os Estados da Federação (com exceção do Acre) o perfil das pessoas desaparecidas no país, de todas as faixas etárias. Uma das metas foi avaliar como o Estado notificava os desaparecimentos e quais eram as ações policiais para solucioná-los. A pesquisa partiu de seis pressupostos: escassez de bibliografia; dimensão do problema; como diferenciar os desaparecidos dos sequestrados, raptados, foragidos, perseguidos e dos indigentes mortos sem identificação; conhecer as causas do desaparecimento; informações sobre o grupo social ao qual pertence o desaparecido para verificar as dificuldades após o desaparecimento; como atender eficientemente a população que tem um desaparecido na família, na escola e no emprego. Uma das conclusões desta pesquisa foi que as investigações sobre pessoas desaparecidas no Brasil ficam extremamente comprometidas pela desorganização dos dados, ou seja, cada região possui um modo de cadastrar estas queixas com equipamentos e sistemas diferentes. Essa pesquisa não enfocou características do desaparecimento infantojuvenil, sendo esse abordado no trabalho de Oliveira (2007) já mencionado.

Os trabalhos de Gattás et al. (2005), Gattás et al. (2006) e Gattás e Figaro-Garcia (2007) se centraram especificamente no desaparecimento de crianças e adolescentes, principalmente relacionados às fugas de casa. Portanto, vemos que a pesquisa nacional possui estudos sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes somente a partir do fim do século XX,

diferentemente de outros países da América do Norte e da Europa, que se debruçam sobre o tema há muito mais tempo, aperfeiçoando tecnologia e incrementando políticas públicas para auxiliar as famílias a encontrar seus desaparecidos.

No Brasil, a bibliografia sobre crianças e adolescentes em situação de rua, que podem ou não ser considerados desaparecidos, são encontradas com mais facilidade e em maior quantidade do que textos específicos sobre desaparecidos nessa faixa etária. A partir da década de 80, há uma grande diversidade de artigos sobre o tema da criança e do adolescente em situação de rua e por isso somente alguns serão destacados da área da psiquiatria, da psicologia e psicanálise que abordam uso de drogas e condutas antissociais (Bucher, Costa, & Oliveira, 1991; Castro, 1995; Carlini-Cotrim & Carlini, 1987; Forster, Barros, Tannhauser & Tannhauser, 1992; Noto, 1998; Pinheiro, Santos, Fúlfaro & Gonzales, 1990; Ribeiro, Oliveira, Silva & Barros, 2003), que abordam questões envolvendo a família e violência doméstica (Melo, 1999/2000; Rosa, 1999; Silva et al., 1998; Tfouni & Moraes, 2003; Yunes, Arrieche, Tavares & Faria, 2001), que abordam a assistência e prevenção a essas crianças e adolescentes (Rodrigues, Santos, Tolfo & Mantovani, 1997; Santana, Doninelli, Frosi & Koller, 2005).

Há também trabalhos na área do serviço social realizados por pesquisadores estrangeiros em território nacional, como por exemplo Lusk (1992), que fez um estudo sobre crianças e adolescentes brasileiros que vivem nas ruas da cidade do Rio de Janeiro e constatou a existência de quatro grupos diferentes. No primeiro grupo estariam as crianças, na maioria meninos, que possuíam vínculos com sua família de origem, apesar de passarem metade do dia nas ruas, trabalhando e levando o que ganham para casa. Esse grupo seria menos propenso à marginalidade ou à delinquência (9%) e frequentava mais a escola (73%) do que as crianças dos outros três grupos. O segundo grupo seriam crianças que trabalham nas ruas de forma independente, cujos laços familiares estão fragilizados, pois 51% reside nas ruas, a frequência escolar (31%) está aos poucos diminuindo e a entrada na marginalidade aumentando. São crianças que vêm de famílias numerosas e de migrantes. Praticamente metade reportou ter sofrido maus-tratos, outra metade disse usar drogas e um terço pertence a gangues. O terceiro grupo são das chamadas “crianças de rua”, que não têm contato com suas famílias e residem na rua o dia todo, sendo o equivalente a 15% de sua amostra. Alguns não têm ideia de quem são seus familiares ou onde estão, pois foram abandonados. A maioria fugiu de casa e mais de 2/3 foram física e sexualmente abusados (duas vezes mais se comparadas às crianças de rua em geral). Apenas 7% estudavam, mas com pouco frequência na escola. Quanto ao uso de drogas esse apareceu em 80% do grupo, mas esses valores podem ser maiores, pois muitas das

crianças podem não ter falado a verdade durante a pesquisa. Ao redor de 80% já foram institucionalizadas. O quarto grupo é composto por crianças que moram com suas famílias nas ruas, predominantemente mantidas por mulheres. Apenas 36% tinham uma figura masculina adulta presente, e somente 14% das crianças frequentavam a escola.

A questão da violência doméstica, infelizmente, ainda é uma realidade em muitos lares brasileiros, sendo esse um tema amplamente discutido e pesquisado no Brasil, principalmente a partir da década de 80. Apesar dos estudos acadêmicos na área da medicina, psicologia, serviço social, enfermagem, saúde pública e direito, entre outras, há poucos dados estatísticos nacionais sobre o tema. A UNICEF (2006) informou que em 2005, ocorreram 1.942 denúncias de violência contra crianças até seis anos por meio do Disque-Denúncia da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Os dados do Ministério da Saúde (2005) mostram que 200 mil crianças e adolescentes declararam ter sofrido agressão física em casa, sendo que 80% foram praticados por parentes ou conhecidos, segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicada em 1989. Nessa pesquisa 35% das meninas e 19% dos meninos sofreram violência em casa. Em 2006, o Ministério da Saúde implantou, por meio da Secretaria da Vigilância Pública, um sistema chamado Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) que por meio da Ficha de Notificação/Identificação de Violência Doméstica, Sexual e outras Violências Interpessoais (Ministério da Saúde, 2009) tem por finalidade descrever o perfil dos casos de violência que são atendidos nos Sistemas Únicos de Saúde e em serviços Sentinelas⁹. O VIVA foi implantado em 35 municípios de 27 Estados da Federação e em 46.531 atendimentos a casos de violência e de acidentes ocorridos em 2006, 10,4% foram casos de violência sendo 4,3% de maus-tratos. O Sistema de Notificações (Sisnov), em Campinas, identificou 2.127 casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes entre 2005 e 2008 (Ministério da Saúde, 2008). De acordo com os dados estatísticos do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, de 1996 a 2007 a negligência foi a modalidade mais notificada em 41% dos casos ocorridos em 16 Estados brasileiros, além do Distrito Federal. Além da negligência, foi notificada a violência física (31%), a violência psicológica (16,6%), a violência sexual (10,9 %) e a violência fatal (0,3%). (www.usp.br/ip/laboratorios/lacri/index2.htm). Oliveira, Baizerman e Pellet (1992) realizaram um estudo em Curitiba (PR) e em São Paulo (SP) com 71 indivíduos entre 8 e 18 anos, que moravam nas ruas há mais de três anos e meio e verificaram que 68% eram do sexo

⁹ Os Sentinelas são serviços de referência para notificação compulsória de casos de violência contra mulher, criança e adolescente, criados em junho de 2003, por meio do Decreto 5.099 que regulamentou a Lei 10.778/03 (Gawryszewski et al., 2006).

masculino, 61% eram adolescentes e 63% vieram de famílias disfuncionais, sendo que os motivos principais eram a violência doméstica e a presença de alcoolismo e substâncias abusivas.

Segundo Leal e Leal (2002), a Pesquisa sobre o tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF) indicou que o crime organizado utiliza, no Brasil, 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas para explorar sexualmente mulheres, jovens e crianças. Autores como Leal e César (1998) e Libório (2004) enfatizam que a violência ocorrida dentro da família, principalmente a sexual, pode colocar a criança ou adolescente em uma situação de extrema vulnerabilidade, levando-os ao abandono de suas casas. Uma vez na rua, a possibilidade de serem cooptados pelas redes de exploração sexual é grande. Esses autores partem do pressuposto de que a violência intrafamiliar não decorre apenas da dinâmica familiar, mas da conjuntura social em que estas famílias vivem como desemprego, miséria e exclusão social.

Interessante notar que tanto as pesquisas acadêmicas quanto as estatísticas referentes à infância e juventude nas ruas ou sobre violência contra crianças e adolescentes brasileiros, não pesquisam a questão do desaparecimento dos mesmos. Os estudos sobre “crianças de rua” **não estabeleceram uma vinculação entre a fuga de casa e o desaparecimento**, mas sim entre a fuga de casa e a violência doméstica. Ou seja, são estudos que avaliaram as crianças que vivem no espaço das ruas no que se refere a seus discursos e produções subjetivas e à sua história familiar, bem como às razões de suas fugas, mas a partir do ponto de vista da criança. O outro lado da questão, isto é, a família, não foi estudado.

Os artigos não apontam se estas crianças e adolescentes são considerados desaparecidos por seus pais ou se os mesmos tomaram alguma atitude para recuperá-los, por exemplo, buscando ajuda policial. Muitas crianças e adolescentes que vivem em situação de rua podem ser considerados desaparecidos para suas famílias, mas não há estudos sobre a vinculação menino de rua/desaparecimento, que indiquem se estas famílias registraram ou não uma queixa de desaparecimento.

Esse aspecto é fundamental, pois marca uma diferença no estudo sobre as crianças em situação de rua, uma vez que, como já citamos, as mesmas podem ocupar o espaço das ruas para diferentes finalidades e podem manter vínculos com a família. Então, será que a criança desaparecida que escolhe a rua como refúgio, pode pertencer a um outro grupo, ou seja, um grupo no qual há alguém a sua procura e que quer trazê-lo de volta para casa? Para responder a essa pergunta, faz-se necessário conhecer quem é essa família que deseja encontrar seu filho e que recorre à ajuda policial e à mídia para divulgar uma foto ou solicitar informações sobre

seu paradeiro. Aparentemente, não existem estudos na área da psicologia sobre as causas do desaparecimento infantojuvenil brasileiro, também não existem estudos vinculados a algum tipo de acompanhamento psicológico de famílias que tenham um filho desaparecido.

No trabalho de Oliveira e Geraldles (1999) o foco do desaparecimento de crianças e adolescentes foi a família, principalmente na questão da violência doméstica. A violência doméstica também foi observada nas 302 famílias de desaparecidos relatadas por Gattás e Figaro-Garcia (2007) das quais em 51% delas foi identificada a prática de maus-tratos contra o desaparecido, 29,3% violência conjugal, e 11% de relatos de abuso sexual intrafamiliar. Oliveira (2007) apontou ainda outras questões para a fuga de casa, como assumir-se como homossexual ou como garota (o) de programa, ou ainda assumir outras escolhas como, por exemplo, o consumo de drogas. Assim, pode-se perceber que há questões na fuga que envolvem a própria subjetividade daquele que foge e faz-se necessário compreender por que ele optou pela fuga em detrimento de outra escolha e qual é, para ele, o sentido desse tipo de desaparecimento.

O desaparecimento também pode envolver outros aspectos da violência praticada contra crianças e adolescentes, como por exemplo, por grupos de extermínio. As fugas e consequentes desaparecimentos podem estar associados a acerto de contas entre gangues, ou a algum outro ato de vingança, principalmente ligados ao tráfico de drogas. Freitas (2002) relata a experiência do movimento social de mães de 11 crianças e adolescentes moradores da favela de Acari na região de Magé (RJ) que estavam desaparecidos e foram encontrados mortos. As chamadas “Mães de Acari” se organizaram como grupo para protestar e pedir justiça por este crime¹⁰. A autora relata o drama destas mães, que viveram a dor do desaparecimento de seus filhos e a dor da morte dos mesmos, sentindo-se culpadas pelo ocorrido, por não terem conseguido protegê-los. Na pesquisa feita por Oliveira (2008) com 11 mães de crianças entre 11 meses e 11 anos, que desapareceram misteriosamente no Estado do Rio de Janeiro entre 2002 e 2005, constatou-se inicialmente reações de choque, desespero, negação, entorpecimento, medos seguidos de reações de ansiedade, sentimentos de culpa, impotência, descrença, tristeza, raiva. Em contraponto, a mesma autora encontrou sentimentos de esperança e fé no reencontro do filho, e salientou a importância da formação de grupos de mães de desaparecidos para compartilhar experiências.

¹⁰ A origem deste grupo de mães é diferente das chamadas Mães da Sé, que teve início com duas mães que tiveram suas filhas desaparecidas e começaram a procurá-las por conta própria, por meio de divulgação de cartazes. Este grupo se tornou a Associação Brasileira de Busca e Defesa à Criança Desaparecida (ABCD).

Ao se comparar as situações descritas na Argentina com a história da ditadura no Brasil (Coimbra, 2001a,b; Diaz, 2005; Ministerio de Salud, 2001; Vasconcelos, 1998), observa-se que a questão do desaparecimento de nossas crianças não esteve diretamente ligada a este tipo de contexto político. No entanto, três casos de subtração ocorridos no país em épocas diferentes mobilizaram a opinião pública e retrataram o drama de famílias que, de uma hora para outra, perderam o contato com um filho pequeno ou adolescente devido a uma situação de desaparecimento.

O primeiro ocorreu no Rio de Janeiro, em 1973. A foto do menino Carlos Ramires da Costa, Carlinhos foi vinculada na TV, nos telejornais, em jornais e revistas (Hingel, 2005) e retratou um menino loiro, de sorriso largo que foi levado por um homem armado de dentro de sua casa. Mais de 30 anos depois ele até hoje não foi encontrado. No ano de 2002, em Brasília, o adolescente Pedrinho foi encontrado e colocou um ponto final na angústia de seus pais biológicos, Lia e Jairo Tapajós, que viveram 16 anos de espera, desde o dia em que ele foi levado dos braços de sua mãe na maternidade em que nasceu, por uma falsa enfermeira (Revista Consultor Jurídico, 2004). O desaparecimento de uma criança ou de um adolescente mantém “a vida em suspenso” [*sic*], frase de Arlete Caramês, mãe de Guilherme Caramês Tiburtius, que aos oito anos desapareceu na frente de sua casa, em 1991, na cidade de Curitiba, depois de andar de bicicleta no quarteirão. Este fato levou sua mãe a organizar o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida no Paraná (CriDesPar), primeira organização não-governamental que trabalha com divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, atua na prevenção e com grupos de familiares (www.cridespar.org.br).

O tema do desaparecimento infantojuvenil também mobilizou o governo brasileiro. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990 (Lei 8.069, 2005) prevê no Livro II, parte especial, Título I Da Política de Atendimento, Capítulo I Disposições Gerais, os artigos:

Art. 86 – A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 87 – São linhas de ação da política de atendimento: IV – serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos. (p.25).

Em 2002, o governo federal construiu a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDESAP) por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) do Ministério da Justiça da Presidência da República (Ministério da Justiça, 2002). Suas estimativas anuais apontam que cerca de 40.000 crianças e adolescentes

desaparecem no Brasil, ou seja, essa seria a média das queixas formais lavradas nas delegacias de polícia do país. As causas desses desaparecimentos observadas pela ReDESAP são fugas de lares, conflitos de guarda (subtração de incapaz), rapto consensual (fuga com namorado (a), perda por descuido, negligência ou desorientação, situação de abandono (situação de rua), vítima de acidente, intempérie ou calamidade, tráfico para fins de exploração sexual, sequestro, transferência irregular de guarda (perda de contato), fuga de instituições, suspeita de homicídio e extermínio e outros tipos até aqueles que não possuem causas identificadas (www.desaparecidos.mj.gov.br).

A ReDESAP agrega delegacias, organizações governamentais e não-governamentais de todos os Estados brasileiros para auxiliar na busca e divulgação dos desaparecidos. Estas entidades divulgam fotos de desaparecidos menores de 18 anos e fotos daqueles posteriormente encontrados. Este trabalho é fundamental, uma vez que muitas destas crianças e adolescentes migram para outros Estados ou são levados por alguém. Então, se uma criança desapareceu na Bahia e é encontrada em São Paulo, é por meio da ReDESAP que estas informações são divulgadas. Todavia, há critérios para que as fotos sejam inseridas na rede, e um deles é que a criança ou adolescente esteja desaparecido há pelo menos um ano, ou que ele possua algum tipo de deficiência, sendo que nesse caso a inserção é imediata. Além disso, há casos em que é sabido que a criança pode estar em risco, por exemplo, se foi levada por um desconhecido, se há suspeita de exploração sexual ou trabalho infantil. Nestes casos é dado o alerta geral e todos os Estados passam a divulgar a foto e fornecer informações sobre possíveis pistas.

Oliveira (2007) afirma que o Brasil ainda não possui uma sistematização entre os Estados para o registro dos desaparecimentos, apesar da ReDESAP ter sido um passo importante na intercomunicação entre as polícias e entidades dos Estados. Na cidade de São Paulo, as estatísticas da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), mostram uma média de 8.000 ocorrências de desaparecimentos de crianças e adolescentes nesse Estado, que têm se mantido, como mostra a Tabela 1 (p.45).

Tabela 1 – Distribuição de boletins de ocorrência de desaparecimento lavrados no Estado de São Paulo

ANO	Homens 0-7anos	Mulheres 0-7anos	Homens 08-12 anos	Mulheres 08-12 anos	Homens 13-18 anos	Mulheres 13-18 anos	TOTAL
2003	237	153	1.055	611	2.215	4.071	8.342
2004	265	154	1.087	644	2.417	4.188	8.755
2005	190	113	1.039	616	2.234	3.972	8.164
2006	234	148	1.038	774	2.624	4.419	9.237
2007	216	284	1.019	687	2.777	4.377	9.360
2008	191	147	855	684	2.766	4.330	8.973
TOTAL	1.333	999	5.074	4.016	15.033	25.357	52.831

Fonte: DHPP - POLÍCIA CIVIL – PRODESP (material não publicado)

Observa-se ainda que os números de desaparecimentos aumentam com a chegada da puberdade e da adolescência em ambos os sexos. No entanto, há um predomínio de meninos que desaparecem até 12 anos e de meninas que desaparecem com maior frequência com a chegada da adolescência. Portanto, essas são diferenças que chamam a atenção para que o tema seja mais estudado.

Mesmo com o estabelecimento da ReDESAP ainda não existe um número significativo de organizações governamentais e não-governamentais direcionadas para o suporte e apoio psicológico às famílias de crianças e adolescentes desaparecidos. Dentre as entidades da ReDESAP que fornecem este tipo de auxílio citamos:

- Em Curitiba há o Serviço de Investigações de Crianças Desaparecidas (SICRIDE) (www.pr.gov.br/policiacivil/sicride/criancas_desaparecidas.html) e o Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná (CriDesPar) (www.cridespar.org.br);
- Em Goiás há o SOS Crianças Desaparecidas; (www.goiania.go.gov.br/html/sosdesaparecidas/sosc00.html);
- Procurando Crianças Desaparecidas (www.seas.df.gov.br) e Serviço Integrado de Atenção às Crianças e Adolescentes Desaparecidos (SECRIAD) no Distrito Federal.
- Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) no Rio de Janeiro (www.fia.rj.gov.br);
- Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA) no Rio Grande do Sul (08005416400 ou dpcavd@pc.rs.gov.br), que estabeleceu as chamadas Delegacias

Especiais de Proteção da Criança e do Adolescente (DPCAs¹¹) no interior do Estado e implantou a Rede Estadual da Polícia Civil de Proteção à Criança e ao Adolescente (REDEPOL);

- Serviço de Identificação e Localização de Criança e Adolescente (SILCADE) no Pará, que atua em campanhas de prevenção e combate ao desaparecimento de crianças e adolescentes.

Em 2004, foi criado no Brasil o primeiro Banco de DNA¹² que armazena o material genético de familiares de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo para ser comparado com o material genético dos desaparecidos encontrados (Gattás & Figaro-Garcia, 2007) desenvolvido na FMUSP. Em 2005 foi realizado o I Encontro Nacional da ReDESAP em Brasília (DF), que pela primeira vez reuniu as entidades integrantes desta rede e possibilitou a discussão política, acadêmica e social do fenômeno do desaparecimento infantojuvenil. Foram apresentadas ações feitas no Brasil em prol das famílias destes desaparecidos, como prevenção, estudo das causas e, principalmente, ações que visam identificar quem são essas crianças e adolescentes desaparecidos.

Um importante resultado deste encontro foi a aprovação da Lei Federal nº 11.259 (2005), publicada no Diário Oficial do dia 2 de janeiro de 2006, que determina a investigação imediata do desaparecimento de crianças e adolescentes após a notificação aos órgãos competentes como Delegacias de Polícia, Delegacias Especializadas, Varas de Infância e Juventude e Conselhos Tutelares. O presidente Luis Inácio Lula da Silva sancionou esta Lei no dia 30 de dezembro de 2005, sendo a mesma o acréscimo de um segundo parágrafo no Art. 208, Livro II, Título VI, Capítulo VII do ECA (Lei 8.069, 2005). Este artigo trata das ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, quando não há oferecimento destes direitos ou quando o mesmo é feito de forma irregular por serviços e atendimentos preconizados pela Lei. Assim, o segundo parágrafo do Art. 208 (Lei 8.069, 2005), estabelece:

A investigação imediata do desaparecimento de crianças e adolescentes será realizada imediatamente após a notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido. (p.50).

A necessidade de acréscimo deste parágrafo no Art. 208 se deu devido ao fato de que em muitas delegacias do país, ainda espera-se 24 ou 48 horas para dar início a uma

¹¹ As DPCAs existem em outros Estados da Federação e estão vinculadas à ReDESAP.

¹² As explicações sobre o funcionamento desse Banco serão mostradas a partir da p.87.

investigação de desaparecimento infantojuvenil (Gattás & Figaro-Garcia, 2007; Oliveira, 2007) sendo que a abertura de B.O. de desaparecimento deve ser imediata. De acordo com o Manual de Polícia Judiciária (Polícia Civil, 2000, p.599), Portaria DGP-18, de 25 de novembro de 1998, sobre Medidas e Cautelas a serem adotadas na elaboração de inquéritos policiais, o Art. 13, item III cita que é dever do policial “registrar, de imediato, ocorrência alusiva ao desaparecimento de pessoa, sendo vedado condicionar o registro ao decurso do prazo de vinte e quatro horas ou a qualquer condição aleatória”. Além de ser um direito do cidadão noticiar o desaparecimento logo que ele ocorra, a demora aumenta ainda mais os riscos que o envolvem.

Apesar de no ECA constar que é dever do Estado garantir uma política de atendimento no caso de crianças e adolescentes desaparecidos com o auxílio de todos, pertencentes ou não a órgãos governamentais, foi apenas a partir de 2002 que efetivamente algumas medidas governamentais foram tomadas. Em agosto de 2009 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o desaparecimento de crianças e adolescentes no país no período entre 2005 e 2007 e no mês de novembro foi aprovado, no Senado, o Projeto de Lei 60 proposto pela Deputada Bel Mesquita (PMDB-PA), presidente da referida CPI, para a criação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, cuja finalidade é facilitar o acesso a informações que permitam a identificação desses desaparecidos e tornar mais ágil o trabalho policial das investigações. Um resultado importante a partir dessa mobilização governamental foi o lançamento do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, desenvolvido pela SEDH e Ministério da Justiça para agregar informações sobre desaparecidos de todas as idades, não se restringindo às crianças e aos adolescentes. Esse cadastro estará integrado à Rede Infoseg, pertencente à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Essas informações deverão ser validadas pelos órgãos da segurança pública, Conselhos Tutelares (CTs), e entidades que trabalham com essa temática.

Portanto, algumas ações nacionais foram feitas em prol da identificação e localização dos desaparecidos. Todavia, ainda há muito a ser desenvolvido tecnologicamente, efetivado politicamente e estudado academicamente quando o tema do desaparecimento é voltado à infância e juventude.

1.4 MODELOS DE PRÁTICAS CLÍNICAS PSICOLÓGICAS EM CONTEXTOS MULTIDISCIPLINARES

A área temática do desaparecimento de crianças e de adolescentes ainda é um campo incipiente de trabalho clínico em contextos multidisciplinares, apesar dos índices da SEDH (www.desaparecidos.mj.gov.br) apontarem que aproximadamente 40.0000 crianças e adolescentes brasileiros desaparecem a cada ano no país. As famílias desses desaparecidos, bem como aqueles posteriormente encontrados, podem se beneficiar com algum tipo de atendimento psicológico. A psicanálise, em contextos multidisciplinares, apresenta-se como possibilidade teórica para enriquecer a discussão do fenômeno e possibilidade clínica para a compreensão do que aconteceu psiquicamente com as famílias e com os desaparecidos antes e depois do desaparecimento. A seguir, será apresentado um breve panorama sobre o trabalho do psicólogo em contextos multidisciplinares e multiprofissionais para mostrar as inúmeras possibilidades que a clínica, não apenas a psicanalítica, disponibiliza ao profissional.

O atual Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº – 010/05, 2005, p.6) buscou, como um dos itens de base para sua construção, “Contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão e a crescente inserção da psicologia em contextos institucionais e em equipe multiprofissionais”. Portanto, o trabalho do psicólogo não se limita ao consultório particular e tem exigido cada vez mais do profissional um posicionamento flexível no exercício de sua prática em contextos tão diversos, sem, contudo, perder sua identidade e seus referenciais, tanto teóricos quanto metodológicos.

Andrade e Morato (2004), em seu artigo sobre a prática psicológica em instituições, relataram que somente a partir da década de 80 o psicólogo brasileiro começou a trabalhar junto às populações de baixa renda, panorama esse diferente do que ocorria nas duas décadas anteriores, onde a psicologia, enquanto produto científico e técnico, deveria permanecer alienada das discussões políticas da época, e reproduzia o sistema social vigente de garantir aos mais ricos sua clínica. Nos anos 80, com um novo panorama político, o psicólogo começou a trabalhar na rede pública (inicialmente nas instituições psiquiátricas) e, atualmente, ele pode ser encontrado nas mais diferentes instituições (públicas ou privadas), onde se depara com questões de intenso sofrimento psíquico e com limites graves impostos pela realidade social desses pacientes.

Quando a psicologia, seja ela, clínica, social, experimental, organizacional ou escolar é convocada a participar ou estudar os fenômenos que causam sofrimento no sujeito humano,

não pode ficar restrita a um único saber. As interlocuções são fecundas e fundamentais, pois os profissionais são atravessados pela realidade da miséria humana e social (doenças, falências dos setores públicos, políticas de exclusão, injustiças, violências, situações traumáticas etc.) que instala uma sensação de impotência diante dessas situações cotidianas, fazendo com que a busca por trocas e parcerias seja uma ferramenta duplamente útil no sentido de ser ajudado e ajudar outros parceiros.

Conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade ou até transdisciplinaridade são pensados para dar conta de um universo de práticas profissionais que visam o atendimento com diferentes objetivos e formas de tratamento para populações que utilizam o espaço institucional público ou privado. Para Pinho (2003) o conceito transdisciplinar se origina na interdisciplina,

no diálogo e articulação entre diversas especialidades que se propõe a interrogar um determinado campo... denominamos de transdisciplinares aos conceitos que ultrapassam fronteiras de sua disciplina de origem e produzem consequências em outras áreas, atravessando o trabalho com todo o campo em questão. (p.6).

Para o autor a interdisciplina se diferencia da multidisciplina, uma vez que essa “agrega diferentes áreas lado a lado, sem procurá-las tomá-las em seu conjunto” e a interdisciplina, quando aborda vários campos, “procura articulá-los entre si, num permanente diálogo entre as diferentes áreas de trabalho”. (p.7). No artigo de Tonetto e Gomes (2007) foi proposto que:

A interação é interdisciplinar quando alguns especialistas discutem entre si a situação de um paciente sobre aspectos comuns a mais de uma modalidade. É multidisciplinar quando existem vários profissionais atendendo o mesmo paciente de maneira independente. É transdisciplinar quando as ações são definidas e planejadas em conjunto. (p.89).

Turato (2003) diz que a interdisciplinaridade requer que o pesquisador adentre em uma unidade de saber, fazendo “sua disciplina se interpenetrar com tantas outras sempre num incessante processo, remando contra a fragmentação do saber” (p.86). Já a multidisciplinaridade é entendida por Turato (2003) como

uma simples justaposição de disciplinas, visa a objetivos múltiplos sem que as façamos interagir a fundo quanto a seus conceitos e métodos, permitindo uma bem-vinda cooperação, mas sem nos ocuparmos em empreender uma coordenação supradisciplinar unificadora. (p.87)

E a multiprofissionalidade (Turato, 2003) é definida como

a ocorrência de atividades realizadas entre profissionais de múltiplas especializações dentro de uma pretensa harmonia e complementaridade num determinado ambiente de trabalho. Este trabalho multiprofissional não é necessariamente multidisciplinar ou interdisciplinar, pois pode envolver profissionais que se ocupam, cada um dentro de seu preparo técnico, de elaborar uma parte de um grande trabalho, sem que para isso utilizem várias disciplinas do conhecimento, ou, ainda, que tal ocorra, podem não estar imbuídos da preocupação de integração de diferentes concepções para uma grande unidade do saber humano. (p.87).

A prática psicológica em contextos multidisciplinares é uma realidade em muitas instituições brasileiras que trabalham com outros temas, principalmente os ligados à infância e adolescência. Portanto, o tema do desaparecimento também não deve ficar restrito a um único saber, e sim agregar diferentes profissionais que possam dar suas contribuições tanto com relação aos recursos humanos voltados ao atendimento quanto aos recursos tecnológicos voltados à busca e identificação do desaparecido.

Num breve recorte bibliográfico, a partir dos anos 2000 verificou-se que o psicólogo clínico, com ou sem formação psicanalítica, realiza trabalhos diversificados e interessantes na área hospitalar e da saúde mental (Alberti, Erlich, Mocarzel, Monteiro, Prata & Reis, 2008; Cobelo, Saikali & Schomer, 2004; Guerra, 2005; Kovács, Kobayashi, Santos & Avancini, 2001; Merlo, Jacques & Hoefel, 2001; Petersen, Svirski, Loguercio, Schaffer & Guimarães, 2001; Souza, 2001; Tonetto & Gomes, 2007), nas Varas de Família e da Infância e Juventude (Shine, 2003; Suannes, 1999/2000; 2008), nos centros de referência ligados à violência doméstica (Ferrari & Vecina, 2002; Figaro, 1999/2000; Figaro-Garcia, 2001a, 2004; Vasconcelos & Figaro-Garcia, 2004; Vasconcelos & Mallak, 2002), e também em delegacias de polícia (Queiroz, 2000; Rifiotis, 2003; Rifiotis, Santos, Tolfo, & Mantovani, 2005).

Como há um número considerável de experiências realizadas em um universo multidisciplinar, optou-se pela seleção de algumas delas, enfocando as que são voltadas para a área da violência e da violência doméstica, uma vez que esse tema é de suma importância na questão do desaparecimento de crianças e de adolescentes. A atenção mundial voltada para a violência doméstica teve sua origem no movimento feminista, que a partir das décadas de 60 e 70, começou a modificar a visão do papel da mulher na sociedade por trazer à tona discussões sobre direitos, igualdade, sexualidade, trabalho e violência doméstica, ampliando a discussão também para a questão da vulnerabilidade de crianças e adolescentes em lares violentos e abusivos (Herman, 1992). No Brasil, o tema da violência doméstica começou a ser mais discutido no fim dos anos 80 e início dos anos 90 (Azevedo et al., 1989; Azevedo & Guerra, 1988, 1993, 1995; Cohen & Figaro, 1996). Das políticas públicas criadas surgiram delegacias especializadas e/ou agências governamentais que incluíram equipes multidisciplinares para trabalharem nas áreas de violência contra a mulher e contra a criança e o adolescente (Vasconcelos & Mallak, 2002).

No texto de Andrade e Morato (2004), por exemplo, são discutidos dois exemplos dessas práticas realizadas por alunos de psicologia que participaram do Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica e Existencial (LEFE) do Instituto de Psicologia (IP) da USP. Uma delas foi realizada junto aos adolescentes internos na antiga

Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e outro junto aos policiais militares. Essas práticas foram fundamentadas na perspectiva fenomenológico-existencial, que priorizam o encontro intersubjetivo com o outro, que podem propiciar mudanças para a aprendizagem, novas formas de convivência e a possibilidade de escutar e ser escutado. Também se levou em conta um campo da psicologia social clínica, onde o psicólogo une seu saber clínico com seu olhar para o cotidiano real dos indivíduos pertencentes a comunidades ou participantes de instituições. Com os adolescentes da FEBEM, verificou-se uma redução dos espaços que permitiriam a emergência da subjetividade e que essa redução era estimulada pela própria instituição. Tal fato levou a criação de um novo lugar por meio da subdivisão do chamado Plantão, para garantir um espaço que resultou em transformações nos internos a partir de suas reflexões sobre o quanto eles mesmos anulavam sua subjetividade por “pertencer ao instituído, seja esse a instituição do grupo de adolescentes, quanto o da instituição mesma” (2004, p.352). O outro exemplo veio do atendimento a uma policial encaminhada por seu comandante, com a qual ele tinha dificuldades na relação de trabalho. O serviço psicológico recebeu o encaminhamento, que a princípio tinha um caráter de punitivo, mas esclareceu para a policial que o mesmo só seria efetivado se assim quisesse e com o propósito de ela pensar nessa relação de trabalho com seu superior e com a instituição. Outro trabalho desenvolvido por alunos do LEFE/USP com policiais militares foi a implantação de um plantão psicológico em duas Companhias da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Oliveira, 2005). Foi solicitada uma avaliação do estresse da corporação como causa de problemas no trabalho. Foi oferecido a possibilidade de um plantão psicológico dentro da Companhia, com dia e horários definidos. Nos primeiros meses a procura foi grande, mas diminuiu consideravelmente. Uma das hipóteses desse estudo foi a vergonha dos policiais em se exporem, temores paranoicos de que algo fosse contado aos superiores, ou até o fato de os plantonistas, por serem estudantes, terem facilitado a redução da procura. Foi pesquisado qual seria a visão dos usuários do plantão para compreender a que ele se destinava, se seria algo efetivo para acolher seu sofrimento ou não, e como se davam as demandas. A pesquisa mostrou que para alguns policiais a iniciativa foi importante e para outros foi difícil trazer problemas de ordem particular para serem conversados dentro da Companhia.

Outra área de trabalho psicológico em ambiente multidisciplinar é o realizado em delegacias de polícia. A Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM), criada pela Lei 5.467 de 24 de Dezembro de 1986 e pelo Decreto 29.981 de 01 de Junho de 1989 (Queiroz, 2000), foi a primeira delegacia especializada com equipe multidisciplinar. As atribuições desta delegacia englobam a investigação e apuração dos delitos contra pessoas do sexo

feminino, a criança e o adolescente, atendimento quando solicitado, e encaminhamento aos órgãos competentes. Possuem ainda a função de cumprir mandados de prisão civil por dívida de pagamento de pensão alimentícia e nos casos de homicídio e dano ocorrido no ambiente doméstico (Queiroz, 2000). As DDMs, portanto, foram criadas para atender a mulher que sofreu violência física e/ou sexual, uma vez que, até então, as mulheres sentiam-se constrangidas em detalhar a violência sofrida em delegacias comuns onde eram interrogadas, na maioria das vezes, por delegados do sexo masculino e não se sentiam acolhidas. Assim, as DDMs caracterizam-se por possuírem, quase sempre, mulheres em seu quadro funcional, desde policiais até psicólogas e assistentes sociais. Rifiotis (2003), em seu estudo sobre o cotidiano da DDM de João Pessoa (PB), observou que a maioria dos clientes eram mulheres que procuravam o serviço de forma espontânea com queixas que não se restringiam à esfera conjugal, mas que configuravam a grande maioria de B.Os lavrados. O autor observou ainda que a decisão da mulher em procurar a DDM era demorada e, por envolver muitos conflitos, dependia do apoio de outras pessoas para chegar até lá. Outro dado referiu-se ao tipo de escuta que a delegada fazia dos relatos, pois as clientes desejavam contar toda a história e a policial queria apenas o foco principal. Segundo Rifiotis (2003) e Rifiotis et al. (2005), a DDM é tipicamente polícia judiciária, ou seja, trabalha como elo de transmissão entre os serviços da polícia e o sistema judiciário, sendo seu maior objetivo a instrução dos inquéritos para serem levados à Justiça. Estas delegacias se expandiram na década de 90 e tal expansão possibilitou que nos últimos 15 anos fossem feitas pesquisas a partir da análise dos boletins de ocorrência para investigar quem é a vítima e quem é o agressor, mas poucos estudos foram feitos sobre a prática policial nas DDMs, com exceção do trabalho de Muniz (1996), que descreve a negociação de conflitos a partir de “conselhos” ou “chamar para conversar” por parte da psicóloga que também é policial. Santos (2001) também aponta o quanto a DDM serve como “consultório sentimental”, onde histórias são escutadas, queixas são registradas, mas a investigação policial acaba ficando distante. Além disso, a falta de estudos sobre observação direta das práticas policiais cotidianas depende da aceitação e cooperação das delegacias, de seu quadro funcional e da população que busca auxílio policial. Rifiotis (2003), ao longo do artigo, mostra um conjunto de atividades funcionais e de valores nas DDMs, que interpreta a violência conjugal dentro de uma polaridade “vítima-agressor” de forma estigmatizada e criminalizante. Este trabalho de observação já havia sido realizado em uma pesquisa iniciada em 1998 numa DDM em Florianópolis (Rifiotis et al., 2005), que enfocou o atendimento psicológico realizado naquele local, principalmente porque o psicólogo também era policial. Os autores observaram a centralidade da intervenção psicológica e que o

atendimento à população era “modulado pelo uso da intimação, revelado como intimidação” (p.2). Rifiotis et al. (2005) afirmam que após a instauração do Termo Circunstanciado – TC, tratado na Lei 9.999 de 1995, o atendimento psicológico começou a se caracterizar como judicializador, diferenciando-se do modelo clínico tradicional e delineando a chamada psicologia jurídica. Os autores entendem que por ser praticada em âmbito policial, deveria ser chamada de *psicologia policial* (grifo da pesquisadora). Vale enfatizar que o texto aponta o quanto o trabalho psicológico desenvolvido pelos psicólogos policiais não é considerado um trabalho policial. Além disso, os atendimentos são feitos por meio de intimações, que são instrumentos judiciais.

Outro trabalho que tem focado estudos sobre o psicólogo nas DDM é o desenvolvido por estagiários do curso de graduação de psicologia por meio do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV) da Universidade Federal de São Carlos. O trabalho de Williams (2001) descreve o atendimento clínico oferecido a vítimas e agressores em uma sala especial da DDM para casos de crise, quando a vítima chega à delegacia em estado emergencial e abalada. No mesmo, são empregadas técnicas de relaxamento e de escuta empática, auxílio na tomada de decisões em curto prazo, e esclarecimento quanto à atuação da polícia e da justiça. E nos casos em que há demanda, realiza-se psicoterapia, conduzida de forma individual, podendo haver, entretanto, ampliação para grupos de mulheres e de crianças. As abordagens teóricas são da linha comportamental-cognitiva. Portanto, vemos uma diferença importante entre o atendimento nas DDMs descrito por Rifiotis (2003) e por Williams (2001), pois no primeiro ele é feito por psicólogos policiais, ou seja, por psicólogos que posteriormente entraram na carreira policial, e no outro por estagiários de psicologia, com diferentes objetivos e técnicas. Algo que se destaca no trabalho feito em São Carlos é que foram realizadas oficinas com os policiais sobre o tema da violência doméstica a partir da queixa desses profissionais de não terem sido preparados adequadamente pela Academia de Polícia para lidar com essas situações (Williams, Gallo, Basso, Maldonado & Brino, 2000). Percebeu-se, de fato, que estes policiais têm uma visão estigmatizada e preconceituosa com relação à vítima e não culpam com menos intensidade o agressor. Além disso, observou-se a existência de demanda policial quando se trata de abordar questões familiares envolvendo violência doméstica. O pedido de ajuda indica uma sensibilização importante no reconhecimento de seus limites profissionais e na necessidade de ampliar a discussão sobre o tema e sobre suas funções.

Além das Delegacias da Mulher, os serviços especializados no atendimento a casos de violência doméstica como o Centro de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Crami) que

começou a funcionar em Campinas (SP) no ano de 1985, o Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual (Cearas) da FMUSP e o Centro de Referência às Vítimas de Violência (CNRVV) do Instituto Sedes Sapientiae, começaram a funcionar no início dos anos 90 na cidade de São Paulo, e são locais de trabalho para psicólogos em equipes multidisciplinares junto com assistentes sociais, psiquiatras, pediatras e advogados (Brito, Zanetta, Mendonça, Barison & Andrade, 2005; Deslandes, 1994; Cohen & Figaro, 1996; Cohen, Teixeira, Faiman, Figaro-Garcia, Gobetti & Neumann, 2000; Ferrari & Vecina, 2002; Figaro, 1997, 1999/2000, 2000; Figaro-Garcia, 2001a, 2004; Vasconcelos & Mallak, 2002). Um aspecto que diferencia o Cearas do Crami e também do CNRVV é que o primeiro utiliza a abordagem teórica embasada na psicanálise e o fato de não fazer denúncias de abuso, uma vez que todas as famílias são encaminhadas pelas Varas da Infância e Juventude. Os outros dois serviços estão voltados à compreensão sócio-histórica da violência doméstica e efetuam denúncias, sendo que o CNRVV utiliza a abordagem do psicodrama como técnica clínica.

Brasil et al. (2003) citam o trabalho desenvolvido no Núcleo de Estudo e Pesquisa na Infância e da Adolescência de Risco (Nepiar), que em parceria com o Núcleo de Atenção à Exclusão Social (Natex), com o Centro Miguel Mogonet (Cemin) e o Centro de Desenvolvimento Social (CDS – Ceilândia) do Distrito Federal desenvolveram, em 1998, um programa de intervenção psicoeducativo e sociocultural com 35 adolescentes entre 14 e 18 anos, que viviam em situação de risco físico, social e psicológico. Esses adolescentes se encontravam em situação de rua em decorrência de violência doméstica e/ou cumprindo medidas socioeducativas. O programa assegurou um modelo de rede institucional atuando em diferentes níveis: acolhimento e atendimento com dispositivos clínicos, educativos, lúdicos. A intervenção pretendeu abranger o resgate e a apropriação da história subjetiva dos jovens. O desafio foi propiciar aos adolescentes que os atos violentos pelos quais passaram ou ainda estavam passando poderiam ser transformados em atos de fala ou atos simbólicos expressivos. O trabalho se desenvolveu inicialmente nas ruas, para que os jovens fossem encaminhados ao programa. Os que estavam sob medida socioeducativa eram encaminhados pelo Cemin e CDS - Ceilândia. O programa de intervenção englobou oficinas psicoeducativas, grupo de teatro e atendimento psicoterápico, realizado individualmente, uma vez por semana.

Souza (2001) desenvolveu um trabalho psicoterapêutico, apoiado nos referenciais psicanalíticos da escola inglesa, junto a meninos agressivos na escola para observar como essa intervenção poderia contribuir para diminuir ou evitar os riscos desse comportamento. Foram atendidos 13 meninos de 8 a 12 anos, com queixa também de dificuldades de desempenho

escolar, segundo seus professores. Esses meninos não apresentavam limitação intelectual ou problemas de ordem orgânica, mas eram de nível socioeconômico baixo. Foram realizadas entrevistas com os professores para que esses indicassem os meninos para o trabalho a ser desenvolvido. Os meninos foram atendidos em sessões de ludoterapia, com uso de caixa lúdica, uma vez por semana, com duração de 45 a 50 minutos, na própria escola. Os pais foram atendidos no início do processo e ao longo do mesmo quando necessário. Cada fim de semestre era feita uma avaliação para verificar se o processo seria encerrado ou não. Verificou-se que o grupo escolhido apresentou dificuldades em relação a perdas em vários sentidos, intensa necessidade de apego e dificuldade de separação, atitudes de dependência e competição com relação ao terapeuta, tendência à repetição de escolha de jogos ou do mesmo jogo em várias sessões, oscilações no desenvolvimento intelectual (facilidade na capacidade de abstração e dificuldade em realizar montagens de quebra-cabeça ou encaixe). Foi feito um trabalho também com os professores de forma quinzenal, para que o tema da agressividade pudesse circular, uma vez que foi observada certa rejeição pelos alunos agressivos, talvez por não conseguirem superar ou lidar com essas dificuldades.

Esses exemplos mostraram práticas psicológicas destinadas a um número específico de indivíduos, com caráter de pesquisa ou de atendimento de rotina e não se restringiram à psicanálise. Mas quando a psicanálise participa de trabalhos multidisciplinares, Dassoler (2003, p.18) diz que em algumas situações o analista é requerido para apoiar a equipe diante das dinâmicas institucionais, e em algumas situações mais desafiadoras, ele é colocado “num imperativo de sujeito suposto a saber”. Nessa função interdisciplinar, ele observa os efeitos da equipe com os ideais institucionais. O trabalho em equipe muitas vezes aponta para questões de hierarquia no trabalho, chefias de departamento, coordenadores de projetos que nem sempre são simpatizantes da psicanálise ou compreendem a estruturação psíquica do paciente a partir das formações do inconsciente e suas manifestações. Dassoler (2003, p.19) afirma que a importância dos saberes é oriunda a partir da avaliação e condução do caso e não *a priori*, uma vez que o “que está em jogo não é a supremacia da verdade, mas o sintoma enquanto mensagem, pedindo endereçamentos”.

A psicanálise pode auxiliar na discussão dessas dinâmicas, além de também ser útil para estudar os fenômenos dentro de perspectivas sociais. Freud já discutia as aplicações da psicanálise em muitos de seus textos que trataram de questões sociais, religiosas, folclóricas, artísticas. Mas na *Conferência X* (Freud, 1917/1976a) diz que

No trabalho da psicanálise formam-se vínculos com numerosas outras ciências mentais, cuja investigação promete resultados do mais elevado valor: vínculos com a mitologia e a filosofia, com o folclore, com a psicologia social e com a teoria da religião. (p.200).

No texto *Conferência XXIV* (Freud, 1917/1976b) diz que

O que caracteriza a psicanálise como ciência não é o material que trata, mas sim a técnica com a qual se trabalha. Pode ser aplicada à história da civilização, à ciência da religião e da mitologia não em menor medida do que à teoria das neuroses, sem forçar sua natureza essencial. (p.453).

No texto *Linhas de Progresso na terapia psicanalítica*, Freud (1919/1976c) aponta a importância da psicanálise não ser de uso exclusivo a pacientes que pudessem pagar pelo tratamento, mas que pudesse ser aplicada também à população de baixa renda, salientando que essa também tem tanto direito

a uma assistência à sua mente, quanto o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, e de que as neuroses ameaçam a saúde pública não menos que a tuberculose, de que, como esta também não podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade. Quando isto acontecer, haverá instituições ou clínicas de pacientes externos, para os quais serão designados médicos analiticamente preparados, de modo que homens que de outra forma cederiam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, crianças para as quais não existe escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose, possam tornar-se capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente. Tais tratamentos serão gratuitos. Pode ser que passe longo tempo antes que o Estado chegue a compreender como são urgentes esses deveres. As condições atuais podem retardar ainda mais esse evento. Provavelmente essas instituições iniciar-se-ão graças à caridade privada. (p.209).

Na *Conferência XXXIV* (Freud, 1933/1976d) ele retoma o tema enfatizando a importância de aplicação da psicanálise em outras esferas, o quanto a psicanálise estava sendo cada vez mais utilizada e poderia ser útil na compreensão dos fenômenos sociais, inclusive, no futuro, ser aplicada na educação e “na criação da nova geração” mencionando a questão da análise com crianças.

Segundo Rosa (2004) o termo psicanálise em *intensão* e em *extensão* foi dado pelo psicanalista Jacques Lacan (1971, 2003a) que na ocasião do Ato de fundação da Escola Francesa de Psicanálise¹³ destacou a psicanálise aplicada (em extensão) ao constituí-la como uma de suas três sessões, sendo as outras duas à psicanálise pura e ao recenseamento do campo freudiano. Com isso, Lacan propõe a admissão de médicos, que sejam ou não analisados, para contribuir com a experiência psicanalítica por meio da doutrina da cura e suas variações, da casuística e de informações psiquiátricas e prospecções médicas. Introduz a ideia de que outros profissionais não analistas poderiam contribuir e dialogar com psicanálise por meio de sua experiência profissional. Tal postura permitiu uma ampliação do campo psicanalítico, uma vez que o analista também começou a fazer parte de grupos de não

¹³ No texto de 1958 *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan (1958/1998a, p.591) se indaga sobre quem eram os analistas da época e o que faziam da psicanálise, criticando os princípios norteadores da *International Psychoanalytical Association* (IPA) de onde foi desligado fundando a Escola Freudiana de Paris. Essas críticas são direcionadas aos conceitos da contratransferência, da análise das defesas, do trabalho voltado às regressões e resistências do paciente, da relação de objeto, das interpretações fornecidas pelos analistas da escola inglesa, assim como o estabelecimento do número de sessões de análise, tempo real, análise didática e o fim de análise com a identificação do paciente ao analista. Lacan propôs “um retorno a Freud”, ou seja, um retorno aos princípios originais da psicanálise, pois ao se apoiar no estruturalismo e na linguística vai enfatizar a importância dos conceitos de significante e significado, e, portanto, dos efeitos da linguagem na constituição subjetiva do sujeito. Assim, seria possível trabalhar em análise com a neurose e também com a psicose, o que permitiu a Lacan avançar sobre a técnica por meio de sessões sem tempo limitado e sem número específico.

analistas e levar consigo sua escuta clínica praticando-a fora de seu consultório, principalmente nas instituições. Rosa (2004) diz que a psicanálise “extramuros ou em extensão” é a abordagem “de problemáticas que envolvem uma prática psicanalítica que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, e não estritamente ligado à situação do tratamento psicanalítico” (p.334). A autora prossegue dizendo que Lacan quis diferenciar a psicanálise em extensão de uma sociologia quantitativa e, por isso, a colocou em dependência da psicanálise em intensão (ou psicanálise pura), que seria a psicanálise que visa o tratamento psicanalítico. Assim, a forma para tratar de questões sociopolíticas envolve “uma intrincação teórico-prática própria da psicanálise”, cujo produto é diferente da sociologia quantitativa. (p.336).

O termo psicanálise “exportada” ou “extramuros” mencionada por Rosa (2004) também foi utilizada por Laplanche (1992) para mencionar a importância da psicanálise nos estudos socioantropológicos como Totem e Tabu (Freud, 1913/1976e) ou na análise de uma autobiografia, como ocorreu no caso Schreber (Freud, 1911/1976f) que permitiu a Freud levantar hipóteses sobre a genealogia da paranoia. Outro termo utilizado é o da “clínica extensa” proposta por Fábio Herrmann (2002, p.19). Para esse autor “Estendida a clínica, já não temos os pacientes habituais. Outras patologias impõem-se, outros suportes da psique não necessariamente individuais, seguem novas modalidades de prática no próprio consultório”. A ênfase também foi dada no sentido de que o próprio Freud não se restringiu a seu trabalho dentro do consultório, uma vez que seus relatos clínicos compreendem apenas um terço de sua obra. Em contrapartida, essa fração é muito maior nas revistas especializadas de psicanálise, onde por volta de noventa por cento dos artigos publicados são sobre casos clínicos de consultório (Herrmann, 2002, p.17).

Na França, em meados de 2005, foi criado o *Centre Psychanalytique de Consultations et Traitement* (CPCT) da *École de la Cause Freudienne* (www.causefreudienne.org) em Paris e conhecido no Brasil como o Centro Psicanalítico de Consultas e Tratamento. Modelos desse centro também foram criados na Espanha como o *Centre Psicoanalítico de Consultes i Tractament* em Barcelona, a *Clínica del Campo Freudiano* de La Coruña e a *Red Asistencial de Madri*, que tem o mesmo nome da rede formada em Buenos Aires. Essas experiências resultaram na *Red Internacional de Psicoanálisis Aplicado* (RIPA) segundo Bassols (2005, p.11). Esses centros, cuja orientação é lacaniana, foram criados para atender uma demanda que cada vez mais está sem tempo ou dinheiro para uma análise em longo prazo. O paciente é atendido, gratuitamente, por analistas de orientação lacaniana e o tratamento é limitado no tempo de aproximadamente quatro meses. Esses meses são destinados a ver se o sujeito

realmente quer um trabalho voltado às questões de seu desejo, à localização do sintoma e para ver o surgimento (ou não) de demanda de análise propriamente dita. Segundo Cottet (2005, p.38) esses quatro meses “desempenham o papel das entrevistas preliminares”. As sessões são gratuitas porque são voltadas a um público que não pode pagar o preço de uma análise em consultório particular e não lhe é exigido fazer de três a quatro sessões semanais, e sim uma vez por semana. Cottet (2005, p.39) mencionou a questão das entrevistas preliminares porque nelas são formuladas as “questões habituais concernentes ao sofrimento, ao sintoma e, o mais precisamente possível, à natureza do embaraço do sujeito”. O autor prossegue dizendo que são pessoas desconectadas do laço social, desempregadas que deixaram suas famílias e que jamais pensaram em se consultar com um analista. Cottet (2005) prossegue dizendo que

o traço de exclusão característico da maioria dos pacientes do CPCT é duplicado pela falência das instituições e pelo desmonoramento das estruturas de acolhimento, de onde, com frequência, esses pacientes provêm. Desagregados, quase sempre se engancham em algum “psi”, com todas as suas formas de exploração contemporânea da miséria psíquica. Raros são os pacientes do CPCT que nunca se consultaram com um psiquiatra, um psicólogo, um psicanalista, um comportamentalista, um reflexologista, um guru. Assim, chegam até nós em desespero de causa, tendo percorrido um caminho escalonado por inúmeros tratamentos... O CPCT introduz uma ruptura, uma descontinuidade com o arsenal terapêutico que reduz o sintoma a uma pura disfunção. Sabemos que apenas dar palavra ao sujeito produz alívio em razão da escuta. O CPCT pretende fazer mais que escutar: pretende ouvir e saber do que se trata. A questão, portanto, é muito menos saber se o sujeito é analisável do que responder de maneira apropriada a uma demanda distante do discurso analítico e para a qual a psicoterapia comportamental evidentemente é surda. (p.44).

Assim, um dizer, que pode ser extremamente simples e pontual, pode esclarecer ao paciente algo que está confuso e nebuloso. Isso produz efeitos mais rápidos, sem a necessidade de uma elaboração que poderia levar mais tempo e, às vezes, em uma sessão é possível a produção de tais efeitos. O autor adverte que esses efeitos poderiam ser conseguidos em outras instituições, mas a questão é que eles não são programados, diferentemente dos resultados de técnicas da terapia comportamental cognitiva, por exemplo. Nos CPCTs limita-se a associação livre ou a descrição puramente maníaca, focaliza-se o sintoma “privilegiando o laço social a ser restaurado”, o limite de tempo (4 meses) permite a emergência de efeitos terapêuticos rápidos quando possível e o analista fica face a face com o paciente, implicando na presença real do analista como objeto e não somente como escuta (Cottet, 2005, p.48). Como salienta Miller (2007)

os efeitos psicanalíticos não resultam apenas do enquadre, mas do discurso, quer dizer, da instalação de coordenadas simbólicas por alguém, que é analista e cuja qualidade profissional não depende do terreno apropriado do consultório, nem da natureza da clientela, mas, sim, da experiência em que ele se engajou. (p.1).

No entanto, Miller (2009) também sinaliza o cuidado que o campo freudiano¹⁴ precisa tomar para que o mesmo não seja reconfigurado pela ideologia e conceitos dos CPCTs que ele chamou de “CPCT-mania”. O cuidado sugerido é devido ao rápido aumento desses centros em diversos países que, para atenderem a um número elevado de pessoas, correm o risco de agregar profissionais muitas vezes sem formação, supervisão e tempo de análise pessoal para dar conta dessa demanda. E responder à demanda do Outro social pode ser o que produziu esse crescimento ilimitado dos CPCTs. Miller (2009) faz um alerta de que é necessário

repelir a demanda do Outro social, ou interpretá-la, mas não respondê-la de maneira direta. Caso contrário, não será psicanálise aplicada à terapêutica, e sim assistência social de orientação lacaniana, e como isso não existe, será assistência social de pretensão lacaniana. (p.10).

Atendimento com escuta psicanalítica e com número de sessões limitadas já havia sido utilizado por Donald W. Winnicott após a 2^a Guerra Mundial, quando atendia crianças no hospital (Lins, 2006). O método das chamadas “consultas terapêuticas” marcou uma diferença importante no tratamento com referencial psicanalítico. Diferenciou-se da psicanálise tradicional onde o trabalho não se centrava na neurose de transferência e na interpretação, e sim na adaptação do *setting* de acordo com as necessidades do paciente. Como esclarece Lins (2006, p.90), “a palavra-chave para definir as consultas terapêuticas é flexibilidade”. Portanto como bem apontou Guéguen (2007, p.9) o “enquadre é feito para servir à análise, e não que a análise seja feita para servir ao enquadre”. Barra (2007), Besset, Cohen, Coutinho & Rubim (2007) e Guirado (2006), relatam experiências interessantes com o uso da escuta analítica com adolescentes institucionalizados em conflito com a lei ou com grupos de comunidade de baixa renda, onde foi destacada a inserção do analista nesses espaços diferenciados e sua possibilidade de fazer psicanálise levando-se em conta as limitações da realidade, bem como a possibilidade efetiva de laços transferenciais, a análise do lugar ocupado por esses jovens e suas possibilidades de transformação pela via do desejo. Suannes (2008) descreveu algumas entrevistas que realizou como psicóloga judiciária na Vara da Infância e Juventude e apontou o uso da escuta analítica em seu trabalho e os efeitos provocados. Em um de seus exemplos relatou que, ao entrevistar um casal encaminhado por um hospital que suspeitava de negligência parental com a filha pequena, a mãe disse ao se despedir “Pode ficar tranquila. Eu te prometo que vou cuidar bem dela”. A psicóloga perguntou porque a mãe estava prometendo “a ela”, psicóloga, cuidar bem da filha que “era sua”, da mãe? Sua frase,

¹⁴ Formado por analistas que fizeram sua formação a partir dos ensinamentos de Jacques Lacan, engajados na proposta de sua Escola e que praticam a psicanálise.

enquanto uma intervenção psicanalítica pôde “convidá-la a se interrogar sobre o vínculo que ela estabelece com sua filha”. (Suannes, 2008, p.58).

Observa-se, portanto que a psicanálise aplicada é uma possibilidade extremamente atual e que cada vez mais pode marcar presença em trabalhos que aliam diferentes saberes em trabalhos com a comunidade (Bastos & Freire, 2005; Dutra & Ferrari, 2007; Mezan, 2002; Rosa, 2004; Santos, Freire, Holck, Bastos & Cottet, 2005). O que muda é que nem sempre há divãs nas salas e os locais de atendimento podem ser ao ar livre ou em quartos hospitalares coletivos, enfermarias, salas em instituições governamentais ou não-governamentais, sem possibilidade de isolamento sonoro. As aplicações da psicanálise em locais tão diferenciados, também implica na questão dos relacionamentos entre analistas e profissionais de diferentes áreas. Assim, da mesma forma que é esperado que o analista deva se adequar aos limites impostos pelos enquadres, os outros profissionais também devem estar disponíveis para discutir casos que levem em conta a existência do inconsciente e a análise dos sintomas do paciente também sob outra ótica.

2 JUSTIFICATIVA

2 JUSTIFICATIVA

O estudo sobre o desaparecimento de crianças e de adolescentes tem sido pouco desenvolvido no Brasil quando comparado com outros países. A gravidade do fenômeno requer que diferentes saberes possam trabalhar de forma multiprofissional na tentativa de encontrar o desaparecido e auxiliar as famílias enquanto aguardam pelo seu retorno. Mesmo que o desaparecimento de crianças e adolescentes possa ter ocorrido por guerras ou regimes ditatoriais, por atos criminosos praticados por terceiros, pelo ambiente familiar e por questões da subjetividade do próprio desaparecido, a variável comum entre esses fatores é o desconhecimento das famílias com respeito ao paradeiro de seus filhos. Esse desconhecimento, aliado à separação e à falta de informações, podem desencadear diferentes reações emocionais entre uma família e outra, mas são reveladores de uma organização familiar, que pode ou não estar comprometida psiquicamente, e que pode ou não ter participação importante no desaparecimento.

No entanto, o contexto familiar configura um papel fundamental na questão do desaparecimento de crianças e de adolescentes, uma vez que organizações familiares que permitem e mantêm relações abusivas, negligentes, fisicamente violentas, propiciadoras de sofrimento e desamparo, podem facilitar a ocorrência de desaparecimentos/fugas de casa. As famílias podem reagir de maneiras diferentes, seja pela omissão ou demora em abrir uma queixa na polícia, seja pela dinâmica de suas relações que facilitam o desaparecimento, seja pelos sentimentos hostis com relação ao desaparecido ou para eximir-se de qualquer vestígio culposos pelo desaparecimento. Os desaparecimentos/fugas de casa podem ocorrer devido a outras questões como a vontade da criança ou do adolescente de aventurar-se e conhecer outros bairros e cidades e não querer ou conseguir voltar para casa. O fugir de casa também pode envolver outros aspectos da constituição subjetiva da criança ou do adolescente.

Por isso, justifica-se a construção de uma prática clínica, que faça parte de um projeto multidisciplinar, e que seja oferecida às famílias de crianças e adolescentes desaparecidos e aos encontrados, uma vez que, aparentemente no Brasil, não existem modelos de atendimento que sejam executados de forma institucional e multidisciplinar com essa temática levando em conta o dispositivo analítico.

3 OBJETIVOS

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Descrever a história da construção multidisciplinar do *Caminho de Volta: busca de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo*, enfocando principalmente a inserção da psicologia e da criação de uma prática clínica oferecida, dentro de uma delegacia de polícia especializada, aos familiares de desaparecidos menores de 18 anos e aos desaparecidos posteriormente encontrados.

3.2 ESPECÍFICOS

1. Descrever a história da construção multidisciplinar do Caminho de Volta e de seu modelo de prática clínica.
2. Descrever os aspectos multidisciplinares a partir da prática clínica executada na delegacia.
3. Descrever os aspectos clínicos observados a partir dos casos atendidos na delegacia.

4 MÉTODO

4 MÉTODO

No presente trabalho foi utilizado o método qualitativo para avaliar as questões resultantes do desenvolvimento histórico e multidisciplinar do Projeto Caminho de Volta, principalmente no que diz respeito à proposta de atendimento clínico às famílias de crianças e adolescentes desaparecidos e aos posteriormente encontrados, bem como às possíveis hipóteses sobre o sintoma desaparecimento/fuga de casa. Também foram avaliados qualitativamente os aspectos multiprofissionais dessa prática realizada em uma delegacia de polícia. Optou-se pelo método qualitativo, pois segundo Minayo (2007) ele permite

desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva do conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo. Por isso é utilizado na elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologia. (p.63).

No entanto, a definição de metodologia clínico-qualitativa proposta por Turato (2003) parece mais adequada à presente pesquisa, principalmente no que diz respeito à prática clínica desenvolvida para o Caminho de Volta. Isso porque a proposta do autor leva em conta questões clínicas psicanalíticas, e que pareceram alinhadas com a presente pesquisa, mesmo que essa não tenha sido executada em uma instituição de saúde. Para Turato (2003) a metodologia clínico-qualitativa é

o estudo e a construção de limites epistemológicos de certo método qualitativo particularizado em settings da Saúde, bem como abarca a discussão sobre um conjunto de técnicas e procedimentos adequados para descrever e compreender as relações e significados dos fenômenos humanos referidos nesse campo... Portanto, temos, especificamente, que o método clínico-qualitativo é concebido como um meio científico de conhecer e interpretar significações – de naturezas psicológicas e psicossociais – que os indivíduos (pacientes ou quaisquer outras pessoas preocupadas ou que se ocupam com problemas da saúde, tais como equipe de profissionais, os familiares e pessoas da comunidade), dão aos fenômenos do campo saúde-doença. Ocorre sob o paradigma fenomenológico, dentro da área das Ciências do Homem, com valorização das angústias e ansiedades existenciais das pessoas envolvidas no estudo e pautando-se num quadro interdisciplinar de referenciais teóricos com destaque às concepções psicanalíticas básicas. (p.240).

A implantação do Caminho de Volta na delegacia e, conseqüentemente, de sua prática clínica, levou em conta alguns passos e procedimentos propostos por Turato (2003, p.341) relativos às etapas de campo necessárias para a realização de uma pesquisa. Por exemplo, os encontros com os delegados de polícia e com os investigadores nos meses que antecederam seu funcionamento na delegacia fizeram parte da ambientação ao campo da pesquisa. Quanto às entrevistas preliminares e possíveis rearranjos das questões da pesquisa, foram realizadas algumas entrevistas-piloto com famílias de desaparecidos para testar o questionário

estruturado. Portanto, mesmo não sendo entrevistas livres como sugere Turato (2003), elas permitiram uma reorganização do questionário com a introdução de novas perguntas e retirada de outras. Quanto à seleção dos sujeitos e convite para participação, foram convidadas as famílias de desaparecidos menores de 18 anos que já tinham aberto um B.O. As famílias eram entrevistadas no dia em que vinham até a delegacia por terem sido convocadas pela própria polícia ou para abrir o B.O. de desaparecimento. Portanto, não havia um agendamento prévio dos entrevistados, a não ser para as entrevistas de retorno como será detalhado posteriormente. As entrevistas foram realizadas em uma sala da delegacia sendo a mesma de uso exclusivo da pesquisadora e dos psicólogos voluntários do Caminho de Volta. Na entrevista inicial foi estabelecido o *rappport* como apontou Turato (2003), ou seja, o momento em que a pesquisadora e o entrevistado foram apresentados por meio do investigador de polícia para que pudessem ser fornecidos os esclarecimentos sobre o Caminho de Volta. A aceitação para participar era voluntária e por meio da assinatura do Termo de Consentimento Pós-Esclarecido. A pesquisa, por ter sido desenvolvida em um projeto multidisciplinar dentro de uma área da saúde, utilizou, para a coleta de dados, entrevistas abertas e semiabertas e questionários com perguntas sobre histórico familiar, histórico do desaparecido e do desaparecimento. Algumas observações sobre o entrevistado foram escritas nos questionários e outras discutidas em supervisões clínicas. A supervisão também serviu para que o entrevistador fizesse uma “auto-observação” de seu atendimento como salienta Turato (2003).

Uma vez que foram utilizadas entrevistas com as famílias e com os desaparecidos encontrados, pode-se dizer que o modelo de prática clínica proposta nesta pesquisa possui semelhanças com os três pilares que sustentam a metodologia clínico-qualitativa proposta de Turato (2003), isto é, a “atitude existencialista”, que não perde de vista a questão da angústia dos sujeitos estudados, a “atitude clínica” que diz respeito ao acolhimento de seu sofrimento por meio de sua escuta e a “atitude psicanalítica”, que lança mão de conceitos sobre o inconsciente que auxiliam na construção e na aplicação dos instrumentos bem como referencial teórico nas discussões. (Turato, 2003, p.230).

Além disso, a definição de método clínico-qualitativo proposto por Turato (2003, p.241) engloba tanto as questões voltadas à multidisciplinaridade quanto às questões da própria clínica desenvolvida para atender familiares, crianças e adolescentes encontrados. A proposta desse autor foi fazer um “refinamento” entre os métodos qualitativos compreensivo-interpretativos por meio de um “casamento” entre métodos clínicos “tal como entendemos nas práticas do campo da saúde” e teorias epistemológicas para pesquisas sociais. Porém, o

aspecto destacado por Turato (2003) e que se alinhou com a proposta do presente estudo foi o fato de o autor buscar na psicanálise os “elementos norteadores para elaboração e aplicação de instrumentos auxiliares de pesquisa, bem como o referencial teórico para a atividade de imaginação/discussão dos resultados” (p.241). A abordagem teórica utilizada para levantar hipóteses a partir dos discursos expressos na cadeia significativa dos sujeitos durante as entrevistas foi a psicanálise de orientação lacaniana.

Além disso, um aspecto importante a ser destacado é que a pesquisadora foi um dos instrumentos da pesquisa, uma vez que atendeu aos casos na delegacia e essa experiência contribuiu para desenvolver e testar a metodologia proposta.

Portanto, apesar de desde setembro de 2004 a dezembro de 2009 já terem sido cadastradas 700 famílias no Caminho de Volta, a presente pesquisa teve como foco os casos entrevistados e supervisionados pela pesquisadora durante o período em que esteve na delegacia. O levantamento de hipóteses psicanalíticas com relação ao que pode ter propiciado o desaparecimento, suas consequências e seus efeitos também foi enriquecido pela análise geral dos resultados dos questionários utilizados nos casos atendidos pela pesquisadora.

4.1 PARTICIPANTES

A amostra estudada referiu-se aos 16 casos-piloto entrevistados pela pesquisadora entre setembro de 2004 e janeiro de 2005 e alguns dos 68 casos supervisionados neste período. Essas entrevistas foram realizadas na 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP da polícia civil, na cidade de São Paulo, SP.

Em 12 (doze) casos, as entrevistas foram feitas em dupla (pesquisadora com a psicóloga voluntária) e quatro foram feitas somente pela pesquisadora. Dessas quatro, os desaparecidos foram encontrados e também entrevistados somente pela pesquisadora. Das 16 famílias, foram entrevistadas dez mães biológicas, quatro casais de pais biológicos, uma avó materna e um pai biológico. Com relação aos desaparecidos entrevistados somente pela pesquisadora, três eram do sexo masculino com idades de 9, 12 e 13 anos e uma adolescente de 16 anos conforme a Tabela 2.

Casos	Entrevistado	Entrevistador	Sexo /Desaparecido	Idade/Desaparecido
01	Mãe	Pesquisadora e psicóloga	F	14
02	Mãe	Pesquisadora e psicóloga	F	03
03	Avó	Pesquisadora	M	09
04	Pai	Pesquisadora e psicóloga	M	14
05	Mãe	Pesquisadora e psicóloga	F	13
06	Mãe	Pesquisadora	M	12
07	Mãe	Pesquisadora	M	13
08	Mãe e pai	Pesquisadora e psicóloga	F	14
09	Mãe	Pesquisadora e psicóloga	F	17
10	Mãe	Pesquisadora e psicóloga	F	14
11	Mãe e pai	Pesquisadora e psicóloga	M	14
12	Mãe	Pesquisadora e psicóloga	F	17
13	Mãe e pai	Pesquisadora e psicóloga	M	16
14	Mãe e pai	Pesquisadora	F	16
15	Mãe	Pesquisadora e psicóloga	F	16
16	Mãe	Pesquisadora e psicóloga	F	11

4.2 INSTRUMENTOS

4.2.1 Termo de consentimento livre e esclarecido

Foi desenvolvido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) a ser assinado pelos familiares de crianças e adolescentes desaparecidos que concordassem em aderir ao Caminho de Volta, após os mesmos serem esclarecidos sobre seu funcionamento e as etapas pelas quais teriam que passar. Essas informações foram transmitidas pela pesquisadora ou por um dos psicólogos voluntários que fizeram as entrevistas com essas famílias na 2^a Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP.

Neste termo constaram informações sobre a identificação do entrevistado como nome, sexo, data de nascimento, grau de parentesco com o desaparecido, número do RG, endereço, telefone, cidade, Estado, além de informações sobre o número do Boletim de Ocorrência do desaparecimento, número da queixa registrada na 2^a Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP e número da família gerado pelo Banco de Dados do Caminho de Volta. Em seguida, eram apresentados os objetivos do Caminho de Volta e procedimentos que seriam realizados com o entrevistado, como: entrevistas realizadas por um psicólogo juntamente com a coleta de informações por meio do preenchimento de um questionário desenvolvido para este fim. No termo ainda era esclarecido a garantia de acesso às informações sobre risco,

confidencialidade, sigilo, além da possibilidade do sujeito de se retirar da pesquisa quando assim desejasse. Após a concordância por parte do entrevistado, o termo de consentimento era assinado por ele e pelo entrevistador. Este termo foi entregue para cada familiar e/ou responsável que compareceu nas entrevistas e concordou em fornecer as informações. O termo não foi entregue às crianças e/ou adolescentes encontrados, pois como os mesmos estavam sob responsabilidade do familiar que já havia assinado, compreendia-se que este consentimento estava garantido. Todavia, esses foram esclarecidos sobre a necessidade de terem vindo com seus pais, sobre o que era o Caminho de Volta e por que seriam entrevistados por uma psicóloga e se concordavam com isso.

4.2.2 Entrevistas

As entrevistas propostas para a prática psicológica do Caminho de Volta foram realizadas na 2^a Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP, em uma sala destinada a essa finalidade. As entrevistas foram designadas como Entrevista Inicial e Entrevistas de Retorno.

Por Entrevista Inicial se denominou a entrevista realizada no primeiro contato da família com o entrevistador e que tinha duração, em média, de uma hora. Embora tenha sido feito uso do Questionário Família (APÊNDICE B), a entrevista não se caracterizou por ser fechada como define Bleger (1998), e sim por ser semiaberta. Foi configurado um campo, que apresentou uma padronização, ou seja, um enquadramento com características definidas, como por exemplo, as informações sobre o que era o Caminho de Volta, os procedimentos pelos quais as famílias seriam submetidas caso aceitassem participar, a assinatura do termo de consentimento pós-esclarecido, a aplicação do questionário, a realização das entrevistas de retorno na delegacia e encaminhamento da família para a rede de atendimento psicossocial. Ou seja, havia um conjunto de variáveis que eram constantes, como aponta Bleger (1998).

No entanto, o pedido do entrevistador para que o participante relatasse livremente o que havia acontecido pareceu aproximar-se mais do modelo de entrevistas preliminares psicanalíticas (Sinatra, 2004), sem a finalidade de observar se havia ou não entrada em análise, uma vez que não foi esse o objetivo da entrevista. No entanto, as entrevistas tinham a função de observar o que surgia espontaneamente no relato do participante que pudesse fornecer algumas informações sobre o funcionamento de seu psiquismo e sobre as questões que envolveram o desaparecimento da criança ou do adolescente. O questionário servia como guia para o entrevistador para que o mesmo não se esquecesse de abordar algum aspecto da história que não foi relatado espontaneamente pelo participante.

Entrevistas de Retorno foram entrevistas realizadas posteriormente à entrevista inicial, marcadas em intervalos de 15 a 20 dias entre uma e outra. O tempo médio dessas entrevistas também foi de uma hora. Ao todo as entrevistas de retorno garantiam pelo menos três contatos da família com o entrevistador na sala do Caminho de Volta localizada na delegacia conforme a Figura 2 (p.78). Todavia, dependendo da necessidade, essas entrevistas poderiam ocorrer mais vezes, não configurando um atendimento em longo prazo, e sim pontual. Eram entrevistas abertas e geralmente a família trazia novas informações sobre o desaparecimento, ou recordava um dado importante não dito no primeiro encontro. Às vezes havia necessidade de completar algum item do questionário que ficou incompleto por falta de tempo na entrevista inicial, ou por esquecimento, ou por faltar algum dado por parte do entrevistado. Portanto, nas entrevistas de retorno a pesquisadora tinha em mãos o questionário família para essas eventuais possibilidades.

As entrevistas podiam ser grupais, com a presença dos familiares, ou individuais se o entrevistado assim preferisse. Se o desaparecido fosse encontrado e viesse com os familiares nas entrevistas de retorno, era aplicado o Questionário Criança/Adolescente (APÊNDICE D) também preenchido pelo pesquisador que solicitava seu comparecimento nos outros retornos também agendados no fim da entrevista. A entrevista com a criança ou com o adolescente também foi semidirigida quando o questionário foi utilizado e aberta quando se tratavam dos retornos. Foi utilizado uso de material gráfico quando necessário, principalmente com crianças pequenas. Os psicólogos voluntários também foram orientados para proceder da mesma forma adotada pela pesquisadora.

4.2.3 Questionário família

O Questionário Família (APÊNDICE B) foi desenvolvido para ser aplicado nos familiares de crianças e adolescentes desaparecidos durante a entrevista inicial. Esse instrumento foi construído a partir de algumas perguntas presentes nos B.Os de desaparecimento (ANEXO A), tais como data da ocorrência, data do desaparecimento, nome do desaparecido, apelido, sexo, idade, altura, peso, tamanho de roupa, tamanho de sapato, cor de pele, cor de cabelo, tipo de cabelo, cor de olhos, marcas físicas (tatuagem, cicatriz, piercing, nascença), deficiência, distúrbio de conduta (álcool, drogas, infração) e completado com outras que não eram abordadas no registro policial. O modelo de questionário apresentado nessa pesquisa foi sendo modificado à medida que novas situações originadas durante os atendimentos exigiam a inserção de perguntas que até então não tinham sido contempladas. Todavia, a pesquisadora observou que os B.Os não contemplavam aspectos considerados importantes para uma compreensão maior sobre o desaparecimento e sobre as circunstâncias que o envolveram. Sendo assim, o questionário foi elaborado conservando alguns itens do B.O. e inserindo questões consideradas pertinentes. No Questionário Família os itens que constam nos B.Os estarão em azul e os itens elaborados para o questionário estarão em preto, para uma melhor visualização do mesmo. (APÊNDICE B).

No Questionário Família, o nº do DHPP refere-se ao número da queixa que o B.O. recebe quando é processado no DHPP e é por meio deste número que os investigadores de polícia referem-se ao caso. O nº do Boletim de Ocorrência é o número que é processado no DP no qual foi aberta a ocorrência. O nº do DP indica qual o Distrito e em que região da cidade ele se localiza. O item Cidade refere-se onde foi aberto o B.O, pois alguns casos vem de cidades do interior ou até de outras Unidades da Federação, a qual essa cidade pertence. Data da queixa refere-se ao dia em que foi aberto o B.O. e data do desaparecimento, dia em que a criança ou adolescente desapareceu. O número de Registro CV, corresponde ao número da família cadastrada no Banco de Dados do Projeto Caminho de Volta.

Após o preenchimento deste cabeçalho, o passo seguinte foi o preenchimento do Item I do questionário referente às informações sobre a Identificação Familiar, iniciando-se pelas perguntas sobre a mãe. Um aspecto fundamental é indicar se a mãe é biológica ou adotiva, pois esta informação é relevante quando se trata da análise e cruzamento dos Bancos de DNA, pois uma mãe adotiva jamais terá o mesmo DNA de seu filho. A cor de pele da mãe também é importante no estudo do DNA e no cruzamento dos Bancos, uma vez que alguns

polimorfismos de DNA, isto é, formas alternativas de uma sequência de pares de base (adenina, citosina, guanina, timina) que aparecem na população (Gattás, 2007), podem aparecer com maior frequência em alguns grupos étnicos. A indicação se a mãe é viva ou falecida se deve ao fato de que nem sempre é a mãe que comparece para abrir o B.O. de desaparecimento de seu filho. Informações como idade, estado civil com o pai biológico do desaparecido e estado civil atual (isto é, se a mãe possui algum relacionamento afetivo que não seja com o pai biológico da criança) também são importantes quando observamos os dados sobre faixa etária e números de filhos e quantidade de relacionamentos conjugais. Ou seja, há quanto tempo a mãe possui ou não vínculos afetivos, se resultaram em filhos, se os mesmos possuem ou não contato com seus pais biológicos. Foi contemplada a possibilidade de a mãe possuir relacionamentos homoeróticos e por isso foi colocado um item indicativo do sexo do atual relacionamento materno. Foram colocadas duas possibilidades de endereço, pois há casos nos quais a mãe não mora na mesma casa da pessoa com quem mantém um relacionamento atual ou com o pai biológico do filho(a) desaparecido. Outro item importante é saber se a mãe possui ou não algum tipo de vínculo empregatício, se possui alguma ocupação e local de trabalho, sendo este dado comparado ao nível de escolaridade da mãe. Todas estas perguntas relacionadas à mãe biológica também são feitas com relação ao pai biológico da criança e/ou adolescente desaparecido.

Ocorrem situações nas quais o desaparecido não mora nem com a mãe biológica nem com o pai biológico, mas com um responsável, que pode legalmente deter a sua guarda, ou não. Portanto, optou-se por incluir uma pergunta que fornecesse informações sobre quem é este responsável, ou seja, qual seu sexo, idade, cor de pele, escolaridade, estado civil, se tem filhos, grau de parentesco com o desaparecido, porque se tornou responsável pela criança ou adolescente, endereço, profissão, ocupação e local de trabalho. Outro fator contemplado refere-se a quantos irmãos o desaparecido possui, qual o nome, idade, sexo, se são biológicos, ou não, irmãos por parte de pai ou mãe, além de abortos da mãe. Pergunta-se também se estes irmãos já desapareceram antes.

O item II do questionário refere-se à Identificação da Criança ou do Adolescente desaparecido. Algumas perguntas foram aproveitadas dos Boletins de Ocorrência, como nome, apelido, sexo, data de nascimento, naturalidade, compleição, cor de pele, cor de olhos, cor de cabelo, tipo de cabelo, marcas físicas, distúrbio de conduta, ou seja, se o desaparecido consome bebida alcoólica, drogas ou se pratica ou praticou atos infracionais. Outras perguntas foram inseridas como escolaridade, repetências escolares, se parou ou não os estudos e o motivo, presença de deficiência (intelectual, física, visual, auditiva e de fala), histórico de

gravidez/abortos, presença de algum problema de saúde. Também foi inserida uma pergunta relacionada aos aspectos emocionais da criança ou do adolescente, ou seja, foram elencadas algumas características emocionais e foi solicitado ao familiar entrevistado que indicasse aquelas que mais caracterizavam os desaparecidos em sua opinião, como por exemplo, se ele era uma criança ou um adolescente alegre, triste, isolado, agitado, agressivo, sociável, ciumento, desinibido, tímido, falante, quieto e mentiroso. Neste item, os pais também poderiam descrever espontaneamente outros aspectos referentes ao desaparecido e que era preenchido na opção “outros”.

O Item III do questionário, refere-se às informações sobre o Desaparecimento. Um dos primeiros aspectos a ser investigado refere-se a quantas vezes o desaparecimento ocorreu. Neste sentido, a opção para Primeira Vez e Mais de uma Vez nos fornece indícios se aquele foi um evento isolado ou uma reincidência. Verifica-se ainda qual o período que durou o desaparecimento.

Foi incluída uma pergunta sobre o Conselho Tutelar (CT), ou seja, se a família já procurou anteriormente esse serviço, em função do desaparecimento ou de algum outro problema envolvendo o desaparecido. Esta pergunta possibilita que a família diga por que já buscou ajuda do conselho tutelar de seu bairro e assim é possível começar a delinear um pouco mais sobre que desaparecido começa a ser apresentado no discurso do familiar e que problemas já podem ser percebidos. Com relação ao item Queixas anteriores à polícia, o objetivo foi investigar se a polícia já havia sido procurada anteriormente pela família. Esta pergunta também possibilita que a família indique o desaparecimento ou outros motivos que a levaram a procurar a instituição policial. Essa pergunta também é reveladora de conflitos presentes na dinâmica familiar (violência doméstica, por exemplo), e como a mesma tentou resolvê-los. Quanto à pergunta referente ao Local do desaparecimento, procurou-se contemplar várias possibilidades que incluíssem a casa, locais urbanos, estrada e uma opção para qualquer outra possibilidade que não tivesse sido pensada. Quanto ao Tipo de Desaparecimento, foi contemplada a fuga de casa, extorsão mediante sequestro, e a possibilidade do desaparecido ter sido subtraído por um estranho, por um conhecido ou por um familiar. Todavia, a criança pode ter desaparecido por ter se perdido e, nesse exemplo, o item Outros seria registrado, assim como qualquer outra possibilidade que não as selecionadas. Fundamental investigar se a criança ou adolescente desapareceu sozinho ou acompanhado, e por quem. Se quando ele desapareceu estava sozinho, se estava em casa com a família toda presente e fugiu sem ser percebido, ou fugiu na companhia do namorado (a) ou de amigos. Este dado pode ser vinculado com a pergunta que aparece na sequência do

questionário, que refere-se a Quem percebeu o ocorrido e que Medidas foram tomadas pela família. Este dado é relevante quando investigamos o tempo entre a descoberta do desaparecimento e a abertura de um Boletim de Ocorrência sobre o fato, ou seja, se a família demorou ou não para procurar a polícia e por que a demora. Como abertura de B.O. em casos de desaparecimento deve ser feita imediatamente após o fato, sem a necessidade de esperar 24 ou 48 horas para isso, foi importante o tempo que a família levou para fazer isso e se a demora foi por negligência, por não considerar isso importante, por não saber que precisava ou até por não ter conseguido ser atendida em uma delegacia. A pergunta referente à procura, por parte da família, por algum tipo de Acompanhamento Psicossocial é um dado importante que pode indicar se a família fez esta busca devido ao desaparecimento ou não, revelando dessa forma mais um aspecto sobre o desaparecido, suas dificuldades e a implicação, ou não da família para tentar ajudá-lo. O mesmo pode ser investigado na pergunta sobre Tratamento Medicamentoso, ou seja, se o desaparecido ou alguém da família está tomando algum tipo de medicação e se isso é, ou não, em decorrência do desaparecimento.

O Item IV do questionário família que diz respeito aos aspectos da Organização Familiar e nele procura-se investigar se a família era nuclear, com pais e irmão biológicos morando na mesma casa, ou de múltipla composição, composta por pessoas de casamentos anteriores ou posteriores, com filhos destas uniões ou não. E por fim, se a família era composta por agregados, ou seja, familiares de outras gerações e com outras funções de parentesco convivendo sob o mesmo teto, como por exemplo, famílias nas quais moram pais, filhos, avós, tios, sobrinhos etc. Além da composição familiar, foi investigada a descrição e a condição desta moradia, quantos cômodos, se o banheiro é externo ou interno e quantas pessoas habitam a moradia. Esses dados podem fornecer um panorama sobre quem compõe essa família, em que condições habitam juntos e os conflitos daí decorrentes.

Foi incluída um questão referente às chamadas Queixas Anteriores, com a finalidade de observar se havia na história familiar a ocorrência de episódios de maus-tratos, (violência física praticada no desaparecido ou em outros irmãos); abuso sexual intrafamiliar (incesto); abuso sexual (quando o desaparecido e/ou outros irmãos são abusados sexualmente por não familiares); violência conjugal (a violência praticada entre os pais biológicos (ou não) e destes com seus companheiros); violência sexual (quando algum adulto da família sofre ou pratica este tipo de violência em outra pessoa); alcoolismo (se o desaparecido consome muita bebida alcoólica ou alguém na família é alcoolista); adição (se o desaparecido ou alguém na família é adicto e qual o tipo de adição); tráfico de drogas (se o desaparecido ou alguém na família é vinculado ao tráfico de drogas); ato infracional (se o desaparecido e/ou outros irmãos

cometeram atos infracionais); infração penal (se algum familiar cometeu algum tipo de contravenção ou crime); exploração sexual comercial (se o desaparecido e/ou outros irmãos estão na exploração sexual comercial ou há suspeita disso); miserabilidade (condições precárias nas quais vive a família); negligência (atitudes negligentes da família para com a criança ou adolescente desaparecido, ou com outros familiares) e internação (situação na qual o desaparecido ou algum outro familiar tenha sido internado, por exemplo, em clínicas, hospitais, abrigos, Fundação Casa e qual o motivo). A última pergunta do questionário refere-se à religião da família. As religiões devem ser detalhadas, principalmente no caso da religião evangélica, que possui várias denominações. Foi fundamental perguntar o nome da denominação evangélica para identificarmos as diferenças entre elas. A questão da religião foi contemplada, pois a mesma pode ter sido um fator importante para a ocorrência do desaparecimento, por exemplo, rigidez de costumes, obrigatoriedade de frequentar uma igreja e até a influência do líder religioso nos assuntos familiares.

O Item V, Finalização do Processo, visou o preenchimento das informações que ocorreram após o cadastro da família, ou seja, se a família compareceu às três entrevistas de retorno agendadas com o psicólogo entrevistador e quais familiares compareceram a estas entrevistas. Além disso, foi anotado também se a criança foi encontrada viva ou morta, se foi encontrada pelo Banco de DNA, ou se o caso não foi registrado, por exemplo, no caso de crianças abrigadas que não tiveram um Boletim de Ocorrência de desaparecimento, mas que possuem filiação duvidosa ou indefinida.

4.2.4 Questionário criança/adolescente

Foi desenvolvido outro questionário, denominado Criança/Adolescente (APÊNDICE D) para ser preenchido pelo entrevistador durante a primeira entrevista com as crianças e adolescentes encontrados¹⁵ ou que voltaram espontaneamente para casa. Ele foi estruturado com algumas perguntas que constam do questionário família, mas também com perguntas mais específicas à situação do desaparecimento. Possui um cabeçalho muito semelhante ao questionário família, porém com a anotação do dia em que a criança ou adolescente foi encontrado, o que indica objetivamente quanto tempo o mesmo ficou desaparecido. No item I,

¹⁵ No próximo item referente às entrevistas, essas serão detalhadas.

Identificação da Criança ou do Adolescente, as mesmas perguntas presentes no questionário família são agora repetidas e servem para identificá-lo com nome, sexo, idade, escolaridade, repetências, aspectos antropomórficos, presença de deficiências, distúrbios de conduta e saúde.

Em seguida, no item II, Identificação Familiar, pergunta-se de forma resumida sobre a composição familiar, quem são os pais ou os responsáveis, quantos irmãos biológicos, meio-irmãos (maternos e paternos) e falecidos. Estas perguntas também estão presentes no questionário família, mas devem ser perguntadas, pois podem ocorrer situações nas quais não sabemos ou não temos certeza sobre o vínculo de parentesco da criança com a família cadastrada no Caminho de Volta, seja por esquecimento ou dificuldade do familiar que foi entrevistado na primeira entrevista, em fornecer a resposta.

O Item III, Dados sobre o Desaparecimento, engloba as principais perguntas que somente a criança ou o adolescente podem responder, pois dizem respeito exatamente à sua história de desaparecimento, ou seja, se foi a primeira vez ou não que desapareceu, onde desapareceu, se se trata de fuga (sozinho ou acompanhado) ou se se trata de outro tipo de desaparecimento, além da razão do mesmo. Além disso, investiga-se onde a criança ou adolescente permaneceu durante o desaparecimento, onde e como foi encontrado, como se manteve durante seu desaparecimento, quais as condições físicas em que foi encontrado, isto é, se contraiu alguma doença, se sofreu algum tipo de violência física ou sexual, se envolveu-se com drogas ou com algum tipo de ato infracional. E por fim, se a criança ou o adolescente deseja voltar para casa e por quê.

No item IV, Aspectos da Organização Familiar, repetem-se as mesmas perguntas do questionário família quanto ao tipo de família que a criança ou adolescente encontrado pertence, ou seja, se morava com pais e irmãos biológicos, se com padrastos, madrasta e meio-irmãos ou se morava com agregados, ou seja, avós, tios, pais, primos etc. Também há a descrição de seu local de moradia e com quantas pessoas habitava na mesma residência. Pergunta-se também sobre o histórico familiar quanto às queixas anteriores como violência física ou abuso sexual intrafamiliar ou abuso sexual sofridos pela criança e/ou adolescente ou presentes no universo familiar com outros familiares, além de violência conjugal, violência sexual, alcoolismo, adição, ato infracional, infração penal, internação, miserabilidade, negligência. Este item é fundamental para que possa ser comparado com o mesmo item presente no questionário família, pois as queixas relatadas pelos familiares podem ser diferentes das queixas relatadas pelas crianças. E no fim do questionário, há uma pergunta aberta sobre o que o entrevistado gostaria que mudasse em sua vida, com a finalidade de

observar se o entrevistado tem planos ou não para sua vida e como pensa executá-los. Os dois últimos itens do questionário referem-se a se foi coletado algum material biológico da criança e se a mesma foi identificada, ou não pelo Banco de DNA, ou se foi encontrada em abrigo. Vale a pena salientar que a repetição de alguns itens nos dois questionários (dados sobre o B.O, sobre o desaparecimento, identificação e dados antropométricos do desaparecido, bem como informações sobre distúrbios de conduta, saúde, gravidez, identificação dos pais, irmãos, queixas anteriores e aspectos da organização familiar) levam em conta a possibilidade de que um desaparecido encontrado não teve, necessariamente, a família cadastrada no projeto, por lhe ser desconhecida ou ter sido perdido o contato, como por exemplo, no caso de uma subtração ou até para fins de comparação entre as respostas fornecidas pelos familiares e pela criança ou adolescente encontrado.

4.2.5 Supervisões clínicas

As supervisões clínicas dizem respeito à apresentação e discussão das entrevistas iniciais e entrevistas de retorno dos casos atendidos semanalmente pela equipe de psicólogos voluntários no DHPP. As supervisões tinham em média uma hora meia e eram coordenadas pela pesquisadora, que utilizou o referencial psicanalítico de orientação lacaniana com a finalidade de levantar as possíveis hipóteses sobre o desaparecimento e sobre o modo de funcionamento das relações familiares. Os psicólogos receberam as supervisões em grupo e cada um relatou as entrevistas que realizou na semana anterior, ou seja, entrevistas tanto com os familiares quanto aquelas realizadas com os desaparecidos depois de encontrados. Utilizavam os questionários para precisar alguma data ou informação mais específica, mas de forma geral, procuravam relatar livremente as entrevistas, quem compareceu ou não aos retornos, atrasos, faltas (justificadas ou não), as circunstâncias ocorridas durante o atendimento (interrupções por parte dos policiais, barulho na delegacia, irmãos menores do desaparecido que vinham com os pais e chegavam a atrapalhar o trabalho devido à sua agitação, entre outros), impressões pessoais das entrevistas, hipóteses diagnósticas sobre o entrevistado e hipóteses sobre o desaparecimento. Coube à pesquisadora a função de pontuar dados da história familiar e do desaparecimento que não foram perguntados na entrevista inicial e levantar hipóteses sobre isso, que poderiam ser desde atos falhos ou resistência do entrevistador por talvez tê-lo tocado em algum ponto cego de suas próprias questões. Por

exemplo, nos casos em que o desaparecido era filho adotivo e o entrevistador se esquecia de perguntar sobre os motivos da adoção, quando e como foi esse processo, se o adotado (a) sabia de sua condição, entre outros. Nas supervisões, a pesquisadora e a equipe discutiam ainda qual seria o encaminhamento, para a rede psicossocial, mais adequado para cada caso.

4.2.6 Caderno de registro das supervisões

Inicialmente foi elaborada uma forma de executar o registro das supervisões tendo em vista os locais de encaminhamentos dos casos. Posteriormente, começaram a ser registradas pequenas sínteses dos casos. Essas anotações foram feitas em um caderno que contava com o número CV, nome do desaparecido, idade, indicadores da presença ou não nas três entrevistas de retorno, tanto da família quanto da criança ou do adolescente, se o desaparecido tinha sido encontrado, que tipo de encaminhamento foi sugerido e o nome do psicólogo entrevistador. Depois, a parte chamada encaminhamentos foi alterada para histórico do caso, onde foram resumidas as informações e observações das entrevistas feitas com a família e com o desaparecido encontrado, significantes ou frases repetidas, novos acontecimentos entre uma entrevista ou novos episódios de fuga, percepções e hipóteses dos psicólogos sobre o caso.

4.2.7 Acompanhamento do caso

O formulário Acompanhamento do Caso (APÊNDICE E), refere-se a uma ficha onde foram anotados alguns dados de identificação da criança ou do adolescente, e itens referentes a se o encaminhamento sugerido nas entrevistas foi efetivado, se ocorreram novos episódios de fuga e há quanto tempo. Esse formulário foi preenchido pelo psicólogo a cada seis meses depois das entrevistas no DHPP.

4.3 PROCEDIMENTOS

De setembro de 2004 a janeiro de 2005 foram atendidas, na 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP, as famílias de crianças e adolescentes desaparecidos que abriram um B.O. de desaparecimento, ou após terem sido convocadas por um dos investigadores de polícia que havia solicitado, por contato telefônico, sua presença para levar uma foto do desaparecido. Inicialmente, cada família foi atendida por um investigador, que fez perguntas sobre o desaparecimento com fins de investigação policial e solicitou a entrega da foto para ser inserida no Banco de Dados da polícia civil. No fim desse atendimento, o próprio investigador convidou a família para conhecer o Caminho de Volta e salientou que era um projeto da FMUSP em parceria com a Polícia Civil, destinado a auxiliar na identificação de crianças e adolescentes desaparecidos por meio de Bancos de DNA e entrevistas com um psicólogo. Duas equipes de investigadores que trabalhavam alternadamente nos plantões policiais foram previamente esclarecidas, por meio de palestras realizadas no DHPP, para ter pleno conhecimento sobre o Caminho de Volta a fim de fornecer informações adequadas à família.

Durante o período em que entrevistou as famílias, a entrevistadora teve apenas um caso no qual a mãe não demonstrou interesse em ser cadastrada no Caminho de Volta, pois não quis assinar o termo de consentimento e não verbalizou seus motivos. As famílias que aceitaram o convite do investigador foram encaminhadas à sala do Caminho de Volta munidas com uma cópia do B.O. sobre o desaparecimento e apresentadas à pesquisadora ou a um dos psicólogos voluntários. Desde o início de funcionamento do Caminho de Volta houve um número extremamente reduzido de rejeição¹⁶ frente ao convite do investigador, e as alegações mais comuns foram “falta de tempo” para a entrevista ou a verbalização da “falta de interesse”. Disseram que não poderiam conversar naquele dia e que voltariam no dia ou semana seguintes. Outras não voltaram.

A Figura 1 (p.78) ilustra o percurso que as famílias fizeram para serem inseridas no Caminho de Volta.

¹⁶ De setembro de 2004 a dezembro de 2009 foram atendidos 720 casos e por volta de 15 (2%) casos não quiseram participar.

Figura 1. Percurso realizado pela família até chegar à sala de atendimento do Caminho de Volta

Os atendimentos ocorreram em uma sala que se localizava no mesmo espaço físico de trabalho dos investigadores dessa delegacia, conforme mostrado a seguir, na Figura 2.

Figura 2. Planta da sala reformada na 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas

Os procedimentos da prática psicológica foram desenvolvidos aos poucos, durante a própria experiência de atendimento das famílias e realizados somente pela pesquisadora ou em conjunto com as psicólogas voluntárias que estavam em treinamento. Portanto, foi a partir

dessas experiências e das questões surgidas durante os atendimentos, que o seguinte método foi concebido para o atendimento às famílias e ao desaparecido posteriormente encontrado:

- Inserção de famílias de desaparecidos menores de 18 anos, com B.O. de desaparecimento lavrado correspondendo a um evento atual ou antigo, desde que o indivíduo tivesse desaparecido quando criança ou adolescente;
- Realização do primeiro contato com a família deveria ser feito pelo investigador e teria a finalidade de obter informações de relevância policial e de sensibilizar a família para conhecer o Caminho de Volta;
- Adesão das famílias no Caminho de Volta seria de forma voluntária e gratuita;
- Esclarecimento por parte do psicólogo sobre o funcionamento do Caminho de Volta, seus objetivos e as etapas que o entrevistado teria que passar. Se concordasse, o entrevistado deveria assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido;
- Realização de uma entrevista inicial semiaberta que seria feita juntamente com o preenchimento, por parte do entrevistador, de um questionário com perguntas referentes ao histórico familiar, ao histórico do desaparecido e do desaparecimento;
- Realização de mais três entrevistas de retorno que seriam feitas naquele mesmo local, mas nas semanas seguintes à primeira entrevista. Portanto, ao todo a família teria quatro entrevistas com o psicólogo;
- A família deveria informar à instância policial sobre o eventual retorno ou encontro da criança ou do adolescente desaparecido, para que pudesse ser dada a baixa no B.O. lavrado;
- A família deveria trazer a criança ou o adolescente desaparecido, que foi posteriormente encontrado ou que retornou espontaneamente para casa, para que o mesmo pudesse ser entrevistado pelo psicólogo, nos mesmos moldes da entrevista inicial feita com a família, porém sem necessidade de assinatura de consentimento pós-esclarecido. Essa entrevista também foi semiaberta, pois, apesar de lhe ser dito para falar livremente sobre o que lhe havia acontecido, o entrevistador registrou as respostas em um questionário com perguntas referentes a ele, a sua família, às circunstâncias de seu desaparecimento e de seu retorno para casa.

Quanto aos procedimentos realizados pela equipe dos psicólogos, foi instituída a:

- Realização de supervisões semanais para discussão das entrevistas iniciais e as entrevistas de retorno feitas pela equipe de psicólogos voluntários com a finalidade de levantar as possíveis hipóteses sobre o desaparecimento, o modo de funcionamento das relações familiares e ainda sobre os encaminhamentos mais adequados a cada caso a partir da observação da existência de demanda;
- Realização de encaminhamentos para posterior atendimento na rede psicossocial do Município de São Paulo. Por rede psicossocial compreende-se toda a gama de serviços públicos e particulares, bem como organizações não-governamentais voltados à saúde mental, à saúde, à justiça, ao serviço social, atividades de recreação ou de ensino profissionalizante, tanto para a família quanto para a criança e/ou adolescente.

Durante o período que a pesquisadora atendeu as 16 famílias no DHPP, e se apresentou da seguinte forma:

Sou psicóloga do projeto Caminho de Volta e não sou uma policial. Este projeto foi desenvolvido pela Faculdade de Medicina da USP para atender, gratuitamente, famílias cujos filhos menores de 18 anos desapareceram e que abriram um boletim de ocorrência. Por isso estamos dentro desta delegacia. Para compreender por que a criança ou o adolescente desapareceu, preciso fazer algumas perguntas sobre ele, sobre o desaparecimento e sobre sua família. Por isso o senhor (a) foi encaminhado pelo policial até aqui. É a polícia que vai investigar o desaparecimento da criança, mas nós do projeto vamos acompanhar as famílias durante o período que durar o desaparecimento. Por isso, se o senhor concordar, eu gostaria de vê-lo pelo menos mais três vezes, para continuarmos conversando. Se o seu filho aparecer, é preciso avisar a polícia para que seja dado a baixa no B.O. e trazê-lo aqui porque eu também gostaria de conversar com ele. O senhor aceita?

Após esses esclarecimentos, foi entregue o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido (APÊNDICE A) para que o entrevistado lesse e assinasse no caso de concordar. A pesquisadora leu o termo para os familiares analfabetos e pediu para carimbar seu polegar como sinal de sua identidade e de seu consentimento. Após a assinatura do Termo de Consentimento Pós-Esclarecido foi iniciada a Entrevista Inicial. Foram anotados no cabeçalho do Questionário Família (APÊNDICE B) os dados de identificação do caso e dados policiais do B.O. Em seguida, foi perguntado aos pais ou responsáveis pelo desaparecido, os dados referentes à sua identificação pessoal, grau de parentesco com o desaparecido, estado civil com o genitor e estado civil com algum companheiro atual, endereço, profissão e ocupação. O mesmo foi pedido com relação aos dados do outro genitor. Nas primeiras semanas de atendimento e para testar os questionários, as entrevistas se aproximaram do modelo pergunta/resposta. Todavia, após um domínio sobre que perguntas constavam no questionário, a pesquisadora optou pela fala espontânea dos entrevistados. Nessas primeiras semanas o

questionário família sofreu alterações de acordo com o que foi surgindo no relato dos entrevistados, como por exemplo, a inserção de perguntas sobre tratamento medicamentoso e atendimento psicológico anterior.

A partir destes primeiros registros, a pesquisadora pediu para que o entrevistado relatasse livremente o que aconteceu. Procurou observar quais foram os significantes que mais apareceram no relato do entrevistado, em que momentos ocorreram silêncios ou pausas, lapsos de linguagem, substituições ou palavras mescladas, que associações livres foram feitas, que temas foram remetidos a outros temas e como o desaparecido ou outros familiares foram nomeados e qualificados pelo entrevistado. Outro aspecto importante que a pesquisadora procurou observar foi o modo como o entrevistado verbalizou seu relacionamento com o outro semelhante e com o mundo, como lidou com suas dificuldades pessoais e com as frustrações que surgiram na impossibilidade de fazer o que queria.

Aa pesquisadora e o restante da equipe de coordenadores acreditavam que os desaparecidos fossem demorar muito tempo para serem localizados. Então, como uma tentativa de se aproximar de uma possível descrição do mesmo, foram selecionados alguns significantes que pudessem ser perguntados de forma generalizada para que os familiares escolhessem quais deles remetiam ao desaparecido. Os significantes “alegre, sociável, falante, agitado, desinibido, triste, isolado, tímido, ciumento, mentiroso, agressivo e outros” (significantes relatados de forma espontânea). O significante “mentiroso” no princípio não constava na pergunta, mas a elevada frequência com que surgiu espontaneamente no relato dos pais e/ou responsáveis fez com que ele se juntasse aos demais.

Conforme o relato, os demais dados do questionário foram preenchidos de acordo com o desenvolvimento da entrevista. O entrevistado, na maioria das vezes, relatou livremente a história familiar e a história do desaparecido. Quando apresentou dificuldade para relatar espontaneamente, a pesquisadora utilizou tanto a sequência do questionário para diminuir esta dificuldade como optou por apenas ouvir e anotar os dados após a entrevista. Procurou anotar pelo menos alguma dica ao lado do questionário para o dado não ser esquecido. Quando surgiram associações livres, também fez outras perguntas de acordo com o relato do entrevistado ou quando esse forneceu informações relevantes que não constavam do questionário, como por exemplo, ao mencionar que ele próprio havia fugido quando tinha a idade do filho desaparecido, dado esse que desencadeava a descrição de sua história pessoal de desaparecimento. Estas associações livres, consideradas pela pesquisadora como o material mais rico do universo subjetivo dos entrevistados, bem como as observações do comportamento do entrevistado no início, meio e fim da entrevista, foram registradas no

próprio questionário durante ou após a entrevista.

Em algumas ocasiões o instrumento foi preenchido no tempo de uma hora. Mas várias vezes o questionário foi completado na entrevista de retorno devido à proximidade do entrevistado, ou por sua ansiedade em fornecer uma quantidade de informações que surgiam de forma acelerada em seu discurso, ou por interrupções durante a entrevista (solicitações para ir ao banheiro, interrupções causadas por filhos pequenos que vinham nas entrevistas, ou até mesmo interrupções feitas pelos policiais que queriam dar uma informação ou pediam para serem procurados após a entrevista), pela existência de confusões presentes no relato para verbalizar sua relação com o desaparecido e para fornecer dados sobre o desaparecimento que apareciam com imprecisão ou com esquecimento. Outras vezes o questionário demorava a ser completado porque o entrevistado tinha muita dificuldade em se expressar, seja por timidez ou por uma postura muito fechada, concisa. Respondiam sim ou não, sem associar nada ou com pouquíssimas descrições adicionais.

Um dos principais itens do questionário, perguntado no fim da entrevista, abordou indícios ou a presença de fato de histórias familiares envolvendo maus-tratos, abuso sexual intrafamiliar, abuso sexual, violência sexual, violência conjugal, negligência, alcoolismo, tráfico de drogas, adicção, infração, infração penal, exploração sexual comercial, internação e miserabilidade. Muitas dessas queixas anteriores apareceram espontaneamente no relato e quando não, a pesquisadora perguntou se algum daqueles eventos já havia acontecido na família.

Algumas famílias não mencionaram nada dessa natureza e a pesquisadora também não percebeu indícios sobre isso. Em outros momentos, a pergunta direta disparava uma lembrança não necessariamente ligada ao desaparecido, mas ao próprio entrevistado, por exemplo, que ele havia sido abusado na infância ou espancado. Mas, em outras, mesmo na ausência dessa informação foram percebidos indícios de algum excesso nas relações familiares que era negado, não dito ou até justificado por meio de fantasias. Por exemplo, em alguns casos supervisionados não raro foi o relato de famílias com filhos já grandes, que dormiam na mesma cama que os pais ou no mesmo quarto, sem qualquer sinal de incômodo ou sensação de inadequação por parte dos pais. As alegações mais comuns foram o temor de deixar o filho pequeno sozinho no berço, ou ele pudesse sentir “medo” de ficar sozinho e até “medo que eles fugissem” [*sic*], fala que surgiu no relato da mãe de um jovem de 17 anos que dormia junto com outros irmãos menores no quarto dos pais, sendo que na casa havia um quarto vazio.

Em algumas ocasiões, a Entrevista Inicial também foi realizada com a presença de mais

de uma pessoa da família do desaparecido e em outras apenas como o membro que foi até a delegacia. Ao término dessa entrevista, foram agendadas as Entrevistas de Retorno e fornecido um papel com o nome do entrevistador, data e hora para que o entrevistado retornasse à delegacia. Esse papel continha o telefone da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas e do Cencifor para que a família entrasse em contato caso não pudesse comparecer às entrevistas agendadas. Foi solicitado ainda que, se porventura, o desaparecido voltasse para casa ou fosse encontrado, a família avisasse a polícia para que fosse dada a chamada “baixa” no B.O. de desaparecimento e que a criança e/ou adolescente viesse no retorno com a família para ser entrevistado pelo mesmo entrevistador.

As Entrevistas de Retorno configuravam um momento possível para a família expor sua angústia ou revelar algum dado adicional ou até um segredo familiar que não conseguiu ser dito na primeira entrevista, aspecto esse muito comum nas entrevistas iniciais em consultório particular. A diferença foi que nas entrevistas da delegacia a pesquisadora (e também os psicólogos voluntários) tinha em mãos o questionário família para anotar alguma nova informação.

As crianças e os adolescentes encontrados e que vieram nos retornos com seus familiares também foram entrevistados primeiramente pelos investigadores antes de conversarem com a pesquisadora. Ao chegarem na sala do Caminho de Volta, a pesquisadora se apresentou e perguntou se eles sabiam porque tinham vindo. Utilizou a seguinte apresentação:

Sou psicóloga de um projeto chamado Caminho de Volta. Eu conversei com sua mãe (ou outro familiar) há alguns dias porque você havia desaparecido. Ela veio até a delegacia para contar para a polícia que você havia desaparecido e conheceu este projeto que atende famílias de crianças e adolescentes que também desapareceram. Então, eu pedi a ela que, se por acaso você fosse encontrado, trouxesse você aqui porque eu queria conversar sobre seu desaparecimento, sobre o que aconteceu neste período que você ficou longe de casa e por que você desapareceu. Por isso, vou fazer algumas perguntas que estão nesse questionário. Você me responde e eu anoto suas respostas. Você concorda em conversar comigo?

Quando a criança e/ou adolescente demonstrou resistência ou dificuldade para responder às perguntas do Questionário Criança/Adolescente (APÊNDICE D) foi oferecido material gráfico como papel e lápis de cor e perguntado se ele (a) gostaria de desenhar ou escrever alguma coisa. Nessas ocasiões, procurava fazer perguntas que explorassem o universo do entrevistado não enfocando diretamente o desaparecimento, como por exemplo, perguntando sobre o que gostava de fazer em seu tempo livre, se torcia para algum time, se tinha amigos etc. A partir das respostas observou se seria interessante permanecer nessa caminhada ou se poderia começar a perguntar aspectos mais direcionados ao desaparecimento.

Em cima da mesa tinha um pote com balas que estavam ao alcance dos entrevistados para propiciar um momento mais descontraído, para que o mesmo se sentisse mais à vontade.

Apesar de não ter feito entrevistas com crianças muito pequenas, sugeriu que, nesses casos, os psicólogos fizessem toda a entrevista junto com os pais, porque muitas vezes os pequenos não conseguiriam fornecer as informações. Com crianças maiores, por exemplo, a partir dos sete anos, a pesquisadora entrevistou pais e filhos juntos durante a primeira meia hora e, depois entrevistou a criança sozinha, enquanto os pais aguardavam no corredor da delegacia onde havia algumas cadeiras. A pesquisadora fez isso quando entrevistou os garotos dos Casos 3, 6 e 7 (Tabela 2, p.66). Nas supervisões, a equipe de psicólogos relatou que, ao entrevistar adolescentes, estes muitas vezes não quiseram a permanência dos pais desde o início da entrevista e então foram entrevistados sozinhos. Nessas ocasiões, mostrou a importância do psicólogo saber por que o adolescente quis ser entrevistado sozinho. A própria pesquisadora passou por essa experiência na entrevista do caso da adolescente do Caso 14 (Tabela 2, p.66), que se recusava a falar sobre os motivos de sua fuga (consumo de drogas) na frente da mãe. Nas supervisões, sugeriu que os psicólogos voluntários, principalmente nos casos em que o adolescente relatava que estava em risco, sinalizassem para o entrevistado a importância disto ser discutido com a família para que esta ou alguma outra instância pudesse ajudá-lo.

Um pouco antes do término da entrevista os pais eram chamados para o agendamento de novas entrevistas de retorno ou para discutir a possibilidade de encaminhamento para a rede psicossocial. Ao término era fornecido um papel de Encaminhamento (APÊNDICE F), no qual constava o nome do paciente, a finalidade e o local do encaminhamento conforme o caso.

Como já mencionado, a sala não possuía isolamento acústico e, apesar da garantia de sigilo presente no Termo de Consentimento Pós-Esclarecido (APÊNDICE A) não foi possível garanti-lo integralmente devido às suas condições. Muitos relatos acabaram sendo compartilhados indiretamente com o investigador que, por sua vez, já conhecia a história do desaparecimento relatada anteriormente pela família. Todavia, foi possível garantir outro tipo de sigilo, ou seja, que nada do que fosse dito durante as entrevistas seria transmitido para a instância policial, uma vez que as funções do policial e do entrevistador eram diferentes.

A pesquisadora, portanto, não conversou com o investigador antes de conversar com a família, mesmo se tivesse escutado a história relatada ao policial, como ocorreu em diversas ocasiões. Quando algumas famílias recordaram algum um fato que poderia ser crucial na investigação policial, foram orientadas pela pesquisadora a comunicar o dado novo ao investigador para auxiliar na investigação.

No entanto, em algumas entrevistas apareceram relatos envolvendo violência doméstica, incluindo incesto, maus-tratos e violência conjugal. Nessas ocasiões, procurou sensibilizar as famílias para a importância do interdito do circuito familiar violento, sinalizou o quanto os familiares eram os responsáveis pela proteção das crianças e dos adolescentes e o quanto eles poderiam ser implicados judicialmente. A pesquisadora procurou orientar a família a como proceder se desejassem fazer uma denúncia e a que órgãos deveriam recorrer. No período em que esteve na delegacia atendendo às famílias não precisou agir como denunciante em nenhum dos casos entrevistados.

Os encaminhamentos foram discutidos nas supervisões que aconteceram semanalmente na sala da pesquisadora no Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP. Todas as Entrevistas Iniciais e as Entrevistas de Retorno foram supervisionadas pela pesquisadora e nessa ocasião foram observados os principais problemas que estavam afetando as famílias e sua relação (ou não) com o desaparecimento. Outros pontos importantes e discutidos nas supervisões foram a relação do entrevistado com o psicólogo, sua aceitação ou não em participar do Caminho de Volta, sua presença nas entrevistas de retorno, sua demanda por algum tipo de ajuda e se de fato o encaminhamento sugerido foi efetivado pelo entrevistado. Nas supervisões, o grupo de psicólogos fazia sugestões de instituições já conhecidas ou buscava pela internet outros locais, de preferência próximos à região de moradia das famílias, para que as mesmas recebessem tratamento mais especializado, conforme sua necessidade e se assim desejassem. No Caderno de Registro das supervisões, a pesquisadora observou, com o decorrer do tempo, a necessidade de anotar um breve histórico do caso com as observações relatadas pelos entrevistadores durante as entrevistas, frases ditas pelos entrevistados que assinalavam os principais significantes que representavam o desaparecido, a qualidade das relações familiares, aspectos da história familiar que poderiam ter relação direta com o desaparecimento na tentativa de levantar as possíveis hipóteses em cada caso particular e planejar que tipo de encaminhamento seria feito e para quem. Depois, observou a importância de registrar os novos desaparecimentos ocorridos entre uma entrevista de retorno e outra.

Em junho de 2006, foi implantado o Acompanhamento do Caso (APÊNDICE F), em decorrência do fato de algumas famílias cadastradas terem espontaneamente começado a entrar em contato com o psicólogo que havia lhe entrevistado, para dizer que os filhos haviam desaparecido novamente. Além disso, observou-se a importância de verificar se os encaminhamentos para a rede psicossocial haviam sido bem-sucedidos, ou não. Assim, foi

elaborada uma ficha para o registro dessas novas informações e estabelecido que a cada seis meses as famílias seriam contatadas pelos psicólogos que responderam às entrevistas.

5 RESULTADOS

5 RESULTADOS

5.1 HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO MULTIDISCIPLINAR DO CAMINHO DE VOLTA E DE SUA PRÁTICA CLÍNICA

Em 2003, o Centro de Ciências Forenses (CenCiFor) foi criado no Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP, com o intuito de servir como centro de referência na aplicação e difusão do conhecimento técnico-científico para auxiliar a justiça e os órgãos competentes, por meio de pesquisas na área forense.

Os docentes deste departamento e responsáveis pelas disciplinas de biologia molecular, citogenética e informática médica começaram a desenhar um projeto que pudesse ser desenvolvido no CenCiFor, portanto circunscrito na área forense, e que não tivesse o caráter médico-legal vinculado à resolução de crimes ou autópsias. Seria algo que utilizasse tecnologia avançada para ser aplicado na área forense visando promover a vida, ou pelo menos a esperança. Assim, o tema do desaparecimento de crianças e adolescentes foi escolhido, uma vez que, encontrar esses desaparecidos e devolvê-los às suas famílias seria uma forma de responder a uma incógnita produzida por esse problema e que em alguns casos pode permanecer durante muitos anos sem solução. Além disso, não existia no Brasil um projeto desenvolvido na Universidade que estivesse voltado especificamente ao tema do desaparecimento de crianças e de adolescentes.

Inicialmente, esse projeto tinha como objetivo contemplar somente as áreas da biologia molecular e a bioinformática médica por meio da construção de um Banco de DNA que teria como função armazenar o perfil genético de familiares de crianças e adolescentes desaparecidos para ser comparado com o perfil genético dos desaparecidos encontrados. Essas informações seriam armazenadas em um Banco de Dados construído para esse fim, onde todas as informações genéticas e dados sobre as famílias e os desaparecidos seriam comparados para que os vínculos de parentesco e de filiação pudessem ser ou não identificados. Isso seria possível uma vez que esse departamento contava com laboratórios de citogenética e de biologia molecular para executar e analisar testes de paternidade ou outros testes com finalidade forense. Além disso, a Informática Médica, responsável por toda a informatização da FMUSP e do Complexo Hospitalar do Hospital das Clínicas, foi incluída no rol de disciplinas desse departamento a partir de 2003.

A inserção da pesquisadora, psicóloga e psicanalista, nesse projeto ocorreu após um encontro casual com uma das docentes responsáveis pela biologia molecular. Essa docente perguntou se a pesquisadora conhecia alguma ONG voltada ao desaparecimento de crianças e adolescentes. Primeiramente, a pesquisadora ficou curiosa com a pergunta, mas sabia por que lhe foi dirigida. Afinal, sua identidade institucional estava ligada a seu trabalho clínico de atendimento a famílias encaminhadas pelas Varas da Infância e Juventude, com processo judicial referente à prática de abuso sexual intrafamiliar desenvolvido no Ceará¹⁷. Essa experiência institucional garantiu, além da escuta direcionada à clínica com famílias incestuosas, contatos com profissionais da rede psicossocial voltada à área da violência doméstica e social.

Foi informada de que estava sendo delineado um projeto que visava a criação de Bancos de DNA e de sua finalidade, o que lhe pareceu inovador e importante socialmente no Brasil, uma vez que desconhecia o uso desse recurso tecnológico para auxiliar na identificação de uma pessoa desaparecida, apesar do mesmo já ter sido utilizado há mais tempo em outros países como Argentina (Munõz & Perez, 2005), Espanha (Lorente et al., 2002) e nos Estados Unidos (www.fbi.gov/hq/lab/html/mdnau1.htm).

A originalidade do projeto levou a pesquisadora a avaliar se haveria, ou não, a possibilidade de sua inserção naquele grupo de pesquisa. A fim de responder à docente fez um levantamento sobre instituições que trabalhavam com famílias de crianças desaparecidas e não encontrou nenhuma na cidade de São Paulo que fizesse algum tipo de atendimento psicológico com essa população. Então, fez contato com uma psicóloga, que há muito tempo trabalhava na área de violência doméstica e essa lhe lembrou que as crianças e adolescentes que sofriam violência no âmbito familiar fugiam de casa. E se fugiam, estavam desaparecidas. Sugeriu ainda que a pesquisadora entrasse em contato com um psicólogo social, colega de ambas e que estava interessado no tema. Como a pesquisadora não havia pensado nessa ligação? Como psicanalista, associou aquele lapso de memória com o fato de não achar que voltaria ao tema da violência doméstica. Lembrou-se que nas famílias que atendera no Ceará, as fugas não eram tão frequentes, mas aconteciam. Levantou a hipótese de que talvez a baixa frequência se desse justamente porque a dinâmica incestuosa parecia investir mais na permanência do objeto de satisfação daquele que abusa sexualmente do que na sua expulsão, uma vez que o que impera nessas relações é um modo de gozo específico, um jogo de sedução entre o abusador e a criança (Bollas, 1992; Cromberg, 2001; Figaro-Garcia, 2001b; 2004;

¹⁷ Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual pertencente ao Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP.

2009; Foward & Buck, 1989; Vasconcelos & Figaro-Garcia, 2004). Na sedução, o segredo proposto à criança é a mola mestra que mantém o incesto e cria a “confusão de línguas” como bem colocou Ferenczi (1992/1933)¹⁸.

A pesquisadora pediu se poderia participar da primeira reunião da equipe¹⁹ e sugeriu também a presença do colega, psicólogo social, por considerar que sua contribuição seria útil devido ao seu conhecimento de profissionais ligados à instituições públicas e privadas voltadas à área psicossocial. É importante salientar que nesse momento se propôs a ouvir e conhecer as ideias da equipe. Apesar de saber que a psicanálise poderia ser extremamente interessante na articulação com outros saberes, não sabia como, quando, e se efetivamente lhe seria permitido contribuir dessa forma.

Na primeira reunião de equipe ocorrida em janeiro de 2004, a pesquisadora constatou que o projeto era fundamentalmente multidisciplinar e sua finalidade seria a de apresentar o psicólogo social que poderia fazer os contatos com a rede psicossocial, em vez de compor formalmente a equipe. Durante as discussões algumas ideias e hipóteses quanto ao desaparecimento infantojuvenil começaram a ser pensadas e as primeiras perguntas que ocorreram na pesquisadora foram:

- Por que uma criança desaparece?
- Como estas famílias reagem psiquicamente ao desaparecimento de seus filhos e filhas?
- E uma vez encontrado, como seria o processo de retorno desse desaparecido para casa?

A equipe imaginava que os desaparecimentos se tratavam de subtrações e que a criança ou o adolescente permanecia por muitos anos desaparecido sendo que o processo de retorno ao lar demandaria um trabalho mais intenso na área psicológica devido às prováveis dificuldades de reinserção familiar. Isso sem contar as possíveis questões traumáticas presentes no próprio desaparecimento, no tempo em que o desaparecido ficou sem contato com a família e como seria esse contato após seu retorno. A pesquisadora não sabia se sua participação como psicanalista seria no sentido de avaliar o desaparecimento de forma mais distanciada, ou se haveria possibilidade de entrevistar as famílias, de escutar suas histórias. As perguntas que surgiram na equipe a partir dessa reunião permitiram refletir sobre os possíveis sintomas psíquicos provocados nos familiares e na família como um todo, a partir do desaparecimento

¹⁸ Esse artigo relata a “confusão” que o adulto, com problemas de ordem psicopatológica, pode fazer com relação às manifestações sexuais que uma criança experimenta com seu corpo e que são compreendidas por ele como um convite sexual dela. A linguagem sexual da criança é confundida como uma linguagem sexual adulta.

¹⁹ Composta, nesse momento, por médicos, estatísticos, bioinformatas e geneticistas.

de um filho. Para a equipe de coordenadores a situação traumática de ter um filho “roubado” por alguém poderia desencadear quadros depressivos nos familiares que precisariam ser acompanhados. Essa era uma das hipóteses que iam surgindo durante as reuniões e fazia parte de inúmeras ideias ou associações que o significante “criança desaparecida” foi capaz de remeter a outros significantes como por exemplo, “trauma, depressão, loucura”.

A inserção efetiva da pesquisadora no projeto começou quando a equipe lhe solicitou que fizesse levantamentos bibliográficos nacionais e internacionais sobre o tema, além de pesquisar que ONGs da cidade de São Paulo trabalhavam com a temática. A equipe queria apresentar o projeto para essas instituições pesquisadas e a ideia inicial foi que as mesmas fariam o encaminhamento das famílias até a FMUSP para serem cadastradas nos Bancos de DNA. A equipe sugeriu que a pesquisadora poderia oferecer supervisão clínica dos casos atendidos por psicólogos dessas ONGs. Porém, o levantamento sobre esses serviços indicou que a Mães da Sé era a única instituição que tratava do tema na cidade de São Paulo e, na ocasião, não oferecia nenhum tipo de apoio psicológico ou tratamento às famílias.

Em seguida, a pesquisadora fez um levantamento de pesquisas internacionais que mostraram que o desaparecimento de crianças e adolescentes, principalmente as subtrações, já era estudado há mais de 20 anos nos Estados Unidos e Canadá, por OGs e ONGs, com sites informativos, pesquisas, dicas de prevenção, e grupos de apoio psicológico sem referencial psicanalítico diferente, portanto, do trabalho realizado pelas *Madres de Plaza de Mayo* (www.madres.org.ar) e *Abuelas de Plaza de Mayo* (www.abuelas.org.ar) que utilizam a psicanálise de orientação lacaniana. Os grupos norte-americanos tinham resultados estatísticos e trabalhavam com a proposição de políticas públicas que resultavam em programas ou estratégias de prevenção, como por exemplo, o *Amber Alert* e *Code Adam* (www.missingkids.com).

Assim, além do saber médico, o projeto começou a ter contribuições da psicologia, pois de um lado, havia um psicólogo social interessado na articulação de políticas públicas e nos efeitos sociais do desaparecimento infantojuvenil e de outro, uma psicanalista interessada em observar os diferentes modos de manifestação da subjetividade humana e os efeitos nela provocados com o desaparecimento de um filho pequeno ou adolescente.

Coincidentemente, nas primeiras semanas de reuniões, foi publicada uma notícia de jornal feita na 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP. A equipe, então, se deu conta da existência de uma delegacia especializada na investigação de desaparecimentos e que era na delegacia que as pessoas registravam a queixa, ou seja, abriam um B.O. de desaparecimento. Portanto, seria na polícia que o contato com essas famílias seria imediato e

em maior número. Foi feita uma primeira visita aos delegados dessa delegacia e na ocasião foi apresentada a proposta de trabalho do projeto com ênfase nos Bancos de DNA e de Dados. Os delegados foram extremamente receptivos e entusiasmados com a ideia porque, apesar da existência de uma delegacia especializada, nunca havia sido feito um levantamento sistematizado sobre os dados dos boletins de ocorrência de desaparecimento de crianças e adolescentes.

Outro dado esclarecedor dessa visita foi saber sobre a obrigatoriedade da abertura imediata de B.O, não havendo necessidade de esperar 24 ou 48 horas, conforme a Portaria DGP-18, de 25 de novembro de 1998 (Polícia Civil, 2000). Esse dado surpreendeu a todos da equipe, pois a cultura de se esperar 24 ou 48 horas para formalizar uma queixa ainda é muito difundida na mídia porque muitas delegacias fornecem essa informação à população por saberem que a maioria dos desaparecimentos são fugas de casa e por saberem que os desaparecidos voltam para casa em algumas horas ou alguns dias. Os próprios delegados do DHPP enfatizaram a importância do B.O. imediato e a necessidade de denunciar os DPs que se recusam a fazer isso.

No entanto, foi a informação de que a maioria dos desaparecimentos de crianças e adolescentes tratava de “fugas de casa”, devido a conflitos familiares e principalmente violência doméstica, que surpreendeu a equipe do projeto, pois como mencionado anteriormente, a equipe tinha a ideia de que os desaparecimentos eram subtrações. O levantamento bibliográfico sobre fuga de casa revelou uma quantidade significativa de trabalhos nacionais que apontaram a violência doméstica e outros problemas familiares como seus principais desencadeadores corroborando com as informações fornecidas pelos delegados (Melo, 1999/2000; Ferreira, 2001; Minayo, 2001; Silva et al., 1998; Rosa, 1999; Tfouni & Moraes, 2003; Yunes et al., 2001). No entanto, não havia neles a vinculação fuga de casa e desaparecimento. Nessas pesquisas foram estudadas crianças e adolescentes que fugiram de casa, mas sem serem consideradas desaparecidas, uma vez que não havia informação sobre o fato de a família ter aberto um B.O. sobre o desaparecimento.

Na visita à delegacia, também ficou claro que seus investigadores trabalhavam com os casos de desaparecimento ocorridos no Município de São Paulo, de ambos os sexos e de qualquer idade. Os casos ocorridos em cidades do interior também eram reportados a essa delegacia, tornando-a o polo centralizador de todas as queixas. O Estado de São Paulo possui Departamentos de Polícia Judiciária São Paulo – Interior (Deinter), responsáveis pela investigação dos casos de desaparecimento no interior e por reportar todas as queixas ao DHPP. Os Deinter estão localizados nas cidades de São José dos Campos (Deinter 1),

Campinas (Deinter 2), Ribeirão Preto (Deinter 3), Bauru (Deinter 4), São José do Rio Preto (Deinter 5), Santos (Deinter 6), Sorocaba (Deinter 7), Presidente Prudente (Deinter 8) e Piracicaba (Deinter 9).

Todas as famílias residentes no município de São Paulo que abriram um B.O. de desaparecimento em qualquer delegacia de polícia da cidade ou pela internet, eram convocadas por um investigador de polícia, por meio de contato telefônico, a comparecerem à 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP. Nessa ocasião, eram orientadas a levar uma foto do desaparecido (digitalizada para o *website* da polícia civil) e a relatar o fato com mais detalhes aos investigadores de polícia. Estas queixas recebiam um número denominado Número da Queixa fornecido pelo DHPP e com esse número o caso era referendado pela polícia. Havia duas equipes de investigadores, nas quais alguns faziam o atendimento ao público na delegacia e outros trabalhavam na rua, em duplas, fazendo investigações e visitando a família do desaparecido até 48 horas após a queixa. Paralelamente, também era realizada a busca de possíveis desaparecidos em registros de hospitais, abrigos, ONGs e Institutos Médico-Legais (IML).

Depois dessa visita e das discussões surgidas na equipe, ficou decidido que o passo seguinte seria conhecer o universo dos desaparecimentos a partir dos dados policiais registrados nos B.Os do ano de 2003, ano anterior à construção do projeto. Para a análise desses arquivos policiais a equipe foi autorizada pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (2004). Ficou decidido que a pesquisadora e o psicólogo social fariam a análise desses B.Os avaliando que dados foram ou não contemplados.

A polícia civil desde o início demonstrou grande interesse e receptividade fornecendo o material necessário para a análise dos B.Os (da capital e do interior). A grande preocupação da equipe foi a de não interferir ou modificar o *modus operandi* da polícia, mas sim conhecer o tema do desaparecimento infantojuvenil. Ao lerem os B.Os, a pesquisadora e o psicólogo social verificaram que os mesmos tinham muitos dados interessantes, mas nem sempre estavam respondidos. Não havia separações de B.Os por idade, isto é, todos aqueles lavrados mensalmente eram colocados em uma mesma pasta, o que dificultou a seleção dos referentes às crianças e adolescentes. Então, os B.Os tiveram de ser lidos um a um. Faltavam algumas informações importantes, principalmente sobre o histórico familiar com relação às queixas anteriores envolvendo, por exemplo, violência doméstica, problema facilitador para a ocorrência das fugas como já mencionado.

Por meio dessa primeira análise também foi verificada uma alta incidência de repetição de desaparecimentos/fugas da mesma criança ou adolescente. Em algumas ocorrências havia

uma grande defasagem entre o dia do desaparecimento e a data da queixa, tal fato confirmado por Gattás e Figaro-Garcia (2007). Por que as famílias demoravam tanto para procurar a polícia? Por que aquelas crianças e adolescentes haviam fugido de casa tantas vezes? Essas foram perguntas que a pesquisadora começou a fazer depois dessa análise do material e a equipe considerou-as extremamente relevantes. Assim, fornecer algum tipo de atendimento psicológico fazia cada vez mais sentido, principalmente, no período que a família esperava pelo retorno do ente desaparecido.

Para a pesquisadora as entrevistas psicológicas seriam procedimentos viáveis no atendimento às famílias, uma vez que poderiam fornecer um panorama geral sobre a história familiar, sobre a história do desaparecido e histórico do desaparecimento, principalmente, porque a abordagem e objetivos técnicos seriam diferentes daqueles presentes no trabalho de investigação policial. A pesquisadora discutiu com a equipe que os atendimentos clínicos permitiriam identificar diferentes formas de subjetivação expressas por meio dos discursos dos entrevistados e analisar os indícios que poderiam apontar um quadro mais ou menos patológico das relações entre familiares e desaparecido. A ideia seria investigar se o jogo relacional familiar permitiu e facilitou o desaparecimento ou ainda se o mesmo teria ocorrido independentemente da dinâmica familiar, por exemplo, nos casos de subtrações.

A pesquisa dos B.Os de 2003 durou aproximadamente três meses, e por volta de cem deles foram lidos. Não foi feito nenhum registro desses dados, mas foi solicitada a cópia de um B.O. em branco para que algumas informações pudessem ser aproveitadas em instrumentos que foram desenvolvidos posteriormente, como a construção de questionário específico.

Esse período também possibilitou que a convivência com investigadores de polícia e a observação de como era a sua rotina de trabalho. Observou a existência das duas equipes que trabalhavam em dias alternados, compostas por investigadores de ambos os sexos, que faziam atendimento ao público e que também permaneciam nas ruas fazendo as investigações. Duas investigadoras de polícia, também em dias alternados, tinham a função de fazer o contato telefônico com as famílias que abriram um B.O. em outras delegacias, solicitando seu comparecimento na 2ª Delegacia com uma foto do desaparecido e para serem entrevistadas por outro investigador de polícia. Essas investigadoras também recebiam telefonemas das famílias informando quando os desaparecidos voltavam, mas isso não acontecia com frequência, ou seja, muitos casos de desaparecimento eram resolvidos, mas a polícia acabava não tendo acesso a essa informação e o B.O. lavrado permanecia em aberto.

Uma das impressões que a pesquisadora teve foi o fato de os policiais trabalharem em condições precárias para o atendimento ao público, feito em uma sala com móveis velhos, com pouco conforto, e que, quando lotada, fazia com que o profissional atendesse nos corredores da delegacia, um local inadequado para atender pessoas que poderiam estar extremamente frágeis e angustiadas devido ao desaparecimento de um filho. Outro aspecto observado neste primeiro contato foi a boa receptividade dos investigadores com a pesquisadora e com o psicólogo social, pois os policiais responderam às questões e dúvidas surgidas e não impediram nenhum tipo de acesso ao material consultado. A única restrição era que aquele material não poderia sair da delegacia.

Portanto, a aproximação com o universo policial, a constatação de que o desaparecimento infantojuvenil, por abarcar temas como a violência doméstica, crimes, vulnerabilidade e sofrimento psíquico às famílias, por ter elevados índices de ocorrências no Brasil (40.000/ano)²⁰ e no Estado de São Paulo (9.000/ano)²¹, por ser incipiente de pesquisas acadêmicas e carente de serviços que pudessem fornecer algum tipo atendimento psicológico às famílias, apontavam para o fato de que o projeto estava consolidando uma gama de contribuições à população decorrentes da área da genética, da biologia, da bioinformática e principalmente da psicologia. Tais contribuições começaram a se estruturar em eixos alinhados em um objetivo geral: contribuir na solução de casos de crianças e adolescentes desaparecidos.

A constatação sobre a reduzida produção de pesquisas nacionais sobre o tema do desaparecimento na área da psicologia e da psicanálise e a riqueza de material a ser estudado sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes foi fazendo cada vez mais sentido para a pesquisadora de que, de fato, sua contribuição no projeto seria a construção de um modelo de atendimento clínico às famílias.

A pesquisa nos B.Os indicou que a fuga de casa parecia configurar um movimento não só relacionado à dinâmica das relações familiares, mas também relacionado às questões da própria subjetividade do desaparecido. Além disso, foi constatada uma alta repetição de desaparecimentos/fugas de casa e falta de perguntas no B.Os que pudessem identificar por que as crianças e adolescentes desapareciam. Tanto a pesquisadora quanto a equipe decidiram que seria fundamental escutar essas famílias e que o projeto deveria conter uma área direcionada ao atendimento clínico de famílias de crianças e adolescentes desaparecidos.

²⁰ Dados da REDESAP (www.desaparecidos.mj.gov.br).

²¹ Dados da PRODESP – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

Enquanto isso, o projeto ainda não tinha um nome que pudesse identificá-lo e que transmitisse seus objetivos. O nome **CAMINHO DE VOLTA** foi uma sugestão da pesquisadora prontamente aceita pela equipe. Esse nome agregava questões que haviam despertado interesse no grupo, como por exemplo, como seria o retorno desses desaparecidos a seus lares e como suas famílias iriam recebê-los depois de tanto tempo? A originalidade do nome apontava para uma esperança que desde o início mobilizou a equipe: a possibilidade de que esse desaparecido um dia retornasse para casa. Encontrar o desaparecido, vivo ou não, é dar um fim à história de desaparecimento. No entanto, o trabalho a ser desenvolvido no Caminho de Volta não seria restrito a esse ponto final, uma vez que o próprio nome trazia a ideia da reconstrução de uma história, seja ela psíquica, porque o discurso da família evoca a história familiar, a história do desaparecido e do desaparecimento ou genética, porque a análise dos perfis de DNA dos familiares aponta para um caminho voltado ao estudo geracional da família, ao retorno de uma história formada por diferentes genes que compõem o corpo do desaparecido. Apesar de o nome transmitir a ideia de um retorno para casa, nem sempre isso seria possível, viável ou o psiquicamente mais saudável para o desaparecido encontrado, como observado posteriormente.

A próxima etapa foi decidir em que local os atendimentos seriam realizados. A primeira possibilidade vislumbrada pela equipe foi uma das salas de consultório do próprio Departamento de Medicina Legal da FMUSP. No entanto, a equipe concluiu que as famílias dificilmente se deslocariam até o CenCiFor para participar do Caminho de Volta após terem ido à 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas, tanto por questões financeiras, como pagar outro transporte, e até por desconfiança e desconhecimento dos objetivos do Caminho de Volta. Portanto, o local que facilitaria o contato permitindo uma proximidade maior com as famílias seria na própria delegacia. Todavia, seria inviável fazer os atendimentos com as condições da sala onde trabalhavam os investigadores. Esse fato foi discutido com o delegado com o intuito de verificar se haveria ou não possibilidade de utilizar algum espaço daquele local para a implantação do Caminho de Volta.

Uma vez dada essa permissão, a equipe conseguiu verba por meio da FMUSP para reformar uma sala que era subutilizada e que servia para as refeições dos investigadores e também para arquivo de documentos antigos. Todavia, a concepção deste espaço não foi discutida anteriormente com a pesquisadora e quando ela o conheceu já estava pronto. Isso ocorreu porque a reforma foi feita rapidamente para coincidir com data de lançamento do projeto para que a população já pudesse ser atendida no dia seguinte, conforme a Figura 2 (p.78). Esse “novo” espaço construído na delegacia propiciou aos investigadores de polícia

um ambiente de trabalho mais confortável e mais agradável visualmente com móveis modernos. Foram construídas pequenas salas com divisórias, porém sem portas. Uma delas foi designada para ser de uso exclusivo dos psicólogos do Caminho de Volta. A ausência de uma porta decorreu do fato de que nessa delegacia as pessoas já eram atendidas desta forma, ou seja, não havia um espaço reservado para os investigadores terem mais privacidade no atendimento à população. Antes, ocorriam em uma sala ao lado, onde os investigadores ficavam sentados em mesas próximas. Nessa sala anterior também ficava uma sala de uso dos delegados, que tinha porta.

O referencial psicanalítico foi a forma escolhida para escutar os relatos. Justamente pelo fato de a psicanálise não lidar com certezas, e sim com o inconsciente que não pode ser medido nem calculado pelo discurso da ciência positivista, a pesquisadora sabia que as entrevistas não seriam somente abertas, uma vez que as informações deveriam ser registradas em questionários. Mesmo antes da entrada da pesquisadora no Caminho de Volta, já estava prevista a construção de instrumentos para a coleta de informações que seriam armazenadas no Banco de Dados, sob responsabilidade dos bioinformatas. Por se tratar de um trabalho envolvendo seres humanos, foi imprescindível a construção de um Termo de Consentimento Pós-Esclarecido (APÊNDICE A) a ser assinado pelos familiares que concordassem em aderir ao projeto. Foi estruturado um questionário, denominado pela pesquisadora como Questionário Família (APÊNDICE B), que também recebeu contribuições de outros membros da equipe.

O desafio da pesquisadora foi mostrar junto à equipe multidisciplinar como a psicanálise poderia ser um referencial interessante para o levantamento de hipóteses sobre as possíveis razões dos desaparecimentos, fornecendo outro olhar sobre os dados e consequentemente ampliando sua discussão. No entanto, a pesquisadora também sabia que o Caminho de Volta, por ter sido desenhado para atender um número elevado de pessoas, levaria em conta estudos estatísticos e que esses possibilitam uma visão mais direta da gravidade do problema facilitando inclusive o estímulo para que as agências governamentais pudessem criar e implantar políticas públicas como sistemas de alerta no moldes do *Amber Alert* (National Centre of Missing and Exploited Children, 2004), campanhas de conscientização da população (Gattás & Figaro-Garcia, 2007), e até dicas de prevenção (Figaro-Garcia & Gattás, 2006).

Acreditou que as entrevistas poderiam fornecer a qualidade do relato das famílias sobre sua história, sua composição familiar, sobre o desaparecido e seu desaparecimento que também serviriam como dados qualitativos, uma vez que seriam complementares às respostas

mais objetivas do questionário. Além disso, a escuta psicanalítica possibilitaria a observação dos possíveis efeitos que o desaparecimento poderia provocar em diferentes grupos familiares e observar se os significantes expressos pelos entrevistados poderiam fornecer indícios sobre a qualidade do relacionamento entre ele e o desaparecido. Talvez alguns pudessem estar direta ou indiretamente relacionados ao desaparecimento. Além disso, os desaparecimentos poderiam ter significantes com significados diferentes para o desaparecido e para o familiar entrevistado.

A ideia foi de propor atendimentos pontuais e curtos, sem caracterizar um processo em longo prazo, justamente porque as entrevistas seriam feitas dentro da delegacia. Acreditou que, apesar do pouco período de contato com as famílias, este poderia não ser impeditivo de que as possíveis hipóteses dos desaparecimentos pudessem ser pensadas e discutidas. O atendimento seria uma oportunidade para, inicialmente, compreender se as características do funcionamento familiar poderiam continuar (ou não) mantendo as condições que talvez tivessem propiciado o desaparecimento, como por exemplo nas situações de violência doméstica. Instituições privadas ou públicas, de preferência próximas às regiões de moradia das famílias, seriam localizadas pelos psicólogos para que essas famílias fossem encaminhadas, para então iniciar um atendimento psicológico ou psicanalítico em longo prazo, se houvesse demanda para isso.

Depois dessas reformulações na delegacia e com a construção dos instrumentos para as entrevistas, o **“CAMINHO DE VOLTA: BUSCA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO”** (www.caminhodevolta.fm.usp.br), foi oficialmente lançado no Salão Nobre da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo no dia 13 de setembro de 2004, tornando-se uma proposta pioneira de ação multidisciplinar na área do desaparecimento de crianças e adolescentes. Nessa ocasião, a coordenadora geral do Caminho de Volta proferiu uma palestra explicando como seria seu funcionamento e qual a sua importância para o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre o desaparecimento infantojuvenil. Foi convidado um policial e geneticista norte-americano da Universidade de Denver que ministrou uma palestra sobre o *Combined DNA Index System* (CODIS) e a importância dos Bancos de DNA para casos de desaparecimento. Nesse dia foi assinado um convênio entre a Secretaria da Segurança Pública (SSP) e a FMUSP (2005) para:

conjugação de esforços e o apoio mútuo entre os partícipes, visando estabelecer um sistema de informações e elucidação de desaparecimento de crianças e adolescentes, mediante a implementação do “Projeto Caminho de Volta – Busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo”, consistente em atendimento psicológico, coleta de material genético e organização de bancos de dados para armazenar,

ordenar e comparar informações pessoais e dados genéticos oriundos de familiares diretos dos desaparecidos e de crianças e adolescentes com idade abaixo de 18 anos que forem encontrados. (p.2).

A equipe de coordenadores do Caminho de Volta foi composta por oito profissionais responsáveis pelos diferentes segmentos do projeto (Gattás & Figaro-Garcia, 2007) sendo eles:

- Uma coordenadora geral, biomédica e geneticista, Professora Livre-Docente do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP, responsável pelo laboratório de biologia molecular e por todas as decisões do Caminho de Volta;
- Uma docente do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP, bióloga e especialista em genética, que juntamente com a coordenadora geral, é responsável pelo armazenamento e análise dos Bancos de DNA;
- Uma psicóloga do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP, técnica em nível superior II, com formação psicanalítica responsável pela equipe de psicólogos que entrevistam as famílias dos desaparecidos e pelas supervisões dos casos;
- Dois bioinformatas sendo um deles Professor Titular do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP e responsáveis pelos Bancos de Dados e comparação de informações contidas nos Bancos de DNA;
- Um Professor Livre-Docente da FMUSP da área da telemedicina, cuja tecnologia permite mostrar o Caminho de Volta e ensinar, à distancia, seu funcionamento por vídeo conferência ou por aulas virtuais²²;
- Um psicólogo social não funcionário da FMUSP que, juntamente com uma Professora Livre-Docente do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP e atual Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, são responsáveis pelas articulações de políticas públicas do projeto, ou seja, em gerenciar o projeto, fazer contato com instituições governamentais para buscar recursos para a manutenção do mesmo e fortalecer a articulação entre as instituições ligadas ao tema.

²² Esse recurso ainda não foi utilizado.

Além dos oito coordenadores, o Caminho de Volta contou com a participação de três psicólogos recém-formados e voluntários²³ para os atendimentos às famílias no DHPP, e de um técnico de laboratório do Departamento de Medicina Legal e/ou estudantes de pós-graduação que trabalhavam no armazenamento e análise dos perfis de DNA e na construção e manutenção dos Bancos de Dados. A opção por voluntários para realizar os atendimentos, e não estagiários de psicologia, foi feita por obstáculos impostos por uma ordem interna do DHPP que não permitia a presença de alunos nas delegacias devido a problemas surgidos em outros momentos.

Como só havia uma sala destinada ao Caminho de Volta, a pesquisadora sugeriu que cada um dos psicólogos atendesse em sistema de rodízio, sendo responsáveis por um dia da semana, para que os atendimentos fossem diários, de segunda-feira a sexta-feira, das 9 às 17 horas. O sistema de rodízio também evitaria que apenas um profissional se responsabilizasse pelos atendimentos na delegacia, uma vez que a previsão inicial seria fornecer atendimento todos os meses do ano, inclusive nas férias escolares, com recesso entre as festas de fim de ano.

Como não havia um modelo prévio testado anteriormente em uma sala dentro de uma delegacia com aquelas limitações, considerou que seria extremamente importante que ela própria atendesse as famílias por um período que compreendeu setembro de 2004 a janeiro de 2005. Quis atender dentro daquelas circunstâncias para avaliar se as entrevistas seriam viáveis ou não, se seria possível escutar analiticamente os relatos e ao mesmo tempo testar os questionários para verificar sua utilidade, aprimorar questões, inserir outras ou retirar as desnecessárias. Além disso, seria importante observar as dificuldades, impasses ou melhorias a serem feitas na sala de atendimento, uma vez que sua experiência institucional anterior foi com outra temática, em outro local com privacidade acústica.

Portanto, atendeu 16 famílias nesse período e coordenou a supervisão clínica de 68 casos atendidos por psicólogos voluntários. Os casos que atendeu e que supervisionou se tornaram casos-piloto para que a metodologia de atendimento clínico do Caminho de Volta fosse testada e aprimorada. A pesquisadora já tinha passado pela experiência de ter recebido supervisões institucionais no Ceara que eram realizadas em grupo, quinzenalmente, e coordenadas por um psicanalista que não pertencia à equipe. Nas outras quinzenas havia supervisões individuais realizadas pelo coordenador do serviço, psiquiatra e também psicanalista. Essa experiência demonstrou o quanto o profissional que trabalha na instituição

²³ O serviço do voluntariado está previsto na Lei Federal nº 9.608 (1998).

necessita receber supervisões, principalmente quando o referencial é a psicanálise, pois outros elementos institucionais devem ser levados em conta e não somente o caso clínico.

A supervisão seria fundamental para auxiliar os profissionais no manejo de situações cotidianas junto aos policiais, situações essas que poderiam gerar possíveis conflitos ou incômodos no trabalho. Assim, foi estabelecido que a equipe de psicólogos voluntários recebesse supervisões clínicas, em grupo, sendo as mesmas coordenadas pela pesquisadora e realizadas na sala do Cencifor na FMUSP. Posteriormente, com o desenvolvimento do Caminho de Volta, a sala do Cencifor começou a ficar mais movimentada e as supervisões começaram a acontecer na sala da pesquisadora por ser um local mais privativo.

A atenção da pesquisadora no período que entrevistou as famílias estava mais voltada à padronização da metodologia, em testar a aplicação do questionário, em lidar com a situação de atendimento em uma delegacia de polícia e no treinamento dos psicólogos. Foram muitas variáveis que estavam sendo observadas e testadas ao mesmo tempo e o amadurecimento de sua escuta se deu por intermédio das supervisões que forneceu para a equipe de psicólogos, pelas hipóteses clínicas levantadas que podiam ou não ser confirmadas nas entrevistas de retorno, e pelo estudo da psicanálise de orientação lacaniana.

O critério de cadastro das famílias foi ter feito um B.O. de desaparecimento de menores de 18 anos que poderia ser tanto atual quanto antigo, desde que na época do desaparecimento o desaparecido fosse criança ou adolescente. Assim, o Caminho de Volta foi estruturado em quatro eixos fundamentais:

- **EIXO CAUSAL:** Banco de Dados para serem inseridas as informações sobre a família, sobre o desaparecido e seu desaparecimento, visando a identificação das causas do desaparecimento de crianças e adolescentes por meio de estudos epidemiológicos e estatísticos;
- **EIXO PSICOLÓGICO:** entrevistas psicológicas (no mínimo 4) e utilização de questionários com as famílias de crianças e adolescentes desaparecidos e com os posteriormente encontrados. As entrevistas têm por finalidade levantar hipóteses sobre o funcionamento psíquico familiar, sobre as diferentes subjetividades dos entrevistados e as possíveis razões que podem ter levado uma criança ou um adolescente a desaparecer. Esse eixo visa ainda acompanhar a solução final do caso. Quando necessário, os entrevistados são encaminhados para a rede de atendimento psicossocial composta por instituições públicas e/ou privadas da área psicológica, médica, jurídica e social;

- **EIXO DO DNA:** Banco de DNA, composto pelo material biológico (uma gota de sangue e saliva) dos familiares de crianças e adolescentes desaparecidos, denominado Banco Referência, que permite a rápida e ágil avaliação de vínculo genético das crianças e adolescentes que forem localizados. O chamado Banco Questionável é composto pelo material genético de crianças e adolescentes encontrados nas seguintes situações:
- a) Crianças e adolescentes encontrados vivos, cujo reconhecimento e identificação visual não seja possível de ser realizado pela família, devido às modificações provocadas pelo tempo de separação entre o desaparecido e a família;
 - b) Crianças e adolescentes em situação de abrigo, que não tenham filiação definida ou com filiação duvidosa. É da competência das Varas de Infância e Juventude dos Foros Regionais do Município e do Estado de São Paulo indicar que crianças e adolescentes encontram-se nesta situação e encaminhar um pedido de inclusão do material biológico dos mesmos para compor o Banco de DNA Questionável do Projeto Caminho de Volta. Convênio firmado entre a Faculdade de Medicina da USP e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. (Corregedoria Geral de Justiça, 2005);
 - c) Cadáveres de crianças e adolescentes com idade presumida entre 0 e 18 anos cuja identificação completa seja incógnita até o momento da necropsia, para compor o Banco de DNA Questionável do Projeto Caminho de Volta. Este material será coletado pelos Institutos Médico-Legais do Estado de São Paulo. (Superintendência da Polícia Técnico-Científica, 2005). Em 2006, foi incorporado ao Caminho de Volta cadáveres desconhecidos ou “identificados” não reclamados. (Superintendência da Polícia Técnico-Científica, 2006);
- **EIXO DA EXPANSÃO:** esclarecimento sobre o funcionamento do Caminho de Volta e sobre a gravidade do fenômeno do desaparecimento infantojuvenil por meio de palestras, capacitações e supervisão direcionados a profissionais envolvidos no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (Segurança Pública, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, psicólogos, assistentes sociais, educadores, profissionais de organizações não-governamentais) pertencentes a grupos que atendem famílias na Capital, no interior ou fora do Estado de São Paulo. Além disso, esse eixo também prioriza a prevenção ao desaparecimento infantojuvenil por meio de campanhas com cartazes e cartilhas explicativas sobre o tema e o que fazer na ocorrência destes casos.

Foram feitos folders de divulgação do Caminho de Volta (ANEXO B) destinados à população em geral, onde constam a descrição de seus quatro eixos estruturantes, os critérios para participar do projeto, além de endereço, telefone, e-mail e horários de funcionamento, equipe responsável e logo das OGs, ONGs e empresas privadas que financiam/ou apoiam o projeto.

A implantação do Caminho de Volta na 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP só foi possível graças à credibilidade e aceitação por parte dos delegados responsáveis e representantes da polícia civil. Por outro lado, a polícia também teve benefícios, pois foi criado um novo local de trabalho para seus investigadores, com melhores condições para atender a população que também passou a se beneficiar desse serviço em parceria com a Universidade de São Paulo.

Alguns meses após o lançamento oficial do Caminho de Volta, a coordenadora geral ministrou algumas palestras para as duas equipes de investigadores de polícia e para os delegados da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas no DHPP. Reforçou as explicações sobre o funcionamento do projeto, a importância dos Bancos de DNA para casos de desaparecimento, principalmente de crianças e adolescentes, e mostrou alguns resultados do trabalho que já estava sendo desenvolvido. Os resultados foram discutidos com os policiais, que por sua vez foram muito participativos e também verbalizavam suas experiências na investigação dos desaparecimentos e suas hipóteses. A pesquisadora também participou dessas aulas e explicou a metodologia aplicada durante as entrevistas na delegacia salientando a importância da participação e do envolvimento dos policiais na manutenção do Caminho de Volta.

Além disso, a integração do Caminho de Volta junto à Polícia Civil do Estado de São Paulo, permitiu que a mesma metodologia aplicada na Capital se expandisse nos oito Deinter, o que ocorreu entre janeiro e agosto de 2005, quando foram capacitados os investigadores de polícia, escrivães, psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais interessados no tema, por meio de um convênio (029/04) estabelecido com a SEDH (2004). Em cada Deinter foi realizada uma reunião com os delegados das Delegacias Seccionais da região para que os mesmos recebessem informações sobre o funcionamento do Caminho de Volta e para que fosse discutida a operacionalização dos atendimentos a serem realizados. No mesmo dia foi realizada uma palestra proferida pela coordenadora geral do projeto para a sociedade civil, imprensa e autoridades locais. No dia seguinte, a pesquisadora explicou aos delegados, investigadores e escrivães de polícia como deveriam ser feitos os atendimentos às famílias, desde o esclarecimento sobre o Caminho de Volta até a apresentação e aplicação do

questionário. A pesquisadora também respondeu às dúvidas sobre a relação entre as equipes que iriam operacionalizar o projeto nos respectivos Deinter e a equipe do Caminho de Volta. (Gattás & Figaro-Garcia, 2007).

O Caminho de Volta foi implantado nessas regiões e chegou a funcionar no Deinter 4 da cidade de Bauru, com uma equipe de psicólogos e assistentes sociais que também eram policiais civis. Em outras cidades havia a participação de psicólogos voluntários, ou graduandos de psicologia, ou, ainda, psicólogos que trabalhavam em DDMs. Porém, em alguns locais não havia psicólogos para fazer as entrevistas, o que configurou uma limitação do trabalho, uma vez que nas palestras sempre foi enfatizada a importância das entrevistas e aplicação do questionário serem realizadas por psicólogos. No interior, os psicólogos disponíveis eram em sua maioria voluntários, sendo muito poucos os que tinham referencial psicanalítico. Mas em muitos Deinter, os questionários foram aplicados por policiais, por falta de psicólogos, o que também não inviabilizou o trabalho. No entanto, a forma de escutar o relato e até o tipo de registro do questionário mostrou diferenças quando as entrevistas foram feitas pelos psicólogos ou pelos policiais. Outro fato que aconteceu nos Deinter foi a transferência, de tempos em tempos, de seus diretores para outros Deinter ou para diferentes delegacias na Capital. O problema foi que os muitos diretores que assumiam o Deinter não conheciam o Caminho de Volta, a história de sua implantação na região, e essa característica da grade funcional da polícia prejudicou o funcionamento mais efetivo do projeto no interior do Estado, uma vez que havia a necessidade de ser designado um responsável por sua operacionalização, controle do material e contato com a equipe do projeto em São Paulo. Sem o direcionamento por parte do diretor do Deinter no sentido de garantir o funcionamento do projeto, muitas das equipes do interior, que costumavam enviar os questionários para São Paulo com certa frequência, diminuíram o envio.

No decorrer do funcionamento do Caminho de Volta outros desdobramentos foram sendo incluídos nos eixos, como por exemplo, em 2005 a inclusão do DNA de crianças abrigadas (Corregedoria Geral de Justiça, 2005), uma vez que havia um número significativo delas sem filiação definida ou com filiação duvidosa, que estavam em situação de abrigo e que poderiam ser consideradas desaparecidas por seus familiares. A inclusão dessas crianças começou a ser feita a partir de ofícios encaminhados pelos juízes das Varas de Infância e Juventude ao Caminho de Volta, solicitando a coleta de material biológico de determinada criança ou adolescente em situação de abrigo. Nesses casos, o responsável pelo abrigo trazia a criança ou o adolescente até o Cencifor para que fosse coletado o material biológico. Além disso, foi observada a necessidade de entrevistar o abrigado ou o responsável

pelo abrigo para conhecer com mais detalhes sua história de vida e de abrigo, sendo construído outro instrumento, denominado Questionário Criança Abrigada (APÊNDICE C), com perguntas feitas pelos psicólogos do Caminho de Volta para esse fim. Esse questionário contou com as sugestões de uma assistente social e uma psicóloga, ambas investigadoras do Deinter 4 de Bauru, que vinham mensalmente a São Paulo para que os casos atendidos naquela região fossem supervisionados pela pesquisadora.

Outro desdobramento fundamental foi a inclusão, em 2005, do DNA de cadáveres menores de 18 anos (Superintendência da Polícia Técnico-Científica, 2005) e em 2006 a inclusão do DNA de cadáveres desconhecidos de adultos (Superintendência da Polícia Técnico-Científica, 2006). A inclusão de DNA dos cadáveres ou de restos mortais encontrados no Banco de DNA do Caminho de Volta possibilitaria a resolução do desaparecimento ocorrido nos dias atuais ou há anos. Todos os Institutos Médicos Legais do Estado de São Paulo receberam as instruções sobre o funcionamento do Caminho de Volta e a importância da coleta desse material.

Em 2006, os funcionários da Sociedade Civil Campineira (SOCICAM) que administra os terminais de ônibus urbanos e rodoviários e os funcionários da São Paulo Transporte S.A (SPTrans), entre eles motoristas e cobradores de ônibus, fiscais de plataformas, técnicos administrativos e de manutenção, recepcionistas, seguranças, foram capacitados pela pesquisadora durante duas semanas, sobre o que é o desaparecimento de crianças e adolescentes, sua gravidade e importância de ser registrado e a quem recorrer se uma criança ou adolescente for encontrado nos terminais ou nos ônibus e que seja suspeito de ser desaparecido. Essas capacitações fizeram parte da campanha **“SEU FILHO DESAPARECEU? PROCURE O PROJETO CAMINHO DE VOLTA”**, cuja arte foi criada pelo Instituto Maurício de Sousa e impressa em papel doado pela Suzano Papel e Celulose (Gattás & Figaro-Garcia, 2007, p.107). Durante a semana do dia 13 de dezembro de 2006, todos os ônibus e micro-ônibus da SPTrans circularam com réplicas desses cartazes para que a população conhecesse o Caminho de Volta e soubesse que recursos estão disponíveis se por acaso estivesse enfrentando uma situação dessas.

Essa campanha, realizada com os funcionários da SOCICAM e do SPTrans, foi inédita e fundamental para o Caminho de Volta, pois na entrevista com as crianças e adolescentes verificou-se que os mesmos frequentavam terminais urbanos e rodoviários e ficavam andando de ônibus pela cidade e, às vezes, chegavam a dormir lá. Os motoristas, ao se depararem com uma cena dessas, não sabiam o que fazer, para quem ligar etc. Além disso, pela ECA (Lei 8.069, 2005) uma criança, ao completar 12 anos, pode viajar sozinha sem a

permissão dos pais. Os motoristas de ônibus estaduais traziam para a direção da empresa sua preocupação e desconfiança quando, no ônibus, entrava uma criança sozinha nessa idade, achando que a mesma poderia estar fugindo. Portanto, a campanha veio responder a uma demanda desses profissionais fortalecida com um dado oriundo do Caminho de Volta.

Essa experiência também mostrou a necessidade de fortalecer a articulação em rede com outras instituições sociais da cidade de São Paulo, principalmente com os CTs, uma vez que os mesmos poderiam conhecer mais detalhadamente o funcionamento do projeto e o problema do desaparecimento infantojuvenil. Em 2007, os 175 conselheiros tutelares dos 34 CTs do município de São Paulo assistiram aulas ministradas pela pesquisadora, sobre os tipos de desaparecimento de crianças e adolescentes, o que fazer nessas situações e sobre o funcionamento do Caminho de Volta, com o objetivo também de fortalecer a rede e a parceria com esses órgãos. Essas aulas estavam previstas como uma das etapas do convênio firmado com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e com a Fundação Faculdade de Medicina (Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2006), com recursos doados por funcionários da Votorantim Papel e Celulose, que criou a campanha Conte Comigo (Gattás & Figaro-Garcia, 2007).

Em 2007, foi realizada uma capacitação com a polícia civil do Estado do Paraná, nos mesmos moldes das realizadas nos Deinter, pois no fim do ano de 2005 a Secretaria da Segurança Pública paranaense assinou convênio com o Caminho de Volta para que os casos de desaparecimento de crianças e adolescentes daquele Estado fossem inseridos no Banco de Dados do projeto (Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, 2005). Assim, o Estado do Paraná tornou-se o primeiro estado da Federação a implantar o Caminho de Volta. Também foi assinado um convênio (030/07) com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (2007) visando execução do projeto da pesquisa “A Exploração Sexual Infantil e o Desaparecimento de Crianças e Adolescentes” cujos resultados foram apresentados na I Jornada Internacional sobre Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes e III Seminário Caminho de Volta, realizado nos dias 6 e 7 de outubro de 2009, em São Paulo, SP.

Em 2008, o Banco Nossa Caixa direcionou uma verba ao Caminho de Volta, por meio de um aditivo (Secretaria da Segurança Pública, 2007) ao convênio já existente com a SSP (2005) e FMUSP com a finalidade de ampliação dos atendimentos realizados no DHPP. Esse convênio veio ao encontro da urgência de atendimento demandada por algumas famílias, após o término das quatro entrevistas na delegacia e com a falta de pronto-atendimento nos serviços especializados da Cidade de São Paulo. Como experiência-piloto, a equipe decidiu

escolher alguns casos que já tivessem sido entrevistados no DHPP e que apresentavam demandas individuais para iniciar um tratamento psicológico. A pesquisadora sugeriu que esses tivessem um limite de 12 sessões semanais (três meses), gratuitas, ideia que partiu de sua experiência anterior. A pesquisadora sugeriu ainda que os atendimentos fossem realizados por psicólogos, agora remunerados com a verba obtida no convênio, com experiência de atendimento às famílias no DHPP de pelo menos durante um ano, e que os casos fossem supervisionados por um analista que não fizesse parte do Caminho de Volta.

A proposta foi oferecer atendimento individual, tanto para o familiar entrevistado quanto para a criança e/ou adolescente encontrado, realizado em uma sala do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da FMUSP. Desde abril de 2008, os atendimentos têm sido destinados, tanto para os que apresentaram demanda espontânea, como para aqueles casos onde foi vislumbrada essa necessidade. Importante salientar que nesses atendimentos as sessões configuram entrevistas preliminares para se observar se há ou não demanda para um trabalho em longo prazo, esse sim, a ser feito em outros centros de atendimento, de preferência psicanalíticos²⁴.

Em 2009 o Caminho de Volta foi um dos projetos escolhidos para receber auxílio do Criança Esperança patrocinado pela UNESCO/TV Globo por meio da proposta de intervenção dos atendimentos em 12 sessões agora oferecidas para 100 familiares dos desaparecidos e 100 crianças ou adolescentes encontrados. Essa pesquisa encontra-se na fase de análise de seus resultados.

Nos dias 26 e 27 de outubro de 2009 foi realizado o *Forerunner DNA-PROKIDS Scientific Group Meeting*, na cidade de Granada (Espanha), sendo o Caminho de Volta o representante do Brasil convidado para participar da assinatura de um convênio com o projeto DNA-PROKIDS, sendo o único país da América Latina a compartilhar as informações de seu Banco de DNA com Estados Unidos, Índia, China, SriLanka, Guatemala, Indonésia, México, Nepal, Filipinas, Tailândia, União Européia e Espanha, com a finalidade de diminuir a incidência do tráfico ilegal de seres humanos pelo mundo.

Em novembro de 2009 foi feito o primeiro contato com o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio de uma palestra de esclarecimento ministrada pela coordenadora geral do Caminho de Volta e com a presença da pesquisadora. Nessa palestra foram relatadas as ações do projeto com a finalidade de realizar uma parceria com os policiais militares, uma vez que são os mesmos que encontram crianças ou

²⁴ Como, por exemplo, a Clínica Lacaniana de Atendimento e Pesquisas em Psicanálise (CLIPP) associada ao Instituto do Campo Freudiano de São Paulo, local onde foram encaminhados alguns entrevistados no DHPP.

adolescentes em situação de abandono nas ruas ou em prática de atos infracionais e os levam a CTs, abrigos e Varas da Infância e Juventude. Nessas palestras foi esclarecido que a PM não tem a atribuição de lavrar B.Os, sendo essa uma atribuição da Polícia Civil. No entanto, a coordenadora e a pesquisadora sugeriram que as bases de apoio da PM e suas bases móveis comunitárias poderiam auxiliar a população a fazer um B.O. eletrônico de desaparecimento e encaminhar os casos ao Caminho de Volta. Além disso, sugeriram que a PM poderia informar ao Caminho de Volta quando uma criança e/ou o adolescente fossem encontrados para que seus dados pudessem ser consultados no Banco de Dados do projeto. Esse foi o primeiro passo no sentido de estreitar ainda mais o contato com a PM, uma vez que a mesma possui papel fundamental na localização de possíveis desaparecidos.

5.2 ASPECTOS MULTIDISCIPLINARES A PARTIR DA PRÁTICA CLÍNICA EXECUTADA NA DELEGACIA

Nas primeiras semanas do funcionamento do Caminho de Volta, a pesquisadora, o psicólogo social e as três psicólogas voluntárias tiveram que se adequar ao novo espaço de atendimento. O psicólogo social permaneceu apenas dois meses atendendo na delegacia, por considerar que sua contribuição seria na articulação de políticas públicas a partir dos resultados obtidos pelo Caminho de Volta. Todavia, durante esse tempo, suas observações e sugestões auxiliaram nas futuras modificações que os questionários foram tendo como, por exemplo, a inserção de uma pergunta sobre o CTs e as condições de moradia das famílias.

Os investigadores de polícia receberam informações de seus superiores de que o Caminho de Volta seria implantado naquele local. O fato da pesquisadora e do psicólogo social terem convivido com os investigadores dessa delegacia na época em que realizaram a análise dos B.Os de 2003, facilitou a entrada de outros psicólogos naquele universo policial. Todavia, quando souberam que iriam compartilhar o mesmo espaço físico de trabalho com psicólogos, possivelmente algumas fantasias começaram a surgir nos policiais, principalmente as de ordem paranoica, como por exemplo, se o psicólogo estaria lá para analisá-los ou relatar ao delegado se porventura observara algo inadequado de seu comportamento na delegacia, se o psicólogo iria ou não interferir em seu trabalho entre outros. Por isso, foram feitas as palestras no DHPP, não só para mostrar o modo de funcionamento do Caminho de Volta e a importância da participação dos investigadores, mas também na tentativa de tranquilizá-los ou

de amenizar as fantasias que pudessem surgir, como, por exemplo, de que o serviço fora implantado naquele local para que os psicólogos observassem e relatassem a qualidade do trabalho dos investigadores para seus superiores. As palestras serviram para salientar a importância do trabalho policial e a não interferência do Caminho de Volta no mesmo. Foi esclarecido ainda que a postura, tanto dos coordenadores quanto dos psicólogos, não seria a de comunicar eventuais situações do cotidiano da delegacia para os delegados ou seus superiores, ou seja, não estavam ali para vigiá-los ou para controlar seu trabalho, mas que psicólogos e investigadores tinham funções e modos de trabalho diferentes que deveriam ser respeitados.

Nesse período inicial de implantação do serviço, os policiais auxiliaram no que foi possível, procurando falar o que sabiam sobre o desaparecimento de pessoas, marcando que o de adultos geralmente ocorre por problemas de saúde (como demência senil ou mal de Alzheimer), por problemas criminais e familiares, e que os casos de crianças e adolescentes, na grande maioria, são fugas de casa devido a problemas familiares e/ou sociais.

No princípio, havia certa apreensão por parte da pesquisadora e dos psicólogos quanto ao fato da sala de atendimento do Caminho de Volta não ter uma porta; cogitava-se se isso dificultaria ou impossibilitaria as entrevistas, uma vez que a história familiar seria escutada também pelos investigadores ou por qualquer outra pessoa que entrasse na delegacia. Por exemplo, a adolescente de 16 anos do Caso 14 (Tabela 2, p.66) verbalizou sobre seu desconforto em ter vindo à delegacia e sobre o fato de não gostar de policiais. Falou muito pouco de si, olhando constantemente para trás, na direção das mesas dos investigadores. Quando perguntada por que não gostava de policiais, não quis responder, e a pesquisadora suspeitou que o motivo talvez fosse o fato de ela consumir drogas, de já ter tido algum problema com a polícia no passado ou temer agora alguma reprovação por parte deles. Talvez, se a sala tivesse portas e mais privacidade sua reação seria diferente. No entanto, esse foi o único caso atendido pela pesquisadora que manifestou verbalmente seu desconforto e diante disso as entrevistas posteriores foram feitas no CenCiFor.

Também, pelo fato de ter sido a primeira vez que aquela delegacia contava com um serviço de atendimento feito por psicólogos dentro de seu espaço físico, foram comuns as interrupções por parte dos investigadores e até delegados, para pedir ou dar uma informação ao psicólogo.

Aos poucos, a pesquisadora foi solicitando a eles para que não houvesse tais interrupções, pois elas atrapalhavam as entrevistas. Tais interrupções eram comuns entre os próprios investigadores, pois um interrompia o outro quando conversavam com as famílias

para pedir ou transmitir informações sobre determinado caso, uma vez que consideravam toda e qualquer informação fundamental nas investigações. Portanto, as interrupções durante uma entrevista faziam parte do cotidiano policial e talvez isso explicasse a facilidade com que ocorriam quando os psicólogos e a pesquisadora estavam atendendo.

Certa ocasião, ao entrevistar o garoto do Caso 7 (Tabela 2, p.66) teve que tomar uma atitude mais direta com os investigadores para que os mesmos parassem de falar em voz alta sobre a resolução de outro caso de desaparecimento de criança que resultara em morte e esquartejamento do corpo. Os investigadores expressaram suas opiniões detalhando o crime e o garoto ficou olhando para trás e prestando atenção aos detalhes mórbidos contidos na fala dos policiais. Constatando um excesso nesse relato dos policiais, falou em voz alta e com certa impaciência: “Pessoal, por favor, estou entrevistando uma criança. Vocês poderiam fazer um pouco de silêncio?” [*sic*]. Imediatamente os policiais se desculparam e pararam de falar. Mas a pesquisadora temeu que sua postura pudesse surtir um efeito negativo na sua relação com eles, pois, afinal, o Caminho de Volta se instalou em seu local de trabalho e a atitude da pesquisadora poderia ser sentida apenas como reprovação. Ao término da entrevista com o menino, se dirigiu ao grupo e desculpou-se pelo tom impaciente, explicando-lhes que aquela não era uma conversa qualquer, mas que estavam discutindo detalhes sobre a morte de uma criança enquanto outra estava sendo entrevistada no mesmo local. Os investigadores não tinham como saber, *a priori*, que essas interrupções atrapalhavam os atendimentos no Caminho de Volta, por isso tal fato foi esclarecido. Esse tipo de situação não voltou a ocorrer mais e os investigadores procuraram ter mais cuidado com as conversas na sala para não prejudicar os atendimentos.

Esse foi outro dado observado no dia a dia da delegacia, ou seja, que os assuntos permeados de violência pareciam ter perdido o caráter do horror para os investigadores, pois na sua rotina de trabalho se deparavam com o que a condição humana era capaz de fazer com seus semelhantes, independentemente de sua faixa etária. Certa vez, a delegada de uma delegacia especializada na investigação de crimes contra crianças e adolescentes, localizada no mesmo andar da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas, quis conhecer a pesquisadora pois soube da implantação do Caminho de Volta. Essa delegada falou sobre as atividades de sua delegacia e dos crimes que estavam sendo investigados chegando a perguntar se a pesquisadora gostaria de ver as fotos das crianças ou bebês assassinados. De forma educada a pesquisadora não demonstrou interesse em ver esse material e limitou-se a explicar o modo de funcionamento do projeto, sugerindo que talvez alguns dos casos investigados pela delegada pudessem ser de crianças e adolescentes desaparecidos. Esse episódio foi relatado para ilustrar

como era comum, no dia a dia, delegados e investigadores detalharem as circunstâncias de crimes de homicídio, não somente entre eles como também para a pesquisadora e voluntários do Caminho de Volta. Entretanto, o cuidado que a pesquisadora começou a ter foi no sentido de não ficar “acostumada” com as histórias relatadas pelos policiais e a pensar no poder de “atração” que o horror podia causar. Por isso, situações como a relatada no Caso 7 atrapalharam e precisaram ser cuidadosamente limitadas para que não houvesse nenhum tipo de constrangimento que pudesse comprometer a continuidade do Caminho de Volta na delegacia. Essa foi uma das razões para limitar o plantão na delegacia para apenas um dia a cada voluntário.

Mas a presença dos psicólogos na delegacia também repercutiu outro efeito junto aos policiais. Um dia, um dos investigadores comentou com a pesquisadora que um policial de outra delegacia do DHPP, ao saber da existência de psicólogos na 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas, mostrou interesse em ser “atendido” pela equipe. Ao saber desse interesse, em uma conversa informal com um delegado sobre o impacto psíquico a que os policiais são expostos quando encontram um corpo marcado por atos de extrema violência, tentou abordar o tema da importância dos policiais civis disporem de um atendimento psicológico. Todavia, o delegado respondeu de forma direta que “os policiais não tem problemas psicológicos” [*sic*]. A pesquisadora percebeu que o sofrimento psíquico do policial tratava-se de um tema delicado de ser discutido ou exposto, uma vez que o delegado relatou que eles são treinados para enfrentar situações difíceis, principalmente relativas a homicídios. Em seu discurso estava nítida sua negação com relação aos problemas dessa ordem. No entanto, a pesquisadora disse que estaria à disposição para retornar a esse assunto se fosse necessário e que talvez no futuro esse pudesse ser um trabalho importante de ser realizado no DHPP. Interessante sinalizar que a pesquisadora lembrava-se de que esse mesmo delegado havia revelado o quanto sofreu ao se deparar com o corpo de uma adolescente que foi assassinada “com requintes de crueldade” [*sic*], ficando dias sem conseguir dormir, apesar de seus anos de experiência profissional.

Quando começou a atender as famílias, a pesquisadora observou que não havia uma frequência elevada de casos na delegacia como imaginada pela equipe, uma vez que a média anual de desaparecimentos de crianças e adolescentes em São Paulo não era baixa. Além disso, o lançamento oficial do Caminho de Volta foi muito divulgado pela mídia, o que poderia acarretar uma grande demanda de cadastrados. Mas a realidade foi diferente, pois houve dias em que ninguém aparecia e a delegacia ficava sem movimento.

Então, nessas ocasiões de pouca ou nenhum procura, aproveitou para conversar com os investigadores de polícia para se inteirar sobre o trabalho da polícia e da rotina da delegacia. Ao conversar informalmente a respeito do desaparecimento de crianças e adolescentes, a pesquisadora escutou com certa frequência: “Sabe o que é doutora, geralmente os casos que chegam nesta delegacia são problemas sociais e familiares. A grande maioria dos casos que atendemos não são casos para a polícia, e sim para psicólogos ou assistentes sociais” [sic]. Os investigadores supunham que a maioria dos desaparecimentos de crianças e adolescentes parecia resultante de um problema familiar, ou seja, reconheciam que a família precisava ser ajudada, mas que a polícia não poderia fazer nada nesse sentido, uma vez que não fora capacitada para isso.

No entanto, nessas conversas informais, aproveitou para dizer que, se a fuga ocorria por causa da violência doméstica, esta por ser passível de ser denunciada, precisava ser investigada. E isso era um assunto também da polícia e não só do judiciário, da psicologia ou do serviço social. Mas parecia que os policiais não pensavam assim, ou seja, sua preocupação era com o que estava estritamente ligado à queixa formal. Se a queixa era de desaparecimento, era isso que seria investigado.

A presença de um psicólogo na delegacia parecia, para os investigadores, uma contribuição importante no sentido de “aliviá-los” de uma parte de sua função profissional quando eram convocados, direta ou indiretamente pelas famílias, para ajudá-las a resolver problemas de outra ordem que não os da investigação policial. Havia investigadores que demonstravam mais paciência com as famílias e outros que faziam seu trabalho de forma mais superficial, procurando encaminhá-las rapidamente para o psicólogo do Caminho de Volta.

Além disso, a pesquisadora observou também certa impaciência por parte de alguns investigadores quando os mesmos entrevistaram as crianças e adolescentes que voltavam na delegacia com a família para dar baixa nos boletins de ocorrência, principalmente os que já tinham desaparecido outras vezes. A repetição das fugas parecia transmitir para os policiais que seu trabalho não rendia. Mas nas supervisões, os psicólogos relataram situações nas quais os investigadores muitas vezes deram “conselhos” ou até “broncas” nas crianças e adolescentes que já tinham desaparecido outras vezes, assinalando o quanto eles deixaram a família angustiada na sua ausência. Acabaram, em alguns casos, fazendo certo tipo de “aconselhamento” não só com as crianças e adolescentes, mas também com os familiares, como por exemplo, sobre a forma inadequada de os pais lidarem com os filhos, ou pediam para os mesmos terem mais paciência etc. Mas, apesar desta característica, os investigadores sabiam que não eram psicólogos e que a família necessitava de escuta especializada.

Apesar dessas características, a pesquisadora observou que nos casos em que a criança ou o adolescente poderiam estar em risco de morte ou até mortos, os investigadores não mediam esforços para solucioná-los rapidamente. Um exemplo disso ocorreu no primeiro mês de funcionamento do Caminho de Volta e, além de ter servido como mostra do empenho policial, também marcou uma mudança metodológica importante no atendimento das famílias, ou seja, toda a família passou a ser entrevistada **antes** por um policial e **depois** pelo psicólogo do Caminho de Volta. A seguir, o caso será ilustrado.

Um homem havia entrado na sala da delegacia onde a psicóloga voluntária de plantão estava sozinha, pois, coincidentemente naquele momento, todos tinham saído ou para almoçar ou para fazer outra coisa fora da sala. Assim, esse homem, ao ver a psicóloga, disse que o filho pequeno havia sido subtraído de dentro de seu carro, com os vidros fechados, enquanto ele se ausentou por poucos minutos. Seu relato mostrava certas imprecisões e contradições, despertando na psicóloga uma sensação de que havia algo muito estranho naquela história. No decorrer da entrevista, um dos investigadores entrou na sala, viu que a psicóloga atendendo esse homem, mas não os interrompeu, por achar que a pessoa já havia conversado com outro investigador. Ao término da entrevista, após o homem ter ido embora, a psicóloga comentou com o investigador suas impressões e contou resumidamente o que havia escutado.

Vale a pena salientar que o fato daquela psicóloga ter conversado com o investigador sobre o caso se deu pela bizarrice do relato do entrevistado e pela sua inexperiência de recém-formada que estava em seus primeiros atendimentos. Todavia, esse tipo de troca de informações não configurou uma prática comum entre os psicólogos e os investigadores, principalmente porque o sigilo, sempre garantido, manteve-se durante as entrevistas, a não ser quando surgissem situações extremas como essa. Se porventura surgissem fatos que apontavam presença de risco para a criança (por exemplo, maus-tratos ou negligência), a família era sensibilizada para a gravidade do fato e informada do quanto estava implicada a ponto de também ser responsabilizada. As entrevistas não se caracterizavam por ser denunciante pura e simplesmente, mas por compreender e até avaliar se uma situação de abuso sexual ou maus-tratos possuía indícios de verdade. E isso seria inviável em apenas um encontro.

Porém, no caso mencionado, quando o investigador se deu conta de que o homem não tinha sido entrevistado por nenhum policial, ficou extremamente preocupado, pois logo percebeu que havia algo de errado naquela história. Como a psicóloga havia registrado no questionário o número do B.O, o investigador levantou seus dados sobre e descobriu uma enorme ficha policial com denúncias de maus-tratos. Imediatamente, as equipes começaram a

investigar o caso e em menos de 15 dias descobriram que ele havia assassinado o filho dentro de sua casa. O relato da subtração foi uma tentativa de forjar um álibi. O caso foi solucionado e o homem preso. Essa experiência foi descrita para mostrar a importância do trabalho multiprofissional no Caminho de Volta dentro da delegacia, sendo resguardada as funções de cada um. Interessante que tanto a psicóloga quanto o investigador suspeitaram da história relatada, mas a psicóloga não considerou que a criança pudesse estar em risco de morte, ao contrário do investigador de polícia. O exemplo citado foi discutido em supervisão e a metodologia de atendimento alterada em decorrência disso.

O fato de os policiais serem os primeiros a ouvir o relato pareceu ter diminuído a possibilidade de eventuais desconfortos, reclamações ou fantasias paranoicas com relação à presença do psicólogo e de que esse fizesse uma função que seria a do investigador. O fato de o psicólogo não conversar com o investigador antes de conversar com a família (mesmo que tivesse escutado a história relatada ao policial), marcou momentos distintos. Primeiro, pelo fato de que a família, até então, não sabia que seria atendida por um psicólogo naquela delegacia e nada sabia sobre o Caminho de Volta. Então, apesar do conteúdo dos relatos versarem sobre pontos em comum, muitas vezes a família dizia coisas para o psicólogo que não havia dito anteriormente ao investigador, talvez por receio de expor algum envolvimento com crimes anteriores ou de expor alguma infração do filho e até por se sentirem mais à vontade ao falar com o psicólogo. Quando, na entrevista com a pesquisadora, a família se lembrou de um fato que poderia ser crucial na investigação policial, ela foi orientada a falar ao investigador sobre este novo dado para que as investigações pudessem ser mais completas. A pesquisadora sugeriu que os outros psicólogos fizessem o mesmo.

Além da discussão dos casos atendidos, as supervisões abordaram situações que a equipe vivenciou na delegacia durante a entrevista e também aquelas quando não estava atendendo. Um exemplo disso aconteceu com uma das psicólogas quando foi “convidada”, por um dos delegados, a participar de uma “acareação”²⁵ policial que não tinha nenhuma relação com o Caminho de Volta. A psicóloga sentiu-se insegura por negar o pedido do delegado e aceitou o convite. Na supervisão, verbalizou o embaraço sentido em participar de uma situação que considerou extremamente constrangedora onde não teve nenhuma função, a não ser a de ser testemunha da acareação. Foi trabalhado com a equipe o fato de que, por mais que algum tipo de “convocação” policial pudesse assustá-la, essa não tinha obrigação de

²⁵ Segundo Tourinho Filho (2009) a acareação ou confrontação “consiste em colocar duas ou mais pessoas, cujos depoimentos ou declarações sejam conflitantes, em presença uma da outra, cara a cara, para que expliquem as divergências. Evidente que tal diligência só poderá ser realizada se houver um desacordo manifesto e incidir sobre fato ou circunstância relevante, e não se puder chegar à verdade pelas demais provas produzidas”. (p.648).

obedecer, uma vez que, em seu trabalho não estava contemplado outro tipo de função, a não ser a de entrevistar as famílias no Caminho de Volta. E que, se situações semelhantes voltassem a acontecer o policial deveria se informar de que antes a equipe precisaria consultar a coordenação do Caminho de Volta.

A própria pesquisadora passou por uma situação semelhante quando nas primeiras semanas na delegacia, recebeu a visita informal de um delegado do interior que verbalizou o interesse pelo projeto e pediu o material utilizado para fazer o mesmo em sua cidade. A pesquisadora forneceu-lhe os folders (ANEXO B) sobre o Caminho de Volta, mas não o restante do material como, por exemplo, os questionários. Disse que não tinha autorização para fornecer outros materiais e mesmo assim, sentiu-se, por um momento, com a sensação que teria que ter obedecido ao pedido daquele delegado.

Em outra situação, o delegado chefe de toda a divisão de Proteção à Pessoa que envolve outras delegacias além da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas, solicitou à coordenação do Caminho de Volta, que os psicólogos atendessem todos os casos de desaparecimento, independente da faixa etária, pois em sua opinião havia casos em que as pessoas sofriam muito e necessitavam de ajuda psicológica. A pesquisadora e coordenadora geral informaram, durante uma reunião na delegacia, que isso seria inviável, uma vez que além de descaracterizar a proposta do projeto, não haveria tempo suficiente para atender todos os casos. No entanto, na reunião ficou acordado que os psicólogos conversariam com famílias de crianças e adolescentes desaparecidos que já tinham sido encontrados, mas que não tinham sido inseridos no Caminho de Volta porque foram à delegacia fora do horário de plantão das entrevistas.

Todavia, situações muito comuns na delegacia relacionaram-se com a presença de repórteres, principalmente de canais de TV que, ao tomarem conhecimento de casos de desaparecimento que ganhavam muita repercussão, insistiam em filmar os atendimentos para noticiários ou pediam que os psicólogos fornecessem o nome das famílias para servirem como “personagens” das matérias jornalísticas. Mesmo que os psicólogos e a pesquisadora ressaltassem a inadequação e a falta de ética de filmar os atendimentos, os repórteres insistiam na importância disso como um meio de “maior divulgação do trabalho do Caminho de Volta”.

À equipe de psicólogos foi vedado, pela pesquisadora e pela coordenadora geral, fornecer dados que localizassem ou identificassem as famílias para jornalistas e que os mesmos solicitassem seu pedido diretamente com a polícia ou com alguma família que estivesse na delegacia. A equipe sabia da importância da mídia na divulgação de fotos e de histórias de desaparecimento para que as famílias pudessem receber alguma nova informação.

Mas o problema residia no uso sensacionalista implícito nessas reportagens e não na divulgação de um serviço gratuito e disponível à população. A pesquisadora quis resguardar as famílias dessa exposição.

5.3 ASPECTOS CLÍNICOS OBSERVADOS A PARTIR DOS CASOS ATENDIDOS NA DELEGACIA

Um dos primeiros casos atendidos no Caminho de Volta não foi sobre uma fuga, e sim sobre a subtração de uma menina de seis anos que brincava na frente de sua casa. A pesquisadora não entrevistou esse caso, mas conversou com a mãe em diversas ocasiões, pois a mesma foi convidada para dar entrevistas e depoimentos na mídia sobre o desaparecimento e sobre os atendimentos recebidos no Caminho de Volta²⁶. O desaparecimento da filha desencadeou um quadro depressivo na mãe, que, desde então, passou a ser medicada com antidepressivos. Além de ter sido um dos casos mais marcantes para a pesquisadora, devido à expressão da angústia e desespero explícitos da mãe, também marcou a inclusão de dois itens no questionário que não tinham sido pensados: tratamento medicamentoso e atendimento psicológico anterior, tanto para alguém da família quanto em relação ao desaparecido.

Apenas um caso atendido pela pesquisadora foi de subtração (Caso 2, Tabela 2, p.66), uma vez que, por se tratar de um crime, sua investigação é da alçada da Divisão Antissequestro (DAS), uma delegacia especializada da polícia civil de São Paulo e não da 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP.

Durante as primeiras entrevistas, a pesquisadora observou a importância de se realizar mais de um encontro com a família naquele mesmo local. Então, começou a marcar novas entrevistas, que foram denominadas por ela como Entrevistas de Retorno, sendo essa medida transmitida para os outros psicólogos e para a equipe de coordenadores do Caminho de Volta. Como já mencionado, nas entrevistas de retorno foram trazidas novas informações sobre o desaparecimento, ou o entrevistado recordava um dado importante não dito no primeiro encontro. Essas entrevistas também configuraram um momento possível para a família expor sua angústia ou revelar um segredo familiar que não conseguiu ser dito no primeiro encontro, por exemplo, histórias de violência doméstica. As entrevistas de retorno também tinham o

²⁶ Essa senhora foi convidada e aceitou participar da gravação de uma simulação de atendimento que fez parte do processo de avaliação do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, Edição 2007, do qual o Caminho de Volta foi um dos projetos finalistas.

objetivo de fortalecer a família para buscar ajuda e orientar quais eram os meios legais para fazer uma denúncia. Além disso, configurava um momento importante para se observar se havia ou não interesse da família para posterior encaminhamento para a rede psicossocial.

Algumas famílias mostraram-se indisponíveis para retornarem às delegacias, mesmo quando o filho tinha sido encontrado. Todavia, nas supervisões foi observado que em outros casos a dificuldade foi justamente o contrário, ou seja, fazer o encerramento das quatro entrevistas. A principal demanda dos entrevistados foi a de serem pacientes do próprio entrevistador ou de trazer outros filhos que tinham problemas. Alguns deles continuavam a telefonar para contar novidades em relação aos filhos que retornaram, e principalmente para dizer que esses ainda continuavam dando problemas.

Tais situações a pesquisadora não vivenciou durante os meses em que realizou os atendimentos, mas nas supervisões discutiu e apontou para os psicólogos suas dificuldades em colocar limite a esses pedidos, uma vez que algumas entrevistas duravam quase três horas, ou os estagiários ficavam além do horário de trabalho (às vezes sendo um dos últimos a deixar a delegacia) e até verbalizaram sua disponibilidade em dar prosseguimento aos atendimentos em seus consultórios. Em alguns casos, mesmo depois de terem feito todas as entrevistas de retorno e passado alguns meses, algumas famílias chegaram a ir até a delegacia e deixar um presente, desde algo de uso pessoal até flores com cartões ou cartas de agradecimento para o psicólogo que as havia atendido. Muitas dessas famílias eram extremamente pobres e o gasto com aquele presente significava a retribuição de algo recebido nas entrevistas, cujo valor era totalmente diferente de uma ajuda por meio de bens materiais. Algo cujo valor foi muito superior.

Para a pesquisadora, as entrevistas de retorno serviram para fortalecer o contato estabelecido na primeira entrevista e para o psicólogo levantar novas hipóteses sobre o funcionamento familiar, sobre o lugar psíquico que o desaparecido ocupava no grupo, sobre as fantasias surgidas em relação ao desaparecimento e as mudanças qualitativas de uma entrevista para outra (por exemplo, uma pessoa muito quieta no primeiro encontro e nos retornos extremamente falante). Essas e outras questões decorrentes dos atendimentos foram discutidas pela equipe de psicólogos durante as supervisões semanais.

Importante frisar que até a sétima família, nem a pesquisadora nem a equipe de coordenadores imaginavam que um desaparecido pudesse voltar tão rápido para casa, às vezes no mesmo dia ou no dia seguinte. Isso começou a ocorrer a partir do Caso 3, quando um garoto de nove anos foi encontrado em um abrigo alguns dias depois (Tabela 2, p.66). Assim, no decorrer dos atendimentos, a equipe foi se dando conta de que o tipo de

desaparecimento/fuga de casa podia durar horas, dias, meses ou anos. A ideia de entrevistar as crianças e adolescentes encontrados também sinalizou outro importante trabalho multidisciplinar interno, pois a interlocução de dois profissionais de áreas distintas (psicanálise e genética) foi capaz de produzir um novo instrumento de pesquisa, o Questionário Criança/Adolescente (APÊNDICE D).

Entrevistas com a criança ou adolescente que estavam desaparecidos foram fundamentais, uma vez que possibilitaram à pesquisadora conhecer o universo do desaparecimento agora por meio da fala dos que retornaram ou foram encontrados. Somente eles poderiam informar sobre as razões subjetivas de seu desaparecimento, sobre que situações passaram enquanto desaparecidos, onde ficaram nesse período e por que voltaram para casa. Essa riqueza de informações levou a uma melhor compreensão sobre as possíveis hipóteses do desaparecimento, não levando em conta somente a história relatada pela família.

Nas entrevistas, mesmo em poucos encontros e com a necessidade de preenchimento do questionário, foi priorizado aquilo que o entrevistado falou livremente e que acabou revelando aspectos de sua história pessoal e familiar, da história do desaparecido, das relações entre ambos, e, é claro, da história do desaparecimento. Também foram observados os lapsos de linguagem, reticências, silêncios, pontuações, repetições de palavras, temas remetidos a outros temas, substituições ou mesclas de palavras ou frases e entonações. A pesquisadora, na medida do possível, procurou observar a posição subjetiva do entrevistado (familiar ou a criança/adolescente), como esse se colocou frente ao outro semelhante e frente aos objetos; como se posicionou frente a situações de competição, ciúme, agressividade, quando isso aparecia em seu relato; que significantes foram utilizados para descrever o desaparecido e sua relação com ele; que significantes o desaparecido encontrado usou para descrever sua relação com seus familiares ou para falar de si mesmo. Onde o desaparecido foi posicionado no romance familiar, ou seja, que fantasias apareciam quanto ao seu lugar na família e também no mundo. Outro ponto observado foi qual o impacto provocado pelo desaparecimento no entrevistado, como ele reagiu a isso. Esses aspectos também foram observados nos casos supervisionados pela pesquisadora e por isso foi fundamental a utilização de um Caderno de Registro que possibilitou a releitura dos casos em outros momentos para levantar mais hipóteses sobre as entrevistas.

A seguir, será apresentado um panorama geral da amostra de 16 famílias entrevistadas pela pesquisadora, uma vez que a mesma pertence a um universo maior das 302 primeiras famílias inseridas no Caminho de Volta, cujos resultados foram publicados por Gattás e Figaro-Garcia (2007). Todavia, no trabalho citado houve apenas uma discussão superficial

sobre essa análise dos resultados. O que se pretende na presente pesquisa é apresentar alguns resultados obtidos nesses 16 casos-piloto e discuti-los posteriormente.

Conforme a Tabela 2 (p.66) a pesquisadora, junto com uma das psicólogas voluntárias, realizou 12 entrevistas iniciais. Nas entrevistas de retorno, nem sempre a dupla estava junto porque o serviço estava no começo e havia necessidade de que a pesquisadora treinasse outros psicólogos até que esses conseguissem efetuar o primeiro atendimento sozinhos. Muitas vezes, no dia do retorno marcado, chegavam novos casos e a dupla tinha que ser dividida para não aumentar o número de famílias na sala de espera.

Algumas vezes os retornos eram feitos na sala de divisória ao lado da sala do projeto e, mesmo assim, a pesquisadora observou que essas situações não eram impeditivas para a realização das entrevistas, ou seja, as famílias conseguiam ser entrevistadas apenas por um profissional. Observou ainda que a limitação de uma sala sem portas não inviabilizou a realização das entrevistas, apesar de não ser o local mais adequado. Além disso, observou que a presença de uma porta naquela sala poderia gerar desconforto nos entrevistados e no entrevistador pela falta de ventilação uma vez que, dependendo do número de entrevistados, o espaço da sala ficaria ainda mais reduzido. Com o passar do tempo, a equipe de psicólogos relatou que, mesmo estando em uma sala sem portas, era possível continuar entrevistando naquele local.

Outro aspecto observado, foi com relação às circunstâncias anteriores ao desaparecimento e que levaram o desaparecido ao consumo de drogas e de bebidas alcoólicas, à prática de atos infracionais, problemas escolares e distúrbios alimentares. Quanto ao consumo de drogas, álcool ou prática de atos infracionais, observou-se que os quatro casos atendidos somente pela pesquisadora tinham histórico de consumo de drogas e em um deles houve furto de dinheiro dos pais para a fuga. Em dois casos a pesquisadora suspeitou do consumo de drogas por parte do desaparecido, sendo essa informação negada ou desconhecida segundo o relato do familiar entrevistado. Nas entrevistas com os desaparecidos encontrados, as suspeitas da pesquisadora foram confirmadas por eles (Tabela 3, p.119).

Das 16 famílias entrevistadas, apenas três desaparecidos do sexo masculino já haviam se submetido a atendimento psicológico anterior ao desaparecimento em decorrência de situações de violência doméstica. Apenas seis famílias não tinham buscado ajuda do CT para tratar de problemas familiares (ou não) envolvendo os desaparecidos. Segundo o relato de nove famílias, as crianças e adolescentes estavam estudando nos anos regulares, sem histórico de repetência segundo a Tabela 3 (p.119).

Tabela 3 – Dados dos desaparecidos segundo o relato dos familiares

CV	Sexo	Idade	UF	Região	Escola	Repetiu	Saúde	Deficiências	Dist. Conduta	CT	AP
01	F	14	SP	N	4FI	2x	Convulsão	*	Drogas	Sim	Não
02	F	3	SP	L	*	*	*	*	*	Sim	Não
03	M	9	SP	L	3FI	Não	*	*	Drogas	Sim	Não
04	M	14	MG	C	7FII	Não	*	*	*	Sim	Não
05	F	13	BA	L	5FII	Não	Convulsão	*	*	Sim	Não
06	M	12	SP	S	5FII	Não	*	Ret. mental leve	Drogas	Não	Sim
07	M	13	SP	M	6FII	Não	*	*	Drogas	Sim	Sim
08	F	14	SP	L	7FII	Não	*	*	*	Não	Não
09	F	17	SP	O	2M	1x	*	*	*	Não	Não
10	F	14	SP	C	8FII	Não	*	*	*	Sim	Não
11	M	14	PR	PR	8FII	1x	*	*	Álcool/Infração	Não	Sim
12	F	17	MG	M	1M	2x	Obesidade	*	Drogas	Sim	Não
13	M	16	SP	L	2M	Não	*	*	*	Não	Não
14	F	16	SP	N	3M	Não	*	*	Drogas/Infração	Não	Não
15	F	16	SP	M	2M	1x	*	*	*	Sim	Não
16	F	11	SP	L	5FII	1x	*	*	Infração	Sim	Não

N= Norte; S =Sul; L = Leste; O = Oeste; C = Central; M = Metropolitana; PR = Paraná, FI = Fundamental I; FII = Fundamental II; M = Médio; CT = Conselho Tutelar; AP = Atendimento psicológico; * = Não há relato,

Importante salientar que essas situações foram consideradas pela pesquisadora como sintomas de ordem psíquica que já estavam sendo manifestados pelas crianças e adolescentes antes do desaparecimento e que possivelmente poderiam ter alguma vinculação com o mesmo. Dentre os sintomas psíquicos desencadeados após o desaparecimento, procurou observar se havia, no discurso dos desaparecidos encontrados, algo que indicasse indiferença ou negação com o ocorrido ou algo que indicasse a fuga de casa como única opção frente a uma situação familiar caótica que não conseguiu ser solucionada de outras maneiras.

Em algumas ocasiões essas reações foram expressas por meio de observações feitas durante as entrevistas e que não estavam relacionadas diretamente com o desaparecimento. Por exemplo, o menino (Caso 3), disse que fugia “porque gostava”. Não falou nada sobre sua história familiar, mas o que chamou a atenção da pesquisadora foi quando verbalizou sua impressão de que as paredes da sala de entrevistas pareciam “que iam cair”, pois eram muito parecidas com as paredes de sua casa. O que essa frase poderia indicar? Uma simples semelhança entre diferentes espaços? Esse garoto morava com a mãe biológica que era incapaz civilmente e com a avó materna, sua responsável legal e responsável pelo sustento de outros parentes que também moravam na mesma casa de dois cômodos. Dormia na mesma cama com a avó e a mãe. Seu pai biológico, que morava na mesma rua, não tinha nenhum tipo de contato com o menino nem sequer chegou a registrá-lo. Teve apenas uma relação sexual com sua mãe, que engravidou. O garoto consumia cola de sapateiro e, na opinião da avó, ele

fugia para obtê-la. Essa senhora, com a saúde debilitada, dizia que não conseguia encontrar meios de manter o neto em casa. Para a pesquisadora o significante “paredes caindo” conotaram uma ambiguidade na fala do garoto, uma vez que parecia assinalar tanto uma precariedade social, quanto uma precariedade familiar. Será que a fuga e o refúgio na cola de sapateiro estariam indicando uma saída possível para ele não se deparar com um “desabamento imaginário” de sua estrutura psíquica frente a uma realidade familiar tão frágil? Essa resposta talvez fosse obtida durante uma análise com o garoto, no entanto, para a pesquisadora, aquela frase parecia indicar algo de sua angústia que não estava conseguindo ser colocado em palavras, mas no ato de fugir.

Outro aspecto que observou nas entrevistas foi a presença ou não de comportamentos repetitivos (ex. compulsões ou repetição de comportamentos, como as fugas repetidas) ou de fenômenos diretos no corpo (ex. fenômenos psicossomáticos, conversões, consumo de drogas ilícitas ou medicamentos, distúrbios alimentares, entre outros). Os sintomas que estavam sendo manifestados pelas crianças e adolescentes não eram isolados, uma vez que esses sujeitos pertenciam a grupos familiares com um histórico disfuncional importante como mostrado na Tabela 4 (p.121). Nela são observadas as principais Queixas Anteriores presentes na história familiar e que foram relatadas espontaneamente pelos familiares ou perguntadas quando o relato espontâneo não acontecia ou quando havia algum indício ou suspeita por parte da pesquisadora de que alguma daquelas situações pudesse estar ocorrendo no âmbito familiar. Nos casos em que apareceram, essas informações corroboraram os motivos da consulta da família ao CT. Com relação às famílias que entrevistou, a pesquisadora observou que a violência conjugal, ou seja, a violência praticada entre os pais (biológicos ou não) dos desaparecidos foi a queixa mais relatada de forma manifesta ou apresentada de forma não-explicita em sete famílias. Portanto, essas crianças e adolescentes presenciavam agressões e ameaças entre os pais. Os maus-tratos isoladamente não apareceram em nenhum caso, mas associados também ao consumo de álcool, de drogas, envolvimento no tráfico e infração penal praticados por algum membro da família. Apenas em um caso havia histórico de abuso sexual intrafamiliar.

Tabela 4 – Queixas familiares anteriores segundo relato dos familiares, dos desaparecidos encontrados e observados pela pesquisadora

CV	Maus-tratos	A. sexual intraf.	Violência conjugal	Alcoolismo	Adições	Ato infracional	Infração penal	Tráfico de drogas	Miserabilidade
01	F	*	*	D	F/D	*	*	D	*
02	F	*	*	*	F	*	F	*	*
03	*	*	*	*	F	*	*	*	F/D
04	F/D	*	*	*	*	*	F	*	*
05	*	*	F	F	*	*	*	*	*
06	D	*	F/D	*	F	*	*	*	D
07	F/D	*	*	F	F/P	*	*	*	*
08	*	*	F	*	*	*	*	*	*
09	F	*	F	*	*	*	*	*	*
10	F	*	F	*	*	*	*	*	*
11	*	*	F	F	*	F	*	*	*
12	*	*	*	*	*	*	*	*	*
13	*	*	*	*	F	*	*	*	*
14	*	*	*	D	F/P	F/D	*	*	*
15	*	*	*	*	*	*	*	*	*
16	F/D	F	F/D	F/D	F	F	*	*	*

F = Familiar; D = Desaparecido; P = Pesquisadora; * = Não há relato.

A Tabela 5 (p.122) mostra quais foram os aspectos emocionais que os familiares escolheram para descrever os desaparecidos. Esses aspectos emocionais foram considerados pela pesquisadora como significantes, mesmo não tendo sido verbalizados espontaneamente pelos familiares (uma vez que já constavam do questionário), pois alguns foram escolhidos para representar o desaparecido. Somente no Caso 2 o significante “Quieto” apareceu isoladamente. Nos demais casos eles foram remetidos a outros significantes. Mas quando eles foram avaliados na frequência de vezes que apareceram no relato dos familiares entrevistados, o significante “Ciumento” apareceu em 8 casos, “Alegre” e “Falante” ambos em 6 casos. Todavia, significantes como “ele é danado” [sic], “ela só me dá preocupação” [sic], “ele não tem jeito” [sic], “ela só apronta” [sic], “ele é impossível” [sic], apareceram diversas vezes nas entrevistas e indicaram o quanto o desaparecido foi considerado como o “incômodo” ou o “filho-problema”.

Tabela 5 – Aspectos emocionais dos desaparecidos segundo o relato dos familiares

CV	Ale- gre	Sociável	Falante	Aagitado	Desini- bido	Triste	Isolado	Tímido	Ciumento	Menti- roso	Agres- sivo	Quieto
01												
02												x
03	x		x									
04		x				x			x	x		
05	x									x		
06				x		x		x				x
07	x		x	x					x		x	
08	x		x									
09						x	x	x	x			x
10			x		x						x	
11		x									x	
12					x	x			x			
13	x		x				x	x	x		x	x
14		x	x	x	x				x	x		
15								x	x	x		x
16	x	x		x	x				x			

A Tabela 6 (p.123) mostra as informações sobre os desaparecimentos fornecidas tanto pelos familiares na Entrevista Inicial quanto pelos oito desaparecidos encontrados que vieram nas Entrevistas de Retorno. Em 14 casos, os desaparecimentos foram fugas de casa. Apenas no Caso 2, tratou-se de uma subtração de incapaz e no Caso 11, o adolescente desapareceu de um show de música, não sendo possível saber se ele fugiu ou se lhe aconteceu outro problema. Para nove famílias, o desaparecimento/fuga de casa ocorreu pela primeira vez e em sete, já havia ocorrido em ocasiões anteriores. A diferença foi entre o número dessas ocorrências no relato dos familiares e o das crianças e adolescentes encontrados. Em seis casos, as crianças e adolescentes estavam sozinhas no momento da fuga.

Tabela 6 – Dados sobre o desaparecimento segundo os familiares e segundo as crianças e adolescentes entrevistados

CV	B.O.	Enc.	Ent.	1ª vez fam.	1ª vez cça/ado	Repetição fam.	Repetição cça/ado	Local Fam.	Local cça/ado	Sozinho	Desaparecimento
01	13 dias	Sim	Sim	Não	Não	3 x	2 vezes	Escola	Casa	Sim	Fuga de casa
02	1 dia	Não	Não	Sim	*	*	*	Casa	Casa	Não	Subtração
03	4 dias	Sim	Sim	Não	Não	1 x	3 x	Escola	Casa	Não	Fuga de casa
04	11 dias	Sim	Sim	Não	Não	8 x	8 x	Casa	Casa de amigo	Não	Fuga de casa
05	4 dias	Não	Não	Sim	*	*	*	Casa	Casa	Sim	Fuga de casa
06	1 dia	Sim	Sim	Não	Não	3 x	3 x	Casa	Casa	Sim	Fuga de casa
07	2 dias	Sim	Sim	Não	Não	4 x	8 x	Casa	Casa	Não	Fuga de casa
08	2 dias	Não	Não	Sim	*	*	*	Casa	Casa	Sim	Fuga de casa
09	2 dias	Sim	Não	Sim	*	*	*	Casa	Casa	S/I	Fuga de casa
10	4 dias	Sim	Não	Não	*	2 x	*	Casa	Casa	Não	Fuga de casa
11	3 dias	Não	Não	Sim	*	*	*	Show	Show	Não	Outros
12	2 dias	Sim	Não	Sim	*	*	*	Casa	Casa	Sim	Fuga de casa
13	1 dia	Sim	Sim	Sim	Sim	*	*	Casa	Casa	Não	Fuga de casa
14	1 dia	Sim	Sim	Sim	Sim	*	*	Casa	Casa	Não	Fuga de casa
15	9 dias	Sim	Não	Sim	*	*	*	Casa	Casa	Não	Fuga de casa
16	8 dias	Sim	Sim	Não	*	3 x	2 x	Casa	Casa	Sim	Fuga de casa

B.O = tempo levado para abertura do B.O; Enc. = criança/adolescente encontrado; Ent. = criança/adolescente entrevistado; 1ª vez fam. = se o desaparecimento ocorreu pela 1ª vez na opinião da família; 1ª vez cça/ado = se o desaparecimento ocorreu pela 1ª vez na opinião dos encontrados; Repetição fam = número de repetições de desaparecimento segundo a família; Repetição cça/ado = número de repetições de desaparecimento segundo os encontrados; Local fam = local do desaparecimento segundo a família; Local cça/ado = local do desaparecimento segundo os encontrados; * = Não há relato porque os desaparecidos não foram encontrados ou não vieram aos retornos; S/I = Sem informação

Outro dado importante presente na Tabela 6 (p.123) referiu-se ao tempo que a família demorou em abrir um B.O., sendo que duas famílias levaram mais de dez dias e o restante entre um e quatro dias. Havia um dado da realidade que poderia explicar esse tempo, isto é, a dificuldade de abrir um B.O. imediato de desaparecimento nas delegacias. As famílias foram orientadas por alguns policiais a esperar 24 ou 48 horas para então abrir um B.O. Todavia, essa demora poderia ter ocorrido por outras questões diferentes, como já estar acostumada com as fugas repetidas do filho e não achar imprescindível fazer um B.O., ou até uma postura negligente com relação ao desaparecido.

Em algumas entrevistas a pesquisadora observou a inexistência de qualquer indício de preocupação ou de sinais no discurso ou no comportamento do entrevistado de que não importava o que o desaparecido tivesse feito, seu retorno era mais importante do que tudo. Parecia que o desaparecido tinha superado todos os limites da paciência dos familiares e esses se mostravam mais irritados do que preocupados. Alguns chegaram a responder que, se o filho fosse encontrado, preferiam que ele fosse morar em outro lugar como abrigos, internato, hospital psiquiátrico ou na casa de parente. Um exemplo ocorreu na segunda entrevista de

retorno do Caso 3 quando a avó disse que quando ele voltasse, queria “interná-lo” [sic], vontade essa que não tinha aparecido nas entrevistas anteriores. Outro exemplo ocorreu no caso supervisionado da tia materna de uma adolescente de 14 anos, que adotou a sobrinha para não deixar a mãe biológica abandoná-la na rua, uma vez que era dependente química e havia tentado abortar o bebê várias vezes. Relatou que desde os seis anos de idade, a filha adotiva começou a “roubar dinheiro e coisas da casa” [sic]. Fez acompanhamento psicológico durante três anos em uma clínica-escola e depois em hospital psiquiátrico por conta dos furtos. Já havia fugido uma vez. Na entrevista, a mãe adotiva verbalizou seu ressentimento e disse que já havia ido a todos os encaminhamentos sugeridos (médicos, psicólogos, Conselho Tutelar) para ajudar a filha. No entanto, seu discurso mostrava que ela parecia acatar as ordens do Outro social e não uma vontade ou preocupação pessoal em ajudar a filha. Quando a psicóloga lhe perguntou se ela queria encontrar a filha adotiva, ela lhe respondeu “Será que eu quero encontrá-la? Acho que não. Tornei-me insensível” [sic]. A psicóloga então lhe perguntou por que estava vindo aos retornos e ela disse “Porque você marcou. Vou a todos os compromissos marcados” [sic]. Já outras famílias queriam uma solução rápida quando falavam de outros assuntos (problemas conjugais ou com outros filhos) e não sobre o filho desaparecido. Essas impressões mostravam uma realidade diferente daquela imaginada nos primórdios da implantação do projeto de que as famílias de crianças desaparecidas deveriam estar em um estado emocional desolador.

Tanto nos casos supervisionados quanto nos entrevistados pela pesquisadora, ficou muito enfatizado o quanto o desaparecido foi verbalizado como um “problema” ou uma “preocupação”. Apesar da aceitação em participar da Entrevista Inicial, alguns familiares disseram que não voltariam às Entrevistas de Retorno, alegando também falta de tempo e de dinheiro. Outros, apesar de garantirem sua vinda aos retornos, não apareceram, mesmo após a pesquisadora ligar e agendar um novo horário. Confirmaram novamente e faltaram sem avisar.

Mas o Caso 1 (Tabela 2, p.66) ilustrou um movimento diferente. Nesse, a mãe da adolescente de 14 anos, envolvida com consumo e com tráfico de drogas, disse por telefone à pesquisadora após o terceiro contato feito à sua terceira falta nos retornos: “Doutora, não me ligue mais. Esqueça de minha filha, pois eu já me esqueci dela” [sic]. A mãe disse essa frase com tom de impaciência pelas tentativas da pesquisadora e, a partir deste pedido, essas tentativas foram encerradas. Após quase um ano, período que a pesquisadora já havia se desligado dos atendimentos, a mãe entrou em contato e perguntou se ainda poderia conversar uma vez que sua filha havia voltado para casa. A pesquisadora se surpreendeu com o pedido,

pois tinha ficado com a forte impressão de que aquela mãe realmente havia desistido de sua filha e não queria fazer mais nada a respeito.

O período do desaparecimento variou entre nove dias e seis meses conforme mostra a Tabela 7 (p.125) abaixo. Cinco crianças e adolescentes entrevistados disseram que fugiram em decorrência do que chamaram de “problemas familiares”, ou seja, descontentamento que geraram brigas, principalmente porque não quiseram cumprir tarefas ou obrigações impostas pelos pais. Em dois casos a alegação foi o desejo de aventura e de conhecer outros locais da cidade ou fora dela. Apenas um menino disse que fugiu por medo de apanhar do pai, com quem sofria um longo histórico de maus-tratos. A maioria dos desaparecidos permaneceu na casa de conhecidos e dois meninos ficaram na rua pedindo comida. Todos disseram que queriam voltar para casa. Com relação aos outros 11 desaparecidos, cinco deles não foram encontrados na época das entrevistas e seis voltaram para casa mas não quiseram vir nos retornos. Nesses casos as informações foram relatadas pelo familiar entrevistado.

Tabela 7 – Dados sobre o desaparecimento relatado nas entrevistas com as crianças e adolescentes

CV	Período	Razões	Onde estava?	Como se manteve	Deseja voltar para casa?	Voltou para casa?
01	6 meses	Aventura	Casa de amigos	Ajuda dos amigos	Sim	Sim
02	*	*	*	*	*	Não
03	3 meses	Aventura	Terminal de ônibus	Pedindo esmola	Disse que sempre quer voltar para casa	Sim
04	1 mês	Conflitos familiares	Casa de amigos	Ajuda dos amigos	Sim. Disse que não queria “ficar à toa”	Sim
05	*	*	*	*	*	Não
06	1 mês	Conflitos familiares	Terminal de ônibus	Pedindo comida	Disse que não queria fugir mais para não preocupar a mãe	Sim
07	1 mês	Maus-tratos	Abrigo	*	Disse que sempre quer voltar para casa “ <i>sinto falta da minha mãe</i> ”	Sim
08	*	*	*	*	*	Não
09	1 mês	*	Casa de amigos	Ajuda dos amigos	*	Sim
10	*	*	*	*	*	Sim
11	*	*	*	*	*	Não
12	*	*	*	*	*	Sim
13	1 mês	Conflitos familiares	Casa de amigos	Ajuda dos amigos	Sim	Sim
14	9 dias	Conflitos familiares	Viajando	Ajuda dos amigos	Disse que tinha “ <i>vontade de voltar, mas tinha vergonha</i> ”	Sim
15	11 dias	Conflitos familiares	Casa do namorado	Ajuda do namorado	*	Não
16	1 mês	Conflitos familiares	Casa de amigos	Ajuda dos amigos	Sim	Sim

* = Não há relato.

A Tabela 8 (p.127) apresenta alguns dados sobre a família dos desaparecidos. Nove delas foram formadas por pais e filhos biológicos, quatro delas compostas por agregados, entre avós, tios e primos e três de múltipla composição, compostas por madrasta, padrastos e meio-irmãos. Com relação ao estado civil dos pais biológicos dos desaparecidos, oito casais eram separados e em quatro deles os pais estavam com novos relacionamentos afetivos na

época das entrevistas. As faixas etárias das mães variaram entre 21 e 48 anos e dos pais entre 33 e 50 anos. Importante salientar que muitas informações sobre os pais biológicos não foram obtidas porque as mães já não tinham mais nenhum contato com os antigos companheiros. Nessa tabela foi feita uma diferenciação entre Profissão, aquela registrada em carteira de trabalho e Ocupação, a atividade que estava sendo feita na ocasião da entrevista para sustento da família. A categoria “Do lar” entrou em profissão, pois a mãe, apesar de não ter um emprego, poderia ou não fazer um trabalho informal. Observou-se que nessa categoria havia seis mães que cuidavam somente dos afazeres domésticos, duas estavam desempregadas e uma estava cumprindo pena judicial. O restante desempenhava serviços técnicos/operacionais, comerciais e de limpeza. Quanto aos pais, apenas dois tinham curso superior e trabalhavam em setores públicos. O restante trabalhava em funções técnicas e comerciais. Apenas três desaparecidos eram filhos únicos, quatro tinham irmãos biológicos e o restante meio-irmãos maternos ou paternos. Apenas três famílias tinham três filhos contando o desaparecido. Portanto, a maioria eram famílias com quatro filhos ou mais.

Um aspecto que chamou atenção nas 16 famílias foi quanto à religião que elas praticavam ou não. Em seis famílias a religião relatada foi a pentecostal, sendo a Assembléia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil seus principais expoentes. Nessa religião há grande rigidez nos costumes e proibições quanto ao uso de roupas, cabelo, maquiagem que incitem a expressão da sexualidade como provocativa e sedutora. Também não é permitido o consumo de bebidas alcoólicas, cigarro, drogas, frequência a festas e bailes que não tenham caráter religioso, ou a situações que tenham conotações “mundanas”. O combate e a retirada do corpo dos fiéis de “demônios” também fazem parte da religião neopentecostal, que caracteriza a doutrina da Igreja Universal da Graça de Deus (do Bispo Edir Macedo) e apareceu em uma família e da Renascer em Cristo, (do casal Hernandez, Bispos fundadores dessa denominação) presente em outra. Na igreja Renascer em Cristo a maior ênfase é o quanto a fé em Deus e o investimento financeiro por meio dos dízimos para a igreja podem retribuir o fiel com a promessa de sucesso financeiro e amoroso²⁷.

²⁷ Mariano (1999) aborda de forma muito clara a introdução do pentecostalismo e neopentecostalismo no Brasil e as características estruturais de suas igrejas.

Tabela 8 – Características das famílias dos desaparecidos

CV	Família	Estado civil pais biológicos	Estado civil atual pais biológicos	Idade mãe	Idade pai	Profissão mãe	Ocupação mãe	Profissão pai	Ocupação pai	Filhos	Filhas	Irmãos biológicos	½ Irmão mãe	½ Irmão pai	Religião
01	MC	Separados	Amasiada	35	*	Autônoma	Desempregada	*	*	1	4	2	3	*	*
02	A	Separados	Mãe solteira	21	*	Garçonete	Garçonete	*	*		1	*	1	*	*
03	A	Solteiros	Pai casado	32	*	Do lar	Do lar	*	*	*	*	*	*	*	Pentecostal
04	MC	Solteiros	Pai amasiado	33	33	Presa	*	Gráfico	Gráfico	2	1	*	2	1	Neopentecostal
05	N	Separados	Solteiros	32	50	Doméstica	Doméstica	Pedreiro	Pedreiro	2	1	2	*	*	*
06	A	Separados	Amasiados	40	34	Do lar	Do lar	Chefe de cozinha	Chefe de cozinha	1	1	1	*	*	Católica
07	N	Separados	Mãe solteira	45	40	Telefonista	Desempregada	Expeditor	Expeditor	2	1	1	1	1	*
08	A	Solteiros	Mãe solteira e pai amasiado	34	33	Do lar	Do lar	Mecânico	Mecânico	4	7	3	4	3	Católica
09	N	Casados	Casados	48	49	Comerciante	Comerciante	Comerciante	Comerciante	*	*	*	*	*	Católica
10	N	Casados	Casados	34	39	Arrumadeira	Arrumadeira	Garçom	Garçom	*	*	*	*	*	Católica
11	N	Separados	Pai casado	48	45	Do lar	Do lar	Economista	Funcionário público	1	1	1	*	1	Pentecostal
12	MC	Viúva	Amasiada	36	*	Gerente comercial	Gerente	*	*	1		*	1	*	Espírita
13	N	Casados	Casados	37	46	Do lar	Do lar	Administrador	Bancário	1	1	2	*	*	Pentecostal
14	N	Amasiados	Amasiados	41	44	Técnico de trânsito	Técnico de trânsito	Pedreiro	Pedreiro		1	1	*	*	Pentecostal
15	N	Separados	Solteiros	44	45	Do lar	Do lar	Tintureiro	Tintureiro	4	1	1	2	2	Pentecostal
16	N	Separados	Amasiado	37	41	Auxiliar limpeza	Auxiliar de limpeza	Torneiro Mecânico	Torneiro Mecânico	2	2	1	1	2	Pentecostal

N = Nuclear; MC = Múltipla composição; A = Agregados.

A Tabela 9 (p.128) mostra os dados dos acompanhamentos das 16 famílias, após serem entrevistadas pelo menos uma das quatro vezes solicitadas no DHPP. Naquela ocasião, dez famílias receberam encaminhamento para serviços de psicologia em clínicas-escola localizadas em regiões próximas às suas residências. Apenas um caso foi encaminhado para uma avaliação psiquiátrica e o outro para tratamento de dependência química. Apenas quatro casos buscaram ajuda sugerida nas entrevistas, sendo que o menino do Caso 7 e sua mãe já estavam em atendimento psicológico particular na época do desaparecimento. Como os acompanhamentos tiveram início em 2006, apenas os Casos 14 e 15 foram contatados 18 meses após as entrevistas no DHPP. Em quatro casos isso não foi possível porque o número do telefone não existia mais e os telegramas enviados retornaram. No Caso 2 não foi feito novo contato, pois a mãe recusou-se a vir nas entrevistas de retorno e deixou explícito seu desinteresse. O restante das famílias foi contatada pela pesquisadora ou pelas psicólogas voluntárias. Em apenas três casos ocorreram novos episódios de fugas.

Tabela 9 – Acompanhamento dos casos

CV	Retor- nos	Psic	Psiqui	Drogas internação	Efeti- vou	Após 12 meses	Novo episódio	Após 18 meses	Novo episódio	Após 24 meses	Novo episódio
01	Não	*	*	*	*	Não	*	Não	*	Sim	Sim
02	Não	*	*	*	*	Não	*	Não	*	Não	*
03	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	*	Não	*	Sim	Sim
04	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	*	Não	*	Tel. não existe	*
05	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	*	Não	*	Tel. não existe	*
06	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	*	Não	*	Sim	Sim
07	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	*	Não	*	Sim	Não
08	Não	*	*	*	*	Não	*	Não	*	Tel. não existe	*
09	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	*	Não	*	Sim	Não
10	Sim	Sim	Não	Não	*	Não	*	Não	*	Sim	Não
11	Não	*	*	*	*	Não	*	Não	*	Tel. não existe	*
12	Não	*	*	*	*	Não	*	Não	*	Sim	Não
13	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	*	Não	*	Sim	Não
14	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	*	Sim	Não	Sim	Não
15	Não	*	*	*	*	Não	*	Sim	Não	Sim	Não
16	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	*	Não	*	Sim	Não

Psic. = Psicologia; Psiqui. = Psiquiatria; * = Não há relato; Tel. = Telefone.

6 DISCUSSÃO

6 DISCUSSÃO

Primeiramente será discutido o processo de criação multidisciplinar do Caminho de Volta enfocando, principalmente, o desenvolvimento de sua prática clínica psicológica, onde serão abordados alguns aspectos dos casos-piloto atendidos e supervisionados pela pesquisadora. Não serão trabalhadas, de forma minuciosa, todas as características encontradas nessas entrevistas, uma vez que há uma quantidade significativa de variáveis que mereceriam um estudo específico não sendo o objetivo deste trabalho. Além disso, por terem sido poucos encontros, foi possível apenas levantar hipóteses sobre os possíveis sentidos que o sintoma desaparecimento/fuga de casa pode ter para os desaparecidos e não fazer estudos de casos clínicos. Também serão abordados os efeitos terapêuticos observados a partir da prática clínica. Portanto, a discussão será em torno da análise qualitativa dos resultados por meio do referencial psicanalítico de orientação lacaniana.

Na sequência, serão discutidos os aspectos multidisciplinares decorrentes dessa clínica executada na 2^a Delegacia de Pessoas Desaparecidas, com relação às diferentes escutas que os casos de desaparecimento receberam por parte dos policiais e dos psicólogos, de aspectos da rotina policial que interferiram ou modificaram a metodologia dos atendimentos, e sobre os efeitos dos atendimentos nos entrevistados pelo fato de terem sido realizados naquele local.

6.1 PROJETO CAMINHO DE VOLTA: MULTIDISCIPLINARIDADE E PRÁTICA CLÍNICA

A construção do Caminho de Volta resultou em um projeto socialmente relevante e tecnicamente inovador pela proposta de um modelo próprio multidisciplinar, inédito no Brasil. Desde o início, a equipe de coordenadores do Caminho de Volta planejava um modelo que não fosse apresentado à sociedade civil com partes destacadas, mas condensador de diferentes metodologias com um propósito comum: auxiliar na busca de crianças e adolescentes desaparecidos. Assim, o Caminho de Volta tornou-se reconhecido como uma “conjugação de esforços e apoios mútuos” como registra o convênio assinado com a Secretaria da Segurança Pública (2005) no dia de seu lançamento oficial. No histórico de sua

estruturação foi possível observar que no seu planejamento inicial estavam previstos apenas a construção de Bancos de DNA e Banco de Dados uma vez que a inserção da psicologia e o uso do referencial psicanalítico vieram por intermédio da entrada da pesquisadora no projeto.

A construção do Caminho de Volta, portanto, foi um desafio multidisciplinar e, por envolver diferentes disciplinas, tornou-se necessário saber identificar quais os aspectos onde os saberes foram convergentes, o que fazia liga entre eles e, principalmente, quais foram os limites e funções de cada saber como sugere Dassoler (2003). Esse desafio esteve presente não apenas no processo de construção do projeto, mas observado em outras situações, por exemplo, quando a mídia escrita, falada ou televisiva exigia da equipe de coordenadores que os mesmos tivessem um saber convergente para fornecer respostas adequadas sobre áreas que não coordenavam. Todavia, para a pesquisadora, o aspecto primordial onde os saberes foram convergentes na equipe foi o interesse em conhecer o universo do desaparecimento por meio das entrevistas com as famílias que possibilitariam identificar as possíveis “causas” do evento. Ponto esse que esbarrou na questão das funções de cada um na coordenação, em suas concepções e em seus limites de atuação. Por exemplo, os estatísticos e bioinformatas apresentaram uma proposta de investigação das causas por meio de pesquisas tipo caso-controle que teriam o objetivo de analisar as diferenças estatisticamente significantes provenientes da comparação entre grupos de famílias com e sem filhos desaparecidos.

O desafio da pesquisadora foi apontar para a equipe que o importante em sua forma de contribuir no projeto não era se guiar pela causa concreta, e sim pelo particular de cada caso, pelas singularidades presentes nas diferentes subjetividades do grupo familiar. Seu desafio ainda seria manter a posição de que essa singularidade não poderia ser analisada estatisticamente, pois não se tratava de uma probabilidade. Isso por si só já marcou uma diferença entre os saberes, pois para a pesquisadora o interesse estava direcionado ao trabalho com a verdade do sujeito e não com a realidade dos fatos, justamente pelo fato de que o campo da psicanálise é o inconsciente. Para a psicanálise, o sintoma dito psíquico, possui uma concepção diferente da concepção médica, uma vez que não é resultado de uma doença orgânica ou causado por herança genética. Quando Freud começou a se aprofundar pelo estudo da histeria (Breuer & Freud, 1893-1885/1976) e de outras psiconeuroses de defesa (Freud, 1894/1976g; 1896/1976h), sua escuta lhe possibilitou observar que aquilo que estava sendo dito pela paciente histérica era de outra ordem. A origem das perturbações não era nem neurológica nem orgânica. Assim, o sintoma histérico, justamente por ser essa incógnita, trazia em si uma decifração só possível por meio da técnica analítica que teve início com a hipnose até chegar à associação de ideias. A postulação de que o psiquismo era constituído

por instâncias consciente, pré-consciente e inconsciente possibilitou a Freud concluir que o sintoma era resultado do conflito entre elas, que de um lado queriam que as ideias e desejos inconscientes de origem sexual emergissem a qualquer custo, e de outro lado, se deparavam com uma contra-força no sentido de barrá-los por meio da censura.

Os sintomas psíquicos para Freud eram formações do inconsciente que poderiam ser escutados pelo analista por meio do relato do paciente sobre seus sonhos e pela manifestação de atos falhos e lapsos de linguagem que expressavam um sentido deformado do que queria ser expresso pelo inconsciente (Freud, 1905/1976i; 1909/1976j; 1916-1917/1976k; 1917/1976l). A neurose era o resultado desses conflitos que tinham origem nos primórdios da sexualidade infantil do indivíduo e que repercutiam na sua vida adulta. Os sintomas então possuíam um caráter de defesa para que o sujeito não se lançasse às intensidades pulsionais e aos riscos que a vida lhe trazia e ao mesmo tempo sinalizavam a presença de que algo não estava bem, ou seja, de que o paciente não estava conseguindo lidar com questões ligadas a seus conflitos e isso lhe causava sofrimento psíquico. Freud, em muitos de seus casos clínicos, mostrou que os sintomas psíquicos não podiam ser totalmente eliminados, pois se deslocavam formando novos sintomas a partir de novos eventos que iam surgindo na vida do paciente, como o exemplo do caso clínico *Homem dos Lobos* (Freud, 1918 [1914]/1976m). Nesse caso, as dificuldades de seu paciente começaram na infância, com o desenvolvimento de uma fobia infantil por animais, que depois se deslocou para uma neurose obsessiva na adolescência, seguida alguns anos depois de um quadro de incapacidade, dependência de pessoas, sintomas hipocondríacos, megalomania, paranoia, entre outros na vida adulta. Essa é uma grande diferença entre a psicoterapia e a psicanálise, pois a primeira visa a terapêutica, a cura e a eliminação dos sintomas, e a segunda visa a observar como eles se formaram, com que propósito e por que eles existem para aquele sujeito, ou seja, qual a sua função. A psicanálise não visa a eliminação de sintomas, mas visa que por meio do processo de análise o sujeito possa um “saber fazer” diferente com ele.

Quando o modelo clínico foi construído, a pesquisadora ainda não tinha se dedicado ao estudo da teoria psicanalítica de orientação lacaniana, desconhecia prática clínica dos CPCTs na França e na Espanha (Bassols, 2005; Cottet, 2005) e a possibilidade de gerar efeitos terapêuticos rápidos por meio da escuta analítica, ou seja, possibilitar a produção de algum movimento no entrevistado no sentido de deslocá-lo daquilo que seu sintoma insistia em repetir. Todavia, já havia notado efeitos terapêuticos importantes tais como o retorno das famílias nas entrevistas ou até suas próprias demandas por uma psicoterapia ou por uma análise. A ideia de estipular um número de quatro entrevistas pareceu extremamente viável no

tipo de trabalho que estava sendo proposto. A pesquisadora acredita que as entrevistas serviram como uma espécie de “triagem estendida” termo proposto por Herzberg e Chamas (2009) para designar a possibilidade de se fazer mais de uma entrevista com pacientes que procuram o serviço psicológico oferecido na clínica-escola do IPUSP. As autoras apontaram que “a experiência de triagem de entrevista única indica que com frequência o cliente não tem ideia do que seja um atendimento psicológico e não chega, necessariamente com a expectativa de que este seja mais prolongado” (p.108) e concluíram que

a triagem estendida cumpre a proposta de realizar uma recepção clínica diferenciada e expandida, além de aprofundar investigação das queixas, servindo como elemento seletivo à instituição. O maior contato com o cliente permite realizar um encaminhamento mais adequado, tanto pela clareza que o profissional pode ter sobre sua demanda e possibilidades, quanto pela maior ciência que aquele pode ter em relação a desejar ou não a continuidade do atendimento psicológico. (p.112).

Apesar das diferenças entre a procura por um atendimento psicológico em uma clínica-escola e as entrevistas na delegacia, pode-se pensar que os quatro encontros serviram para levantar algumas hipóteses sobre a ocorrência do desaparecimento e, de acordo com os sintomas familiares, propor encaminhamentos diferenciados.

A aproximação com a psicanálise de orientação lacaniana possibilitou à pesquisadora refletir sobre os casos de uma forma diferente. Alguns aspectos sempre apareciam nas entrevistas, como por exemplo, a forma como o entrevistado se referia ao desaparecido e que significantes foram mais usados para marcar sua existência ou para qualificar a relação entre ele e a família. O que isso significa? A teoria psicanalítica desenvolvida por Jacques Lacan propõe uma releitura da teoria freudiana, buscando a princípio no estruturalismo e na linguística as bases para compreender como se deu a constituição do sujeito a partir da sua entrada na linguagem e, conseqüentemente, sua relação com Outro²⁸ e também dos significantes que marcaram essa constituição (Lacan, 1956-1957/1995a;1957/1998b). As marcas significantes vão sendo dadas no interior da família pelo advento da linguagem com a entrada do *infans* no registro do simbólico (Lacan, 1956-1957/1995a;1957/1998b). Todavia, um lugar já estava sendo marcado para o sujeito desde antes de seu nascimento e continua sendo marcado durante sua constituição, como disse Lacan (1960/1998d)

um polo de atributos, eis o que é o sujeito antes de seu nascimento (e talvez seja sob o acúmulo destes que irá claramente sufocar). De atributos, isto é, de significantes mais ou menos ligados num discurso... sua existência já é sustentada, inocente ou culpada, antes que ela venha ao mundo, e o tênue fio de sua verdade não pode fazer com que ela já não costure o tecido da mentira. É por isso que haverá, grosso modo, um erro de pessoa, isto é, quanto aos méritos dos pais, em seu Ideal de Eu, ao passo que, no velho

²⁸ A noção de Outro foi desenvolvida por Lacan e está presente em toda a sua obra. Sinteticamente, esse conceito sinaliza o lugar da linguagem, das palavras, das nomeações, das tradições culturais, das relações de parentesco, das diferenças entre os gêneros, das proibições, das sanções, ou seja, toda uma ordem simbólica passada de geração em geração, aspectos que são anteriores ao próprio sujeito e aos quais ele se submete mesmo querendo controlá-los.

processo de justificação no tribunal de Deus, o novo homenzinho retomará um dossiê anterior a seus avós: sob a forma de supereu deles antes de seu ingresso no mundo. (p.659).

Por que tanta atenção aos significantes? Um significante sempre é representado por outro significante que pode ser expresso por meio de palavras, gestos, letras, sons, enunciados que se repetem no discurso sem que o indivíduo se dê conta. Lacan (1953/1998c;1957/1998b), ao inverter a fórmula do significado sobre o significante proposta pelo linguísta Ferdinand Saussure (1970), postula que um significante pode ter vários significados para o indivíduo, significados esses determinados por sua própria produção subjetiva. Essa determinação se dá pela via inconsciente.

Daí a importância de observar os significantes mais usados na fala dos entrevistados. Eles poderiam ir fornecendo aos poucos um panorama para o entrevistador levantar possíveis hipóteses sobre a estrutura psíquica do entrevistado, ou seja, se se tratava de um sujeito neurótico, psicótico ou perverso, pela forma como se dava sua relação com o Outro e com o outro semelhante. O que significa isso? Com o advento da linguagem sempre restará algo do corpo, puro organismo tomado pelas pulsões, que o sujeito em constituição não consegue simbolizar, para o qual não consegue fornecer significantes. O registro do real é esse resto que sobrou da intrusão do significante e que não possui inscrição no simbólico. O real, ao lado do simbólico e o imaginário são registros “essenciais da realidade humana” (Lacan, 1953/2005a, p.12) que vão permitir que o sujeito se relacione de modos diferentes a partir dos significantes recebidos e que foram marcando a sua história. Assim, de acordo com a estrutura psíquica do sujeito, isto é, se ela é da ordem da neurose, da psicose ou da perversão, ele vai lidar com o real de formas diferentes. Na neurose, por meio da fantasia e de sintomas; na psicose, por meio de delírios ou alucinações; e na perversão, por meio de fetiches.

O real, por não possuir inscrição no simbólico, é algo que ficará perdido para sempre, deixando o sujeito em falta e em busca de um objeto que lhe dê a sensação de completude. Esse objeto perdido é chamado por Lacan de “objeto a”, ou objeto causa do desejo. É isso que mobiliza o desejo do sujeito, ou seja, ele deseja encontrar esse objeto na esperança de obter a completude perdida, pois como sujeito dividido pelo efeito da linguagem, é para sempre um sujeito em falta. A falta é o que torna o sujeito desejante. Mas do que se trata o desejo para Lacan?

Na infância, a mãe ocupa o lugar do Outro fundamental e a criança fica alienada em seu desejo (Lacan, 1956-1957/1995), ou seja, fica na expectativa de saber o que a mãe quer dela e assim vai procurar fazer de tudo para satisfazê-la na esperança de receber o dom do amor. Por toda a vida o sujeito deseja ser a causa do desejo do Outro, uma vez que ele quer saber como

pode fazer para ser amado incondicionalmente. Lacan (1960/1998d) diz que o desejo dos pais provoca efeitos no sujeito pela via do significante e prossegue dizendo que

Para nós, o sujeito tem que surgir do dado dos significantes que o abarcam num Outro que é o lugar transcendental destes, através do que ele se constitui numa existência em que é possível o vetor manifestamente constitutivo do campo freudiano da experiência: ou seja, aquilo que se chama desejo. (p.662).

Por sua vez o desejo **nunca** é satisfeito²⁹ pois não tem outra realidade a não ser a psíquica e não possui um objeto definido de satisfação (Lacan, 1956-1957/ 1995; 1964/1998f; 1957-1958/1999; 1962-1963/2005b). Portanto, o desejo estará sempre ligado a uma falta que nunca encontra satisfação. Na tentativa de preencher esse vazio só resta ao sujeito fantasiar. Para Lacan (1960/1998e), a verdade do sujeito se expressa nas manifestações do inconsciente que revelam seu desejo que, como já foi mencionado, é sempre o desejo do Outro. O sujeito não fala para alguém, ele fala para o Outro. E, portanto, não há a ilusão de que o outro semelhante que escuta esse sujeito o compreenda e saiba exatamente do que ele está falando. E como o sujeito nunca sabe o que o Outro espera dele, todas as perguntas que faz não possuem uma resposta que lhe satisfaça. A sensação de não completude também acomete ao outro semelhante que passa pelas mesmas vicissitudes. Por isso o aforismo lacaniano “não há relação sexual”³⁰, provoca tanta confusão, pois nele Lacan afirma que os humanos não escolhem seus parceiros sexuais de acordo com um instinto, como os animais. A sexualidade humana não é programada. Suas escolhas fazem parte da sua história pessoal e do que acreditam que possam satisfazer o outro e serem satisfeitos pelo outro. Não ocorre uma satisfação sincronizada, muito menos plena, uma vez que ambos são sujeitos em falta. Ou seja, não há proporção sexual nem completude na relação sexuada dos humanos.

Por isso é que na análise de orientação lacaniana o analista não responde às demandas do analisante, não propõe certezas. A interpretação do analista ocorre no sentido do corte do discurso que interrompe a cadeia significante produzida pelo sujeito, provocando momentos de não sentido, justamente porque não há o que dê conta de uma única significação. Isso permite que o analisante se escute de outro jeito. Portanto, a psicanálise também se diferencia das psicoterapias (Lacan, 1973/2003b; Miller, 2001) e como aponta a psicanalista Marie-Hélène Brousse (2003, p.71) essas “efetua uma construção de sentido comum, o que não é um sentido singular ou particular; é um sentido comum e isso se manifesta num certo tipo de posições politicamente corretas”. A autora prossegue em seu texto dizendo que, se o

²⁹ A não ser as necessidades de ordem orgânica como beber, comer, evacuar etc. Essas sim, podem ser satisfeitas. Por isso Lacan diferencia necessidade de desejo.

³⁰ Lacan trabalha essa noção principalmente no Seminário, Livro 20, *Mais ainda* (Lacan, 1972-1973/1985).

psicanalista considerar que há alguma coisa a ser compreendida no discurso do analisando, ele “está perdido” e, como proposta, sugere que a saída é “agarrar-se aos significantes; são eles, apenas, que podem fazê-los sair dos labirintos infinitos do sentido, ou seja, das idas e vindas e desvios da fantasia” (Brousse, 2003, p.72). Essa dica pareceu fundamental na proposição do modelo de prática clínica que estava sendo construído no Caminho de Volta, prática próxima da psicanálise aplicada, onde o trabalho é executado com poucas sessões ou com período delimitado, em outros ambientes que não no consultório particular³¹.

Os sintomas manifestados pelo sujeito, bem como suas repetições, revelam seu modo de ser num mundo enquanto sujeito dividido, sua possibilidade de fazer laço social e ainda como se operaram as relações com o outro semelhante e com seu corpo. Daí a importância cada vez maior do recurso da escuta analítica durante as entrevistas com as famílias, pois além da possibilidade de observar os aspectos já destacados, talvez nos relatos surgissem indícios da existência de algo além da história concreta do desaparecimento que as famílias não estivessem conseguindo ou querendo lidar.

Apostar na psicanálise e sustentar o discurso analítico marcou uma posição da pesquisadora no grupo. Um psicanalista que trabalha com equipe multidisciplinar exige a construção de seu lugar e, como salientou Moretto (2006), o nome a esse processo de construção é “inserção”. A autora desenvolveu a ideia de um posicionamento simbólico do analista (Moretto, 2006), uma localização dentro da equipe, um

processo psíquico que implica uma determinada relação ao Outro, num campo específico, que permite esta delimitação momentânea e relativa do que é dentro e do que é fora. Relativa porque esta questão da posição que se ocupa numa certa estrutura simbólica pode ser nomeada a partir de diferentes pontos de vista (*a psicóloga, a psicanalista, a técnica em nível superior, termos incluídos pela pesquisadora*). Estar dentro fisicamente não é estar inserido psiquicamente. (p.67).

Dois outros aspectos estão relacionados com a inserção e com o lugar do analista, a saber, o tipo de demanda que a equipe lhe dirige (a forma pela qual a demanda é escutada pelo analista) e o tipo de resposta que ele lhe dá (Moretto, 2006). Assim, a pesquisadora, em concordância com Moretto (2006), também concebeu a inserção da psicologia e do referencial psicanalítico como uma construção que, aos poucos, foi ganhando mais estrutura e valoração por parte da equipe, mesmo com um ponto de vista diferente do saber médico. A pesquisadora percebeu que construía um lugar de pertinência e de reconhecimento no grupo desde a primeira reunião.

³¹ Como o exemplo dos CPCTs na França, na Espanha (Bassols, 2005).

Outra forma de construção desse lugar se relacionou à seleção da equipe de psicólogos para os atendimentos na delegacia, na qual foram priorizados aqueles que tinham afinidade com a psicanálise, por estarem em análise pessoal ou pelo interesse em praticá-la. Todavia, muitos eram recém-formados, com pouca experiência na clínica e se detiveram estritamente nas perguntas do questionário sem se aprofundar nas respostas. Aos poucos, nas supervisões a pesquisadora foi apontando o que precisava ser mais investigado, o que determinada fala parecia revelar e o que precisava ser perguntado de novo nos retornos.

Na introdução da presente pesquisa foi abordada diferentes práticas clínicas que utilizam referenciais teóricos diversos, inseridos em um universo multidisciplinar e praticados fora dos padrões de atendimento em consultório particular. Os trabalhos de Andrade e Morato (2004), Cobelo (2004), Kóvacs et al. (2001), Petersen et al. (2001), Souza (2001), Tonetto e Gomes (2007), relataram experiências que permitiram a convocação de outros saberes para a discussão, tanto das questões sintomáticas do paciente quanto das questões da equipe/instituição.

Mas quando a psicanálise faz parte de um campo de atuação com outras disciplinas que enfocam o mesmo tema de trabalho, não só a origem do sintoma dos pacientes deve ser analisada sob diferentes ângulos, mas também o que esse sintoma apresenta, quais seus efeitos e desdobramentos na própria equipe. Segundo Dassoler (2003), o analista deve pensar sobre os efeitos desses encontros e das transferências estabelecidas no ambiente multidisciplinar. Nesse sentido, a pesquisadora observou que o impacto do significante “desaparecimento de crianças” afetou de diferentes maneiras os coordenadores do Caminho de Volta, pois a maioria tinha filhos e, nas reuniões, ao verbalizarem o quanto deveria ser desolador viver uma situação dessas, pensavam no que poderia ser feito para minimizar os possíveis efeitos provocados nas famílias. Tanto foi que, na primeira campanha de esclarecimento à população sobre o desaparecimento, o significante “filho desaparecido”³² foi escolhido em detrimento ao “criança desaparecida”, pois esse último parecia transmitir uma ideia geral e mais distante do desaparecimento e não o caso particular. A equipe queria provocar a população com um significante que talvez estivesse “desaparecido” de seu cotidiano.

Essas reuniões, portanto, foram fundamentais, uma vez que cada coordenador começou a se inteirar sobre o que estava sendo feito nas diferentes áreas, e esse conhecimento foi colocado à prova, principalmente quando o Caminho de Volta foi lançado na mídia o que exigiu da equipe que a mesma pudesse falar sobre o projeto como um todo.

³² “Seu filho desapareceu? Procure o Projeto Caminho de Volta”, campanha realizada em dezembro de 2006 com o apoio do Instituto Maurício de Sousa, SOCICAM, SPTrans, Suzano Papel e Celulose (Gattás & Figaro-Garcia, 2007).

A boa interação da equipe de coordenadores permitiu que a pesquisadora criasse uma metodologia de atendimento também discutida em equipe. A liberdade de criação e a aposta em seu trabalho foram fundamentais para a pesquisadora dar sua contribuição. E, mesmo, existindo diferenças, foi possível estudar o fenômeno do desaparecimento de diferentes maneiras para responder a diferentes demandas dentro da equipe.

Com a decisão de fornecer atendimento psicológico às famílias dos desaparecidos, todos na equipe acreditavam, inicialmente, que a prática clínica a ser desenvolvida teria como propósito fornecer-lhes “apoio psicológico” durante o período de busca do desaparecido. O significante “apoio” surgiu pelo fato de que se acreditava que os desaparecimentos demorariam muitos anos para serem resolvidos, e a ideia seria “acompanhar o caso” e “dar suporte emocional”, significantes mais próximos ao sentido de acolhimento das histórias do que de aprofundamento nas mesmas. Principalmente tendo em vista a possibilidade de que os atendimentos fossem realizados na delegacia.

Como o tema e local do atendimento foram fatores novos para os coordenadores do Caminho de Volta, nas reuniões de planejamento esses imaginavam e discutiam o quanto o desaparecimento de um filho poderia “enlouquecer” uma família justamente pela dúvida, pelo desconhecimento de seu paradeiro, pela incerteza de sua volta, mas principalmente por uma sensação enorme de falta. A ideia que todos compartilharam foi a de que o desaparecimento, por ser uma incógnita, abria um furo no real que não poderia ser preenchido por nada, a não ser pelo retorno do filho para casa.

O levantamento da bibliografia e das instituições feito pela pesquisadora mostrou que em alguns países já existiam há muito tempo serviços de atendimento psicológico a famílias de crianças e adolescentes desaparecidos em diversos países entre eles NCMEC dos Estados Unidos (www.missingkids.com), o *Our Missing Children* do Canadá (www.ourmissingchildren.ca) e a *Asociación Civil Abuelas de Plaza de Mayo* da Argentina (www.abuelas.org.ar). A maioria dos serviços disponíveis nos Estados Unidos e Canadá dispõem de práticas direcionadas a grupos de pais e/ou familiares com uma proposta de aconselhamento ou de troca de experiências. O traumático do desaparecimento é compartilhado grupalmente e o trabalho recai sobre a prevenção dos desaparecimentos, além da proposição de sistemas de alerta e guias onde as pessoas possam buscar ajuda quando tiverem um filho desaparecido. Já na *Asociación Civil Abuelas de Plaza de Mayo* o referencial teórico é psicanalítico e de orientação lacaniana. Nesse serviço, o trabalho é individual e voltado a adolescentes e jovens que desapareceram junto com seus pais no regime ditatorial argentino nas décadas de 60, 70 e 80 e que descobriram suas verdadeiras origens. A proposta

é de construção de um novo sujeito que foi desapropriado de sua identidade e de sua história familiar, ou seja, “Não se trata tanto da busca da verdade, e sim do sujeito que a transporta. Dessa maneira implica admitir o impossível, gravar as ‘marcas da apropriação’ e do que foram privados com o assassinato de seus pais e seu roubo” como salientou Lo Giudice (2005, p.22, tradução nossa). Essa instituição atende também casos de adoção ilegal, casos não documentados entre outros. Pode-se optar por ter sua identidade restituída somente pelo processo jurídico (confirmação de parentesco pelo DNA) ou pelo tratamento psicanalítico. Apesar das circunstâncias traumáticas da subtração que sofreram quando bebês ou crianças pequenas, a clínica não é orientada a tratar esses jovens como traumatizados, mas a partir da análise poder resgatar lembranças ou sensações que não faziam parte da sua história com sua família apropriadora, e sim com sua família de origem, restituindo sua verdadeira identidade (Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo, 2008).

Pode-se observar que o desaparecimento focado nesses serviços é a subtração das crianças, tanto é assim que o NCMEC foi criado nos Estados Unidos depois da subtração e do assassinato de uma criança, Adam Walsh, e a *Abuelas de Plaza de Mayo* a partir da “*desaparición forzada de niños*” (Lo Giúdice, 2005). A maior parte da literatura internacional referente ao tratamento psicológico de familiares de crianças e adolescentes desaparecidos é voltada para as subtrações praticadas no contexto político, familiar ou por estranhos do que para famílias cujos filhos fugiram de casa (Bowers, 2007; Burgess & Lanning, 2003; Catela, 1999; Castillo Vergara et al., 1996; Centro de Atención por el Derecho a la Identidad, 2005; Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo, 2008; Dalley, 2004a; 2004b; Dalley, 2007; Diaz, 2005; Gandsman, 2001; Garrido, 2005; Lo Giudice, 1999; 2005; Turman, 1995; Vinãr, 1990).

Talvez essa maior produção decorra do fato de que na fuga há o elemento da vontade do filho, isto é, ele escolheu fugir. Nas subtrações, principalmente nas de crianças pequenas, não há como elas se defenderem da ação de um adulto em decorrência de sua pouca idade e pela dificuldade em discernir quem é ou não confiável. Outro complicador é o fato de que muitas subtrações são feitas por pais em disputa de guarda que mentem aos filhos, dizendo que o genitor que detém a guarda sabe ou deu permissão para o filho viajar ou ainda mentem dizendo que ele não gosta mais do filho ou até que morreu (Burguess & Lanning, 2003; Finkelhor et al., 1990).

Influenciados pelos modelos das experiências internacionais que já trabalhavam com famílias de crianças e adolescentes desaparecidos, os coordenadores ficaram com a intenção de fornecer “apoio psicossocial” embutindo nele uma ideia de “recuperação” da criança

desaparecida para sua “reintegração ao ambiente familiar”, como registrado no folder (ANEXO B) de divulgação institucional do Caminho de Volta. Ou seja, a recuperação principalmente da criança ou do adolescente subtraído de seus lares.

No entanto, com o desenvolvimento e o amadurecimento da prática clínica, com a constatação que a maioria dos casos de desaparecimento eram fugas de casa, essa ideia foi se modificando, e no atual folder de divulgação do Caminho de Volta para a população a frase “suporte psicossocial” foi mudada para “entrevistas psicológicas” com o objetivo de “levantar hipóteses sobre o funcionamento psíquico familiar e acompanhar a solução final do caso”. A opção pela frase “entrevistas psicanalíticas” poderia ter sido feita, no entanto, a pesquisadora acreditou que o significante “psicológico” parecia mais marcado no senso comum e, portanto, mais conhecido da população do que psicanalítico.

Apesar de ainda permanecer no folder (ANEXO B) a frase de que as entrevistas possuem um “caráter preventivo”, para a pesquisadora as entrevistas possuem um caráter “interventivo”, principalmente tendo em vista os efeitos que ela foi capaz de provocar nas famílias, não necessariamente a interrupção dos desaparecimentos/fugas de casa, mas por exemplo, demanda espontânea para atendimento psicológico por parte dos familiares.

A partir do momento que começou a atender, observou que havia necessidade de uma intervenção maior nos casos, uma vez que as histórias não se limitavam somente ao episódio do desaparecimento, mas a uma gama infindável de outros problemas que pareciam sem solução. Dependência química, violência doméstica, suspeita da presença de psicoses, problemas de saúde e problemas de ordem jurídica apareciam com frequência em muitas histórias e precisavam de encaminhamentos não só específicos como imediatos.

Para a pesquisadora foi imprescindível que a equipe de psicólogos voluntários recebesse supervisões clínicas sobre os atendimentos realizados durante a semana. As supervisões são fundamentais no trabalho clínico tanto do consultório particular quanto da instituição e Freud (1910/1976n) já formulava sua necessidade desde a fundação da *International Psychoanalytical Association* (IPA) em 1910, época em que escreveu o artigo “*Psicanálise silvestre*”, no qual criticou o uso irresponsável dos conceitos psicanalíticos por profissionais sem análise pessoal e sem formação em psicanálise. Em outro texto, Freud (1919/1976o) ressaltou essa necessidade e assinalou a importância de que os analistas tivessem supervisão de outros analistas reconhecidos. Em 1926, no texto “*A questão da análise leiga*” Freud (1926/1976p) enfatizou a supervisão quando abordou a importância da análise didática.

Ainda que a supervisão clínica não seja o tema central da presente pesquisa, vale a pena salientar que o uso de um Caderno de Anotações para as supervisões foi um recurso

fundamental para que a pesquisadora pudesse organizar o trabalho, se familiarizar com os nomes e histórias, levantar hipóteses, observar as mudanças ocorridas entre uma entrevista e outra, pensar nos encaminhamentos e nas ações dos psicólogos. Trabalho semelhante foi descrito na dissertação de mestrado realizada por Ruschel (2008) que relatou suas experiências como supervisora de uma clínica-escola de psicologia e que registrou na sua pesquisa “além dos recortes da fala corrente, as perguntas, os atos falhos, os chistes, de ambos os interlocutores, pois, a denúncia do inconsciente através de suas formações não é prerrogativa do terapeuta que busca supervisão”. (p.38).

As supervisões eram fundamentais uma vez que para a maioria dos voluntários a experiência no Caminho de Volta configurou a porta de entrada para o início de sua experiência clínica depois da graduação. E com alguns deles foi observada a falta de uma “atitude clínica” utilizando um termo proposto por Aguirre, Herzberg, Pinto, Becker, Carmo e Santiago (2000) que o entendem como a “*possibilidade de colocar-se no papel profissional dentro de um determinado enquadramento, mantendo uma empatia com o cliente*” (p.53, itálicos do autor). Ou seja, possibilitar condições para instalação de transferência, do desejo do analista³³ na opinião da pesquisadora. Além disso, a atitude clínica “permite estabelecer uma relação de respeito com o cliente e limita ou impede as transgressões éticas”. (p.53). Nesse artigo sobre estagiários de psicologia de clínica-escola, Aguirre et al. (2000) definem que

a atitude clínica é uma experiência subjetiva que é objetivada na relação com o cliente. É, portanto, a representante de um fenômeno interno complexo, na medida em que muitas variáveis concorrem para a sua produção: o conhecimento teórico, as experiências pessoais, as diversas identificações, as fantasias sobre o papel do psicólogo, as possibilidades de experimentação e investigação de vivências interiores, e a capacidade de conter as ansiedades e de preservar os limites da própria identidade no contato com o outro. (p.54).

Por isso também foi fundamental estabelecer no critério de aceitação de voluntários que os mesmos estivessem em análise pessoal. A pesquisadora observou que não somente a “atitude clínica”, mas a postura profissional de alguns voluntários, foi amadurecendo com o passar do tempo e em outros não. Alguns aproveitaram, inclusive, a oportunidade de participar de pesquisas desenvolvidas no projeto, não se restringindo somente aos plantões na delegacia. Todavia, muitos ansiavam por remuneração imediata configurando outro problema para o eixo psicológico do Caminho de Volta, ou seja, por encontrarem trabalhos não voluntários, se desligavam da equipe justamente quando estavam mais treinados e entrosados no cotidiano da delegacia.

³³ Os aspectos transferenciais e o desejo do analista serão abordados posteriormente na p.166.

A discussão sobre as questões multidisciplinares da estruturação do Caminho de Volta e da inserção da prática clínica destacou aspectos importantes que surgiram em seu desenvolvimento. No entanto, a clínica revelou que o desaparecimento/fuga de casa poderia ser concebido como um sintoma psíquico da criança/adolescente. O próximo item abordará as hipóteses levantadas pela pesquisadora com relação aos possíveis sentidos que o sintoma desaparecimento/fuga de casa pode ter para os desaparecidos.

6.2 SINTOMA DESAPARECIMENTOS/FUGA DE CASA – POSSÍVEIS SENTIDOS

Com as supervisões e com a experiência dos atendimentos, a pesquisadora foi observando que as fugas tinham um caráter sintomático, principalmente quando ocorriam repetidas vezes com a mesma criança ou adolescente como mostrado na Tabela 6 (p.123). Por que eles fugiam e voltavam para casa? O que esse movimento queria expressar? A questão das repetições das fugas será melhor abordado mais adiante, no entanto, para a pesquisadora elas eram da ordem de um sintoma psíquico. Para Lacan (1969/2003c, p.369) o sintoma da criança “acha-se em condição de responder ao que existe de sintomático na estrutura familiar. O sintoma – esse é o dado fundamental da experiência analítica – se define, nesse contexto, como representante da verdade. O sintoma pode representar a verdade do casal familiar”. Portanto, os atendimentos modificaram a noção inicial de “apoio” para a ideia de “escuta do sintoma”, que não deixa de ser uma forma de acolhimento do sofrimento psíquico, mas configura um acolhimento que visa observar e apontar para o sujeito como ele se implica com seu desejo, como se responsabiliza por suas ações e como responde à verdade familiar no caso dos desaparecidos.

A pesquisadora começou a discutir junto à equipe de psicólogos a ideia de que a fuga não seria um sintoma a ser eliminado simplesmente para que tudo se resolvesse na família, ideia essa presente em alguns relatos familiares que se queixavam das fugas constantes e das preocupações daí decorrentes. Mas, ao contrário, seria importante observar qual mensagem esse sintoma estava endereçando ao Outro e qual o seu sentido para aquele que fugia. Nas supervisões, começou a apontar a importância de que, nas entrevistas com os desaparecidos encontrados, o psicólogo pudesse colocar em questão o que o entrevistado poderia fazer com essa situação de repetição de seu sintoma. E se não haveria outras formas que ele pudesse

encontrar para manifestar seu descontentamento ou sua angústia que não o colocasse em uma posição de risco ou pior do que estava antes de desaparecer.

Os atendimentos clínicos não tinham um caráter de fornecer respostas imediatas ou pedagógicas aos entrevistados sobre como proceder com seus filhos, ou de lhes fornecer uma solução. Mas sim de implicá-los de alguma forma com o desaparecimento para que eles caminhassem no sentido da busca de soluções de ordem prática e também pudessem elaborar questões subjetivas a partir dos apontamentos feitos no decorrer das entrevistas. Por exemplo, em um caso discutido na supervisão, a mãe justificou como um aspecto “protetor” a maneira como ela se relacionava com seu filho adolescente de forma infantilizada e cerceadora de sua liberdade. Quando o psicólogo apontou que a proteção não garantia o filho para sempre ao lado dela, possibilitou que se abrissem novos questionamentos sobre o que aconteceu com o filho e se ela tinha alguma participação (direta ou indireta) no desaparecimento dele. Esse movimento possibilitou o surgimento de demanda para um atendimento em longo prazo.

Outro aspecto que chamou a atenção foi quanto às ideias dos familiares com relação ao que tinha acontecido com o desaparecido e as reações do entrevistado frente ao impacto do desaparecimento. Em um dos casos supervisionados a mãe do garoto desaparecido tinha certeza absoluta de que o pai, que nunca quis nenhum contato com o filho, o subtraía. Na ideia de base paranoica da mãe o desaparecimento foi ocasionado pelo ex-companheiro e nenhum dado da realidade possibilitava uma mudança dessa concepção³⁴. Em alguns casos atendidos pela pesquisadora, principalmente naqueles de fugas anteriores, a família disse saber ou desconfiar dos motivos do desaparecimento como, por exemplo, o envolvimento com drogas, as más companhias ou os conflitos em casa.

Outro aspecto observado foi o fato de que algumas famílias demoraram às vezes meses para procurar a polícia e dar queixa do desaparecimento dado esse já observado na leitura dos B.Os de 2003. É fundamental a abertura imediata de B.O. de desaparecimento, principalmente no caso de crianças pequenas. Apesar da fuga de casa ser concebida como algo de “menor importância”, se a família não buscar ajuda policial pode tornar-se algo muito mais grave, uma vez que pode resultar em morte³⁵ pelos mais variados motivos, como acerto de contas com o tráfico, vingança etc. O NCMEC e outras instituições do *Missing Kids Europe* colocam que os desaparecimentos devem ser solucionados nas primeiras 48 horas, uma vez que, quanto mais o processo de busca demorar maiores serão as chances de o desaparecido estar morto ou nunca mais ser encontrado. Das entrevistas feitas pela pesquisadora a demora foi de 1 a 13

³⁴ Figaro-Garcia (no prelo)

³⁵ Pelo menos três óbitos de desaparecidos ocorreram nessas circunstâncias desde a implantação do Caminho de Volta (Gattás & Figaro-Garcia, 2007).

dias (Tabela 6, p.123). Considerou-se que essa demora decorria de um elemento de realidade que foi a dificuldade da família em conseguir abrir um B.O. imediato nas delegacias de bairro. Muitas famílias verbalizaram a resistência dos policiais por esses acharem que o desaparecimento/fuga seria logo resolvido, aspecto esse que também foi apontado no trabalho de Oliveira (2007). Todavia, a demora de procurar por ajuda policial também parecia indicar um movimento contrário da família, principalmente, nos casos em que o desaparecido parecia haver esgotado o limite da paciência dos familiares devido aos problemas anteriores às fugas provocados ou iniciados por eles. A ausência do filho parecia acarretar o término dos conflitos na família. Talvez a demora em abrir um B.O. estivesse vinculada a essa questão.

No NISMART 1 (Finkelhor et al., 1990), a categoria referente à expulsão ocorre nos casos em que existe uma ordem verbalizada vinda da família para que o filho saia de casa. Em alguns casos o discurso dos entrevistados apresentou uma ambivalência, pois ao mesmo tempo em que sinalizavam as dificuldades causadas pelos filhos, vieram até a delegacia para procurá-los. Mas mesmo com esse movimento de busca, surgia em seus discursos, mas não de forma direta, a ideia da expulsão. Essa não-explicitação talvez tenha gerado confusões para o desaparecido no sentido do que realmente seus pais queriam dele – sua presença ou sua ausência. A mesma sensação foi sentida pela pesquisadora e pela equipe de psicólogos, do quanto as famílias realmente queriam que o desaparecido voltasse para casa (por exemplo, o Caso 3 quando a avó do garoto verbalizou seu desejo de internar o neto assim que ele fosse encontrado e no caso supervisionado da tia que adotara a sobrinha e que verbalizou que não sabia se queria encontrá-la).

Com relação aos agrupamentos familiares, os resultados mostraram que nove famílias entrevistadas, ou seja, um pouco mais da metade, foi formada por pais e irmãos biológicos. O restante foi formado por padrastos, madrastas, meio-irmãos ou outros familiares (Tabela 8, p.127). As mães compareceram com mais frequência do que os pais e justificaram a ausência deles por meio de dois motivos principais: ou porque ele estava trabalhando ou porque ele não mantinha contato com a família. Em alguns casos supervisionados foi observado que os homens perderam totalmente o contato com as parceiras quando souberam da gravidez, para não assumirem nenhum compromisso. Pais que “desapareceram”. Em outros foram mães que perderam o contato com os pais biológicos de seus filhos depois de descobrirem que estavam grávidas, chegando até a mudar de Estado para não serem descobertas. Mães que “desapareceram”.

Nas entrevistas as mães relataram que os pais de seus filhos desconheciam a paternidade pelo não contato ou omissão das mães. Havia situações em que o paradeiro do pai era

conhecido, mas ele não mantinha nenhum laço emocional com os filhos, não ajudava de forma alguma, não os registrava civilmente nem psiquicamente. Isso ocorreu com o garoto do Caso 3, cujo pai morava do outro lado da rua da casa desse garoto, mas não mantinha nenhum contato com o filho nem sequer chegou a registrá-lo. Ele sabia que era o pai biológico e era totalmente indiferente ao menino.

Outro tipo de inexistência do pai na vida das crianças e adolescentes desaparecidos foi observado em alguns casos supervisionados nos quais as mães não sabiam nem qual era o nome do homem que as tinha engravidado e acabaram repetindo o mesmo comportamento com outros homens. Esses novos encontros, alguns sob efeito de drogas ou álcool, produziam filhos que nasciam sem sequer saber a identidade dos seus pais, qual a sua origem, qual a sua história. Esses dados foram relatados pelos participantes, principalmente as mães que tinham uma prole maior sendo cada filho de um parceiro diferente.

Lacan (1957/1995b), ao criticar o fato das gerações futuras serem feitas com inseminação artificial perguntou-se “sob que modo, se inscreverá no psiquismo da criança a palavra do ancestral, da qual a mãe será o único representante e o único veículo. Como ela vai fazer falar um ancestral enlatado?” (p.386). No caso das famílias dessa pesquisa pode-se perguntar como a mãe vai fazer falar um ancestral “desaparecido” por ela, um ancestral cuja história é desconhecida e que a única coisa que o filho sabe é que um homem fecundou sua mãe. O Pai e sua palavra, no exemplo de Lacan sobre a inseminação artificial, foram cortados do psiquismo da criança e isso sem dúvida pode gerar efeitos psíquicos. O mesmo parece ocorrer com filhos de pais “desaparecidos”, onde a incógnita sobre a história paterna, sobre quem foi o pai, se estava vivo ou morto, por que nunca o procurou e não lhe deu um nome podem desencadear sintomas diversos.

Outras mães acabaram repetindo escolhas de parcerias onde imperava a violência e o abuso com elas e com os filhos biológicos (ou não), ou parcerias com dependência química (consumo de álcool e drogas), com envolvimento no tráfico de drogas ou em alguma outra infração penal (Casos 2, 5, 6, 7, 9, 10, 16 da Tabela 2, p.66). Portanto, não foram questões pontuais da família dos desaparecidos, mas questões que afetaram gerações anteriores e que possivelmente iriam continuar afetando as futuras. Um exemplo disso foi o Caso 16, no qual a queixa foi de abuso sexual intrafamiliar sofrido pela menina, sendo que a mãe também tinha sofrido a mesma violência na sua infância (Tabela 4, p.121). Um dos trabalhos feitos nas entrevistas iniciais e de retorno foi o de sinalizar essas repetições.

Esses dados mostraram como essas mães tinham dificuldade em abrir mão desse modo de relação afetiva, um sintoma que parece refletir alguns aspectos presentes nas famílias

contemporâneas. Como citou Santos (2005), “as famílias se formam e se dissolvem ao sabor dos investimentos pulsionais. O sujeito contemporâneo não renuncia à satisfação de seus impulsos em benefício dos mais velhos (o passado) e nem da sucessão geracional (o futuro)” (p.63). De acordo com Roudinesco (2003, p.21)

à família autoritária de outrora, triunfal e melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, (*nem tão silenciosas assim, grifo da pesquisadora*) de lembranças recalçadas. Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX. (p.21).

Roudinesco (2003), ao retratar as mudanças culturais e sociais que a família passou durante vários séculos, aponta três períodos, sendo o primeiro marcado pelo tradicionalismo, onde o fundamental era a transmissão do patrimônio por meio dos casamentos arranjados, onde a figura da autoridade paterna mantinha “uma ordem de mundo imutável”. Na segunda fase, chamada de moderna, que ocorreu no fim do século XVIII e meados do século XX, o que se priorizava era o amor romântico, a reciprocidade de sentimentos e a divisão do trabalho entre homens e mulheres. A autoridade é dividida entre Estado e pais de um lado e entre pais e mães de outro. Mas é a partir dos anos 60 que se inicia a era da família “contemporânea” ou “pós-moderna”³⁶, em que as pessoas se unem para buscar relações íntimas ou realização sexual problematizando assim a questão da autoridade “à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam”. (Roudinesco, 2003, p.19).

Foi possível observar que as famílias estudadas possuem características da contemporaneidade, ou seja, de um tempo marcado pela ideia de que a felicidade humana deve prevalecer nem que para isso o sujeito tenha que pagar com os excessos que faz com seu corpo (ideal do corpo perfeito por meio de cirurgias plásticas, consumo de drogas, distúrbios alimentares, violência, produção de filhos de vários parceiros), com seu dinheiro (consumo excessivo) e nas suas relações pessoais (alternância de parceiros, repetição dos mesmos modelos relacionais). Quanto maior o excesso, maior a sensação de (falsa) plenitude sentida pelo sujeito, e, portanto, maior distância para não se deparar com sua falta-a-ser, com sua finitude. A contemporaneidade prima para o imperativo de que não há lugar para a frustração, e sim para o gozo, conceito que será mais bem explicado posteriormente. O lema que impera nas propagandas, nas músicas, nos filmes, nos livros de autoajuda, no discurso cotidiano é que a todos tudo é permitido para que a felicidade seja alcançada. Ser feliz a qualquer preço acaba

³⁶ Não é propósito da presente pesquisa se aprofundar nas questões relativas aos efeitos da pós-modernidade presente nas famílias estudadas, pois há muitos autores da filosofia, sociologia e da psicanálise que discutem esses efeitos de forma extensa.

tornando-se uma lei onde o sofrimento psíquico e a depressão, por exemplo, são vistos como chagas sociais que devem ser totalmente medicadas ou eliminadas.

Como a psicanálise pode fornecer elementos para explicar esse movimento? Como já foi descrito, a necessidade de completude e de satisfação total é inerente ao processo de constituição do sujeito. Todavia, ao se desenvolver, o sujeito humano passa por outros momentos nos quais aprende que suas necessidades não podem ser satisfeitas o tempo todo, que a renúncia da satisfação imediata das pulsões e a incorporação de leis universais da cultura possibilitam que ele estabeleça laço social e se comunique com outros sujeitos que também passaram pelo mesmo processo. Para Freud (1905/1976q; 1923/1976r; 1924/1976s; 1925/1976t) isso é possível graças ao Complexo de Édipo que sinaliza o momento que a criança passa a nutrir desejos incestuosos inconscientes pelos pais e que são recalçados no inconsciente devido à fantasia de ameaça de castração do falo. No menino pelo temor em ter seu pênis castrado e na menina por achar que já teve um pênis e lhe foi cortado ou foi privada dele. A renúncia ao amor incestuoso, graças ao mecanismo da castração simbólica, permite à criança incorporar a Lei da proibição do incesto e conseqüentemente outras leis e limitações impostas pela realidade. Para Freud, a instância psíquica do supereu, é o que sinaliza para o sujeito as proibições, os limites, o que é passível de censura sendo, portanto, a baliza utilizada para que se possa conviver com outros humanos. A rigidez ou não do superego pode ser observada nas diferentes formas como os sintomas se expressam. As religiões, os costumes, as tradições, também são pontos de influência para o supereu e também fazem parte do Outro.

A concepção do Édipo para Lacan (1956-1957/1995a; 1957-1958/1999) é diferente da proposição freudiana. Lacan criou o conceito do significante Nome-do-Pai, para ajudar a compreender como ocorre a castração simbólica a partir de três tempos organizadores do complexo de Édipo. Para Lacan, o significante Nome-do-Pai fundamenta a importância do interdito do gozo incestuoso entre o desejo da mãe, que, em um primeiro momento, concebe o bebê como o falo, como aquilo que imaginariamente preenche sua falta e também o desejo da criança de ser o falo da mãe. Esse momento é fundamentalmente estruturante, uma vez que a criança deve ser investida libidinalmente pela mãe, deve sentir-se desejada. Todavia, em um segundo momento, o interdito dessa relação dual é necessário, senão corre-se o risco do desenvolvimento de quadros psicopatológicos mais graves e até psicose para a criança. Esse interdito se dá na ação de um terceiro, denominada por Lacan como o Pai Simbólico que vai interditar o gozo incestuoso mãe/bebê. Essa interdição ocorre pela substituição do significante do desejo da mãe por um novo significante chamado Nome-do-Pai. A essa substituição, ou seja, o que vem no lugar do primeiro significante, dá-se o nome de metáfora paterna. Agora a

relação não é mais dual, entre mãe e criança, mas triangular, onde o pai tem uma função. O Pai simbólico não é exclusivamente o pai biológico da criança, mas qualquer pessoa ou até mesmo outro elemento da vida da mãe (trabalho) que desloque seu desejo do filho para esse agente terceiro. O significante Nome-do-Pai que carrega em si a Lei, a proibição do incesto, a ordem simbólica da cultura e da linguagem só tem efeito se a mãe reconhecer para si e para o filho que seu desejo tem limites e agora é voltado para o pai. Para a criança, o Pai tem o falo, por isso sua mãe o deseja. No terceiro momento do Édipo lacaniano, a criança percebe que o Pai também é destituído do falo, pois também é um sujeito em falta. Assim, a importância do interdito sobre o desejo da mãe e o reconhecimento do significante Nome-do-Pai, possibilita que a criança assuma a significação fálica, que invista em outros objetos o seu desejo, que se constitua como sujeito, passando a ser articulado dentro de uma cadeia significante. Efetua-se assim a castração simbólica, pois a criança recebe a transmissão da falta, ou seja, a mensagem que ninguém é completo, uma vez que todos são destituídos do falo. O falo torna-se assim um significante. Como a criança responde ao significante Nome-do-Pai e os efeitos de sua resposta são o que Lacan pensou com relação às três estruturas psíquicas: neurose, psicose e perversão.

O sujeito neurótico, por desejar, sempre tem que se haver com sua falta, com sua incompletude, na medida em que seu desejo nunca é satisfeito, uma vez que sempre vai almejar ser o objeto de desejo do Outro. Portanto, o significante Nome-do-Pai é introduzido e reconhecido pelo neurótico. Reconhece que é um sujeito destituído do falo e vai tentar, durante a vida, maneiras de obtê-lo por meio da fantasia. Todavia, quando o sujeito nega a metáfora paterna, ou seja, sabe que ela existe, mas vive como se ela não existisse, temos a estrutura da perversão. E se ocorre uma falha na passagem do primeiro para o segundo tempo do Édipo, Lacan (1955-1956/2002) diz que o sujeito forcluiu, isto é, rejeitou o significante Nome-do-Pai e, portanto, não conseguiu transformar o falo em significante no terceiro tempo. Para Lacan a forclusão do Nome-do-Pai é o que define a estrutura da psicose provocando os delírios, efeitos na linguagem (frases interrompidas, significantes vazios, ausência de dialética, automatismo mental) e resultando em um tipo particular de relação entre o psicótico e o Outro. Na psicose, a ausência do significante Nome-do-Pai abre uma fenda no simbólico, uma vez que a significação fálica está ausente. E se falta esse significante primordial ao sujeito, outros também vão faltar. Observa-se assim a importância do significante Nome-do-Pai na estruturação psíquica e as diferentes respostas do sujeito frente ao impasse provocado pela castração simbólica. Esse breve resumo teve como finalidade mostrar que o imperativo da contemporaneidade de satisfação pulsional a qualquer custo para alcançar a “felicidade”

traz para a clínica o desafio de novos sintomas, novas estruturas, onde a ausência ou não do Nome-do-Pai e da significação fálica não delimitam a fronteira entre a neurose e a psicose³⁷.

Na presente pesquisa pode-se pensar que os novos sintomas da contemporaneidade estejam retratados nas formações familiares dos desaparecidos, nas quais suas mães tiveram inúmeros companheiros em curtos períodos, não escolhendo parceiros capazes de manter uma relação conjugal mais estabilizada ou prescindindo da relação com um homem. Acabaram produzindo filhos desses relacionamentos que, por sua vez, ficaram sem conhecer seus pais biológicos e sua história paterna. Esses sintomas parecem desafiar a clínica, uma vez que nada parece fazer borda para a repetição desse movimento pulsional.

Outro aspecto que diz respeito às dificuldades impostas pela castração simbólica foi observado no fato de que, tanto familiares quanto desaparecidos, ao se sentirem impedidos de realizar suas vontades, e frustrados com relação a sonhos ou projetos pessoais, tomaram atitudes muitas vezes violentas e intempestivas, para dar conta do que acreditavam que lhes faltava. A urgência foi de satisfação imediata das pulsões e um dos caminhos se deu pela violência, mais especificamente a violência doméstica.

Essa foi uma das marcas pulsionais de muitas famílias entrevistadas como mostrado na Tabela 4 (p.121) e que apontou a procura pelo CT por parte de dez famílias em decorrência da violência familiar ou de outros problemas dos quais elas não estavam dando conta (Tabela 3, p.119). No estudo de Gattás e Figaro-Garcia (2007), 55% famílias procuraram anteriormente os CTs. Em 30% dos 302 casos havia histórico de maus-tratos contra o desaparecido, 16,2% de violência conjugal e 7% de abuso sexual intrafamiliar.

Assim, não foi difícil considerar por que a fuga de casa foi o principal tipo de desaparecimento em 14 casos atendidos (Tabela 6, p.123) e presentes em 73% das 302 famílias estudadas por Gattás e Figaro-Garcia (2007). Além desse dado já ter sido verbalizado pelos próprios delegados do DHPP, diversas pesquisas nacionais sobre meninos em situação de rua (Melo, 1999/2000; Minayo, 2001; Oliveira et al., 1992; Silva et al., 1998; Rosa, 1999; Tfouni & Moraes, 2003; Yunes et al., 2001) e internacionais (Apetkar, 1996; Biehal & Wade, 2000; 2002; Finkelhor et al., 1990; Hammer et al., 2002; Lusk, 1992; Matchinda, 1999; Estes & Wiener, 2007) apontaram que a violência doméstica por eles sofrida foi um dos principais motivos para que fugissem de casa. O marco diferencial nesses estudos sobre fugas e a

³⁷ Jacques-Alain Miller e outros analistas do campo freudiano se reuniram na França respectivamente em Arcachon (Miller et al, 1998), para discutir os chamados “casos raros e inclassificáveis” e em Antibes (Miller, 1999) para estabelecer o conceito de “psicose ordinária”. Essas reuniões tiveram o propósito de estabelecer uma alternativa para o diagnóstico diferencial entre neurose e psicose.

pesquisa feita por Gattás e Figaro-Garcia (2007) é que a fuga só se torna um desaparecimento quando a família registra uma queixa na delegacia.

Muitos meninos e meninas que fogem de casa nem sempre possuem alguém que os esteja procurando, pelo menos alguém que registre essa busca de maneira formal. O paradoxo da fuga de casa em decorrência de violência doméstica é que, apesar de ainda colocar aquele que foge mais vulnerável nas ruas, também pode ser uma saída saudável frente a um quadro familiar com tamanho desamparo, onde as funções parentais mostraram-se frágeis, impossibilitando que houvesse algum tipo de suporte psíquico mais eficiente para a criança ou para o adolescente.

Ocorre também que muitas crianças e adolescentes nessas situações não fogem de casa e não procuram outras formas de resolver essa situação. Durante os dez anos em que trabalhou no Cearas, a pesquisadora observou que, apesar da existência de fuga de casa em algumas famílias incestuosas, ela não foi um dado frequente, como nos casos atendidos no Caminho de Volta. Nas famílias incestuosas, pareceu que a dinâmica familiar funcionou no sentido da permanência do filho (a) como objeto de abuso e não na sua expulsão. A permanência se dava pela via da sedução e pelos ganhos secundários oferecidos a quem sofreu o incesto³⁸.

Assim, foi fundamental compreender melhor a dinâmica das fugas de casa, já que essas foram os principais tipos de desaparecimento cadastrados no Caminho de Volta. Aos poucos, a pesquisadora foi observando que em algumas situações o paradeiro do filho era totalmente desconhecido da família sendo impossível precisar quando e se um dia ele seria encontrado. Em outros a família não sabia se o desaparecimento tinha sido uma fuga ou uma subtração. Outras famílias sabiam que o filho poderia estar no mesmo lugar para onde costumava ir quando fugira das vezes anteriores, e até por que ele tinha fugido (ex. fuga com o namorado, discussão em casa), pois já estavam acostumados com seu movimento e com seu tempo de permanência fora de casa. Mas se esse tempo se alongava então procuravam pela polícia. Para o NISMART 2 (Hammer et al., 2002) essas situações não configuram um desaparecimento e por isso, os autores separaram os que fogem ou são expulsos de casa e que estejam realmente desaparecidos dos que não estão. Na presente pesquisa essa definição não foi utilizada, uma vez que a proposta do Caminho de Volta foi de cadastrar todas as famílias que deram queixa à polícia sobre o desaparecimento de um filho. Portanto, como conceituar um desaparecimento?

³⁸ Por exemplo, um aspecto observado pela pesquisadora nos casos de incesto foi com relação à “posição privilegiada” da menina sexualmente abusada dentro da família, como ter uma cama só para ela, enquanto os outros irmãos dormem no mesmo colchão, ganhar favores ou presentes que os outros não ganhavam, em troca de seu corpo.

Essa dificuldade já foi discutida por Oliveira (2007) quando referiu não haver definição única que seja aceita de forma universal. Para a polícia o desaparecimento de crianças e adolescentes envolve situações que excluem os crimes de subtração ou de extorsão mediante sequestro. No entanto, para o Caminho de Volta, o desaparecimento precisava ser registrado em um B.O., mas não importava se uma criança ou adolescente havia fugido, sido subtraído ou se perdido. O fato é que ele (a) estava desaparecido e a família não sabia como e quando precisar sua volta para casa. E, pior, não sabia se a volta aconteceria de fato. Essa incógnita poderia ser geradora de sofrimento psíquico.

O principal critério do Caminho de Volta para identificar um desaparecimento foi constatar se a família recorreu à polícia para abrir um B.O. e também que significantes foram utilizados tanto pelos familiares quanto pelas crianças e adolescentes encontrados para caracterizá-lo. Nas entrevistas com algumas crianças e adolescentes encontrados, eles disseram que não haviam fugido de casa, mas resolveram “dar um tempo” longe da família. Outros fugiam em turmas ou duplas e o desaparecimento servia como um modo do desaparecido pertencer a um grupo, ou de conhecer outros grupos, sendo uma forma de exercício da liberdade de ir e vir quando quisesse e de se relacionar com o Outro social, muitas vezes, proibido pelas famílias. Outros se irritaram pelo fato de os familiares terem colocado suas fotos em locais públicos ou terem ido até a polícia. Muitos usaram a gíria “pagar mico” para expressar seu constrangimento e diluir a gravidade do que haviam feito quando fugiram. O mesmo ocorreu com alguns familiares que só consideraram a fuga como um desaparecimento depois do filho demorar mais do que o previsto para voltar para casa.

O estabelecimento de um critério foi fundamental justamente pelo fato de que o Caminho de Volta tinha por meta atender a um grande número de famílias. Além disso, foi observado que existiam diferentes concepções em outras instituições voltadas a problemas da infância e da adolescência como os CTs. Durante a capacitação realizada em abril de 2007, praticamente a maioria dos 105 conselheiros tutelares que trabalhavam na região metropolitana de São Paulo (Capital e Grande São Paulo) considerou o desaparecimento como uma situação diferente da fuga. Em muitas das opiniões a fuga era “uma ação voluntária onde o paradeiro era conhecido”, mesmo que a volta para casa não ocorresse em curto prazo. Para muitos, o desaparecimento seria algo próximo à subtração e isso dificultava que a família recebesse, por parte deles, a informação adequada de como proceder nos casos de fuga de um filho³⁹. Essa é a importância do trabalho constante com a rede psicossocial, pois mesmo com o funcionamento do Caminho de Volta desde 2004, muitas entidades ainda desconhecem suas

³⁹ Por exemplo, a necessidade de abertura imediata de B.O. de desaparecimento sem ter que esperar 48 ou 72 horas.

atividades bem como o que fazer e a quem recorrerem em casos de desaparecimento de crianças e adolescentes.

Outro elemento que apareceu nos casos supervisionados no Caminho de Volta e que a pesquisadora não encontrou, por exemplo, nos atendimentos às famílias incestuosas encaminhadas aos Cearas, foi o envolvimento com a exploração sexual infantil, mais especificamente, a prostituição, tanto de meninos quanto de meninas. Embora a exploração sexual não tenha aparecido nos casos entrevistados pela pesquisadora, ela foi observada em 35 casos (5,3%) de um universo de 650 famílias cadastradas no Caminho de Volta até junho de 2009. Desses casos observados, 14 tinham confirmação de envolvimento dos desaparecidos na exploração sexual, em nove casos a família suspeitava desse envolvimento e em 11 casos a mãe era profissional do sexo. Em apenas um caso havia suspeita de que a adolescente estivesse fazendo programa e a mãe também era prostituta. A principal queixa anterior ao desaparecimento observada nas entrevistas foi a violência doméstica, seguida do consumo de álcool e drogas e histórico de internações, tanto de familiares quanto dos desaparecidos. Em apenas um caso o envolvimento com a exploração ocorreu após o desaparecimento, quando a adolescente estava na rua e foi convidada a fazer programas em um bordel. Nos demais casos confirmados, a exploração parecia fazer parte da vida dos desaparecidos antes da ocorrência das fugas (Figaro-Garcia, 2009a). Tais dados levaram a equipe do Caminho de Volta a desenhar uma pesquisa para avaliar as possíveis vinculações entre o desaparecimento e a entrada na exploração sexual (Gattás, Savoia, Nascimento, Figaro-Garcia, Neumann & Santos, 2009). Nessa pesquisa foram analisados os 4.340 B.Os de desaparecimento lavrados em delegacias do Deinter 6 localizado em Santos, mais especificamente das delegacias dessa cidade, de São Vicente e Guarujá. Os nomes dos desaparecidos registrados nos B.Os foram comparados com os nomes de 456 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade atendidos em uma ONG de São Vicente. Nessa comparação observou-se que 38 nomes (1% dos BOs e 8% dos casos da ONG) constavam das duas listas. Em uma segunda etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas com a equipe de atendimento psicossocial da ONG e eles lembraram de 64 adolescentes com histórico de desaparecimento e/ou exploração sexual. Desses 64 nomes, apenas 18 tinham B.O. de desaparecimento e 36, apesar de terem histórico de desaparecimento, não tinham B.Os.

Diante de quadros familiares tão caóticos, a pesquisadora levantou algumas hipóteses sobre a ocorrência dos desaparecimentos/fugas de crianças e de adolescentes. A primeira hipótese foi a de que talvez as crianças e adolescentes, ao fugirem, tentassem colocar um limite naquilo em que os pais falharam ou não que tiveram condições de fazer de outro jeito.

Um limite transformando a fuga como algo que barrasse, interrompesse o que vinha se mantendo. A rua, para eles, parecia ser menos perigosa do que continuar sob o mesmo teto que seus familiares; a saída de casa tornou-se uma forma de sobrevivência física e psíquica, como apontou Apetkar (1996). A constatação de que a violência doméstica foi um fator presente em muitos casos atendidos mostrou que as fugas puderam ser decorrentes dela, como a literatura nacional e internacional há anos já aponta. Mas o desaparecimento/fuga pensado como um sintoma psíquico amplia a discussão sobre o tema e não delimita a violência como principal motivo, principalmente por que muitas crianças e adolescentes não romperam definitivamente o vínculo familiar, pois voltaram espontaneamente para casa. Novamente, foi possível observar que as fugas foram decorrentes de aspectos da própria subjetividade da criança e do adolescente, e não necessariamente um efeito direto da violência doméstica.

Além da presença de violência doméstica, muitas das queixas relatadas pelos desaparecidos encontrados relacionaram-se às proibições de namoros e amizades, às exigências para os afazeres domésticos, às discussões constantes sobre a escola e os estudos. Nas supervisões, por exemplo, se observou que muitas adolescentes fugiram porque não queriam continuar se responsabilizando pelo cuidado da casa e dos irmãos menores. Outras fugiram porque queriam exercer sua sexualidade, usufruir de liberdade para namorar, ir e vir sem dar satisfações. Em seis casos entrevistados pela pesquisadora havia queixas com relação aos pais quando esses extrapolavam na rigidez e na pressão para que suas ordens fossem cumpridas (Tabela 5, p.122). O discurso dos encontrados parecia encobrir a violência falada ou percebida na entrevista com os familiares, talvez pelo temor em sofrer possíveis retaliações ou por não colocar na violência doméstica a principal razão para sua fuga. Entretanto, ocorreram situações de desaparecimento de crianças e adolescentes que viviam em lares onde realmente não foram observados indícios de violência doméstica ou de envolvimento com a exploração sexual.

Um aspecto que apareceu na metade das 16 famílias entrevistadas foi a queixa frequente dos pais e/ou responsáveis com relação ao desaparecido no que diz respeito ao consumo de drogas e álcool, além da prática de atos infracionais (participação em pequenos furtos, depredação de bem público ou privado etc.). Outros tipos de queixas expressaram as frustrações quanto às escolhas dos filhos, por exemplo, namoros ou amizades proibidas, permanência por mais tempo nas ruas do que em casa, à dificuldade de colocação de limites nos filhos, em conseguir que eles obedecessem às regras da casa. Queixas essas que podem aparecer no dia a dia de qualquer família com filhos, principalmente adolescentes. Muitos dos conflitos experimentados poderiam ter sido resolvidos de outras formas, mas a fuga de casa

apareceu como a única escolha, talvez por ser a saída mais imediata e por não depender de ninguém, apenas da vontade daquele que foge. Dolto (2004), diz que o que caracteriza o adolescente

é o fato dele se fixar num projeto longínquo que imagina num tempo e num espaço diferentes daqueles que viveu até então. Isso tem a ver com a fuga, mas com a fuga que não é delinquência, se os pais não a tornarem “transgressores de proibições” por sua angústia. É a verdadeira evasão. A fuga é escapatória em negativo, um sinal de que a criança chegou à fase da adolescência e que não vê saída para as suas pulsões de abertura para o mundo. Ela foge fechando-a em si mesma ou foge do domicílio familiar. (p.94).

A segunda hipótese da pesquisadora foi que nesses casos, a opção pela fuga pareceu caracterizar-se como a via possível para a realização de algo diferente em suas vidas, mesmo sendo uma opção que colocasse alguns desaparecidos em situação de maior vulnerabilidade. A fuga pareceu uma forma de marcar sua existência independente do desejo de seus pais, e não ocupar o lugar para onde foi destinado na família, ou seja, marcar a diferença entre seu ideal e o ideal dos pais, fazendo valer sua subjetividade, apesar dos possíveis riscos que poderiam vir a estar expostos (morar em lugares com péssimas condições de higiene e segurança, trabalhar para o tráfico de drogas ou ser aliciado para a exploração sexual infantil, entre outros). Assim, as fugas pareciam mostrar-se como respostas frente aos limites e exigências impostos pelos pais.

A terceira hipótese levantada veio da observação de casos onde a fuga parecia uma forma encontrada pelo desaparecido para acabar com o “sofrimento” que causavam nos familiares e tantas vezes repetido nas entrevistas. Em muitos casos, não somente os atendidos pela pesquisadora, os desaparecidos assumiram a marca dos significantes que lhe foram imputados, ou seja, serem “filhos-problema” e na entrevistas diziam que não queriam mais “dar trabalho aos pais” e que dali para a frente iriam mudar de comportamento. Nesses casos, pareceu que o fugir de casa caminhou justamente em direção ao desejo dos pais, isto, é desejo de que esse filho-problema realmente fosse embora, uma vez que por ser o incômodo da família, o melhor seria que seguisse sua vida longe de casa. Frases como “esse é o único filho que me dá trabalho” [*sic*], “não sei mais o que fazer com minha filha, ela tem tudo e nunca está satisfeita” [*sic*], “desde pequeno ele apronta” [*sic*], “só até os cinco anos de idade eu tive paz com meu filho, depois minha vida virou um inferno” [*sic*], “ele faz isso para me atormentar e quando voltar quero interná-lo num hospital ou num abrigo” [*sic*], surgiram com frequência, mostrando mais uma vez como os desaparecidos pareciam estar sempre no limite da paciência dos pais. Significantes que representavam aquele filho e o que ele foi capaz de provocar nos pais.

Ainda com relação aos significantes, em uma das perguntas do questionário, o entrevistado tinha que dizer quais aqueles que mais se aproximavam do desaparecido, ou melhor, aqueles que o representavam para o entrevistado como alegre, triste, isolado, mentiroso, agressivo, quieto, falante, desinibido, sociável, agitado, ciumento, tímido, ou outro significante dito espontaneamente. Os mais escolhidos nos 16 casos da pesquisadora foi o filho ser “ciumento, alegre e falante” (Tabela 5, p.122). Os ciúmes relatados pelos familiares giravam em torno das relações do desaparecido com seus pais biológicos ou seus companheiros e apontavam conflitos que podiam favorecer imaginariamente a ideia de que ele (a) era menos amado, ou recebia menos atenção, em comparação com o pai, mãe, ou outro irmão. De acordo com a fala dos familiares, alguns fugiram em decorrência de problemas com madrasta, como no Caso 4, com os pais, como nos Casos 7 e 8, e com os irmãos menores nos Casos 12 e 13. Os outros casos não especificaram o porquê de os filhos serem ciumentos.

Os significantes escolhidos no questionário mostraram um aspecto favorável em termos de análise quantitativa. Mas desfavorável porque pode ter impossibilitado a escolha espontânea de outros significantes que representassem o desaparecido. Um bom exemplo de escolha espontânea foi o significante “mentiroso” que devido à frequência com que apareceu nos relatos passou a fazer parte do questionário. No estudo de Gattás e Figaro-Garcia (2007, p.59) “mentiroso” foi o mais escolhido quando comparado com os significantes verbalizados por famílias de crianças e adolescentes sem histórico de desaparecimento que fizeram parte de um estudo tipo caso-controle realizado no ano de 2005. Tanto no estudo citado quanto nas vezes que apareceu nos casos da pesquisadora, a mentira não se relacionou apenas com a fuga (por exemplo, a adolescente que disse que iria até a casa da amiga, mas na verdade havia fugido com o namorado), mas dentro de um universo maior de atitudes do desaparecido como mentir quanto a seu desempenho escolar ou quando solicitado a executar algo pedido pelos pais.

Assim, as crianças e adolescentes não pareciam encontrar outros recursos para satisfazer suas vontades e atender a demanda do Outro a não ser pela via da mentira. Mas por quê? A impressão da pesquisadora foi de que talvez nessas relações familiares só houvesse espaço para o engodo, para enganar e ser enganado, colocando pais e filhos em um jogo emocional onde o gozo da descoberta da mentira e sua punição se repetiam infundavelmente. O significante da mentira remetia a criança e o adolescente a outros significantes para seus familiares como “irresponsável, sem-limites, doido, pouco confiável”, o que acentuava ainda mais o significante filho-problema. Assim, ser o filho-problema talvez marcasse justamente a

possibilidade de ter um lugar na família, de ter um reconhecimento, mesmo que pela via da exclusão. Seu desaparecimento seria uma maneira de marcar uma presença na família.

Apesar de as fugas já indicarem que de alguma forma algo não estava bem anteriormente à sua ocorrência, apenas três famílias entrevistadas pela pesquisadora relataram que os desaparecidos estavam em atendimento psicológico anterior ao desaparecimento (Tabela 3, p.119). Gattás e Figaro-Garcia (2007), relataram que 77 meninas (43,5%) e 68 meninos (54,4%) já haviam passado por algum tipo de atendimento psicológico anterior, o que indica que alguns problemas além de não serem desconhecidos já estavam sendo observados pela família ou pela escola. Novamente, a hipótese da pesquisadora foi de que, para esses familiares, os desaparecidos que fugiam não tinham solução, uma vez que “só davam trabalho”, faziam com que os familiares “perdessem tempo” à sua procura, além de serem “ingratos”, pois não reconheciam as coisas que lhe eram feitas. Mais uma vez as famílias direcionavam o foco do problema para o desaparecido, acreditando que apenas o fato de ele ser ajudado ou da família já ter feito a sua parte lhe propiciando ajuda externa, seria suficiente para ele mudar de comportamento.

Uma quarta hipótese é que a fuga de casa pode também se manifestar como errância e o conceito de “passagem ao ato” proposto por Lacan (1963/2005b) pode ser um elemento interessante para sua compreensão. Suicídios, assassinatos ou a concretização de relações incestuosas são considerados exemplos de passagens ao ato. Ao retomar o caso da jovem paciente homossexual de Freud (1920/1976u), Lacan chama de passagem ao ato o instante em que essa, acompanhada por sua namorada, encontra com seu pai na rua que lhe olha de forma irritada e com reprovação. Após o pedido da namorada para que ela não a procurasse mais, a jovem imediatamente se lança sobre uma ponte. Lacan diz que nesse momento “a jovem saiu de cena”, sentiu um profundo embaraço com o olhar paterno de reprovação, sendo em seguida tomada pela emoção do rompimento feito pela namorada. Nas palavras de Lacan (1963/2005c)

O momento de passagem ao ato é o do embaraço maior do sujeito, com acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento. É então que, do lugar em que ele se encontra – ou seja, do lugar da cena em que, como sujeito fundamentalmente historicizado, só ele pode manter-se em seu status de sujeito – ele se precipita e despenca fora da cena. (p.129).

Segundo Chemama (2002, p.9), o “deixar-se cair” fora da cena é o correlato de toda passagem ao ato para Lacan. Seria uma reação impulsiva diante de uma angústia incontável e incontrollada do sujeito quando esse é “confrontado radicalmente com aquilo que ele é, como objeto, para o Outro... identificando-se como esse objeto que ele é para o Outro” o

sujeito deixa-se cair, sai da cena de sua fantasia sem conseguir simbolizar, sem conseguir dar conta disso. Para Chemama (2002), a passagem ao ato é

uma demanda de amor, de reconhecimento simbólico sobre um fundo de desespero... está situada do lado do irrecuperável, do irreversível... é jogo cego e negação de si mesmo; constitui a única possibilidade, pontual, para que o sujeito se inscreva simbolicamente no real desumanizante. (p.9).

Para a pesquisadora, a fuga ao funcionar como uma passagem ao ato, parece refletir uma possibilidade que o sujeito encontra quando ele não recebe um retorno frente ao apelo que faz ao Outro, quando a função paterna não lhe responde. Sem um posicionamento vindo do outro, o sujeito se perde. Pode-se pensar em uma errância, em um perder-se no mundo, sem a possibilidade de um enlace com o outro e com o Outro social. Lacan (1963/2005c) diz que a fuga é um exemplo semelhante à passagem ao ato

A que chamamos fuga, no sujeito que nela se precipita, sempre mais ou menos colocado numa posição infantil, senão a essa saída de cena, à partida errante para o mundo puro, na qual o sujeito sai à procura, ao encontro de algo rejeitado, recusado em toda parte? Ele vira fumaça, como se costuma dizer, e, é claro, retorna, o que talvez lhe dê ensejo para ser valorizado. A partida é justamente a passagem da cena para o mundo. (p.130).

Um caso em que a ideia de passagem ao ato parece mais presente foi supervisionado. Nesse, o garoto de dez anos tentou, por várias vezes, se aproximar de seu pai, que nunca o registrou nem queria contato com ele. Na escola fez um desenho para o Dia dos Pais e disse para a mãe que iria entregá-lo pessoalmente junto com uma lembrança que havia comprado. A mãe não o impediu. Quando foi até a casa do pai para lhe entregar seus presentes, esse o mandou embora dizendo que não queria nada do filho. O garoto, que nunca tinha fugido, saiu caminhando pela rua sendo encontrado em um abrigo meses depois. Disse que alguém lhe perguntou se poderia ajudá-lo e ele não falou onde morava nem o que tinha acontecido. Nesse exemplo, pareceu que o garoto saiu de cena após a rejeição paterna daquilo que queria dar a ele, seu amor. O pai não respondeu ao apelo do filho para que se posicionasse como pai. Frente ao Não paterno restou ao menino “sair de cena”. O garoto pareceu ter se confrontado como objeto para o Outro paterno e se identificou com esse objeto, ou seja, um objeto desprovido de valor fálico (Chemama, 2002).

Assim, pode-se pensar que mesmo com razões diferentes um dado interessante a se observar refere-se à forma como a fuga de casa foi feita (previamente planejada ou impulsiva). E se a mesma sinaliza a possibilidade da criança ou do adolescente estar em uma posição mais ou menos vulnerável fora de casa. Por exemplo, avaliou-se em que local a criança ou o adolescente escolheu para ficar (rua, casa de amigos, casa do namorado) e que novos grupos de convivência se formaram a partir de então. A maior parte dos 16

entrevistados ficou na casa de pessoas conhecidas, familiares, amigos ou namorados. A pesquisadora observou nos relatos se o desaparecido tinha levado consigo seus pertences (alguns saíram apenas com a roupa do corpo e outros fizeram uma mala com roupas, celular, agenda etc.), se tinha roubado dinheiro ou cartões de crédito, como no Caso 14, ou se deixou ou não uma carta de despedida, como no Caso 13. A forma como essa saída foi feita poderia levantar hipóteses se ele voltaria ou não para casa em um espaço maior ou menor de tempo.

Outro aspecto presente nas famílias foi a ausência ou demora em comunicar-se com outros familiares que moravam em outros bairros, para perguntar se esses tinham visto o desaparecido ou se ele havia ido até sua casa. Esse dado foi observado nas entrevistas com as crianças e adolescentes que disseram que, ao fugirem, ficavam na casa de parentes ou amigos (Tabela 7, p.125) e esses não entravam em contato com sua família de origem. Assim, os desaparecidos permaneciam lá durante muitos dias sem conhecimento da família.

A quinta hipótese foi se essa busca de refúgio na casa de parentes não seria a busca por uma “família” ou uma “família diferente” da sua. Muitas vezes, os desaparecidos se deslocavam de regiões extremamente distantes uma da outra para ir à casa desses parentes, e tal fato não parecia provocar nenhum tipo de angústia ou de preocupação verbalizada por parte dos familiares, pois muitas crianças de seis ou sete anos andavam sozinhas de ônibus, às vezes tarde da noite, e sem nenhum adulto para acompanhá-las. Essa falta de preocupação transmitia para a pesquisadora o quanto essas crianças estavam abandonadas à própria sorte. Outros sintomas além das fugas, como consumo precoce de drogas, entrada precoce na criminalidade e na vida sexual ativa mostraram os caminhos escolhidos por eles para dar conta desse abandono.

Esses dados levaram a pesquisadora a pensar na hipótese central de que, apesar das particularidades das histórias de desaparecimento, a questão do lugar que essas crianças e adolescentes ocupam no desejo dos pais/responsáveis indicava um aspecto importante naquelas configurações familiares em que a opção pela fuga pareceu ter sido o único recurso disponível para os desaparecidos. Talvez por se sentirem como “filhos-problema sem solução”, desaparecer poderia ser a ação libertadora do incômodo provocado nos pais e garantir um lugar em seu desejo, nem que fosse o lugar do desaparecido que fugiu. Por outro lado, também observou que, para talvez marcarem um lugar contrário ao desejo dos pais, fugiram para se diferenciar, para garantir sua autonomia enquanto sujeitos, apesar dos possíveis riscos que pudessem encontrar. O ato de desaparecer parecia configurar endereçamentos ao Outro familiar, cuja resposta prática foi o fato da família buscar ajuda

policial para encontrar o desaparecido, mas não buscar ajuda para entender o que levou o filho (a) a desaparecer.

Por mais que os desaparecidos se esforçassem por emitir diferentes mensagens, pareciam não conseguir as respostas que queriam e voltavam a fugir. Assim, outra forma de pensar no sentido dos desaparecimentos/fugas para essas crianças e adolescentes refere-se às repetições, pois muitos fugiram e voltaram para casa ou se deixaram ser encontrados para fugir novamente. O que existiu nesse movimento que eles não conseguiram abrir mão? Por que uma vez longe da família, não permaneceram assim como muitas crianças em situação de rua? A repetição das fugas, presente em sete casos, já era algo constatado nos boletins de ocorrência e ficou mais presente a partir do momento que as famílias foram entrevistadas (Tabela 4, p.121). Parecia fundamental compreender o que essa repetição estava mostrando. Se o sintoma insistiu em se repetir é porque essa foi a forma que o sujeito encontrou para dar conta de algo que ele não conseguiu resolver de outra maneira.

Pode-se pensar na repetição das fugas como endereçamentos ao Outro e levantar a hipótese de que as mesmas continuariam ocorrendo até que alguma coisa mudasse, seja no modo das relações no grupo familiar ou até com relação às condições sociais em que viviam as famílias. Um dado importante sobre a realidade de algumas famílias foi a precariedade social em que um viviam, pois às vezes mais de dez pessoas habitavam em um único espaço físico, ínfimo, sem condições de higiene e com elevada miserabilidade. Não se pode desconsiderar a fala do garoto do Caso 6 quando disse: “Sabe tia, eu saio de casa para comer. Fico perto de um restaurante no centro e eles me dão um prato assim ó, de macarronada” [*sic*]. Novamente a rua aparece como o espaço em que os desaparecidos encontram aquilo que lhes falta em casa, mesmo que seja em espécie material, como a comida. A miserabilidade não pode ser excluída como um fator importante nos desaparecimentos, principalmente porque a maioria das famílias estudadas por Gattás e Figaro-Garcia (2007) morava nas regiões mais periféricas e com maiores índices de vulnerabilidade da cidade de São Paulo, segundo os dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE (2002), ou seja, as regiões leste e sul.

Mas, para a pesquisadora, a miserabilidade não parecia configurar como o aspecto determinante das fugas. Em seus casos, apenas o exemplo citado anteriormente explicitou outra função que a fuga trazia. E, mesmo nos casos supervisionados, a miserabilidade não foi descrita como o fator propiciador para as fugas de casa. Fundamentalmente, parecia existir algo mais relacionado com a subjetividade do desaparecido, com seu desejo e com seu gozo. A repetição parece ser uma marca possível. O que isso quer dizer?

No texto *Além do Princípio do Prazer*, Freud (1920/1976v) relata a observação da brincadeira criada por seu neto pequeno, que consistia nele esconder um carretel atrás da cortina para depois puxá-lo e fazê-lo aparecer. Freud notou que na repetição desse movimento seu netinho verbalizava um som que lembrava a palavra “*Fort Da*”. Levantou a hipótese de que esse movimento da presença/ausência do objeto representava, ou melhor, simbolizava a ausência/presença da mãe para a criança. Nessa brincadeira, o carretel desaparecia e aparecia de acordo com a vontade da criança. Ela tinha o controle sobre essa repetição que fazia simbolicamente sua mãe aparecer e desaparecer. A pesquisadora levantou a hipótese de que se a ideia da brincadeira do *Fort Da* pudesse ser transposta para a questão do desaparecimento talvez fosse possível imaginar que, em algumas famílias, o carretel poderia ser representado pela criança e que a mesma quisesse que sua mãe (ou outro responsável) controlasse a linha, puxando-a do lugar onde está desaparecida/escondida para que ela rapidamente apareça. A pesquisadora observou que havia familiares que pareciam “cortar” a linha deste carretel imaginário que a vinculava com seus filhos e esses insistiam em aparecer apesar disto.

Então, a sexta hipótese foi que a repetição da fuga e do retorno para casa parecia uma tentativa do desaparecido em vislumbrar alguma mudança no seu cenário familiar, algo novo, uma nova realidade que pudesse ter sido criada na sua ausência. Por exemplo, uma senhora viúva, quando relatou a uma das psicólogas a décima primeira fuga de seu filho único de oito anos, não entendia por que ele fugia. Disse que trabalhava o dia todo, e ele ficava até às 9 horas sozinho em casa, momento da chegada de uma vizinha que lhe dava café da manhã, banho, almoço e o levava para a escola. Essa senhora não retornou nas entrevistas e seria importante observar qual foi o efeito provocado na mãe a partir dessas fugas repetidas do filho. Que endereçamentos estavam sendo feitos ao Outro materno por meio das repetições? Uma hipótese seria que o efeito de ser visto nas repetidas vezes em que era encontrado pudesse marcar sua existência, marcar a possibilidade de fazer falta à mãe e verificar se ele tinha importância em sua vida. Vê-se nesse exemplo que a repetição não se restringiu às fugas, mas também ao movimento da mãe que parecia negar ao chamado repetido de seu filho que talvez desejasse que ela ocupasse seu lugar materno e não a vizinha.

No mesmo texto em que Freud observou a brincadeira do *Fort Da*, também observou, agora na sua clínica, outro tipo de repetição que o levou a modificar a sua teoria pulsional. Na primeira teoria pulsional, as pulsões eram divididas em pulsões do ego e pulsões sexuais. A partir de 1920 elas passam a ser concebidas como uma única pulsão, a pulsão de vida, Eros, que existe ao lado de outra pulsão, a pulsão de morte, Tanatos. Qual seria a função da pulsão de morte? Em 1900 Freud havia formulado que o sonho é a realização de um desejo

inconsciente para o neurótico, que aparece distorcido ou camuflado pelos mecanismos de condensação e deslocamento. O que o neurótico não conseguia realizar de forma consciente o fazia por meio dos sonhos, sendo o mesmo uma formação do inconsciente. Com o advento da I Guerra Mundial, um novo tipo de neurose traumática surgia, as neuroses de guerra. Os que combateram relataram sonhos repetidos que reproduziam as cenas de guerra vividas e os sofrimentos passados. O mesmo ocorria com pacientes que tinham sofrido acidentes com intenso sofrimento. Qual o sentido dessas repetições? Onde estava a realização de um desejo inconsciente nesses sonhos de tamanho sofrimento para o paciente? Para Freud, isso queria mostrar algo que o paciente não conseguia modificar, apesar do incômodo e do desprazer provocados. Desenvolveu a noção de pulsão de morte para tentar explicar essa repetição, ou seja, uma pulsão silenciosa presente que tende a levar o sujeito para a um retorno ao inanimado, à redução completa das tensões.

Como Lacan vai trabalhar a noção de repetição? Até o Seminário 11 Lacan (1964/1998g) direcionou seu interesse na clínica estrutural (neurose, psicose, perversão) na qual a primazia era o registro do simbólico, os significantes e o Nome-do-Pai sendo os sintomas analisados como mensagens endereçadas ao Outro. Depois, seu interesse teórico começou a se direcionar cada vez mais ao registro do real, ao que não é possível de ser simbolizado, significantizado. O sintoma então seria marcado pelo modo de gozo do sujeito.

Ao avançar na segunda teoria pulsional freudiana, Lacan desenvolveu a noção de *gozo* como um elemento presente nas repetições. Pode-se sintetizar que o gozo é da ordem do excesso, é aquilo de que o sujeito não quer abrir mão, e pelo qual paga um preço psíquico muito alto, uma vez que ele tem uma sensação falsa de completude. O gozo é um conceito que aparece em diversos momentos do ensino de Lacan e Jacques-Alain Miller (2000) tentou sistematizá-lo em seis paradigmas⁴⁰ embora não caiba trabalhá-los no presente texto. Lidar com a questão do gozo, é trabalhar com a pulsão de morte, é se deparar com o “mais-de-gozar”⁴¹ presente nas toxicomanias, nos distúrbios alimentares, no consumismo sem limites, que são reflexos de uma busca insaciável do sujeito pela plenitude e satisfação absoluta. A compulsão à repetição tem uma função importante no que diz respeito ao modo de gozo do sujeito. É por meio do modo de gozo escolhido pelo sujeito que é possível observar por que ele busca sempre o mesmo objeto “mais-de-gozar”, por que sempre faz as mesmas escolhas

⁴⁰ 1. Imaginarização do gozo; 2. Significantização do gozo; 3. Gozo impossível; 4. Gozo normal; 5. Gozo discursivo; 6. Não-relação.

⁴¹ Lacan utilizou a expressão *mais-de-gozar* a partir da noção da mais-valia marxista (Lacan, 1968-1969/2008). O capitalismo implica na maior produção e a mais-valia é o que está implicada no movimento mercadoria-lucro-mercadoria-lucro. O capitalista acaba recebendo, no fim do processo, algo a mais, um excesso, sem pagar o preço devido, pois a mais-valia é algo que não é quantificável.

amorosas, por que se envolve nas mesmas relações de trabalho etc. Por isso é importante avaliar como os sintomas que o sujeito manifesta evidenciam sua posição em relação ao gozo.

Lacan, no Seminário 17 (1970/1992b), destaca o caráter da repetição presente no gozo:

É o gozo, termo designado em sentido próprio, que necessita a repetição, Na medida em que há a busca do gozo como repetição que se produz o que está em jogo no franqueamento freudiano – o que nos interessa como repetição, e se inscreve em uma dialética do gozo, é propriamente aquilo que se dirige contra a vida. É no nível da repetição que Freud se vê de algum modo obrigado, pela própria estrutura do discurso, a articular o instinto de morte... a repetição não é apenas uma função de ciclos que a vida comporta, ciclos da necessidade e da satisfação, mas de algo diferente, de um ciclo que acarreta a desapareição dessa vida como tal, que é o retorno do inanimado. (p.43).

Outra forma de observar o modo de gozo presente nas histórias de desaparecimento foi que muitos meninos e meninas, que viviam em condições sociais melhores, submeteram-se a uma condição extremamente precária nas ruas. Outras se relacionavam com outras pessoas que repetiam modelos muito similares aos de seus familiares colocando-os novamente em situação de vulnerabilidade como apontado por Apetkar (1996), Biehal e Wade (2000; 2002), Finkelhor et al. (1990), Hamer et al. (2002), Janus et al. (1995), Matchinda (1999), Melo (1999/2000), Minayo (2001), Tfouni e Moraes (2003), Tyler e Tyler (1996).

Alguns foram ameaçados, inseridos na criminalidade e no uso abusivo de drogas, além de se vincularem em relações amorosas extremamente problemáticas, resultando em gravidez precoce. A impressão da pesquisadora foi que eles queriam permanecer assim, pois quando foram encontrados ou voltaram para casa, fugiam novamente em direção às mesmas condições. Nas entrevistas, verbalizavam sua preferência em ficar em lugares e em relações muito precárias a ficar em casa, mesmo sem haver histórico de violência doméstica ou de precariedade social. Assim, nas entrevistas não adiantava apenas apontar a questão dos riscos a que eles se submetiam, mas escutar por que faziam isso, se conseguiam dar algum sentido para a fuga, qual o seu significado e por que escolheram permanecer assim. Obviamente, muitas dessas questões poderiam ser mais bem trabalhadas nos atendimentos em longo prazo.

A sétima hipótese foi que a repetição também apontou para o gozo presente no jogo do desaparecer e ser encontrado que, por sua vez, pareceu ser da ordem do gozar com o Outro, onde o desaparecido perpetuava o movimento de preocupação, quando desapareceu, e de regozijo nos familiares quando encontrado. Novamente pode-se pensar no *Fort Da* freudiano, e no lugar metafórico do carretel que o desaparecido parece ocupar nesse jogo do desaparecer/aparecer. O significante “dar trabalho” referendado na fala dos pais também trouxe, em alguns casos, o sentido da onipotência do filho, ou seja, ele foi capaz de enlouquecer, de preocupar seus pais a ponto dos mesmos procurarem a polícia. Esse

movimento dos pais pareceu revelar um triunfo que se repetiu no movimento de ser encontrado ou de se fazer encontrar.

Mas outros pareceram utilizar esse jogo para comprovar se eram ou não amados por seus pais. O psicanalista de orientação lacaniana Philippe Lacadée (2006) faz um recorte interessante de uma cena tirada do drama *L'Étang*⁴² de Robert Wesler. Nesse livro, Fritz, um adolescente, por se sentir rejeitado pela mãe e por sentir que ela prefere seu irmão Paul, primeiro esconde-se no armário para ver se alguém se preocupa com sua ausência. Depois, decide ir embora de casa. Ao encontrar seu irmão no caminho diz-lhe que a vida “é apenas um casaco em farrapos e que ele precisa remendá-lo”, e sinaliza que iria para a lagoa (p.28). O irmão conta isso para a irmã de ambos e essa se angustia com o conteúdo da frase alertando sobre um possível perigo presente nessa fala. Paul então corre em direção à lagoa e vê o casaco e o chapéu de Fritz boiando na água. Fritz os tinha jogado na lagoa e depois subiu em uma árvore para verificar se a mãe choraria por ele.

Lacadée enfatiza a importância da compreensão sobre a fuga e propõe que o trabalho de análise seja no sentido de auxiliar o adolescente a encontrar um lugar onde ele possa endereçar seu sofrimento a fim de elaborar uma fórmula própria, já que a fórmula proposta pelo Outro é por ele rejeitada. O autor aponta ainda que em “face do excedente de gozo que invade seu corpo e o deixa fora do discurso, a fuga ou a errância podem, de fato, representar uma última tentativa de inscrição em um laço social” (Lacadée, 2006, p.22). Sua hipótese para esse gozo excedente é que, ao fracassar a possibilidade de tradução, de nomeação, do colocar em palavras o que lhe causa sofrimento, aparece o distúrbio de comportamento como “formação do inconsciente mais longa, mais continuada”. Para Lacadée (2006)

Ali onde o sintoma opera um enlace entre o significante e o corpo, uma prática de ruptura condena o sujeito a vagabundear, longe de qualquer inscrição significativa que o ancore no campo do Outro. Essa prática também pode tomar o lugar de um ato – de um distúrbio de comportamento - com o qual o sujeito tenta se separar do Outro, recusando-se a passar pela palavra e pelos semblantes que ele denuncia. (p.22).

A cena ficcional descrita por Lacadée parece um elemento interessante para se pensar no movimento de “desaparecer” e “reaparecer”. Uma hipótese possível é que talvez algumas crianças e adolescentes quisessem ver, assim como o jovem Fritz, o quão valiam no desejo de seus pais. Desaparecer poderia ser um movimento de abrir uma brecha para verificar se eram amados, mesmo sendo “filhos incômodos” e justificado pelos significantes “ciumento” ou “mentiroso”. A adolescente do Caso 1 foi entrevistada dois anos depois de a mãe ser cadastrada no Caminho de Volta. Já tinha fugido de casa pelo menos duas vezes e na última

⁴² A lagoa.

vez voltou quando soube por terceiros que a mãe ia retornar para sua cidade natal. No Caso 4, apesar dos constantes maus-tratos praticados pelo pai e pela queixa com relação à indiferença que a madrasta sentia por ele, o adolescente de 14 anos, que já havia desaparecido oito vezes de casa, não se distanciava de sua residência, dormindo na casa de vizinhos do prédio ou nas ruas do bairro. Parecia que ele deixava-se ser encontrado, apesar da violência doméstica e da indiferença sofrida em casa. Assim, pode-se pensar que a questão parece complexa porque, como já apontado anteriormente, muitos pais estavam desaparecidos enquanto sujeitos potencialmente estruturados e capazes de barrar o gozo dos filhos de outra maneira sem ser pela via da violência, da ameaça ou da indiferença. Ou até por outras dificuldades como não saber como ser pai ou mãe frente às demandas dos filhos com relação à sua liberdade, à sua sexualidade, às suas escolhas (amigos, namorados etc.), portanto, não saber até que ponto deveriam proceder com os filhos. Esse é um aspecto que foi verbalizado em algumas das entrevistas de retorno e suscitou pedido para encaminhamento psicológico em alguns, negação em outros ou até mesmo a desistência do projeto.

Lacadeé (2006) critica a ideia de que as fugas sejam sinais de delinquência e que os adolescentes devam ser submetidos a tratamentos comportamentais e educativos para serem corrigidos. Ideia essa fortemente presente no discurso das famílias entrevistadas quando se referiram à necessidade de internação do filho para modificar seu comportamento. Para Lacadeé (2006) as fugas e errâncias

aparecem no momento em que o sentimento do vazio assombra o adolescente. Separar-se daquilo que era como criança presa no discurso do Outro desnuda um vazio, um buraco na significação. Tratar esse vazio, saturando-o com ideais de bem-estar da “pseudo saúde mental”, pretender regulá-lo em nome da segurança, desemboca sempre no pior. Fugas e errâncias são sintomas que põem em evidência uma clínica do ideal do eu, ligada à função do Nome-do-Pai. O Nome-do-Pai introduz a constituição de ideais a partir do processo de identificação e abre a construção, pelo sujeito, de sua resposta singular. O ideal do eu equivale ao ponto de capitonê que estabiliza o sentimento da vida, que dá ao sujeito seu lugar no Outro e sua fórmula. (p.25).

Pode-se pensar que a formação dos ideais do eu não garantiram outro lugar no Outro familiar a não ser o lugar do filho-incômodo. A intervenção por meio da análise ou com um número reduzido de sessões para o desaparecido encontrado pode ser o início de um processo de construção de “fórmulas próprias” e de se colocar noutra posição no Outro familiar que não apenas o “filho-incômodo”. Ou seja, por meio do trabalho de análise, descobrir o que ele pode fazer criativamente com seu sintoma e sem se colocar em risco para enfrentar os impasses que a vida lhe apresenta não optando somente pelo desaparecimento/fuga. Essas podem ser direções no tratamento analítico.

Dos desaparecidos que vieram nas entrevistas com a pesquisadora, oito deles responderam que desejavam voltar para casa, mas que algo deveria mudar na história familiar (Tabela 5, p.122). Essa mudança foi desde uma mudança na qualidade das relações familiares até conseguir um bem material, como uma geladeira pedida pelo garoto do Caso 3 ou o prato de macarrão do garoto do Caso 6. Essas crianças e adolescentes expressavam sua necessidade de sentir um movimento da família em sua direção, um investimento psíquico a partir da construção de outro olhar sobre eles e não mais o olhar sobre o filho-incômodo. Em algumas situações, foi perceptível o empenho da família em buscar ajuda, em iniciar um tratamento, em rever suas questões, como o que aconteceu no Caso 14, no qual rapidamente a mãe começou a fazer psicoterapia individual e a filha um trabalho grupal com outros dependentes químicos. Mas isso também não servia como garantia, pois mesmo com a ajuda proposta, o fascínio da fuga e o que esta provocava na família, mantinha acesa a vontade da adolescente de fugir.

Para a pesquisadora a oitava hipótese levantada foi que o fascínio em fugir não parecia voltado apenas ao aspecto transgressor ou de ser uma forma de enfrentar a autoridade parental. Mas o fascínio era pelo risco, em decorrência da coragem exigida à criança e ao adolescente ao enfrentar desafios, como por exemplo, viajar em trem de carga para o litoral, pedir carona e ir para outras regiões do país. Lacadée (2006) citou o poeta francês do século XIX, Arthur Rimbaud como o modelo de adolescente capaz de romper qualquer laço social e viver errante pelo mundo. Rimbaud se autodenominava em sua escrita como um “andarilho, nada mais” (p.30). A pressa foi a forma que Rimbaud encontrou para viver a vida, estando sempre no limite. Para Lacadée (2006) “Por estar ausente do mundo do Outro, o tempo não é jamais para Rimbaud a duração à qual ele aspira. Ele tenta, então, apreender o tempo pela poesia”. (p.29).

Outro benefício que um trabalho psicológico ou de análise em longo prazo possa trazer para esses adolescentes talvez seja a possibilidade de apontar que o incômodo sentido por eles não se relaciona exclusivamente ao modo de relação estabelecido com seus pais, e sim com suas próprias questões, como as ligadas à sua sexualidade, a seu corpo, a situações que não conseguem ser colocadas em palavras, ou seja, situações que podem provocar muita angústia, sendo as fugas a saída mais fácil e possível. O não conseguir colocar em palavras aponta para algo da ordem do real e para análise dos modos de gozo do sujeito frente à não-relação sexual⁴³. O artigo de Stevens (2004) aborda a dificuldade que começa na puberdade quando o sujeito é colocado frente ao impasse da não-relação sexual, diante do impasse de posicionar-

⁴³ A noção da não-relação sexual foi abordada na p.134.

se frente ao próprio corpo sexuado e ao outro sexo, ou seja, ele não sabe o que fazer com as mudanças que seu corpo produz, o que fazer com as excitações sexuais que não se reduzem apenas ao prazer de órgão como na masturbação infantil, não sabe como agir frente à sua escolha de objeto. Isso porque não existe algo pré-programado (como o instinto animal) que mostre ao sujeito como ele deve lidar com sua sexualidade, o que deve fazer quando encontra o sexo oposto (ou o mesmo sexo). O autor aborda o real do corpo biológico, um real orgânico que se manifesta pela elevação do nível hormonal nessa fase da vida, mas que também é marcado pela linguagem, ou seja, “esse real, mais que ser orgânico, é a emergência de um novo para o qual o sujeito não tem uma resposta pronta. Para dizer melhor, diante dessa eclosão, a fantasia do sujeito falha”. (Stevens, 2004, p.33).

Na puberdade, o corpo infantil que começa a se modificar pelos caracteres sexuais secundários começa também a exercer fascínio no desejo do outro e no desejo do próprio sujeito. A entrada cada vez mais precoce na vida sexual ativa e a alternância quase que compulsiva de parceiros (o famoso “ficar” adolescente) parece um movimento no sentido dele ter uma ou mais respostas frente ao enigma da não-relação sexual. Essas experimentações que ele faz com sua sexualidade também provocam conflitos, pois, em alguns casos, geram filhos, abortos provocados, expulsões de casa, fugas de casa. Talvez isso possa ser uma das explicações de que os índices de desaparecimento aumentam a partir dos 13 anos e duplicam entre as adolescentes do sexo feminino conforme os dados da polícia civil (Tabela 1, p.45). Contudo, uma pesquisa mais criteriosa sobre o significado do que é ser homem ou mulher para os adolescentes desaparecidos e sobre questões relativas à masculinidade e à feminilidade seriam extremamente interessantes para que se possa pensar com mais cuidado sobre essas estatísticas antes de teorizações superficiais.

Os diferentes sentidos do sintoma do desaparecimento/fuga de casa apontados pela pesquisadora revelaram aspectos interessantes e extremamente graves nas configurações familiares entrevistadas sendo merecedoras de um estudo pormenorizado no futuro. No entanto, também foi importante avaliar o que o trabalho de escuta dessas histórias produziu em termos de efeitos nas famílias, mesmo que em poucos encontros, sendo esse o próximo tópico a ser discutido.

6.3 EFEITOS TERAPÊUTICOS

Como já foi mostrado, os entrevistados conversaram com o investigador de polícia e com a pesquisadora e equipe de psicólogos do Caminho de Volta em momentos distintos. Esses momentos propiciaram efeitos diferentes. Quando informados pelos policiais que poderiam, se desejassem, participar de um projeto onde seriam escutados por um psicólogo, tal informação já produziu nos familiares um efeito surpresa, pois não é habitual dispor de um serviço de psicologia dentro de uma delegacia⁴⁴. A família não havia procurado inicialmente o Caminho de Volta por conta da oferta de atendimento psicológico. Tinha ido a uma delegacia para fazer uma queixa e esperar que a polícia encontrasse seu filho, e lá, sem saber ou esperar, encontrou também um psicólogo para lhe ouvir. Pode-se pensar que isso aponte para a baixa rejeição das famílias⁴⁵ em participar do Caminho de Volta.

Para algumas famílias a entrevista feita no DHPP foi a primeira ocasião em que conseguiram falar sobre problemas de ordem familiar; antes não sabiam como proceder e a quem recorrer. Isso sinalizou um efeito terapêutico importante, pois a escuta possibilitou o estabelecimento de transferência das famílias com o entrevistador e também com o Caminho de Volta onde, mesmo com poucos encontros, deu-se a emergência de demanda para um trabalho clínico posterior ou até de ações mais pontuais da família, como procurar um CT ou a Vara da Infância e Juventude para fazer uma denúncia quando necessário.

Todavia, um dos principais efeitos dos atendimentos foi o fato dos entrevistados terem voltado nas entrevistas de retorno. Dos 16 casos da pesquisadora, dez famílias vieram em pelo menos uma entrevista de retorno (Tabela 1, p.45) e das 302 famílias analisadas por Gattás e Figaro-Garcia (2007), 162 (53,6%) vieram em pelo menos um retorno. É inegável o fato de que esses retornos ocorreram apesar das condições do trabalho feito na delegacia, em uma sala sem portas e com interferências externas. Para a pesquisadora o retorno das famílias nas entrevistas foi um dos efeitos das relações transferenciais que ocorreram na entrevista inicial. Algo do que foi dito ou sentido no primeiro encontro possibilitou que algumas famílias voltassem.

A transferência é um aspecto fundamental para a psicanálise sendo esse um conceito desenvolvido por Freud devido à sua preocupação com o que acontecia entre o médico e o paciente, que fantasias poderiam surgir a partir do início do tratamento, que resistências

⁴⁴ Exceção feita às Delegacias de Defesa da Mulher e Delegacias Participativas, que costumavam contar com a participação de psicólogos e assistentes sociais estagiários.

⁴⁵ Por volta de 10% de todos os casos sendo as alegações falta de tempo ou de interesse.

deveriam ser quebradas e trabalhadas e, por fim, se haveria possibilidade de ser ou não desenvolvido um tratamento psicanalítico com aquela pessoa. No texto *A Dinâmica da transferência* (Freud, 1912/1976w) ele afirma que:

Se a necessidade que alguém tem de amar não é inteiramente satisfeita pela realidade, ele está fadado a aproximar-se de cada nova pessoa que encontre com ideias libidinais antecipadas... Assim, é perfeitamente normal e inteligível que a catexia libidinal de alguém que se acha parcialmente insatisfeito, uma catexia que se ache pronta por antecipação, dirija-se também para a figura do médico. Decorre de nossa hipótese primitiva que esta catexia recorrerá a protótipos, ligar-se-á a um dos clichês estereotípicos que se acham presentes no indivíduo. (p.134).

Neste texto, Freud discute a existência de transferência positiva, agregadora dos sentimentos amorosos ou amistosos, e a transferência negativa, relativa aos sentimentos hostis e agressivos. Esses dois tipos de transferência coexistem lado a lado e são dirigidos ao médico. Na *Conferência XXVII chamada Transferência*, Freud (1917/1976y, p.516) afirma que a experiência analítica foi demonstrando que não adiantava apenas tornar consciente o inconsciente, pois novas resistências iam se erguendo e o médico tinha que lidar com elas. As resistências deveriam ser abandonadas a partir do momento que o ego do paciente fosse reconhecendo as interpretações feitas. Freud apontou a importância também do desejo do paciente em curar-se e de iniciar um trabalho conjunto com o médico, além de sua própria capacidade em reconhecer e integrar as resistências por meio de suas associações. Para Freud, apenas nas neuroses tal desempenho dos pacientes é esperado, uma vez que na paranoia, na melancolia e na esquizofrenia, os pacientes permanecem “intocados e impenetráveis ao tratamento psicanalítico”. (Freud, 1917/1976y, p.511).

Todavia, a noção de transferência para Lacan (1964/1998g) é diferente. Para ele, há transferência desde que haja escuta analítica, o que implica que o analista ocupe seu lugar de Sujeito Suposto Saber (SSS) para o paciente. Quando alguém busca o auxílio de um psicanalista, é esperado que essa pessoa seja capaz de expressar uma queixa que pode ou não aparecer em forma de demanda. Espera-se que o sujeito seja capaz de expressar palavras que serão escutadas por alguém em quem ele deposita a crença de que terá as respostas a todas às suas perguntas, dúvidas e angústias. Todo analista assume essa posição no início da análise, ou seja, o do Outro não barrado. Mas em seu final deve ter sido destituído dessa posição. Para Lacan, desde que haja essa função, a transferência está instalada no dispositivo analítico. Como diz Rosa (2004), essa é uma “estratégia para que o sujeito, supondo que fala para quem sabe sobre ele, fale e possa escutar-se e apropriar-se de seu discurso”. (p.343).

Além da questão do SSS, Lacan trabalhou outro aspecto importante que ocorre na transferência, ou seja, o desejo do analista (Lacan, 1960-1961/1992a; 1958/1998a), ou seja, o

desejo de que haja um trabalho de análise. Um exemplo precioso ocorreu no Caso 1, quando a demanda da pesquisadora, expressa nas vezes que ligou solicitando que a mãe viesse aos retornos, parece ter tido um efeito tardio uma vez que, meses mais tarde, era a mãe que demandava pelo retorno. Esse exemplo mostrou que as impossibilidades subjetivas do entrevistado em retornar poderiam ser momentâneas e não necessariamente definitivas, como ocorrem na prática clínica de consultório ou institucional. Quando Lacan desenvolveu o conceito do desejo do analista, afirmou que a resistência surgida na análise nunca é do paciente, é sempre do analista (Lacan, 1953-1954/1986; 1958/1998a; 1960-1961/1992a.). Na opinião da pesquisadora, as faltas ou desistências também estiveram vinculadas ao desejo do entrevistador, o que pôde ser observado nas supervisões em que havia famílias que compareciam com mais frequência nas entrevistas com determinados profissionais, bem como as que faltavam mais com outros.

Daí a importância da equipe estar em análise pessoal e em supervisão, pois as histórias não se limitavam somente ao evento do desaparecimento, mas alcançavam questões difíceis ou até insuportáveis de serem escutadas como relatos de extrema violência física ou sexual contra crianças e adolescentes. E se o profissional não encontra um local adequado para elaborá-las, pode-se pôr a perder um trabalho que teria chances de ser desenvolvido. Nas supervisões a pesquisadora procurou observar se o psicólogo voluntário tinha adotado uma postura mais paternalista ou mais censora, mais liberal ou acusatória, mais acolhedora ou refratária. Tentou observar como se expressava a vontade daquele psicólogo em atender determinada família, uma vez que alguns também tinham suas famílias preferidas e aquelas que não faziam questão que viessem nos retornos. Atos falhos e lapsos apareciam em grande quantidade, como, por exemplo, o esquecimento de agendar a entrevista de retorno ou não telefonar para a família quando essa faltava. Esses cuidados e atenções na relação do entrevistador com o entrevistado bem como a possibilidade de refletir sobre o que ocorreu durante as entrevistas fazem parte da transferência.

Para a pesquisadora, tanto ela quanto os entrevistadores assumiram o lugar de SSS para as famílias, principalmente para as que vieram nos retornos. Tal aspecto, juntamente com o desejo dos entrevistadores, possibilitou que os encaminhamentos da família e do desaparecido para a rede psicossocial pudessem ser sugeridos e alguns efetuados (Tabela 9, p.128). Muitos casos entrevistados pela pesquisadora ou pelos psicólogos voluntários apontaram questões até mais graves do que o desaparecimento e que necessitariam de urgência no recebimento de algum tipo de atendimento, fosse ele analítico, psicológico, psiquiátrico, jurídico ou social.

Apesar da aceitação dos encaminhamentos sugeridos pela pesquisadora, apenas quatro foram efetivados (Tabela 9, p.128). Isso se deu, não só por aspectos da dificuldade de aceitação de iniciar um tratamento, mas por questões também ligadas à limitação de algumas instituições que tinham listas de espera e carência de serviços próximos à região de moradia. Esses fatores contribuíram para desestimular as famílias. Esse é outro dado de realidade que mostra a insuficiência de serviços especializados, principalmente nas regiões mais periféricas da Zona Sul e Leste da cidade, regiões de maior concentração dessas famílias (Gattás & Figaro-Garcia, 2007). A ideia de o psicólogo fazer um acompanhamento a cada seis meses também favoreceu o fortalecimento da vinculação da família ao Caminho de Volta, possibilitando um novo contato e um novo pedido de encaminhamento.

A proposta de um desdobramento da prática clínica do Caminho de Volta por meio do atendimento em 12 sessões aos que apresentassem demanda espontânea ou para os casos que nas supervisões fosse indicada essa possibilidade, configurou uma forma efetiva para minimizar a falta de locais ou filas de espera nas instituições sugeridas. Como já mencionado, esse desdobramento foi uma proposta de intervenção que ganhou financiamento e deve apresentar os resultados em um ano de trabalho. Sem dúvida, esses dois aspectos têm efeitos importantes sobre a questão transferencial e consequentemente nos atendimentos⁴⁶. Todavia, os resultados dessa pesquisa ainda não foram apresentados.

A adesão ao Caminho de Volta, a presença ou ausência nos retornos, o encaminhamento aos serviços sugeridos já foram apontados como efeitos da prática clínica. Porém, um dos casos atendidos por um dos psicólogos da equipe foi muito interessante por retratar um efeito terapêutico ocorrido na história familiar que aconteceu muito rapidamente. O desaparecido, de 15 anos, e suas irmãs gêmeas de 7, costumavam dormir no quarto dos pais, que, por sua vez, dormiam em camas separadas. A casa tinha dois quartos, mas um deles ficava sempre vazio. A razão do quarto vazio era que a mãe queria os filhos juntos a ela porque sempre teve “medo que sumissem” [sic]. Na supervisão, o psicólogo relatou que o discurso autoritário da mãe durante as entrevistas foi marcado pelos significantes “eu não permito” [sic] ou “meu filho” [sic] excluindo toda e qualquer menção ao pai. Quando o pai conseguiu se colocar na entrevista, mostrando uma forma diferente de se relacionar com o filho, e a psicóloga pontuou para a mãe que ela tratava os filhos como crianças muito pequenas que dependiam de sua proteção, ocorreu uma mudança importante na família. Na terceira entrevista apenas o pai compareceu e disse que o filho não tinha vindo, pois a “casa estava em reforma” [sic], e ele

⁴⁶ Os dados dessa pesquisa ainda não foram publicados. No entanto, a pesquisadora apresentou um caso que ela atendeu em 12 sessões que fazia parte dessa pesquisa financiada, discutindo os efeitos disso, sendo esse o tema de sua monografia de conclusão do curso “Os casos clínicos de Freud e o ensino de Lacan” promovido pela CLIPP.(Figaro-Garcia, 2009b)

estava ajudando os pedreiros na nova divisória que resultaria em um quarto só para ele. O pai decidiu sair de casa e seu plano era que o filho morasse com ele mais tarde. A possibilidade de escutar o pai tirou-o da posição até então por ele ocupada, ou seja, a de ser excluído do discurso da mãe. Não só um quarto deixou de ser vazio, mas um novo foi construído, assim como a função do pai naquela família. A casa estava de fato sendo reformada.

Até agora foram discutidos os efeitos terapêuticos surgidos nas famílias a partir das entrevistas. Resta discutir os tipos de demandas que surgiram a partir das entrevistas. Em algumas supervisões a pesquisadora observou que os entrevistados falavam mais sobre diferentes temas e pouco ou quase nada sobre o desaparecimento ou sobre o desaparecido. O discurso foi permeado com outros assuntos como problemas conjugais ou problemas com outros filhos. A demanda com relação ao desaparecido ficava deslocada para outras questões que pareciam mais emergentes para o sujeito. A presença do psicólogo parecia suscitar a necessidade de que outros problemas familiares precisariam de ajuda e não o desaparecimento do filho. Alguns não pareciam demonstrar interesse em procurar de imediato pelo desaparecido, principalmente quando se tratava de fugas recorrentes. Talvez uma hipótese fosse que, pelo fato de a família conhecer o movimento do filho, sabia como lidar com aquela situação. Nesses casos, parecia existir uma acomodação maior por parte do familiar, pois ele já havia ido anteriormente à delegacia, conseguia imaginar onde o desaparecido estava e que possivelmente ele voltaria para casa. Essa é uma questão muito séria, pois mesmo que o desaparecimento seja um fenômeno conhecido para a família, isso não garante o retorno do filho.

Para a pesquisadora ficou a impressão de que algumas famílias foram até a delegacia para se eximir de alguma culpa ou cumprir uma obrigação. Apesar de “encontre meu filho” ter sido, em geral, algo muito repetido, a entrevista servia como um canal de esvaziamento de outras questões que não tinham nada a ver com o desaparecido. Bowers (2007), em um texto não psicanalítico sobre apoio às famílias de crianças e adolescentes desaparecidos, sugere que os serviços de atendimento não sejam em longo prazo justamente porque essas famílias já possuem uma série de problemas disfuncionais anteriores ao desaparecimento e que devem ser tratados em locais mais adequados. O autor sugere que o desaparecimento seja o foco central nesses serviços e, assim, encontros curtos e esporádicos seriam mais aconselhados.

Nas entrevistas na delegacia a ideia não foi restringir o foco no desaparecimento, mas justamente poder avaliar o que surgia espontaneamente no discurso dos entrevistados. O que não foi feito foi aprofundar ou dar muita atenção ao que apareceu excessivamente no discurso do entrevistado e que não dizia respeito ao desaparecido. A equipe de psicólogos foi orientada

a fazer o mesmo, uma vez que sua atenção foi no sentido de perceber se havia um pedido genuíno de ajuda a esses problemas ou se o tempo da entrevista estava sendo gasto apenas com um discurso que não contemplava nada.

Havia ainda situações em que, apesar de os familiares entrevistados expressarem suas angústias de forma intensa, chorarem por seus filhos ou reclamarem da situação-limite pela qual estavam passando, muitos não voltaram nos retornos como, por exemplo, o Caso 2 (Tabela 2, p.66). Nele, a mãe da menina subtraída chorou demais durante a entrevista quando pensou na possibilidade de sua filha ter sido morta pela atual mulher de seu ex-companheiro. Em muitos momentos, a pesquisadora sinalizou a importância de que ela comparecesse aos retornos devido ao possível desdobramento do caso. Mas, apesar do choro e do relato de uma história permeada de violência, a mãe não parecia demonstrar interesse pelo projeto ou de falar mais sobre si. Parecia extremamente descompromissada com tudo e em todas as tentativas que a pesquisadora fez, a mãe faltou aos retornos. Na última tentativa, ao falar pelo telefone com o avô materno da menina, com quem a mãe morava, esse lhe disse “Minha senhora, não adianta ligar porque minha filha não vai. Ela não se preocupa com nada” [sic]. Foi essa a impressão que a pesquisadora teve, apesar de ter levado em conta que a mãe também pudesse ter tido medo de represálias do ex-companheiro ou de revelar alguma cumplicidade indireta com o crime.

Mesmo com efeitos tão diferentes, a pesquisadora considera que o modelo proposto no Caminho de Volta marcou um diferencial na vida daquelas famílias a partir do momento que o desaparecimento/fuga de casa não foi considerado como um evento secundário ou de menor importância, e sim um sintoma que sinalizou a presença de tantos outros que não foram percebidos ou não foram tratados pela família. Contudo, a pesquisadora considera fundamental que também seja feito um trabalho clínico mais longo, que deve caminhar no sentido do sujeito que desaparece/foge encontrar um saber/fazer diferente com seu modo de gozo que lhe permita não a exclusão, mas a inserção no laço social. Ao fugir, não é apenas o convívio familiar que é deixado, mas também a escola é abandonada e projetos futuros adiados. Deve-se observar qual é a satisfação pulsional obtida pelo sujeito quando ele escolhe fugir de casa e como ele pode viver essa satisfação de forma diferente que lhe acarrete menos prejuízo.

Com a família, o trabalho também deve incidir sobre um saber/fazer diferente com as repetições sintomáticas que estejam ocorrendo. Possibilitar que ocorram mudanças sobre a forma de relacionamento com o desaparecido para que ele possa ocupar novas posições na estrutura familiar que não seja somente a do “filho-incômodo ou filho-problema”.

6.4 ASPECTOS E EFEITOS MULTIDISCIPLINARES DA PRÁTICA CLÍNICA EXECUTADA NA DELEGACIA

Anteriormente foram discutidas algumas questões multidisciplinares surgidas dentro da equipe do Caminho de Volta. Porém, outras surgiram no universo multiprofissional que envolveu a prática clínica executada em uma delegacia de polícia e consequentemente o convívio diário com os policiais e delegados. Para enriquecer a discussão sobre a multidisciplinaridade decorrente da prática clínica desenvolvida na delegacia, foi fundamental pensar na função do policial e nas questões que ela envolve, uma vez que algumas tiveram efeitos sobre os atendimentos do Caminho de Volta.

Quando a equipe de coordenadores do Caminho de Volta decidiu que os atendimentos às famílias seriam realizados na 2ª Delegacia, a pesquisadora, a princípio, teve algumas dúvidas quanto à possibilidade de executar um trabalho clínico em uma sala junto com investigadores de polícia. Todavia, a análise dos B.Os de 2003 possibilitou-lhe um olhar diferente sobre aquele ambiente de trabalho, uma vez que a ajuda dos investigadores e a boa recepção que recebeu naquele período também serviram para que a pesquisadora se familiarizasse com o ambiente e não se sentisse uma estranha. Turato chama de “intrusão de propriedade” (p.324) esse problema que é comum para o pesquisador na entrada em campo quando é visto como agente estranho, como aquele que não faz parte da instituição onde será realizada sua pesquisa.

Assim, a execução de um trabalho clínico dentro de um ambiente fora dos padrões de um consultório particular exigiu da pesquisadora e dos demais psicólogos voluntários um manejo durante a entrevista que levou em conta a escuta do caso e ao mesmo tempo ter que lidar com situações cotidianas com os investigadores de polícia. Trabalhar em uma delegacia foi uma experiência importante, uma vez que a pesquisadora e psicólogos conseguiram observar como cada um colocava limites e lidava com diferentes situações sem prejudicar a manutenção do Caminho de Volta naquele espaço.

Guirado (2006) ao relatar a experiência de atendimento psicanalítico a jovens institucionalizados na antiga FEBEM, diz que

é importante considerar as características da instituição “hospedeira”; isto, para configurar as expectativas cruzadas na parceria cliente/terapeuta que acontecerá. Na condição de “hospedeira”, tal instituição é dominante e tem vida própria para além do trabalho terapêutico; é ela que, em última instância dá as

cartas desse jogo desafiador do exercício da clínica bem distante de seu berço histórico, entre os muros de uma instituição prisional. (p.61).

A delegacia de polícia, portanto, foi a “hospedeira” de uma equipe de psicólogos que entrou no espaço de trabalho dos policiais e não o contrário. Não houve um convite para essa entrada uma vez que o Caminho de Volta apresentou um projeto que foi aceito pelos delegados. A inserção da clínica veio posteriormente e por isso, necessariamente, os psicólogos tiveram que se acostumar com o dia a dia da delegacia. As capacitações realizadas por meio de palestras permitiram que os investigadores conhecessem uma maneira de trabalhar com a temática do desaparecimento de crianças e de adolescentes de forma totalmente distinta de seu trabalho habitual. Além disso, puderam conhecer a importância da psicologia no atendimento às famílias e aos desaparecidos depois de encontrados bem como mais detalhes sobre o universo da biologia molecular e de sua utilidade na área forense. As capacitações foram fundamentais para tentar diminuir a “ideação paranoide” (Turato, 2003, p.324) por parte dos investigadores por considerar a pesquisadora como aquela que identificaria e divulgaria os defeitos da instituição policial, expondo seus limites e fragilidades.

Por outro lado, foi fundamental que a equipe do Caminho de Volta soubesse como os policiais concebiam o desaparecimento, o que faziam, quais seriam suas ações etc. Nas palestras eles verbalizaram que quando precisavam ir a um determinado bairro para obter mais informações na casa do desaparecido, conseguiam identificar em qual das casas da rua morava a criança ou o adolescente antes de certificarem-se do endereço. Essa percepção, segundo eles, decorria do fato de essas casas possuírem uma aparência mais humilde quando comparadas com as outras casas da rua. Enfatizaram que isso não era uma regra, mas que por vezes acertavam em seu palpite, uma vez que a maior parte dos casos costumava ocorrer nas regiões mais periféricas da cidade (Gattas & Figaro-Garcia, 2007) e que o grande problema eram os “conflitos familiares” [*sic*].

Esse é um ponto fundamental, ou seja, a diferença existente quanto à compreensão dos desaparecimentos a partir de uma escuta clínica e a partir da escuta “policial”. A escuta policial começa na abertura de um B.O., pois o mesmo faz parte do método de investigação policial que inclui a entrevista, a observação e a participação (Polícia Civil, 2002). A Entrevista “é uma conversação mantida com propósito definido, planejada e controlada pelo entrevistador. Para melhor compreendê-la, há que se atentar para os aspectos técnicos e fatores humanos a ela inerente”. (p.132). No que diz respeito à Observação ela pode

ser empregada durante a entrevista para obtenção de dados sobre o comportamento do entrevistado, para notar como reage às perguntas, seu tom de voz, bem como suas hesitações e atitudes com o entrevistador. Assim, a observação assume função de relevo na investigação, pois informações a respeito do investigado podem ser colhidas sem a necessidade de verbalização, com mera observação de seu comportamento. (p.132).

E a Participação é definida como “a troca de informações entre duas ou mais pessoas sendo necessário que exista empatia entre elas, com alguém se colocando no papel e na situação de outra, para compreender seus sentimentos, pontos de vista, atitudes e atos”. (p.132). As perguntas feitas nas entrevistas policiais também devem acatar alguns princípios como, por exemplo, a escolha de palavras e vocabulário adequados tendo em vista o nível cultural e de informação do entrevistado, procurando não utilizar palavras muito técnicas que possam inibir uma pessoa mais humilde. Além disso, prioriza-se a utilização de perguntas abertas, sendo as fechadas para casos específicos. Importante é diferenciar uma entrevista de um interrogatório policial (Polícia Civil, 2000) que, mesmo sendo um tipo de entrevista, caracteriza-se por ser

um processo operacional por meio do qual procura-se obter, formal e oficialmente, através de perguntas e respostas, dados e informações a respeito de um fato típico ocorrido. Tem a finalidade precípua de extrair de alguém, intencionalmente, uma informação até então oculta. (p.136).

Apesar de diferentes atribuições, tanto o investigador de polícia quanto o psicólogo entrevistador estavam lidando com pessoas em conflito com alguém e que buscaram a escuta de seu sofrimento e de suas queixas na esperança de encontrar meios de resolvê-los. Para a polícia a forma de escutar o relato recaiu sobre as pistas, sobre os elos entre as histórias e, também sobre o comportamento daquele que buscou sua ajuda. A pesquisadora observou o quanto a escuta policial foi extremamente precisa para detectar uma mentira, uma escorregadela no discurso, uma contradição presente em diferentes histórias ou na mesma história, conseguindo perceber quando ela era bizarra ou quando tinha fundamento. Essas percepções apareciam nas conversas informais que tinha com os investigadores, ou quando os próprios se aproximavam para comentar algum caso. Além disso, na delegacia o investigador contava com outros recursos, como, por exemplo, o levantamento de antecedentes criminais para verificar se algo da história tinha sido omitido ou não. Seu treinamento parecia em direção ao fechamento do que a pesquisadora chamou de um “diagnóstico” policial. O ouvir o relato das famílias na delegacia configurava o início de uma investigação que se diferenciava de outros métodos investigativos como, por exemplo, a campana⁴⁷, a penetração e a

⁴⁷ Refere-se às observações discretas nas imediações, de uma ou mais pessoas para conhecer seus movimentos, fiscalizar a chegada ou aparecimento de alguém.

infiltração, a interceptação telefônica e o recebimento de dados fornecidos por informantes ou denunciante anônimos (Polícia Civil, 2000, p.49).

A diferença de escuta entre os saberes diz respeito a uma lógica na compreensão do caso e na maneira como a transferência se estabelece entre os diferentes profissionais. Suannes (2008, p.43) abordou as transferências que se estabelecem entre a família e a instituição judiciária, onde as primeiras, por serem representadas por seus advogados acabam utilizando um discurso dentro da lógica do Direito. O caminho da perícia psicológica, por exemplo, seria o oposto, ou seja, o caminho onde a escuta não estaria voltada aos aspectos factuais ou legais, e sim aos aspectos inconscientes presentes no discurso.

Nas investigações policiais também existia uma lógica. Os investigadores não se interessaram pelas questões inconscientes surgidas no relato das famílias, pelo modo como essas se expressavam na cadeia significativa. Não fizeram interpretações psicanalíticas sobre os discursos porque essa não foi e nunca será a sua função. O policial civil não é treinado para resolver conflitos familiares, mas a “instituição Policial Civil tem como função primordial a árdua tarefa de ajudar na manutenção da ordem pública e o desvendar, através da investigação e inquérito policial, os crimes contra o cidadão que é lesado em seus direitos”. (Saab, 2006, p.99). Um dos efeitos da escuta policial observada pela pesquisadora foi o fato de as famílias ficarem satisfeitas com uma ação de ordem prática, desde um simples telefonema para checar uma informação, fazer uma busca de cadáveres nos IMLs, ou até pressionar alguém que estivesse escondendo um adolescente etc. Estas atitudes possuíam um importante impacto emocional nas famílias que se sentiam respondidas em sua demanda dirigida ao Outro da instância policial para que fossem tomadas atitudes necessárias para resolver o desaparecimento. Em outras situações, o problema não tinha uma solução imediata ou essa não chegava da forma como a família esperava. Essas, por sua vez, frustravam-se porque queriam que seus filhos fossem encontrados o mais rápido possível.

As explicações fornecidas pelos policiais, a forma como eles concebiam os “problemas familiares” e a posição de muitos em considerar a fuga como “problema familiar/social e não policial” [*sic*] marcou uma diferença na forma de lidar com o desaparecimento. Talvez pela repetição dos desaparecimentos envolvendo as mesmas histórias, os policiais demarcassem que aquele terreno não era de sua alçada. Por saberem que o principal tipo de desaparecimento eram fugas de casa e por considerá-las um problema familiar/social, quando havia casos de fugas repetidas, os investigadores tinham a sensação de que seu trabalho não era eficiente, pois quando encontrado, o desaparecido fugia de novo.

Como já mencionado, muitas vezes, os investigadores mostram-se impacientes com as famílias e com os desaparecidos encontrados e a presença do psicólogo parecia “aliviá-los” de terem que fazer uma função que não era de sua competência. Parecia existir o que Turato (2003) chamou da “expectativa de um retorno imediato”, ou seja, a pesquisadora e os voluntários sentidos como aqueles que forneceria a ajuda que os investigadores necessitavam para lidar com suas dificuldades no atendimento às famílias.

No entanto, o trabalho descrito por Santos (2001) refere que as DDMs, em muitos casos, funcionam como “consultório sentimental”, onde a investigação policial acaba ficando em segundo plano quando comparada à escuta que os policiais e delegados fazem dos problemas de ordem familiar. Porém, é interessante pensar nesse contraponto, pois nas DDMs uma das principais queixas é a violência doméstica e conflitos familiares, inclusive queixas de desaparecimento de crianças e adolescentes. Histórias muito parecidas com as relatadas na 2^a Delegacia de Pessoas Desaparecidas. Porque então essa diferença? Uma resposta possível talvez seja o fato de as DDMs atenderem, em sua maioria conflitos, de ordem familiar e na 2^a Delegacia os casos de desaparecimento não se limitarem a isso, pois como já foi citado, os desaparecimentos podem ocorrer em diferentes contextos. Mas será que essa é a única resposta possível? Esse parece um tema interessante a ser estudado, isto é, quais são as diferenças presentes nas formas de atendimento à população que são prestadas por policiais de delegacias especializadas.

Quando estive na delegacia a pesquisadora tentava abordar essa questão dizendo aos policiais que, se a fuga foi decorrente de maus-tratos, essa criança ou adolescente deveriam ser protegidos e isso era assunto para a polícia. Essa cisão entre “assunto de família” e “assunto de polícia” envolveu uma questão muito séria, pois se a polícia configura para o sujeito o Outro que vai resolver crimes ou situações de quebra de direitos dos cidadãos, então como a família de um desaparecido se sente ao perceber que as ações policiais não vão além da investigação do desaparecimento? Ao chegarem na delegacia a primeira demanda das famílias foi “ache meu filho”, mas a segunda pareceu ser um pedido de ajuda à polícia mais efetiva como “proteja meu filho”. As famílias pareciam necessitar da força de um terceiro que pudesse propiciar alguma possibilidade de interdito, ou seja, barrar o modo de gozo presente naquelas relações familiares onde se sentiam ameaçados, desamparados ou sem condições de solucionar seu problema. Porém, quando a polícia diz que ela também não pode exercer aquilo que representa por achar que não é de sua alçada, a quem recorrer? A Lei Federal 11.259 (2005) determina a busca imediata de crianças e adolescentes desaparecidos após terem sido feitas notificações aos órgãos competentes, entre eles as DPs. No entanto, há leis

mais antigas no Estado de São Paulo, como a Lei 10.467 (1999) que determina que a polícia e os órgãos da segurança pública realizem a busca imediata de pessoa menor de 16 anos desaparecida ou de qualquer idade, portadora de deficiências física, mental ou sensorial e a Portaria DGP-18 (Polícia Civil, 2000) que obriga a abertura imediata de B.O. No entanto, por essas leis serem pouco cumpridas os casos acabam sendo menos investigados, acentuando para as famílias a constatação de não terem seus direitos garantidos e consequentemente de se sentirem injustiçados.

A pesquisadora percebeu que talvez ainda leve muito tempo para que ocorra uma mudança no posicionamento dos policiais frente ao desaparecimento de crianças e de adolescentes, uma vez que parece existir uma acomodação com relação a ele. Assim, em concordância com Oliveira (2007), ficou a constatação de que o desaparecimento configura algo de menor importância para a polícia do que outro tipo de ocorrência, uma vez que a resistência e a dificuldade de encontrar apoio policial “está na afirmação por parte dos policiais de que buscar desaparecidos civis não seria uma atribuição da polícia. Para tanto sempre argumentam de que a polícia só pode agir mediante provas criminais”. (p.175). Quando o autor entrevistou alguns delegados de polícia do Distrito Federal para conhecer que percepções eles tinham sobre o desaparecimento, a conclusão de Oliveira (2007) foi que, quando comparado a outras situações que requerem a ajuda policial, o desaparecimento é

algo sem importância. Isso porque para os delegados, o desaparecimento é construído, sobretudo por práticas corriqueiras e relativamente aceitáveis, portanto, pouco ou nada há de se fazer. É comum assim, a afirmação de que a polícia civil “não tem nada a ver com isso”. (p.185).

Oliveira (2007) argumenta ainda que esse tipo de pensamento estimula ainda mais a “cultura policial” de só se registrar a ocorrência após 24 ou 48 horas, mesmo sabendo que esse registro deve ser feito imediatamente (Polícia Civil, 2000, p.599). Portanto, essa não é uma característica apenas das delegacias de polícia de São Paulo, mas algo que ocorre em outras delegacias do Brasil. A demora na abertura dos B.Os também pode ser resultado do receio da família em revelar outros problemas que resultaram em queixas policiais contra eles. (Oliveira, 2007, p.178). Esse receio também remete ao fato de que nas entrevistas apareciam fatos que não haviam sido reportados aos policiais, justamente pelo temor em serem acusados ou culpabilizados pelo desaparecimento do filho, como queixas de maus-tratos.

Os relatos dos entrevistados na delegacia mostraram o quanto alguns dos investigadores adotaram uma postura recriminatória e impaciente nas entrevistas, principalmente com os adolescentes encontrados. Como bem citou Oliveira (2007) os policiais civis “possuem uma forte resistência em investigar desaparecimentos, sobretudo se forem de adolescentes e mais

ainda em se tratando de pessoas reincidentes”. (p.178). Essa impaciência também apareceu no discurso das famílias com relação a outros DPs e pode-se pensar que ela surgiu em decorrência do fato de que a família já havia sido escutada mais de uma vez. Assim, a história e o desaparecido já eram conhecidos e o investigador já havia tentado fazer algum tipo de orientação anteriormente, o que também pode ter contribuído para a demora em abrir um novo B.O. ou reativar um B.O. antigo.

No entanto, nos casos de desaparecimento de crianças pequenas, principalmente os de subtração, houve uma prontidão imediata na investigação envolvendo todos os policiais na busca de uma solução imediata, como no caso do menino assassinado pelo padrasto solucionado em uma semana. Na verdade, todos os casos deveriam ter esse empenho, mas as subtrações mobilizam as pessoas de maneira diferente. Nessas situações, as crianças são “roubadas” e não saíram de casa por vontade própria, principalmente no caso de bebês em maternidades. Assim, a culpa fica deslocada no outro e nunca no filho, como ocorre nas fugas.

Esse deslocamento da culpa parece presente em outras situações como a descrita por Moretto (2006), em seu trabalho sobre a clínica institucional com pacientes que se submeteram a transplante de fígado. A autora relata que no transplante intervivos, o receptor fica em um “conflito” pois ao mesmo tempo em que não precisa ficar em uma lista de espera para receber o órgão, sofre pela possibilidade de algum familiar ceder parte de seu fígado para salvar-lhe a vida. Para os doadores é “inquestionável” sua decisão em doar, porque “a omissão ou a recusa seria algo da ordem do insuportável”. (p.78). Moretto relata que o conflito dos doadores só aparece quando, por alguma razão médica, são excluídos como doadores onde “a vivência parece ser a de alívio e, ao mesmo tempo, de missão cumprida. ‘Se não vou doar, não é por decisão minha, não é porque eu não quis, mas porque a equipe não me aceitou. Estou aliviado’”. (p.78).

Sem dúvida, a ideia de alguns policiais sobre a pouca gravidade do desaparecimento de parece contribuir para que o mesmo seja visto como algo que pode ser investigado sem tanta urgência. Outro dado observado e que pode estar relacionado a esse posicionamento dos policiais é a falta de informações presentes nos B.Os de desaparecimento, fato esse constatado pela pesquisadora na avaliação das queixas lavradas em 2003. Esse é um aspecto importante a ser discutido, uma vez que o B.O, por ser um registro oficial, deve ser o mais completo possível a fim de fornecer o maior número de informações para a investigação policial. Não completá-los adequadamente parece ser uma forma de deixar as informações sobre o caso “desaparecidas” nos registros. Essa insuficiência de dados nos B.Os também foi constatada na pesquisa sobre exploração sexual e desaparecimento realizada por Gattas et al. (2009) quando

analisaram os registros de desaparecimento lavrados em delegacias do Deinter 6 (Santos), que de 1995 até 2003, registraram as queixas em Livros de Ocorrência contendo apenas o nome do desaparecido, ano, tipo e número da ocorrência, número do livro, nome do autor da ocorrência e responsável pelo registro. Não havia indicação sobre a idade dos desaparecidos nem seu grau de relacionamento com o autor da ocorrência. Os B.Os do Deinter 6 só começaram a ser digitalizados a partir de 2003 e mesmo assim com alguns dados incompletos, o que dificultou a coleta dos mesmos.

A falta de sistematização das informações dos B.Os também foi observada em outros trabalhos, como por exemplo, o realizado por Oliveira (2008) em seu estudo sobre o registro da violência contra o idoso nas delegacias. Nesse estudo, foi ressaltado que a bibliografia nacional e internacional mostra que é próprio dos policiais desqualificarem os conflitos familiares e entre pessoas conhecidas, ou seja, “os agentes do distrito policial investigados desvalorizam as ocorrências que envolvem brigas entre conhecidos na medida em que consideram que o verdadeiro trabalho policial está relacionado ao combate da criminalidade em geral e não à resolução de conflitos pessoais”. (p.16). Novamente aparece a questão do que é ou não assunto a ser tratado pela polícia. Hagen (2008) aponta que os policiais podem se ressentir da posição em que são colocados, sentindo-se usados para finalidades particulares, uma vez que

A ideia de servir como agência gratuita de cobrança de cheques ou como consultório para problemas conjugais não agrada a maioria dos policiais, que se identificam como agentes do Estado para elucidação de conflitos. Assim como algumas características são associadas ao “verdadeiro policial”, no sentido de uma policial ideal, que encarna as habilidades, conhecimentos e valores positivos, também se poderia falar em uma vítima “verdadeira” ou “falsa”. Casos de violência doméstica, de violência contra prostitutas ou contra homossexuais são exemplos clássicos dessa categoria, sendo frequentemente encarados pelos policiais como perda de tempo, uma atividade inútil. (p.11).

Lamoglia e Minayo (2009) fizeram uma análise das ocorrências de casos de violência doméstica e conjugal registradas em uma delegacia de polícia do interior do Rio de Janeiro, para traçar o perfil dos casais por meio de entrevistas e dos dados dos B.Os. Mas constataram ausência de informações relevantes devido ao “mau preenchimento dos dados de ocorrência tanto da vítima quanto do agressor” (p.597). Para as autoras essa imprecisão dos dados não é “neutra” ou “inocente” e que os policiais

acostumados a lidar com crimes e infrações que ocorrem no espaço público e privado tendem a menosprezar os problemas de desrespeito aos direitos humanos gerados na vida privada. Muitos consideram que a violência conjugal não deveria ser uma questão da alçada das delegacias, a não ser em casos de graves agressões físicas, ameaças ou consumação de homicídios. (p.600).

Portanto, os estudos citados mostraram que o posicionamento dos policiais frente aos problemas de “ordem familiar”, é o mesmo independentemente da delegacia que trabalham. O

Ideal de eu⁴⁸ dos policiais parece voltado somente ao combater o crime, ao ir para as ruas e fazer as investigações. Ao desqualificarem a etapa de atendimento à população também acabam perdendo de vista a possibilidade de fazer um trabalho preventivo. Tal posicionamento parece se refletir na imprecisão dos B.Os e afetar o atendimento à população que não se sente respondida em sua demanda. Parece imprescindível que esses registros sejam preenchidos corretamente não só para seu uso nas investigações policiais como também ao servirem como importante fonte de informação para pesquisas epidemiológicas na área da violência e do desaparecimento. E, principalmente, para o estudo da própria atividade policial como aponta Hagen (2008).

No entanto, a pesquisadora considera que uma forma de melhorar a situação do atendimento às famílias dos desaparecidos seria treinar os policiais para atender esses casos específicos. Treinamentos que poderiam começar na própria formação do policial e na participação mais efetiva da corporação em jornadas, palestras ou cursos voltados ao tema da família, violência doméstica, desaparecimento de pessoas, adolescência, sexualidade, entre outros. Além disso, seria mais interessante que houvesse na Capital delegacias apenas para investigar os casos de desaparecimento de crianças e adolescentes como o SICRIDE, delegacia especializada em desaparecimentos de crianças até 12 anos localizada em Curitiba e que desde 2007 cadastra casos ocorridos no Paraná para serem inseridos no Caminho de Volta.

Todavia, além da falta de treinamento específico, há outras dificuldades presentes no trabalho policial. Por exemplo, na 2ª Delegacia apenas duas equipes de investigadores se revezam, sem condições de investigar todos os casos de desaparecimento. Nota-se aí uma falência governamental ao destinar, apenas para uma delegacia da cidade de São Paulo, a responsabilidade pela investigação do desaparecimento de pessoas. Outra dificuldade da polícia civil é quanto ao remanejamento de delegados nas delegacias que ocorre quando há mudanças de governo e consequentemente de cargos de chefia. Os delegados, ao mudarem para outras delegacias e até para outras cidades, levam consigo seus chefes de investigadores ou policiais de confiança. Assim, os investigadores que começam a se habituar ao trabalho de uma delegacia, alguns meses depois podem ir para outra e assim sucessivamente. Essa falta de constância dos cargos de chefia e da equipe de investigadores também contribuí para que se perpetue a insatisfação no atendimento a uma população específica (casais, idosos, crianças e adolescentes), com uma queixa específica (violência doméstica, desaparecimento etc.). Essas trocas também foram observadas desde a implantação do Caminho de Volta na 2ª Delegacia e

⁴⁸ Será explicado na p.186.

nas capacitações presenciais realizadas nos Deinter em 2005. Quando havia uma equipe acostumada com os casos e com a dinâmica de funcionamento do Caminho de Volta, os delegados e seus investigadores eram substituídos. Assim, a cada mudança o novo delegado entrava em contato com a coordenadora geral do projeto ou vice-versa para que o mesmo fosse novamente explicado, bem como a importância da participação policial.

Todavia, alguns investigadores do DHPP permaneceram desde a implantação do Caminho de Volta, não sendo necessárias novas palestras. Além disso, a presença dos psicólogos voluntários também contribuiu para que as dúvidas dos novos investigadores fossem esclarecidas. Mas as mudanças de delegados ocasionaram, principalmente, a diminuição de casos encaminhados pelas delegacias do interior do Estado. Uma das maneiras de tentar minimizar esse problema seria ministrar capacitações virtuais no formato desenvolvido pela disciplina de Telemedicina da FMUSP. Esse recurso tinha sido discutido na fase de planejamento e desenvolvimento do Caminho de Volta, mas optou-se pelos cursos presenciais devido à importância do contato direto com os policiais, além da mobilização social que ocorria nas cidades quando a equipe era convidada a conceder entrevistas para a mídia escrita e falada. Essa mobilização social também propiciava que o Caminho de Volta fosse pauta na agenda pública das cidades e que o tema do desaparecimento de crianças e de adolescentes fosse discutido. Um aspecto que inviabilizou a capacitação virtual é que, apesar de a FMUSP dispor da tecnologia, o mesmo não corria com as cidades que receberiam as capacitações. No entanto, esse é um recurso que poderá ser utilizado no futuro.

Até agora foram discutidos alguns aspectos que a pesquisadora observou entre as diferenças da escuta clínica e a escuta policial referentes aos casos e os reflexos dessa escuta no atendimento aos entrevistados. Também foram apontadas algumas dificuldades do trabalho na delegacia e o que poderia ser feito para melhorá-lo. A seguir serão abordados alguns aspectos observados dos efeitos multidisciplinares da prática clínica na delegacia.

Inicialmente há o fato de essa clínica ter sido realizada em uma sala sem portas. A falta de privacidade em atendimentos clínicos psicológicos em um ambiente multidisciplinar pode ocorrer e não há nenhuma restrição no Código de Ética Profissional do Psicólogo de que a prática clínica deva ser executada dentro de uma sala com todas as garantias acústicas e de privacidade. O seu Art. 9 cita que “é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional” (Resolução nº 010/05, 2005, p.13), mas não sobre a especificação dos locais de atendimento. Do contrário, seriam impraticáveis os trabalhos desenvolvidos junto a meninos em situação de rua, onde a prática clínica é

executada em locais abertos como pátios de abrigos ou nas ruas (Ferreira, 2000; Melo, 1999/2000; Rosa, 1999; Silva et al., 1998; Tfouni & Moraes, 2003; Yunes et al., 2001), ou os desenvolvidos por acompanhantes terapêuticos (Corrozo, 1991; Franca, Teixeira & Gorgatti, (n.d); Palombini, 2004; Palombini, Cabral & Belloc, 2005; Sereno, 2006) ou ainda aqueles realizados nas Varas da Infância e Juventude, onde os relatos acabam, muitas vezes, sendo escutados por um colega na mesa ao lado (Shine, 2003; Suannes, 1999/2000; 2008). Mas talvez seja no ambiente hospitalar que a prática clínica psicológica se depare com desafios maiores, pois a falta de privacidade do paciente está presente o tempo todo. O artigo de Pinheiro e Vilhena (2007) é um bom exemplo, pois as autoras abordam que as características de um hospital contemplam a hierarquia, o controle, a manipulação de materiais e dos corpos por meio de exames minuciosos, onde a exposição do doente carece de privacidade. Essas características do ambiente, ou melhor, da instituição hospitalar afetam o trabalho clínico do psicólogo, que se sente também controlado, avaliado, mensurado pela hierarquia institucional. O artigo apontou para o “primado da visibilidade e transparência hospitalar” que devassa o campo clínico, dando a sensação de que o trabalho se insere em “uma casa com paredes de cristal: delicada, valiosa e completamente translúcida”. Essa ideia decorre do fato de que o paciente não é de exclusividade do psicólogo, pois seu histórico e a evolução do caso devem ser registrados nos prontuários acessíveis a outros profissionais. (Pinheiro & Vilhena, 2007, p.203).

Como já citado, as famílias foram inseridas no Caminho de Volta a partir do momento que aceitaram espontaneamente. Somente após os esclarecimentos feitos pelo entrevistador foi assinado o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido. Ao entrarem na sala do projeto as famílias foram capazes de observar que a mesma não tinha portas e, mesmo assim, permaneceram. Possuíam total liberdade para não fornecerem nenhum dado sobre si ou sobre o desaparecido. Portanto, as entrevistas não foram realizadas com as condições ideais de uma sala de atendimento, mas apesar dos possíveis incômodos (alguns verbalizados) surgidos nas entrevistas, o trabalho clínico no Caminho de Volta conseguiu ser realizado.

Um dos efeitos multidisciplinares importantes da prática clínica aconteceu quando, ao término da entrevista inicial, o psicólogo, ao agendar a primeira entrevista de retorno, logo solicitava que a família informasse à polícia se o filho tivesse sido encontrado e que o trouxesse para ser entrevistado. Essa solicitação pareceu ter contribuído para que a baixa nos B.Os abertos ocorresse com mais sistematização, pois muitas famílias se esqueciam de comunicar à delegacia o retorno da criança ou do adolescente. Essa falta de comunicação entre a família e a delegacia contribui para que muitos casos ainda continuem registrados

como desaparecimentos apesar do desaparecido já ter voltado para casa. Reportar à polícia esse fato é muito importante principalmente porque, em alguns casos, a família, no auge de sua angústia, acaba colocando mensagens na internet com a foto do desaparecido na esperança de que mais pessoas saibam do fato aumentando as chances de ele ser encontrado. Mesmo com o retorno do desaparecido, a imagem dele permanece na rede e é repassada por meio de correntes. A ReDESAP sugere que a população, em vez de repassar as mensagens, entre em seu no site (www.desaparecidos.gov.br) ou ligue para a polícia para saber se o desaparecido já foi encontrado.

Outro efeito observado foi com relação às diferentes reações das famílias quanto à presença do psicólogo e quanto à razão pela qual deveriam voltar nas entrevistas de retorno. Porém, para os encontrados, o fato de terem sido levados até lá por seus pais para serem entrevistados por policiais e, posteriormente, pelo psicólogo, talvez tenha gerado reações mais negativas. Uma hipótese pode ser o temor das prováveis reprovações por parte dos policiais (principalmente com aqueles que já desapareceram várias vezes) e até mesmo sentimentos de vergonha ou de raiva direcionados à família pela exposição de seus problemas. Daí a importância de se ter propiciado um ambiente mais acolhedor do que incriminador a partir do momento que logo foi esclarecida a função do entrevistador e o motivo pelo qual foi solicitado que seus familiares o levassem à delegacia. O caso 16 (Tabela 2, p.66) foi um exemplo interessante de como a vinda da adolescente à delegacia e seu desconforto com a presença dos policiais dificultou a entrevista inicial com ela. A oferta de uma entrevista em outro local permitiu que ela falasse abertamente sobre si e seu envolvimento com as drogas, o que possibilitou um pedido de ajuda para tratamento para sua dependência química. Todavia, esse tipo de reação não apareceu com frequência nas entrevistas com os adolescentes. Quando eles não queriam vir, a família avisava os psicólogos ou faltava aos retornos.

Outro aspecto observado foi que em algumas ocasiões, os investigadores e delegados não conseguiam diferenciar suas entrevistas das entrevistas feitas no Caminho de Volta. E o reflexo disso foram interrupções e trocas de informações feitas em voz alta, sem se incomodar com a privacidade do assunto. Esses comportamentos mostraram a dificuldade dos policiais em compreender ou se acostumar com a ideia de que havia, na delegacia, outro tipo de contato com as famílias. Com o decorrer do trabalho e da convivência entre psicólogos e policiais, essas dificuldades foram diminuindo, mas não inexistindo.

Os incômodos ou dificuldades encontrados pela pesquisadora ou pelos outros psicólogos que trabalharam na delegacia não se restringiram somente ao uso de uma sala sem portas. Os exemplos citados nos Resultados sobre os dois pedidos dos delegados junto à

equipe do Caminho de Volta serviram para mostrar que as supervisões não se limitaram ao caso clínico, mas em como a equipe lidou com situações inesperadas dentro do contexto da delegacia. A dificuldade de colocar certos limites decorreu do fato de que os significantes “polícia” e “delegado” representavam por sua vez o significante “autoridade” e com eles a ideia de obediência imediata. Talvez, a fantasia de sofrer uma punição ou alguma forma de retaliação ao trabalho estivesse operando para que a psicóloga voluntária aceitasse o convite para participar da acareação e da pesquisadora considerar que talvez tivesse que ter “obedecido” à solicitação do delegado para a entrega do material institucional.

Outro incômodo observado foi a violência explícita relatada pelos policiais com relação a alguns casos atendidos naquela delegacia ou em outras do DHPP. A pesquisadora procurava evitar, na medida do possível, saber detalhes sobre os crimes investigados. Todavia, os policiais falavam com tamanha naturalidade que parecia que o contato cotidiano com aquelas situações retirava-lhes o incômodo provocado pela violência deixando-a como algo distante para não comprometer o seu trabalho. Dejours (1987, p.35) ao estudar a psicopatologia provocada pelo trabalho afirma que o trabalhador possui uma ideologia defensiva que desenvolve para “mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave”. Por ser um mecanismo de defesa “elaborado por um grupo social particular” é importante que sua especificidade seja investigada. Ao analisar trabalhadores do subproletariado que habitavam regiões mais pobres e periféricas dos centros urbanos, o autor observou que o adoecer física ou psiquicamente corresponderia a uma vergonha por ter que parar de trabalhar e temer não ter condições de sustentar a si e a família. Dejours (1987) parte da hipótese de que a organização do trabalho exerce sobre o trabalhador uma ação específica no aparelho psíquico, que em certas

condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora... As tarefas perigosas, executadas na maioria das vezes em grupo, dão origem a um medo específico. Contra a angústia do trabalho, assim como contra a insatisfação, os operários elaboram estratégias defensivas, de maneira que o sofrimento não é imediatamente identificável. Assim disfarçado ou mascarado, o sofrimento só pode ser revelado através de uma capa própria a cada profissão, que constitui certa forma de *sintomatologia*. (p.133).

Portanto, as estratégias defensivas são “construídas, organizadas e gerenciadas coletivamente” e atuam sobre a percepção da realidade, pois ao negá-la, ela é transformada em seu contrário. (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994, p.127). O grande problema é que a negação da realidade não é individual, é coletiva. Por isso, não pode ser concebida como um delírio, pois é “validada coletivamente”. (p.129). Uma das estratégias defensivas dos policiais parece ser a eufemização da violência a partir do momento que falam dos casos naturalmente,

chegando a convidarem não policiais a participarem do assunto. A violência está deslocada no caso. A tendência é não entrar em contato com os possíveis efeitos que a violência do caso possa ter provocado no policial. Por isso as estratégias são negação e eufemização, uma vez que, como apontaram Minayo, Souza e Constantino (2007)

Os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam. (p.2768).

Portanto, como foi observado no episódio relatado nos resultados, o significante presente na frase do delegado “o policial não tem problemas” [*sic*] remeteu, para a pesquisadora, ao significante “não tem problemas de ordem psíquica”, que por sua vez pode ser remetido ao significante, “ele não pode” ter esse tipo de problema. Ao negar o pedido de ajuda o delegado faz um movimento conhecido e já observado por outros autores que estudam as questões que envolvem a profissão policial como, por exemplo, Constantino (2008), quando afirma que

os policiais tendem a negar seus sentimentos e medos e, portanto, a dimensão humana que os iguala a todos os homens e mulheres. Eufemizam o risco e as imposições prescritas do seu trabalho, que também os ameaçam, reafirmando a onipotência e o domínio subjetivo da impotência vivida no trabalho, ao mascararem e conterem a ansiedade das situações de risco. Na reafirmação da potência, também se inclui o impedimento à manifestação do sofrimento. O policial que manifesta medo, evidencia que qualquer policial pode senti-lo e, uma vez que o medo parece significar impedimento à execução da tarefa, expressá-lo resulta na ameaça à segurança do grupo que necessita do apoio de todos os colegas para delegar-lhes a segurança de suas vidas. (p.147).

Todavia, em 1921 Freud (1976/1921z), ao analisar os grupos e os aspectos psíquicos presentes nas suas formações, afirmava que tanto a Igreja quanto o Exército eram grupos artificiais pois “uma certa força externa é empregada para impedi-los de desagregar-se e para evitar alterações em sua estrutura... qualquer tentativa de abandoná-lo se defronta geralmente com a perseguição ou severas punições, ou possui condições inteiramente definidas a ela”. (p.119). No entanto, para Freud, na Igreja e no Exército, a pessoa “não é consultada ou não tem escolha se deseja ou não ingressar em tal grupo”. (p.119). Apontou ainda que se o grupo, com essas características, se desintegra, a ideia que circula entre seus membros é a de que as ordens do líder ou do superior não precisam ser mais atendidas. Sendo assim, cada um vai se preocupar consigo próprio e não com o restante do grupo. Freud diz que quando isso ocorre em grupos militares “os laços mútuos deixaram de existir e libera-se um medo gigantesco e insensato”. (p.122). Os “laços emocionais” a que Freud se refere são as chamadas identificações, carregadas de ambivalência por agregarem sentimentos de amor e ódio, assim como o que o menino sente em relação ao pai quando se identifica com ele após ter

renunciado o amor incestuoso pela mãe pelo temor da castração simbólica. A dissolução do complexo de Édipo possibilita a formação do supereu a partir das identificações com o pai, do temor de perder o seu amor e ser punido. O supereu é a instância censora do psiquismo, inibe as ações, provoca remorso e sentimentos de culpa. Foi construído a partir do supereu parental e é o portador do chamado Ideal de eu, que “aspira um aperfeiçoamento sempre maior. Essa função de ideal, correlativa como o supereu, do Édipo, mergulha suas raízes na admiração da criança pelas qualidades dos pais”. (Chemama, 1993, p.211). Com o desenvolvimento da criança, o supereu terá influências de mestres e educadores. Freud diz que “a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo”. (p.134). No entanto, Freud vai apontar que a identificação presente nos grupos é baseada em uma “importante qualidade emocional comum, e podemos suspeitar que essa qualidade comum reside na natureza do laço com o líder”. (p.134). Pode-se pensar que a polícia, principalmente a militar, possui algumas características apontadas por Freud, quanto à falta de liberdade do indivíduo ou medo da desintegração do grupo. Todavia, as pessoas escolheram ser policiais, desejaram isso. Partindo desse pressuposto, o policial se identificaria com seu líder, com a função que ele desempenha e de um dia ser como ele. Identifica-se com os ideais que constrói a respeito da profissão. E se essa profissão está pautada principalmente na garantia da segurança e da ordem, parece concebível pressupor que o supereu dos policiais seja mais rígido, mais resistente às mudanças, ainda mais censor.

Talvez isso também explique a fala do delegado de que os policiais não têm problemas psíquicos. Para o policial da outra delegacia, saber da presença de psicólogos no DHPP foi suficiente para formular um pedido. No entanto, sua demanda não teve condições de ser escutada por impedimento da própria hierarquia policial. Não foi possível saber do que se tratava, mas sinalizou algo que escapou da estratégia defensiva coletiva ao tentar romper com um sistema fechado presente na corporação⁴⁹.

Para finalizar, a pesquisadora observou que a população também acaba tratando o desaparecimento como algo que acontece com o outro, algo muito improvável de vir a acontecer um dia com seu filho (a). Novamente o desaparecimento fica deslocado e/ou negado. Mas quando ele efetivamente ocorre, a população não sabe o que fazer. Assim, uma das maneiras de mobilizar as pessoas para não se acomodarem frente ao desaparecimento é por meio do esclarecimento sobre sua gravidade. Por isso, em 2006 os coordenadores do

⁴⁹ Importante registrar que, apesar de não ser o foco da presente pesquisa, a saúde mental do policial civil e militar tem sido tema de estudos que utilizam diferentes instrumentos (questionários, entrevistas) para avaliar as condições de trabalho, fatores estressantes, sofrimento, questões de gênero e questões sobre autoestima como pesquisaram Amador e Spode (2005), Andrade, Souza e Minayo (2009), Silva e Vieira (2008), Souza, Franco, Meireles, Ferreira e Santos (2007), Spode (2004) e Spode e Merlo (2006). A clínica psicanalítica com policiais civis e militares foi relatada por Brasil (2004), Campos, Brasil, Guimarães e Cordeiro (2006) e Jock (2008).

Caminho de Volta decidiram fazer uma campanha informativa sobre os elevados índices de desaparecimento em São Paulo e no Brasil e sobre as medidas que deveriam ser tomadas, por exemplo, a abertura imediata de B.O. de desaparecimento.

Não somente a população, mas as instituições e as diferentes atividades profissionais precisam ser mais esclarecidas e estar interligadas para que os casos de desaparecimento de crianças e de adolescentes possam ser rapidamente solucionados e encaminhados adequadamente. A capacitação oferecida em 2007 aos Conselheiros Tutelares do Município de São Paulo, foi uma tentativa nesse sentido, uma vez que o trabalho em rede possibilita uma maior integração entre as diferentes áreas, contribui para uma solução mais rápida do problema, amplia a discussão do tema e propicia a criação de novas práticas profissionais, como por exemplo, o psicólogo trabalhando em uma delegacia especializada em desaparecimento de pessoas. Sem dúvida, a campanha e as capacitações foram efeitos da multidisciplinaridade, ou seja, foram resultados da aproximação com o tema do desaparecimento e do convívio diário com a polícia na delegacia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi apresentado um modelo de prática clínica psicológica desenvolvida para o *Projeto Caminho de Volta: busca de crianças e de adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo*. A inserção da psicologia com referencial psicanalítico dentro do escopo multidisciplinar desse projeto foi um eixo complementar aceito e valorizado pela equipe de coordenadores devido à importância em estudar, de forma mais profunda, o tema do desaparecimento de crianças e de adolescentes por meio de entrevistas com as famílias e com aqueles que foram encontrados. Tal modelo clínico pode ser multiplicado para outras instituições que atendem famílias de desaparecidos, uma vez que permite, aos psicólogos de diferentes referenciais teóricos, a utilização de sua metodologia por envolver entrevistas que buscam conhecer a história pregressa da família, do desaparecido e do desaparecimento, cujos dados são inseridos em questionários estruturados. A diferença vai residir no modo de escuta daquilo que é verbalizado pelos entrevistados, em como conceber os sintomas manifestados e, conseqüentemente, que propostas de tratamento podem ser oferecidas.

O atendimento desenvolvido nessa prática foi interventivo, uma vez que foi possível sinalizar alguns problemas emergentes no discurso dos entrevistados e apontar o quanto eles pareciam ter contribuído para o desaparecimento das crianças e adolescentes. O caráter interventivo também foi observado a partir do surgimento de demanda para tratamento psicológico ou psicanalítico de alguns familiares e dos próprios desaparecidos encontrados depois das entrevistas, sendo esse também um efeito terapêutico importante.

A maioria dos desaparecimentos foram fugas de casa, e algumas repetidas vezes. Nas famílias havia queixas anteriores envolvendo violência doméstica, uso de drogas ilícitas, alcoolismo, prática de atos infracionais por parte dos desaparecidos e de infração penal por parte dos familiares. Significantes como “filho/incômodo ou filho/problema” apareceram repetidas vezes pelos familiares para marcar tanto os desaparecidos quanto a relação estabelecida com eles. As relações familiares sempre apontavam para um limite que havia sido ultrapassado pelos pais e/ou responsáveis ou pelos desaparecidos. As entrevistas forneceram ainda pistas sobre os problemas que os familiares percebiam e/ou negavam, as estratégias que a família desenvolvia (ou não) para resolvê-los.

Conceber o desaparecimento/fuga de casa como sintoma também possibilitou a observação dos efeitos que aquele que fugiu buscou provocar na família e dos efeitos que recaíram sobre ele depois da fuga. Em muitas das famílias entrevistadas foi observado o “tudo

pode sem limites”, um modo de gozo presente nas gerações familiares anteriores e percebido nas escolhas conjugais atuais de parceiros sem autoridade ou extremamente violentos, que se repetiam em novas formações familiares, pautadas pelo excesso de violência, de indiferença, de negligência, de autoritarismo e de desamparo com os filhos. O desaparecimento/fuga pareceu a resposta possível dessas crianças e adolescentes frente a esses excessos, ou seja, como uma forma de colocar um limite naquilo que os pais falharam ou não tiveram condições de fazer diferente. Ao se observar aspectos da singularidade dos desaparecidos encontrados e entrevistados, alguns se identificaram com o lugar simbólico destinado pelo grupo familiar e utilizaram as fugas para manter essa posição. Outros lançaram mão da fuga justamente para ir contra o desejo dos pais e tentar encontrar um caminho pessoal. E, em alguns casos, a fuga de casa configurou uma saída para a sobrevivência psíquica da criança ou do adolescente. Em outras situações o sintoma desaparecimento/fuga de casa foi analisado como uma passagem ao ato, em uma errância a partir do momento que no apelo ao Outro a criança ou o adolescente não encontra uma resposta. O desaparecer/fugir foi o “sair de cena”. As fugas também foram pensadas como formas de buscar grupos sociais diferentes, famílias com modelos distintos da família de origem.

Um dado peculiar dos desaparecimentos/fugas foi a repetição que se mostrou como algo que algumas crianças e adolescentes não conseguiram abrir mão, ou seja, como um modo de gozo. É fundamental que seja realizado um trabalho clínico no sentido do sujeito que desaparece/foge encontrar um saber/fazer diferente com seu modo de gozo. A repetição também foi analisada como uma forma de gozar com o Outro, de ver sua reação no desaparecer/aparecer.

Assim, a possibilidade de escuta dos sujeitos entrevistados permitiu considerar a proposta clínica como um exemplo de psicanálise aplicada, na qual, apesar das limitações da sala de atendimento e do número reduzido de entrevistas, foi possível criar um ambiente propício para que se produzissem efeitos terapêuticos rápidos. Um dos principais efeitos foi com respeito à presença das famílias nas entrevistas de retorno que possibilitaram o levantamento de algumas hipóteses sobre os desaparecimentos.

O referencial psicanalítico, por esse ser um instrumento voltado ao particular de cada caso, permitiu pensar em diferentes direções de tratamento de acordo com as diferentes singularidades dos entrevistados. A colocação do entrevistador na posição de Sujeito Suposto Saber permitiu o surgimento da transferência a ponto de serem solicitadas mais entrevistas na delegacia, além das quatro previstas e formulação de pedidos de encaminhamento para a rede de atendimento psicossocial.

O modelo de atendimento proposto nessa pesquisa permitiu que os efeitos desses encontros levassem à construção de um caminho não de “volta” e sim de “ida”, na vida dessas famílias. Escutar a história familiar, levantar hipóteses, ajudar os entrevistados a colocarem em questão o que aconteceu com o filho (a) e avaliar as formas de relacionamento estabelecidas, possibilitou que os mesmos fizessem escolhas. Ou por manter tudo como estava ou por seguir em direção a outros modos de relacionamentos, ou seja, aqueles que pudessem garantir modelos em que fuga de casa não se configurasse como sua única possibilidade. O caminho de “ida” também serviu para as famílias que sofreram pela subtração de seus filhos, ou seja, como prosseguir apesar dessa situação traumática de ter um filho que não optou pela fuga, mas que foi “forçado” a perder o contato com sua família, em alguns casos, para sempre.

Assim, a escuta dos relatos permitiu pensar nas “causas” do desaparecimento de forma diferente do saber da ciência, que utiliza estudos epidemiológicos cujos resultados possibilitam a previsão de comportamentos de risco e a busca de estratégias para eliminá-los. Em vez de se priorizar a causa do desaparecimento, foi priorizada a escuta do sintoma do desaparecimento/fuga de casa.

Pode-se pensar que, independente do modo como a criança ou o adolescente desapareceu, as entrevistas serviram para apontar os efeitos do desaparecimento sobre a família, as formas reveladoras de como se davam as relações entre ela e o desaparecido e a necessidade de que se iniciasse um acompanhamento de caráter psicológico para o entrevistado ou para outro membro da família que necessitasse. A ideia de se fazer poucas entrevistas foi para que esse tipo de situação acontecesse, ou seja, para possibilitar a demanda ou para criá-la. E assim, possibilitar o encaminhamento para a rede.

A multidisciplinaridade do Caminho de Volta possibilitou a construção dos instrumentos utilizados na prática clínica e a discussão dos possíveis motivos da ocorrência dos desaparecimentos, levando em conta, não apenas os dados concretos obtidos nos questionários, mas principalmente as questões inconscientes presentes no discurso dos entrevistados que não podem ser medidas pelo saber da Ciência. Além disso, a multidisciplinaridade permitiu que os profissionais tivessem a flexibilidade necessária para não enrijecer seus posicionamentos e, ao mesmo tempo, exigiu-lhes uma postura que demonstrasse segurança em seu campo de atuação para que as diferentes funções e atribuições pudessem ter sido respeitadas e não ultrapassadas.

O convívio em um ambiente multidisciplinar amadurece o profissional que nele trabalha. A proposta clínica do Caminho de Volta foi enriquecida pela possibilidade de trocas

que a pesquisadora teve com diferentes parceiros, isto é, com a equipe de coordenadores, com os psicólogos voluntários e com os investigadores. E principalmente por ter sido uma prática clínica realizada em um local de trabalho diferente.

A implantação do Caminho de Volta na delegacia conseguiu ser realizada com sucesso e até hoje se mantém com o mesmo modelo metodológico de atendimentos às famílias. Situações vividas pelos psicólogos na delegacia possibilitaram modificações na metodologia da prática clínica sendo uma delas a obrigatoriedade de todos os casos serem entrevistados inicialmente pelos investigadores e depois pelo Caminho de Volta. Outras modificações nos instrumentos foram sendo necessárias com o passar do tempo, mas a essência do projeto se manteve.

Algumas dificuldades presentes no cotidiano de trabalho na delegacia conseguiram ser diminuídas ou superadas, mas ainda há muito trabalho a ser feito em conjunto com a polícia, não se restringindo apenas à polícia civil. Uma possibilidade é desenvolver um trabalho junto à Polícia Militar, uma vez que são eles que, ao encontrarem uma criança e/ou um adolescente nas ruas em situação de abandono ou praticando algum ato infracional, os levam às Varas de Infância, aos abrigos ou aos CTs. Muitas dessas crianças ou adolescentes podem ser os desaparecidos que as famílias estão procurando.

Todavia, o mais importante foi que, apesar dos desafios e dificuldades surgidos, o foco do Caminho de Volta se manteve, isto é, contribuir não somente na identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos, mas na compreensão da gravidade desse problema e das implicações psíquicas que afetam as famílias e os próprios desaparecidos.

O presente trabalho mostrou como é imprescindível a atenção governamental para políticas públicas, a atenção acadêmica para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologia, e, atenção clínica para o desenvolvimento de modelos de atendimento psicológico às famílias e aos desaparecidos quando encontrados.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- Aguirre, A. M. B., Herzberg, E., Pinto, E. B., Becker, E., Carmo, H. M. S., & Santiago, M. E. D. (2000). A formação da atitude clínica no estagiário de psicologia. *Psicologia USP*, 11(1). Recuperado em 28 de outubro de 2009, de <http://www.scielo.br>
- Alberti, S., Erlich, H., Mocarzel, P., Monteiro, P., Prata, D., & Reis, L. E. G. (2008). Encaminhamentos e dispersão. Questões para a psicanálise no hospital. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8, 42-57.
- Amador, F. S., & Spode, C. B. (2005). Trabalho policial, subjetividade e saúde mental: desafios e possibilidades metodológicas. *Barbarói*, 22/23, 143-163.
- Andrade, A. N., & Morato, H. T. P. (2004). Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 345-353.
- Andrade, E. R., Souza, E. R., & Minayo, M. C. S. (2009). Intervenção visando a auto-estima e qualidade dos policiais civis do Rio de Janeiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14 (1), 275-285.
- Apetkar, L. (1996). Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9(1), 153-184.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1988). *Pele de asno não é só história “um estudo sobre a vitimização sexual da criança e do adoelscente com a família*. São Paulo: Roca.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1993). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1995). *Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe.
- Azevedo, M. A., Guerra, V. N. A., Bueno, A. R., Saffiotti, H., Junqueira, L., Santoro Junior,

- M., & Vitiello, N. (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.
- Barra, M. B. (2007). A clínica psicanalítica em um ambulatório para adolescentes em conflito com a lei. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 3, 72-81.
- Bassols, M. (2005). Prefácio. In J. A. Miller. *Efectos terapéuticos rápidos. Conversaciones clínicas com Jacques-Alain Miller en Barcelona* (pp. 9-12). Buenos Aires: Paidós.
- Bastos, A., & Freire, A. B. (2005) A prática entre vários: princípios e aplicação da psicanálise. In T. C. Santos. *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Berta, S. L. (2007). *O exílio: vicissitudes do luto. Reflexões sobre o exílio político dos argentinos (1976-1983)*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Besset, V. L., Cohen, R. H. P., Coutinho, L. G., & Rubim, L. M. (2007). A psicanálise na cultura: novas formas de intervenção. *Psicologia em Revista*, 13(1), 27-40
- Biehal, N., & Wade, J. (2000). Going missing from residential and Foster Care: linking biographies and contexts. *British Journal of Social Work*, 30, 211-225.
- Biehal, N., & Wade, J. (2002). *Children who go missing: research, policy and practice*. Recuperado em 30 de março de 2006, de <http://www.dfes.gov.uk/qualityprotects/pdfs/missing-children.pdf>
- Bleger, J. (1998). *Temas de psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bollas, C. (1992). O trauma do incesto. In C. Bollas. *Forças do destino* (pp.191:200). Rio de Janeiro: Imago.

- Bowers, D.T. (2007). *A child is missing: providing support for families of missing children*. Recuperado em 15 de dezembro de 2007, de http://www.missingkids.com/missingkids/servlet/ResourceServlet?LanguageCountry=en_US&PageID=3312
- Brasil, F. (2004). A polícia entre o outro todo e o outro não-todo. *Latusa Digital*, 11, 1-10.
- Brasil, K. C. T., Amparo, D. M., Gusmão, M. M., Oliveira, R. M., Medeiros, M. O., Novaes, C., & Belfort, L. (2003). O trabalho interdisciplinar no contexto da exclusão. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(3), 90-97.
- Breuer, J., & Freud, S. (1976). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. II). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Brito, A. M. M., Zanetta, D. M. T., Mendonça, R. C. V., Barison, S. Z. P., & Andrade, V. A. G. (2005). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo de um programa de intervenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (1), 143-149.
- Brousse, M. H. (2003). Os quatro pontos cardinais da psicanálise aplicada. *Curinga*, 19, 68-77.
- Bucher, R., Costa, A. C. L., & Oliveira, J. A. (1991). Consumo de inalantes e condições de vida de menores da periferia de Brasília. *Revista da Associação Brasileira de Psiquiatria - Associação Psiquiátrica da América Latina*, 1(13), 18-26.
- Burguess, A. W., & Lanning, K. (2003). *An analysis of infant abduction*. Recuperado em 20 de janeiro de 2004, de <http://www.missingkids.com/enUS/publications/NC66.pdf>
- Campos, F. D., Brasil, F., Guimarães, M. C. P., & Cordeiro, N. (2006). Notícias de uma clínica particular: onde está o (P)ai (M)ilitar? *Latusa Digital*, 25, 1-9

- Caniato, A. M. P. (1995). *História negada: violência e cidadania sob um enfoque psicopolítico*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Carlini-Cotrim, B., & Carlini, E. A. (1987). O consumo de solventes e outras drogas em crianças e adolescentes de baixa renda na Grande São Paulo. Parte II: meninos de rua e menores internados. *Revista da Associação Brasileira de Psiquiatria - Associação Psiquiátrica da América Latina*, 2 (9), 69-77.
- Castillo Vergara, M. I., Del Rio Albornoz, M., Castañeda Dubois, M., & Lefevre Badilla, C. (1996). Estudio exploratório de un grupo de pacientes traumatizados extremos. *Revista Psiquiatrica* (Santiago de Chile), 13(1), 51-60.
- Castro, H. M. L (1995). Transtorno de conduta em crianças e adolescentes de rua no Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 8 (44), 403-09.
- Catela, G. V. L. S. (1999). *Não haverá flores na tumba do passado. A experiência de reconstrução do mundo dos familiares e desaparecidos de La Plata - Argentina*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Centro de Atención por el Derecho a la Identidad. (2005). *Psicoanálisis. Restitución, apropiación, filiación*. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo. Recuperado em 11 de janeiro de 2006, de http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/psicologia_web.pdf.
- Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo. (2008). *Psicoanálisis: identidad y transmisión*. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo.
- Chemama, R. (Org.). (2002). *Dicionário de psicanálise* (2a ed). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cobelo, A. W., Saikali, M. O., & Shomer, E. Z. (2004). A abordagem familiar no tratamento da anorexia e bulimia nervosa. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 31(4), 184-187.

- Cohen, C., & Figaro, C. J. (1996). Uma proposta institucional de atendimento de casos de violência sexual intrafamiliar: a experiência do CEARAS. In C. Cohen; F. C. Ferraz; M. Segre. *Saúde mental, crime e justiça* (pp.247-223). São Paulo: EDUSP.
- Cohen, C., Teixeira, A. R., Faiman, C. J. S., Figaro-Garcia, C., Gobbetti, G. J., & Neumann, M. M. (2000). *Abuso sexual. Que violência é essa?* São Paulo: CEARAS; Santo André: CRAMI-ABCD.
- Coimbra, C. M. B. (2001a). Práticas psi e tortura no Brasil. *Revista Psicologia Política, 1*(2), 93-105.
- Coimbra, C. M. B. (2001b). Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em Estudo, 6*(2), 11-19.
- Constantino, P. (2008). Percepção e vitimização de policiais civis-estudo comparativo nas cidades do Rio de Janeiro e de Campo dos Goytacazes. *Perspectivas online, 5*(1), 138-151.
- Corregedoria Geral de Justiça. (2005, 4 de agosto). Convênio entre a Faculdade de Medicina da USP e o Tribunal de Justiça para inclusão de crianças e adolescentes em situação de abrigo, com filiação indefinida ou duvidosa. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Caderno 1, Seção I - Atos do Tribunal de Justiça - Subseção II - Atos e Comunicados da Corregedoria Geral de Justiça - DEGE. Tribunal de Justiça de São Paulo, parte 1, p.03.
- Corrozzo, N. L. M. (1991). *A rua como espaço clínico. Acompanhamento terapêutico*. São Paulo: Escuta.
- Cosgrove, J. C. (1990). Towards a working definition of street children. *Internacional Social Work, 33*. Recuperado em 01 de março de 2007, de <http://www.isw.sagepub.com>
- Cottet, S. (2005). Aceleração dos efeitos terapêuticos em psicanálise. In T. C. dos Santos. *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada* (pp. 41- 51). Rio de Janeiro: Contra Capa.

Cromberg, R. (2001). *Cena incestuosa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Dalley, M. (2004a). *National Missing Children Services 2003 Reference Report*. Canada: Minister of Public Works and Government Services. Recuperado em 20 de janeiro de 2005, de http://www.ourmissingchildren.gc.ca/omc/publications/index_e.htm

Dalley, M. (2004b). *National Missing Children Services 2004 Reference Report*. Canada: Minister of Public Works and Government Services. Recuperado em 20 de janeiro de 2005, de http://www.ourmissingchildren.gc.ca/omc/publications/index_e.htm

Dalley, M. (2007). *National Missing Children Services 2007 Reference Report*. Canada: Minister of Public Works and Government Services. Recuperado em 15 de agosto de 2008, de http://www.ourmissingchildren.gc.ca/omc/publications/index_e.htm

Dassoler, V. A. (2003). Interdisciplinaridade: o saber que falta. *Cadernos da APPOA*, 120, 17-22.

Dejours, C. (1987). *A loucura do trabalho. Estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré.

Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo: Atlas.

Deslandes, S. F. (1994). Atenção a criança e adolescente vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(supl.1), 177-182.

Diaz, M. C. (2005). Efectos traumáticos de la represión política en Chile; una experiencia clínica. *Revista Chilena de Psicoanálisis*, 22(1), 19-28.

Dolto, F. (1998). Niños recuperados. In F. Dolto. *Textos inéditos: conferencias, actividades clínicas y cartas* (pp.73-87). Buenos Aires: Alianza.

- Dolto, F. (2004). *A causa dos adolescentes*. Aparecida: Idéias e Letras.
- Dutra, A. G. C., & Ferrari, I. F. (2007). Um estudo sobre psicanálise aplicada em hospital geral. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 270-282
- ECPAT Internacional. (n.d). *End child prostitution, child pornography and trafficking of children for sexual purposes. CSEC Terminology*. Recuperado em 09 de março de 2008, de www.ecpat.net/EI/CSEC_terminology.asp
- Estes, R., & Weiner, N. (2005). The commercial sexual exploitation of children in the United States. In S. W. Cooper, R. Estes, A. P. Giardino, N. D. Kellogg, & V. I Vieth. *Medical, legal & science aspects of child sexual exploitation. A comprehensive review for pornography, prostitution and internet crimes*. (Vol.1, pp. 95-128). St. Louis: G.W. Medical.
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de línguas. In S. Ferenczi. *Psicanálise IV* (pp.97-106). São Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1933)
- Ferrari, D. C. A., & Vecina, T. C. C. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar*. São Paulo: Agora.
- Ferreira, T. (2000). Os meninos e a rua - o psicólogo e os impasses da assistência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20 (1), 2-17.
- Ferreira, T. (2001). *Os meninos e a rua. Uma interpelação à psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Figaro, C. J. (1997). Atendimentos relativos ao abuso sexual – os desafios institucionais do CEARAS. In *Apostila, 1. Jornada do CEARAS sobre Abuso Sexual* (pp.43-8). São Paulo: CEARAS.
- Figaro, C. J. (1999/2000). Famílias incestuosas e a psicanálise: os desafios institucionais do

Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 128/129, 24-33.

Figaro, C. J. (2000). A relação incestuosa-um tipo de escolha narcísica de objeto (pp.42). In *Anais, 3. Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica*, 2000, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Figaro-Garcia, C. (2001a). “Vamos brincar de legal?” O jogo incestuoso entre pai e filha. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 147, 27-41.

Figaro-Garcia, C. (2001b). Famílias incestuosas. In C. Weinberg, *Geração delivery* (pp.173-181). São Paulo: Sá Editora.

Figaro-Garcia, C. (2004). Trauma e incesto. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 177, 66-73.

Figaro-Garcia, C., & Gattás, G. J. F. (2006). Desaparecimento de crianças. In R. Cabezón, *Nossas crianças, nosso futuro*. (pp.24-25) Ordem dos Advogados do Brasil/ Secção São Paulo: Centro Universitário Nove de Julho.

Figaro-Garcia, C. (2009a, 6 e 7 de outubro). *Casos do Projeto Caminho de Volta envolvendo desaparecimento e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. Trabalho apresentado na I Jornada Internacional sobre Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; III Seminário Projeto Caminho de Volta, São Paulo.

Figaro-Garcia, C. (2009b). *Psicanálise aplicada e o tratamento a casos de desaparecimento de crianças e adolescentes*. Monografia de conclusão do curso “Os casos clínicos de Freud e o ensino de Lacan” realizado na Clínica Lacaniana de Pesquisas e Atendimento (CLIPP) associada ao Instituto do Campo Freudiano.

Figaro-Garcia, C. (no prelo). Efeitos delirantes em dois relatos de desaparecimento de crianças. *Boletim Formação em Psicanálise*.

- Finkelhor, D., Hotaling, G., & Sedlak, A. (1990). *Missing abducted, runaway and throwaway children in America*. Washington, DC: US Department of Justice. Recuperado em 30 de maio de 2006, de <http://www.ncjrs.gov/html/ojjdp/nismart>
- Forster, L. M. K., Barros, H. M. T., Tannhauser, S. L., & Tannhauser, M. (1992). Meninos na rua: relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas. *Revista da Associação Brasileira de Psiquiatria-Associação Psiquiátrica da America Latina*, 3(14), 115-120.
- Foward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência. O incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Franca, J. C., Teixeira, L. C., & Gorgatti, V. (n.d). *Estratégias de intervenção em situação de risco e exploração sexual*. Recuperado em 20 de janeiro de 2009, de <http://www.projetocamara.org.br/materiallumena/Biblioteca/estrategiaDeintervencao.pdf>
- Freitas, R. C. S. (2002). Famílias e violência: reflexões sobre as mães de Acari. *Psicologia USP*, 13(2), 69-103.
- Freud, S. (1976a). Conferência X. O simbolismo dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* .(Vol. XV: Conferências introdutórias sobre psicanálise, Parte I e II, pp.179-201). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915-1916)
- Freud, S. (1976b). Conferência XXIV. O estado neurótico comum. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XVI: Conferências introdutórias sobre psicanálise, Parte III, pp. 441-456). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Freud, S. (1976c). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XVII: Uma neurose infantil e outros trabalhos, pp.199-211). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919)

- Freud, S. (1976d). Conferência XXXIV. Explicações, aplicações e observações. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XXII: Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise e outros trabalhos, pp.167-191). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1932-1933)
- Freud, S. (1976e). Totem e tabu. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIII: Totem e tabu e outros trabalhos, pp.17-194). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1976f). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia paranoides). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XII: O caso Schreber e artigos sobre técnica, pp.23-108). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (1976g). Neuropsicoses de defesa. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. III: Primeiras publicações psicanalíticas, pp. 55-82). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894)
- Freud, S. (1976h). A etiologia da histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. III: Primeiras publicações psicanalíticas, pp. 215-249). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896)
- Freud, S. (1976i). Três ensaios da sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. VII: Um caso de Histeria e três ensaios sobre a sexualidade, pp.123- 252). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1976j). Cinco lições de psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XI: Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos, pp. 13-55). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909)

- Freud, S. (1976k). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XV: Conferências introdutórias sobre a psicanálise (Parte I e II, pp. 27-285). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Freud, S. (1976l). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XVI: Conferências introdutórias sobre a psicanálise (Parte III, pp. 289-539). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)
- Freud, S. (1976m). História de uma neurose infantil. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XVII. Uma neurose infantil e outros trabalhos, pp. 13-151). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1918 [1914])
- Freud, S. (1976n). Psicanálise silvestre. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XI. Cinco lições de psicanálise, pp. 207-213). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910 [1909])
- Freud, S. (1976o). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XVII. Uma neurose infantil e outros trabalhos, pp. 201-211). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919 [1918])
- Freud, S. (1976p). A questão da análise leiga. Conversações com uma pessoa imparcial. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XX. Um estudo autobiográfico, pp. 209-293). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (1976q). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. VII. Um caso de histeria e três ensaios sobre a sexualidade, pp. 135-252). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)

- Freud, S. (1976r). A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIX. O ego e o id, pp. 179-212). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1976s). A dissolução do complexo de Édipo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIX. O ego e o id, pp. 215-224). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (1976t). Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XIX. O ego e o id, pp. 309-320). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (1976u). A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XVIII. Além do princípio do prazer, pp. 185- 211). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (1976v). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XVIII: Além do princípio do prazer, pp. 13-85). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1976w). A dinâmica da transferência. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. XII: O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos, pp. 131-143). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (1976y). Conferência XXVII. Transferência. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XVI: Conferências introdutórias sobre psicanálise. Parte III. Teoria geral das neuroses, pp. 503-521). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917)

- Freud, S. (1976z). Psicologia de grupo e análise do ego. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XXI: O futuro de uma ilusão, mal estra na civilização e outros trabalhos, pp. 89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921)
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. (2000). *Mapa da vulnerabilidade social da cidade de São Paulo*. Recuperado em 13 de dezembro de 2007, de http://www.seade.gov.br/produtos/msp/cvi/cvi1_m001.pdf
- Gandsman, A. E. (2001). *The spoils of war: accounting for missing children of Argentina's "Dirty War"*. Dissertação de mestrado, McGill University, Canada.
- Garrido, P. C. (2005). Memórias virósicas. Poder concentracionario y desaparición de personas en Argentina. In A. Lo Diúdice. *Psicoanálisis. Restitución, apropiación, filiación*. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo. Recuperado em 11 de janeiro de 2006, de http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/psicologia_web.pdf
- Gattás, G. J. F. (2007). *Polimorfismos de DNA e suas aplicações em ciências forenses e da saúde*. Tese de Livre Docência, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gattas, G. J. F., & Figaro-Garcia, C. (2007). *Caminho de Volta: tecnologia na busca de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Especial de Direitos Humanos: CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Gattas, G. J. F., Figaro-Garcia, C., Fridman, C., Battistella, L. R., Neumann, M. M., Lopez, L. F., Chao, L. W., & Massad, E. (2005). Projeto Caminho de Volta: busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo. *Revista de Cultura e Extensão USP*, 0, 28-37.
- Gattas, G. J. F., Figaro-Garcia, C., Fridman, C., Neumann, M. M., Lopez, L. F., Barini, A. S. et al. (2006). Projeto Caminho de Volta: A Brazilian DNA program for missing kids. In *21st. International Society for Forensic Genéticas Congress* (pp.101). Resumo recuperado

em 02 de janeiro de 2006, de <http://www.ipatmup.pt/isfg2005>

- Gattás, G. J. F., Savoia, T. L., Nascimento, R. A., Figaro-Garcia, C. Neumann, M. M., & Santos, H. L. L. (2009). *A exploração sexual e o desaparecimento de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo*. Convênio 030/2007. FNCA/PR - Processo 00004.000971/2007-02. Trabalho não publicado.
- Gawryszewski, V. P., Silva, M. M. A., Malta, D. C., Mascarenhas, M. D. D., Costa, V. C., Matos, S. G., Neto, O. L. M., Monteiro, R. A., Carvalho, C. G., Magalhães, M. L. (2006). *A proposta da rede de serviços sentinela como estratégia de vigilância de violências e acidentes*. Recuperado em 02 de janeiro de 2007, de <http://www.portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/VIVAC.pdf>
- Gueguén, P. G. (2007). Quatro pontuações sobre psicanálise aplicada. In *Trabalhos da Escola da Causa Freudiana reunidos pela Associação do Campo Freudiano. Pertinências da psicanálise aplicada*. (V. A. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guerra, A. M. C. (2005). A psicanálise no campo da saúde mental infanto-juvenil. *Psychê*, 15, 139-154.
- Guirado, M. (2006). A psicanálise dentro dos muros de instituições para jovens em conflito com a lei. *Boletim de Psicologia*, 55 (124), 53-66.
- Hagen, A. M. M. (2008). *Boletins de ocorrência como fontes para o estudo da atividade policial. A polícia em perspectiva história: Argentina e Brasil*. Recuperado em 30 de outubro de 2009, de <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Microsoft%20Word%20-%20hagen1.pdf>
- Hammer, H., Finkelhor, D., & Sedlak, A. (2002). *Runaway/Thrownaway Children: National Estimates and Characteristics*. Recuperado em 10 de abril de 2006, de <http://www.ncjrs.gov/html/ojjdp/nismart/04/>
- Herman, J. (1992). *Trauma and recovery*. New York: BasicsBooks.

- Herrmann, F. (2002). Da clínica extensa à alta teoria: a história da psicanálise como resistência à psicanálise. *Percurso*, 29 (2), 15-26.
- Herzberg, E., Chamas, D. (2009). Triagem extendida: serviço oferecido por uma clínica-escola de psicologia. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19(42). Recuperado em 28 de outubro de 2009, de <http://www.scielo.br>
- Hingel, R. (2005). *Caso Carlinhos*. Recuperado em 16 de novembro de 2006, de <http://www.serqueira.com.br/caso/renata.doc>.
- Janus, M. D., Archambault, F. X., Brown, S. W., & Welsh, L. A. (1995). Physical abuse in Canadian runaway adolescents. *Child Abuse and Neglect*, 19(4), 433-47.
- Jock, N. (2008). Polícia: que sintoma é esse? *Pulsional Revista de Psicanálise*, 21 (193), 55-61.
- Kiedrowski, J., & Dalley, M. (2004). *Parental abduction of children: an overview and profile of the abductor*. Recuperado em 28 de janeiro de 2005, de <http://www.ourmissingchildren.ca/en/publications/parent.html>.
- Kovács, M. J., Kobayashi, C., Santos, A. B. B., & Avancini, D. C. F. (2001). Implantação de um serviço de plantão psicológico numa unidade de cuidados paliativos. *Boletim de Psicologia*, 2(114),01-22.
- Laboratório de Estudos da Criança – LACRI. (2007). *Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes. A ponta do iceberg. Brasil. 1992 à 2007*. Recuperado em 20 de janeiro de 2008, de <http://www.usp.br/ip/laboratorios/lacri/index2.htm>.
- Lacadée, P. (2006). Fuga e errância na clínica com adolescentes. *Carta de São Paulo*, 2, 21-32.

- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-1973).
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)
- Lacan, J. (1992a). *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-1961)
- Lacan, J. (1992b). Saber, meio de gozo. In J. Lacan. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1970)
- Lacan, J. (1995a). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1956-1957)
- Lacan, J. (1995b). Ensaio de uma lógica de borracha. In J. Lacan. *O seminário, livro 4: a relação de objeto* (pp. 381-399). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1998a). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1998b). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 496-533). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos* (pp.238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998d). Observações sobre o relatório de Daniel Lagache. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 653-691). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960)

- Lacan, J. (1998e). Subversão do sujeito e dialética do desejo. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 793-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1998f). A pulsão parcial e seu circuito. In J. Lacan, *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (pp. 165-176). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (1998g). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958)
- Lacan, J. (2002). *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1956-1957)
- Lacan, J. (2003a). Ato de fundação. In: J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 235-247). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1971).
- Lacan, J. (2003b). Televisão. In: J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 508-543). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1973).
- Lacan, J. (2003c). Nota sobre a criança. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 369-368). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969)
- Lacan, J. (2005a). O simbólico, o imaginário e o real. In J. Lacan, *Nomes-do-Pai* (pp. 7-53). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (2005b). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1962-1963)

- Lacan, J (2005c). Passagem ao ato e Acting Out. In J. Lacan, *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1963)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1968-1969)
- Lamoglia, C. V. A., & Minayo, M. C. S. (2009). Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (2), 595-604.
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes
- Laub, D. (1998). The empty circle: children of survivors and the limits of reconstruction. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 46(2), 507-529.
- Leal, M. F. P., & César, M. A. (1998). *Indicadores da violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. Brasília: CECRIA. Recuperado em 14 de março de 2006, de http://www.cecria.org.br/pub/livro_indicadores_publicacoes.pdf
- Leal, M. L., & Leal, M. F. (2002). *Pesquisa sobre tráfico de Mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração comercial*. PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil. Brasília: CECRIA.
- Lei nº 5.869 (1973, 11 de janeiro). *Código de Processo Civil*. Recuperado em 21 de janeiro de 2007, de <http://www.cmc.pr.gov.br/apl/Arquivos-Download/arquivos/CodProcCivil.pdf>
- Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. (2005). *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*. São Paulo: CONDECA.
- Lei Federal nº 9.608 (1998, 18 de fevereiro). *Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências*. Recuperado em 21 de outubro de 2009, de <http://planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9608.htm>

Lei nº 10.464 (1999, 20 de dezembro). *Determina à autoridade policial e aos órgãos de segurança pública a busca imediata de pessoa desaparecida menor de 16 (dezesseis) anos ou pessoa de qualquer idade portadora de deficiência física, mental ou sensorial.* Recuperado em 20 de novembro de 2009, de http://http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_infancia_juventude/legislacao_geral/leg_geral_estadual/448FF05EB8A12FEBE040A8C02C013604

Lei nº 10.406 (2002, 10 de janeiro). *Código Civil.* Recuperado em 21 de janeiro de 2007, de <http://www.dataprev.gov.br/sislex/paginas/11/2002/10406.htm>

Lei nº 11.106 (2005, 28 de março). *Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.* Recuperado em 11 de maio de 2009, de http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11160.htm

Lei Federal nº 11.259 (2005, 30 de dezembro). *Diário Oficial da União* de 02 de janeiro de 2006

Libório, R. M. C. (2004). Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In R.M.C. Libório & S.M.G. Sousa (Orgs.). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais* (pp.19-50). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lins, M. I. A. (2006). *Consultas terapêuticas.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

Livingston, J. (2005). *The initial response to child abductions. An analytical perspective.* Recuperado em 30 de outubro de 2006, de http://www.fdle.state.fl.us/fcjei/analyst_info/analystacademy/assessmentsclass5/paperlivingston.pdf

Lo Giudice, A. (1999). Do nome próprio a escrita do nome: a problemática das crianças seqüestradas e dos bebês roubados durante o terrorismo de estado estabelecido pela última ditadura militar na Argentina (1976-1983). *Estilos da Clínica*, 6(4), 100-11.

- Lo Giudice, A. (2005) Hacia una construcción poética. In Centro de Atención por el Derecho a la Identidad. *Psicoanálisis. Restitución, apropiación, filiación*, (pp.21-25). Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo. Recuperado em 11 de janeiro de 2006, de http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/psicologia_web.pdf
- Lorente, J. A., Entrala, C., Alvarez, J. C., Lorente, M., Arce, B., Heinrich, B., Carrasco, F. et al. (2002). Social benefits of non-criminal genetic databases: missing persons and human remains identification. *Internacional Journal of Legal Medicine*, 116 (3):187-90
- Lusk, M. W. (1992). Street children of Rio de Janeiro. *International Social Work*, 35. Recuperado em 01 de março de 2007, de <http://www.isw.sagepub.com>
- Mariano, R. (1999). *Neopentecostais. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola.
- Matchinda, B. (1999). The impact of home background on the decision of children to run away: the case of Yaounde City street children in Cameroon. *Child Abuse and Neglect*, 23(3), 245-255.
- Melo, V. M. (1999/2000). Da família a rua a família...passagens possíveis. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 128/129, 47-61.
- Merlo, A. R. C., Jaques, M. G. C., & Hoefel, M. G. L. (2001). Trabalho de grupo com portadores de LER/DORT: relato de experiencia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 253-258.
- Miller, J. A. (1999). *La psychose ordinaire. La convention D'Antibes*. Paris: Agalma.
- Miller, J. A. (2000). Os seis paradigmas do gozo. *Opção lacaniana*, 26/27, 87-105.
- Miller, J. A. (2001). Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia. *Phoenix. Revista da Delegação Paraná da Escola Brasileira de Psicanálise*, 3, 9-44.

- Miller, J. A. (2007). *Rumo ao PIPOL 4* (A. L. Santiago, trad.). Recuperado em 27 de março de 2009, de http://ea.eol.org.ar/04/pt/template.asp?lecturas/txt/miller_hacia_pipol4.html
- Miller, J. A. (2009). Sobre o desejo de inserção e outros temas II. *Correio. Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, 62, p.10-17.
- Miller, J.A et al. (1998). *Os casos raros, inclassificáveis, da clínica psicanalítica: a conversação de Arcachon*. São Paulo: Biblioteca Freudiana Brasileira.
- Minayo, M. C. S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 1(2), 91-102.
- Minayo, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. (10a ed.). São Paulo:HUCITEC.
- Minayo, M. C. S., Souza, E. R., & Constantino, P. (2007). Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 23 (11), 2767-2779.
- Ministério da Justiça. *Secretaria Especial de Direitos Humanos*. (2002). Recuperado em 10 de janeiro de 2004, de <http://www.desaparecidos.mj.gov.br/Desaparecidos>
- Ministerio de Salud. (2001). *Consecuencias de la tortura en la salud de la población chilena: desafios del presente 1991-2001*. Santiago de Chile: MINSAL.
- Ministério da Saúde. (2009). *Agressões são responsáveis por 87% das violências*. Recuperado em 02 de março de 2009, de http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=931&CO_NO
- Ministério da Saúde. (2008). *Violência infantil é tema de discussão na 8ª Expoepi*. Recuperado em 02 de março de 2009, de http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=29765

- Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (2005). *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, DF. Recuperado em 20 de janeiro de 2007, de http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/impacto_violencia.pdf
- Moretto, M. L. T. (2006). *O psicanalista num programa de transplante de fígado: a experiência do “outro em si”*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Muniz, J. (1996). Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMS/RJ. In L.E. Soares et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, Relume Dulmará.
- Munõz, M., & Pérez, M. E. (2005). Reconstrucción de la identidad de los desaparecidos, archivo biográfico familiar de abuelas de Plaza de Mayo. In Centro de Atención por el Derecho a la Identidad. *Psicoanálisis. Restitución, apropiación, filiación*, (pp. 219-230). Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo. Recuperado em 11 de janeiro de 2006, de http://www.abuelas.org.ar/material/documentos/psicologia_web.pdf.
- National Centre of Missing and Exploited Children. (2000). *Missing and abducted children: a law-enforcement guide to case investigation and program management*. Recuperado em 28 de fevereiro de 2006, de <http://www.missingkids.com>
- National Centre of Missing and Exploited Children. (2004). *Annual Report 20th. at the Center*. Recuperado em 01 de março de 2006, de <http://www.missingkids.com>
- National Centre of Missing and Exploited Children. (2006). *Annual Report*. Recuperado em 15 de agosto de 2007, de <http://www.missingkids.com>
- National Centre of Missing and Exploited Children. (2008). *Annual Report*. Recuperado em 10 de novembro de 2009, de http://www.missingkids.com/en_US/publications/NC171.pdf

- Noto, R. (1998). *O uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua de seis capitais brasileiras, no ano de 1997*. Tese de doutorado, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.
- Oliveira, D. D. (2007). *Desaparecidos civis: conflitos familiares, institucionais e segurança pública*. Tese de doutorado, Instituto de Ciencias Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.
- Oliveira, D. D., & Geraldles, E. C. (1999). *Cadê você?* Brasília: Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH.
- Oliveira, R. G. (2005). *Uma experiência de plantão psicológico à polícia militar do Estado de São Paulo: reflexões sobre sofrimento psíquico e demanda*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Oliveira, A.M. (2008). *A feminização da velhice e a invisibilidade da violência contra o idoso*. Recuperado em 30 de outubro de 2009 de http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1564.pdf
- Oliveira, S. R. (2008). *Onde está você agora além de aqui, dentro de mim? – O luto das mães de crianças desaparecidas*. Dissertação de mestrado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Oliveira, W., Baizerman, M., & Pellet, L. (1992). Street children in Brazil and their helpers: comparative views on aspirations and the future. *International Social Work*, 35. Recuperado em 01 de março de 2007, de <http://www.isw.sagepub.com>.
- Palombini, A. L. (2004). *Acompanhamento terapêutico na rede pública: clínica em movimento*. Porto Alegre: UFRGS.
- Palombini, A. L., Cabral, K. V., & Belloc, M. M. (2005). Acompanhamento terapêutico: vertigens da clínica no concreto da cidade. *Estilos da Clínica*, 10 (19), 32-59.

- Pérez, F., & Juan, M. (1990). Daño y reparación en hijos de víctimas de la represión política. *Revista Chilena de Neuro-psiquiatria*, 28(3), 131-140.
- Petersen, C. S., Svirski, A. C., Loguercio, A., Schaffer, E., & Guimarães, N. V. (2001). Programa Pré-Crescer: relato da experiência de uma equipe interdisciplinar na abordagem de famílias com crianças em risco nutricional. *Aletheia*, 13, 129-133.
- Pinheiro, A. A. A., Santos, C. M. A., Fúlfaro, L. M. O., & González, V. G. (1990). O contexto violento em que se insere a criança: algumas considerações e propostas. In *Abuso de drogas entre meninos e meninas de rua do Brasil* (pp. 97-117). São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Departamento de Psicobiologia: Escola Paulista de Medicina.
- Pinho, G. S. (2003). A psicanálise e a clínica interdisciplinar com crianças. *Cadernos da APPOA*, 120, 05-09.
- Pinheiro, N. N., & Vilhena, J. (2007). Entre o público e o privado: a clínica psicanalítica no ambulatório hospitalar. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59 (2), 201-216.
- Pinto, A. L., Wintt, M. C., & Céspedes, L. (2005). *Código penal, processo penal e constituição federal*. São Paulo: Saraiva.
- Polícia Civil. (2000). *Manual de polícia judiciária; doutrina, modelos, legislação*. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia.
- Polícia Civil. (2002). *Manual operacional do policial civil; doutrina, legislação, modelos*. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia.
- Quadrat, S. (2003). O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. *História*, 22(2), 167-181.

- Queiroz, C. A. M. (2000). Vade Mecum Policial. *Lei Complementar Nº de 5 de janeiro de 1979. Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo. Legislação complementar*. São Paulo: IGLU.
- Resolução nº 010/05. (2005, 21 de julho). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado em 20 de março de 2007, de http://www.crpj.org.br/noticias/cod_etica_novo.pdf
- Revista Consultor Jurídico. (2004). *Laços de família*. Recuperado em 16 de novembro de 2006, de <http://www.comjur.estadao.com.br/static/text/22496,1>
- Ribeiro, M. O., Oliveira, M.A.F., Silva, A. L. A., & Barros, S. (2003). O papel das drogas na vida da criança em situação de rua. *Revista de Terapia Ocupacional*, 14(2), 79-84.
- Rifiotis, T. (2003). As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais (pp. 381-409). In *Anuário 2003. Direito e Globalização. Atas dos Seminário do GEDIM*. Universidade Cândido Mendes Rio de Janeiro: Lumem Júris/UNESCO/MOST.
- Rifiotis, T., Santos, V. R., Tolfo, S. R., & Mantovani, M. L. (2005). *O atendimento psicológico, a judicialização de conflitos conjugais e as delegacias de proteção à mulher*. In *Anais*, 6. Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevidéu. CD-ROM.
- Rodrigues, C. C., Batista, C. B., Costa, G. D., & Silva, K. P. (1997). Programas de apoio e assistência ao menor de rua: uma solução? *Cadernos de Psicologia*, 7(1), 113-121.
- Rosa, M. D. (1999). O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, 10(2), 205-217.
- Rosa, M. D (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 2(4), 329-348.

- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ruschel, V. R. G. (2008). *A situação de supervisão psicanalítica de tratamentos como escuta infinita*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Saab, D. (2006). Os fatores estressantes do trabalho policial. *Arquivos da Polícia Civil*, 49(1), 99-118.
- Santana, J. P., Doninelli, T. M., Frosi, R. V., & Koller, S. H. (2005). Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilizações e reconhecimento de objetivos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1). Recuperado em 20 de janeiro de 2006, de <http://www.scielo.br>.
- Santos, V. R. (2001). *Práticas policiais nas delegacias de Proteção à Mulher de Florianópolis e Joinville - SC*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Santos, T. C. (2005). A prática lacaniana na civilização sem bússola (pp.61-92). In T. C. Santos (org). *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Santos, T. C., Freire, A. B., Holck, A. L. L., Bastos, A., & Cottet, S. (2005). *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Saussure, F. (1970). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.
- Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. (2004, 29 de dezembro). Convênio 029/04 – FNCA/SEDH/PR, Processo nº 00004.002209/2004-18, que objetiva a capacitação de profissionais envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente desaparecidos. *Diário Oficial da União*, Seção 3, nº 250.
- Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. (2006, 29 de junho).

Convênio 008/2006 – FNCA/SPDCA/SEDH/PR, Processo nº 00004.000380/2006-46, que objetiva a capacitação dos conselheiros tutelares, para que estes tenham conhecimento dos procedimentos a serem adotados nos casos de desaparecimento de crianças e adolescentes.

Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. (2007, 28 de dezembro). Convênio 00030/2007 – FNCA/SPDCA/SEDH/PR, Processo nº 00004000971200702, que objetiva a execução do projeto: “A Exploração Sexual Infantil e o Desaparecimento de Crianças e Adolescentes”. *Diário Oficial da União*, Seção 3, nº 249.

Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná. (2005, 24 de novembro). Convênio 243/2005 que entre si celebram o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, esta por meio do Departamento de Polícia Civil, com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por intermédio do seu Laboratório de Investigação Médica – Imuno-Hematologia e Hematologia Forense, com interveniência da Fundação Faculdade de Medicina, objetivando a implementação do projeto social “Caminho de Volta – busca de crianças desaparecidas no Estado do Paraná”. *Cartório do Taboão*. Curitiba, 24 de abril de 2006.

Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. (2004, 27 de maio). SSP. Gabinete do Secretário. Protocolo 7963/2004

Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. (2005, 8 de janeiro). Convênio GSSP/ATP - 208/04 que celebram entre si o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, e esta por meio da Polícia Civil do Estado de São Paulo, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por intermédio do Laboratório de Investigação Médica – Imuno-Hematologia Forense e a Fundação Faculdade de Medicina, objetivando a conjugação de esforços e o apoio mútuo entre os partícipes, visando estabelecer um sistema de informações e elucidação de desaparecimento de crianças e adolescentes, mediante a implementação do “Projeto Caminho de Volta - Busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo”, consistente em atendimento psicológico, coleta de material genético e organização de bancos de dados para armazenar, ordenar e comparar informações pessoais e dados genéticos oriundos de

familiares diretos dos desaparecidos e de crianças e adolescentes com idade abaixo de 18 anos que forem encontrados. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Seção 1, nº 239.

Secretaria da Segurança Pública (2007, 18 de setembro). Processo GS/2532/04. Termo aditivo ao Convênio GSSP/ATP- 208/04. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*.

Serenio, D. (2006). Acompanhamento terapêutico e a educação inclusiva. *Psychê Revista de Psicanálise*, 18, 167-179.

Shine, S. (2003). O conflito familiar transformado em litígio processual. In: Agostinho, M.L. & Sanchez, T.M, *Família: conflitos, reflexões e intervenções* (pp. 63-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Silva, A. S., Reppold, C. T., Santos, C. L., Prade, L. T., Silva, M. R., Alves, P. B., et al. (1998). Crianças em situação de rua de Porto Alegre: um estudo descritivo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3). Recuperado em 20 de janeiro de 2006, de <http://www.scielo.br>.

Silva, M. B., Vieira, S. B. (2008). O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde & Sociedade*, 17(4), 161-170.

Silva, de P. (1998). *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

Sinatra, E. S. (2004). *Las entrevistas preliminares y la entrada en análisis*. Cuadernos Del Instituto Clínico de Buenos Aires –Buenos Aires: Colégio Epistemológico Experimental.

Souza, E. R., Franco, L. G., Meireles, C. C., Ferreira, V. T., & Santos, N. C. (2007). Sofrimento psíquico entre policiais: uma análise sob a ótica do gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(1), 105-114.

Souza, M. A. (2001). Intervenção psicoterapêutica em meninos agressivos escolares como prevenção de comportamento transgressor futuro. *Psicologia Teoria e Prática*, 3(2), 21-35.

- Spode, C. B. (2004). *Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental da polícia militar*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Spode, C. B., & Merlo, A. R. C. (2006). Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia, reflexão e crítica*, 19 (3), 362-370.
- Stevens, A. (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. *Curinga*, 20, 27-39.
- Suannes, C. A. M. (1999/2000). Psicanálise e instituição judiciária: atuação em Vara de Família. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 128/129, 92-96.
- Suannes, C. A. M. (2008). *A sombra da mãe: um estudo psicanalítico sobre a identificação feminina a partir dos casos de Vara de Família*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Superintendência da Polícia Técnico-Científica. Instituto Médico Legal. (2005, 19 de outubro) Portaria Conjunta PC/SPTC-1. Dispõe sobre a coleta do material biológico de cadáveres de crianças e adolescentes com idade presumida entre 0 e 18 anos.
- Superintendência da Polícia Técnico-Científica. Instituto Médico Legal. (2006, 23 de março) Portaria do Diretor. Dispõe sobre a ampliação da coleta do material biológico de corpos desconhecidos ou “identificados” não reclamados para serem inseridos no banco de DNA do Caminho de Volta. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 19.04.2006
- Tabak de Bianchedi, E., Bianchedi, M., Braun, J., Pelento, M. L., & Puget, J. (1997). Crianças sequestradas na Argentina: metodologia de restituição às famílias originais e reflexões quanto à sua identidade. *Jornal de Psicanálise*, 30(55), 155-165.
- Tfouni, L. V., & Moraes, J. (2003). A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte do desejo. *Psicologia USP*, 14(1), 65-84.
- Tonetto, A. M., & Gomes, W. B. (2007). A prática do psicólogo em equipe multidisciplinar.

Estudos de Psicologia, 24(1), 89-98.

- Tourinho Filho, F. C. (2009). *Código de processo penal comentado* (Vols. 1-2, 12a ed., rev. atual.). São Paulo: Saraiva.
- Tyler, F. B., & Tyler, S. L. (1996). Crianças de rua e dignidade humana. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9(1), 83-100.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Construção teórico-epistemológica e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Turman, K. M. (1995). *Recovery and reunification of missing children: a team approach*. National Center for Missing & Exploited Children. Recuperado em 20 de janeiro de 2005, de http://www.missingkids.com/en_US/publications/NC64.pdf
- UNICEF. (2006). *Situação da infância brasileira 2006. Crianças até 6 anos: o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento*. Recuperado em 01 de março de 2007, de http://www.unicef.org/brazil/Pags_020_039_Violencia2.pdf
- Vasconcelos, J. G. (1998). Memória e imaginário da espera. O drama dos familiares dos desaparecidos políticos no Brasil autoritário (1964-1971). *Psique* (Belo Horizonte), 8(13), 08-26.
- Vasconcelos, M. G. O. M., & Mallak, L. S. (2002). *Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar*. Carapicuíba: Fundação Orsa Criança e Vida.
- Vasconcelos, M. G. O. M., & Figaro-Garcia, C. (2004). Violência sexual infanto-juvenil: da teoria à prática do Centro de Referência e Atenção à Infância e Adolescência. In R.M.C, Libório & S.M.G. Sousa (Orgs). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais* (pp. 339-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Vinãr, M.N. (1990). Uma história clínica: o filho de um desaparecido no exílio. *Percurso*, 4(1), 7-17.
- Williams, L. C. A., Gallo, A. E., Basso, A. F. T., Maldonado, D. A., & Brino, R. F. (2000). *Oficina de psicologia para policiais da Delegacia da Mulher: um relato de experiência*. Recuperado em 08 de maio de 2006, de <http://www.cech.ufscar.br/laprev/oficina.pdf>
- Williams, L. C. A. (2001). *Violência doméstica: há o que fazer?* Recuperado em 08 de maio de 2006, de <http://www.cech.ufscar.br/laprev/vd.pdf>
- Yunes, M. A. M., Arrieche, M. R. O., Tavares, M. F. A., & Faria, L. C. (2001). Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia*, 11(21), 47-56.
- Zanotti, E. (2005). Derecho a la identidad, uma perspectiva jurídica. In Centro de Atención por el Derecho a la Identidad. *Psicoanálisis. Restitución, apropiación, filiación* (pp.161-173). Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME DO PARTICIPANTE:.....
NºCV.....NºDHPP.....NºB.O.....DP.....Cidade.....UF.....
RG Nº :Órgão:.....SEXO : M () F () DATA NASCIMENTO:/...../.....

GRAU DE PARENTESCO: Mãe () Pai () Irmão() Irmã() Outro ()
ENDEREÇO..... Nº..... APTO:
BAIRRO:..... CIDADEUF.....
CEP:..... TEL: DDD (.....) Res.....Com.....Cel.....

O Projeto Caminho de Volta é uma proposta do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por meio de seu Centro de Ciências Forenses (Cencifor), que visa colaborar na busca de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo.

Para compreender e identificar as causas destes desaparecimentos, você será entrevistado por um psicólogo que lhe aplicará um questionário com perguntas referentes à sua organização familiar, à criança ou adolescente desaparecido e às circunstâncias do desaparecimento. Se seu filho (a) retornar espontaneamente para casa ou for encontrado, ele também poderá participar do Projeto Caminho de Volta. Neste sentido, nós precisamos obter sua permissão para inscrevê-lo nesse programa.

ESCLARECIMENTOS SOBRE GARANTIAS DO PARTICIPANTE NO PROGRAMA:

1. Acesso, a qualquer tempo, às informações sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados ao projeto, inclusive para esclarecer eventuais dúvidas.
2. Liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e de deixar de participar do estudo, sem que isto lhe traga prejuízo à sua queixa de desaparecimento.
3. Salvaguarda da confidencialidade, sigilo e privacidade.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente programa fornecendo as informações necessárias para que as causas do desaparecimento de meu familiar, menor de 18 anos, venha a ser investigada e estudada.

São Paulo, de de 20 .

.....
Assinatura do entrevistado

.....
Assinatura do psicólogo responsável

APENDICE B – Questionário família

Nº DHPP: _____	Nº Boletim Ocorrência: _____
Nº Distrito Policial: _____	
Cidade: _____	UF: _____
Data da Queixa: ____/____/____	Data do Desaparecimento: ____/____/____
Nº Registro CV: _____	Data da entrevista: ____/____/____

I- IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR**A) Mãe:** _____

Biológica () adotiva () viva () falecida () Idade: _____ Escolaridade: _____

Data de Nasc: ____/____/____ Natural de: _____ UF _____

Cor de pele: branca () negra () parda () amarela () vermelha ()

Estado Civil com o pai biológico:

casada () solteira () divorciada () separada () amasiada () viúva ()

Há quanto tempo? _____

Profissão: _____ Ocupação: _____

Local de trabalho: _____ Desempregada S () N ()

Endereço residencial: _____

Nº ____ apt. ____ Casa ____ Bairro ____ Zona ____

Cidade: _____ Cep: _____ - UF _____

Tels: res () _____ com () _____ cel: () _____

Outros contatos: _____

Relacionamento atual: casada () solteira () divorciada () separada () amasiada () viúva ()

namorada () Há quanto tempo? _____ Filhos? S () N ()

Nome do companheiro (a): _____

Idade: _____ Data de Nasc ____/____/____ Sexo: M () F () Escolaridade: _____

Profissão: _____ Ocupação: _____

Local de trabalho: _____ Desempregado S () N ()

Endereço residencial: _____

Nº ____ apt. ____ Casa ____ Bairro ____ Zona ____

Cidade: _____ Cep: _____ - UF _____

Tels: res () _____ com () _____ Cel: () _____

Outros contatos: _____

B) Pai: _____

Biológico () adotivo () vivo () falecido () Idade: _____ Escolaridade: _____

Data de Nasc: ____/____/____ Natural de: _____ UF: _____

Cor de pele: branca () negra () parda () amarela () vermelha ()

Estado Civil com a mãe biológica: casado () solteiro () divorciado () separado () amasiado

() viúvo () Há quanto tempo? _____

Profissão: _____ Ocupação: _____

Local de trabalho: _____ Desempregado S () N ()

Endereço residencial: _____

Nº ____ apt. ____ Casa ____ Bairro ____ Zona: _____

Cidade: _____ Cep: ____ - ____ UF ____

Tels: res () ____ com () ____ Cel: () ____

Outros contatos: _____

Relacionamento atual: casado () solteiro () divorciado () separado () amasiado () viúvo ()

namorado () Há quanto tempo? _____ Filhos? S () N ()

Nome da companheira (o): _____

Idade: ____ Data de Nasc ____/____/____ Sexo: M () F () Escolaridade: _____

Profissão: _____ Ocupação: _____

Local de trabalho: _____ Desempregado: S () N ()

Endereço: _____

Nº ____ apt. ____ Casa ____ Bairro ____ Zona: _____

Cidade: _____ Cep: ____ - ____ UF ____

Tels: res () ____ com () ____ Cel: () ____

Outros contatos: _____

C) Responsável pela criança ou adolescente:

Nome: _____

Sexo : M () F () Idade: ____ Estado Civil: casado () solteiro () divorciado () separado ()

amasiado () viúvo () Há quanto tempo? _____ Tem filhos? _____

Cor de pele: branca () negra () parda () amarela () vermelha ()

Grau de parentesco: irmão(a) () avô (a) () tio (a) paterno () tio (a) materno () padrinho (a) ()

tutor (a) ()

Porque é responsável pela criança? _____

Endereço residencial: _____

Nº ____ apt. ____ Casa ____ Bairro ____

Cidade: _____ Cep: ____ - ____ UF ____

Tels: res () ____ com () ____

Cel: () ____ Outros contatos: _____

Profissão: _____ Ocupação: _____ Local que trabalha: _____

Desempregado: S () N ()

D) Irmãos da criança ou adolescente:**a) Homens ()**

biológico () meio irmão () por parte de pai () por parte de mãe () adotivo () falecidos ()

Nomes e idades: _____

b) Mulheres ()

biológica () meia irmã () por parte de pai () por parte de mãe () adotiva () falecidas ()

Nomes e idades: _____

c) Abortos () Especificar _____**d) Desaparecimentos de outros filhos:** sim () não ()

Quem? _____

Quando? _____

II - IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE**a) Nome da criança ou adolescente desaparecido:** _____

Sexo: M () F () Idade: ____ Data de Nascimento: ____/____/____ Apelido: _____

Natural de: _____ UF: _____

Escolaridade: _____ Repetências: _____ Parou os estudos: S () N ()

Quanto tempo ficou sem estudar? _____

b) Compleição: magro () forte () gordo () mediano ()

Peso: ____ Altura: ____ Tamanho de roupa: ____ Tamanho de sapato: ____

c) Cor de pele: branca () negra () parda () amarela () vermelha ()**d) Cor de olhos:** azul () castanho () preto () verde () cinza () outro ()**e) Cor de Cabelo:** castanho () loiro () preto () ruivo () outros () tingido ()**f) Tipo de Cabelo:** carapinha () careca () encaracolado () liso () raspado ()**g) Marcas físicas:** nascença () tatuagem () piercing () cicatriz ()

má formação () Especificar: _____

h) Deficiência: intelectual () física () auditiva () visual () fala ()

Especificar: _____

i) Saúde: _____**j) Gravidez:** S () N () Filhos: _____ **Abortos:** S () N ()**K) Distúrbio de conduta:** álcool () drogas () infração () outros ()

Especificar: _____

l) Aspectos emocionais: alegre () triste () isolada () agitada () agressiva () sociável ()

ciumenta () desinibida () tímida () falante () quieta () mentirosa () outros ()

Especificar: _____

III - DADOS SOBRE O DESAPARECIMENTO:

a) Desaparecimento: primeira vez () mais de uma vez () _____ vezes

Período que esteve desaparecido: _____

b) Já foi ao Conselho Tutelar? Sim () Não ()

Motivo: _____

c) Queixas anteriores à polícia? S () N () DP: _____

d) Local do desaparecimento : casa () rua () escola () creche () local público () shows ()
hospitais () maternidade () estrada () outros ()

e) Tipo de desaparecimento: fuga de casa () subtração de incapaz: por estranhos () por familiar ()
por conhecido () outros () extorsão mediante seqüestro ()

Especificar: _____

f) Estava sozinho no momento do desaparecimento? S () N ()

Especificar: _____

g) Desapareceu sozinho? S () N ()

Especificar: _____

h) Quem percebeu o ocorrido? _____

i) Medidas tomadas pela família _____

j) A família já procurou atendimento psicossocial? S () N ()

Especificar: _____

k) Tratamento medicamentoso? S () N ()

Especificar: _____

IV - ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR:

a) Família : nuclear () com múltipla composição () Agregados ()

Especificar: _____

b) Descrição da moradia : casa () apartamento () barraco () quintal () cortiço ()

c) Condição da moradia: própria () alugada () em aquisição () cedida ()

Nº de cômodos: () Banheiro interno: () externo () Nº de habitantes na casa: _____

d) Queixas anteriores: maus- tratos () abuso sexual intrafamiliar () abuso sexual ()
violência sexual () violência conjugal () negligência () alcoolismo () tráfico de drogas () adicção ()
ato infracional () infração penal () exploração sexual infantil () internação () miserabilidade ()

Especificar: _____

e) Religião da Família: _____

Observações: _____

V – FINALIZAÇÃO DO PROCESSO:

Entrevistas de Retorno:

RI : S (☐) N (☐) Presentes: _____

RII : S (☐) N (☐) Presentes: _____

RIII: S (☐) N (☐) Presentes: _____

Observações das entrevistas de retorno: _____

Encontrada (☐) óbito (☐) Data: ____/____/____

Banco de DNA: sim (☐) não (☐) caso não registrado (☐)

Assinatura dos entrevistados : _____

Entrevista realizada por: _____

APENDICE C - Questionário criança/adolescente abrigado

Nº Ofício: _____ Vara/Comarca: _____	
Juiz/Juíza: _____	
Cidade: _____	UF: _____
Tel/Fax _____ cep _____ - e-mail _____	
Data que foi encontrada: ____/____/____	Data da entrevista: ____/____/____
Data da Queixa: ____/____/____	Nº CVA Criança/Adolescente: _____
Nome do Abrigo: _____	
Responsável pelo abrigo: _____	
Endereço: _____ Nº _____ Cep _____ - _____	
Cidade: _____	UF: _____
Fone/Fax () _____ e-mail _____	
Em processo de adoção: S () N ()	
Nome do responsável: _____	
Endereço: : _____ Nº _____ Cep _____ - _____	
Cidade: _____	UF: _____
Fone/Fax () _____ e-mail _____	

I - IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE

A) Nome: _____

Apelido: _____

Sexo: M () F () Idade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Natural de: _____ UF _____

Escolaridade: _____ Repetências: _____ Parou de estudar? S () N ()

Quanto tempo ficou sem estudar? _____

B) Características da criança

- **Compleição:** magro () forte () gordo () mediano ()
- **Peso:**____ **Altura:**____ **Tamanho de roupa:**____ **Tamanho de sapato:**____
- **Cor de pele:** branca () negra () parda () amarela () vermelha ()
- **Cor de olhos:** azul () castanho () preto () verde () cinza () outro ()
- **Cor de Cabelo:** castanho () loiro () preto () ruivo () outros () tingido ()
- **Tipo de Cabelo:** carapinha () careca () encaracolado () liso () raspado ()
- **Marcas físicas:** nascença () tatuagem () piercing () cicatriz () má formação ()

Especificar: _____

- **Deficiência:** intelectual () física () auditiva () visual () fala ()

Especificar: _____

- **Distúrbio de conduta:** álcool () drogas () infração () outros ()

Especificar: _____

- **Saúde:** _____

- **Tratamento medicamentoso:** Sim () Não ()

Especificar: _____

- **Aspectos emocionais:** alegre () triste () isolada () agitada () agressiva () sociável ()
ciumenta () desinibida () tímida () falante () quieta () mentirosa () outros ()

Especificar: _____

- **Atendimento Psicossocial:** Sim () Não ()

Especificar: _____

- **Conselho Tutelar:** Sim () Não ()

Especificar: _____

II – IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR

- **Irmãos da criança ou adolescente:**

Homens () biológico () adotivo () meio irmão () por parte de pai () por parte de mãe () falecidas ()

Mulheres () biológica () adotivo () meio irmão () por parte de pai () por parte de mãe ()
falecidas ()

- **Situação Familiar:**

Com família e vínculo () Com família e sem vínculo () impedimento judicial ()

Família desaparecida () Sem família ()

Especificar: _____

III - DADOS SOBRE O ABRIGAMENTO:

- **Processo de Abrigamento:** Encontrada pela polícia () Encontrada pelo Conselho Tutelar ()
Apreendida em função de infração () Abandonada () Encontrada por estranhos a ela () Atendida e encaminhada por hospitais ()

Especificar: _____

- **Condições da criança/adolescente abrigada:** maus tratos () abuso sexual () violência sexual ()
alcoolismo () adicção () infração () exploração sexual infantil () doente () internada ()

Especificar: _____

- **Motivo do abrigo:** miserabilidade () órfão () abandono pelos pais ou responsáveis ()
maus tratos físicos e ou psicológicos praticados pelos pais ou responsáveis ()
pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas () outros motivos ()

Especificar: _____

- **Razão de estar longe da família:** medo () aventura () infração () conflito familiar ()
violência doméstica () maus tratos () miserabilidade () abuso sexual intrafamiliar ()

Especificar: _____

- **Deseja continuar no abrigo:** sim () não ()

Especificar: _____

IV - ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DO ABRIGO:

- a) **Finalidade do abrigo:** Abriga crianças e adolescentes do sexo feminino () Abriga crianças e adolescentes do sexo masculino () Abriga crianças e adolescentes de ambos os sexos () outros ()

Especificar: _____

- b) **Descrição do abrigo:** número de crianças e adolescentes abrigados () número de dormitórios () número de crianças ou adolescentes por dormitório () número de responsáveis por criança e adolescente () outros ()

Especificar: _____

- c) **Condição do abrigo:** espaços individuais para guardar objetos pessoais () aspecto de residência () serviços especializados () mantém proporção de até 12 crianças ou adolescente por responsável () outros ()

Especificar: _____

- d) **Queixas anteriores:** maus- tratos () abuso sexual intrafamiliar () abuso sexual () violência sexual () violência conjugal () negligência () alcoolismo () tráfico de drogas () adicção () ato infracional () infração penal () exploração sexual infantil () internação () miserabilidade ()

Especificar: _____

- **O que você gostaria que mudasse em sua vida?** _____

V - OBSERVAÇÕES:

VI – MATERIAL COLETADO

- **Sangue :** sim () não ()
- **Mucosa oral :** sim () não ()
- **Total de amostras :** _____

VII – FINALIZAÇÃO DO PROCESSO:

- **Nº CV Família:** _____
- **Identificação no Banco de DNA:** sim () não () caso não registrado ()
- **Identificação em abrigo:** sim () não ()

Entrevista realizada por: _____

APÊNDICE D- Questionário criança/adolescente

Nº DHPP: _____	Nº Boletim Ocorrência: _____
Nº Distrito Policial: _____	Cidade: _____
UF: _____	
Data que foi encontrada: ____/____/____	Data da entrevista: ____/____/____
Data da Queixa: ____/____/____	
Data do Desaparecimento: ____/____/____	Nº CV Criança/Adolescente: _____
Nº CV Família: _____	

I - IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE

A) Nome: _____

Sexo: M () F () Idade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Natural de: _____ UF: _____

Escolaridade: _____ Repetências: _____ Parou de estudar? S () N ()

Quanto tempo ficou sem estudar? _____

B) Características da criança

- Compleição: magro () forte () gordo () mediano ()
- Peso: _____ Altura: _____ Tamanho de roupa: _____ Tamanho de sapato: _____
- Cor de pele: branca () negra () parda () amarela () vermelha ()
- Cor de olhos: azul () castanho () preto () verde () cinza () outro ()
- Cor de Cabelo: castanho () loiro () preto () ruivo () outros () tingido ()
- Tipo de Cabelo: carapinha () careca () encaracolado () liso () raspado ()
- Marcas físicas: nascença () tatuagem () piercing () cicatriz () má formação ()

Especificar: _____

- Deficiência: intelectual () física () auditiva () visual () fala ()

Especificar: _____

- Distúrbio de conduta: álcool () drogas () infração () outros ()

Especificar: _____

- Saúde: _____

- Gravidez: S () N () Filhos? _____ Abortos: S () N ()

II – IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR

- Mãe: _____

biológica () adotiva () viva () falecida ()

- Pai: _____

biólogo () adotivo () vivo () falecido ()

- Responsável pela criança ou adolescente: _____

Sexo : M () F () Grau de parentesco: irmão(a) () avô (a) () tio (a) paterno () tio (a) materno ()
padrinho (a) () tutor (a) ()

Porque vive com o responsável? _____

- Irmãos da criança ou adolescente:

Homens () biológico () adotivo () meio irmão () por parte de pai () por parte de mãe () falecidos ()

Mulheres () biológica () adotivo () meio irmã () por parte de pai () por parte de mãe ()
falecidas ()

III - DADOS SOBRE O DESAPARECIMENTO:

- Desaparecimento: primeira vez () mais de uma vez () _____ vezes

Período: _____

- Local do desaparecimento : casa () rua () escola () creche () local público () shows ()
hospitais () maternidade () estrada () outros ()

Especificar: _____

- Tipo de desaparecimento: fuga de casa sozinho () fuga com amigo(a) () fuga com namorado(a) ()
fuga de casa com irmãos () subtração de incapaz por: familiar () por conhecido () por estranhos ()
extorsão mediante seqüestro () outros ()

Especificar: _____

- Razão do desaparecimento: medo () aventura () infração () conflito familiar () violência conjugal ()
maus tratos () miserabilidade () abuso sexual intrafamiliar () tráfico de drogas ()

Especificar: _____

- Onde ficou: rua () viaduto () praça () casa de familiar () casa de amigo ()
casa do namorado (a) () casa de estranhos () estações ()

Especificar: _____

- Local onde foi encontrado: casa () rua () escola () abrigo () local público () hospitais ()
estrada () casa do(a) namorado () casa de familiares () casa de amigos () em outra cidade ()
outros ()

Especificar: _____

- Como foi encontrado: voltou para casa () pela família () pela polícia () pelo hospital ()
pelo abrigo () pela Fundação Casa () Banco DNA () por estranhos ()

Especificar: _____

- Como se manteve: pedindo esmola () pedindo comida () furtos () ajudado por desconhecidos ()
ajudado por conhecidos () ajudado por familiares ()

Especificar: _____

- Condições da criança/adolescente encontrada: maus tratos () abuso sexual intrafamiliar () violência sexual () alcoolismo () adicção () infração () exploração sexual infantil () doente () internada ()

Especificar: _____

- Deseja retornar para casa: sim () não ()

Especificar: _____

IV - ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR:

- Família : Nuclear () Múltipla Composição () Agregados ()

Especificar: _____

- Descrição da moradia : casa () apartamento () barraco () quintal () cortiço ()

Nº habitantes na casa: _____

- Queixas anteriores: maus-tratos () abuso sexual intrafamiliar () abuso sexual () violência sexual () violência conjugal () negligência () alcoolismo () tráfico de drogas () adicção () ato infracional () infração penal () exploração sexual infantil () internação () miserabilidade ()

Especificar: _____

- O que você gostaria que mudasse em sua vida?

V - OBSERVAÇÕES:

VI – FINALIZAÇÃO DO PROCESSO

Entrevistas de Retorno:

R1 : S () N () Presentes: _____

R2 : S () N () Presentes: _____

R3: S () N () Presentes: _____

Observações das entrevistas de retorno

- Identificação no Banco de DNA: sim () não () caso não registrado ()
- Identificação em abrigo: sim () não ()

Entrevista realizada por: _____

APÊNDICE E – Acompanhamento do caso

Nº CV _____ Desaparecimento: ____/____/____ Queixa: ____/____/____ Encontrado: ____/____/____

Voltou p/casa () Abrigo () DNA () Óbito ()

Nome: _____ Sexo: M () F ()

Idade: _____ Data de Nasc: ____/____/____ Cor de pele: _____

Mãe: _____ Bio () Adotivo () Viva () Falecido ()

Cor de pele: B () N () P () A () V ()

Pai: _____ Bio () Adotivo () Vivo () Falecido ()

Cor de pele: B () N () P () A () V ()

Encaminhamento: Psicológico/Psiquiátrico () Clínico () Arte/esporte () Tratamento Adicção/álcool ()

Efetivou encaminhamento: S () N () Onde: _____

Reincidência: S () N () Data: ____/____/____ Período de desap: _____

Contato após 6 meses/1 ano – Data: ____/____/____

Obs: _____

Reincidência: S () N () Data: ____/____/____ Período de desap: _____

Novo encaminhamento: S () N () Onde: _____

Contato após 1 ano – DATA: ____/____/____

Obs: _____

Reincidência: S () N () Data: ____/____/____ Período de desap: _____

Novo encaminhamento: S () N () Onde: _____

Contato após 1 ano e meio – DATA: ____/____/____

Obs: _____

Reincidência: S () N () Data: ____/____/____ Período de desap: _____

Novo encaminhamento: S () N () Onde: _____

Contato após 2 anos – DATA: ____/____/____

Obs: _____

Reincidência: S () N () Data: ____/____/____ Período de desap: _____

Novo encaminhamento: S () N () Onde: _____

APÊNDICE F - Encaminhamento

São Paulo, _____ de _____ de 200__

À _____

Encaminhamos o Sr(a) _____ para que o(a) mesmo (a) seja _____ na referida instituição. Por tratar-se de problemática envolvendo desaparecimento de crianças e adolescentes, solicitamos urgência no atendimento.

Gratos por sua atenção

Claudia Figaro Garcia - Psicólogo responsável

CRP- 06/31044

Coordenadora do eixo psicológico

Projeto Caminho de Volta

ANEXOS

ANEXO A - Modelo de boletim de ocorrência de desaparecimento

PRODESP (0000000) PESSOAS DESAPARECIDAS/ENCONTRADAS –DHPP-SSP (/ /)
INCLUSÃO DE QUEIXA (:)

DATA DA QUEIXA: (/ /) DATA DESAP (/ /) HORA DESPA: () ()
DP: () EQUIPE DELPOL: () EQUIPE: () BO: () / ()
LOCAL: () (1- Capital, 2 – DPD, 3- Taboão da Serra, 4- Guarulhos, 5- ABCD, 6- Osasco, 7- Mogi das Cruzes, 8 – Interior, 9 – Entidades)

VITIMA: () SEXO: () (M/F)
PAI: () Confirma? ()
MÃE: () RG () UF: ()
ENDEREÇO: () CEP: ()
VULGO: () PROFISSÃO: ()
NASCIMENTO: () IDADE: () MESES: ()
NATURALIDADE: ()
ESTADO CIVIL: () (1- Casado, 2- Solteiro, 3- Desquitado, 4- Divorciado, 5- Separado, 6- Viúvo)
GRAU DE INSTRUÇÃO: () (1- Analfabeto, 2- 1 Grau Completo, 3- 1 Grau Incompleto, 4- 2 Grau Completo, 5- 2 Grau Incompleto, 6- Superior Completo, 7- Superior Incompleto)

DESAPARECIMENTO ANTERIOR: ()
LOCAL DO DESAPARECIMENTO: ()
RELACIONAMENTO FAMILIAR: ()
DESVIO DE CONDUTA: () (1- Alcoolismo, 2- Toxicomania)
ORIENTAÇÃO SEXUAL: () (1- Heterossexual, 2- Homossexual)
DEFICIÊNCIA MENTAL (S/N): () TEVE AMNESIA:(S/N): () PROBLEMA PSIQUIAT (S/N): ()
OCULOS (S/N): () BARBA (S/N): () BIGODE (S/N): () CAVANHAQUE (S/N): ()
PESO: () ALTURA: () COMPLEIÇÃO: () (1- Magro, 2- Gordo, 3- Forte, 4- Mediano)
PELE: () (1-Branca, 2- Negra, 3- Amarela, 4- Parda, 5- Vermelha)
OLHOS: () (1- Azuis, 2- Castanhos, 3- Preto, 4- Verde, 5- Cinza, 6- Outro)
COR CABELO: () (1-Branco, 2- Castanho, 3- Grisalho, 4-Louros, 5-Preto, 6-Ruivo, 7-Outros, 8- Tingido)
TIPO DE CABELO: () (1-Carapinha, 2- Careca, 3-Encaracolado, 4-Liso, 5- Comprido, 6- Curto, 7- Raspado, 8- Calvo, 9- Meio Calvo, 10 –Outros)

DEFEITO FÍSICO () () CICATRIZ 1 () CICATRIZ 2 ()
PIERCING: () () () OUTRAS OBSERVAÇÕES: () ()
TATUAGEM LOCAL DESCRIÇÃO INSCRIÇÃO
() () () ()
() () () ()

DENTADURA: () (1-Não, 2- Sim, 3- Superior, 4- Inferior, 5- Superior/Inferior)
DENTES OURO : () (1-Não, 2- Sim, 3- Superior, 4- Inferior, 5- Superior/Inferior)
FALTAM DENTES: () (1-Não, 2- Sim, 3- Superior, 4- Inferior, 5- Superior/Inferior)
PONTE: () (1-Não, 2- Sim, 3-Móvel Superior, 4- Móvel Inferior, 5- Móvel Inf/Sup, 6- Fixa, 7- Fixa Inf/Sup)

TIPO	COR	CARACTERÍSTICA	MARCA
CALÇA: () () () ()	() () () ()	() () () ()	() () () ()
CAMISA: () () () ()	() () () ()	() () () ()	() () () ()
JAQUETA: () () () ()	() () () ()	() () () ()	() () () ()
SAIA: () () () ()	() () () ()	() () () ()	() () () ()
R. INTIMA: () () () ()	() () () ()	() () () ()	() () () ()
CALÇADO: () () () ()	() () () ()	() () () ()	() () () ()
MEIA: () () () ()	() () () ()	() () () ()	() () () ()

INFORMANTE: () (1- DP, 2- Pessoa, 3- Hospital, 4- IML, 5- Entidade) CODIGO: ()
NOME: () CEP: ()
ENDEREÇO: () NÚMERO: ()
COMPLEMENTO : () BAIRRO: () UF: ()

ANEXO B

APOIO:

PROJETO CAMINHO DE VOLTA

Tecnologia na busca de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo.

COORDENADOR
Prof. Dra. Gilda J. Figueiredo
Equipe
Prof. Dr. Eduardo Viçoso
Prof. Dra. Crista Fritman
Prof. Dra. Unamara Rizzo Bettinella
Prof. Dr. Luis Fernandes Lopez
Claudia Figueiredo
Marcelo M. Neumann

CENTRO DE CIÊNCIAS FOMENSES
Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
R. Teodoro Sampaio, 115 - São Paulo - SP 05405-000 - Brasil
Tel: +55 11 3051-7291
cencifor@iof.fm.usp.br
www.caminhodevolta.fm.usp.br

USP **MEDICINA** **ESP**

www.caminhodevolta.fm.usp.br

Encaminhamento de casos e/ou informações
CENCIFOR/FMUSP: (11) 3061-7589
DHPP: (11) 3311-3549 / 3311-3544 / 3311-3545
CAMINHO DE VOLTA: (11) 3311-3550
www.caminhodevolta.fm.usp.br
cencifor@iof.fm.usp.br

O desaparecimento de uma criança ou de um adolescente é certamente um dos piores pesadelos que um pai ou uma mãe pode viver. Apesar de não ser um fenômeno de proporções epidêmicas, sua natureza traumática, com profundas repercussões sobre a família e a comunidade, justifica a atenção e o empenho do Estado e da sociedade para a solução de cada um dos casos de que se tenha notícia. No Brasil, 40.000 crianças e adolescentes desaparecem por ano, de acordo com os dados da RedeSAP - Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (www.mj.gov.br/redesap). De acordo com as estatísticas da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) em média 8.000 crianças e adolescentes desaparecem por ano de seus lares no Estado de São Paulo.

A proposta do Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por meio do seu Centro de Ciências Fomenses (CENCIFOR) é a elaboração de um sistema destinado a colaborar na elucidação dos casos de crianças desaparecidas, por meio de metodologias que envolvem a área da Psicologia, da Biologia Molecular, da Genética, da Bioinformática e da Telemedicina.

O PROJETO ENGBLOBA 4 EIXOS FUNDAMENTAIS

- Criação de Banco de DNA, dos pais e/ou irmãos (Banco Referência), que permitirá a rápida e ágil análise de vínculo genético das crianças e adolescentes que forem localizados (Banco Questionável). Além disso, coleta de dados pessoais e antropométricos do desaparecido, informações sobre a organização familiar e sobre as circunstâncias do desaparecimento que irão compor um Banco de Dados que possibilitará o cruzamento das informações moleculares e genéticas armazenadas. O sistema do Banco de Dados terá uma interface Web, que garantirá que o mesmo seja acessível em qualquer parte do país, sem comprometimento das informações nele contidas.
- Entrevistas psicológicas com as famílias de crianças e adolescentes desaparecidos e com os posteriormente encontrados. Essas entrevistas têm por finalidade levantar hipóteses sobre o funcionamento psíquico familiar e acompanhar a solução do caso. Quando necessário, os entrevistados são encaminhados para a rede de atendimento psicossocial da Capital. As entrevistas psicológicas possuem caráter preventivo no sentido de evitar que outras crianças e adolescentes se encontrem em situação de vulnerabilidade.

- Identificar as possíveis causas do desaparecimento por meio de estudos epidemiológicos, uma vez que os resultados estatísticos podem indicar se a violência doméstica, a miséria, a contravenção e entre outros, são ou não aspectos facilitadores para a ocorrência de fugas de lares, extorsão mediante seqüestro e subtração. Este eixo possui relevância social e preventiva.
- Capacitação de profissionais envolvidos no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (Poder Judiciário, Ministério Público, conselheiros tutelares, delegados, investigadores e agentes de polícia envolvidos na busca e investigação, psicólogos, assistentes sociais, educadores das organizações não governamentais), por meio de cursos presenciais e educação à distância (Telemedicina), garantindo um acompanhamento contínuo e supervisionado.

O PROJETO É GRATUITO

COMO FUNCIONA